

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE POMBAL
Nº 0001/AM/22, de 23/02/2022**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Cidade de Pombal, no Auditório da Biblioteca Municipal de Pombal, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, João André Varela Coelho, Maria Adelaide Pereira da Conceição, José Gomes Fernandes, Aníbal Henrique Guerreiro Cardona, Luís Renato Guardado Marques, André Filipe Agostinho Tasqueiro, João Paulo Antunes dos Santos, Carla Alexandra Ramos Cardoso Leitão Rodrigues, Henrique Manuel dos Santos Bicho Rodrigues Mota, António José Venâncio Carvalho, Leandro Gabriel Pedro Siopa, Ilídio Manuel da Mota, Luís Couto dos Santos, Manuel José Carreira Serra, Isabel da Encarnação Costa, Nuno Gabriel Almeida de Oliveira, Fernando Rodrigues Matias, Alexandre Filipe Fontes dos Santos, Marlene Vaz Matias, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Sofia Amado Gonçalves, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, Judite Simões, Nelson da Silva Pereira, Carla Teresa Ferreira da Mota Longo, Paulo Manuel Lucas Duarte, Gonçalo José Simões Ramos, Manuel Henrique Nogueira de Matos, Daniel de Brito Ferreira, Maria José Rodrigues Marques, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

- Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 20/12/2021;
- Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;
- Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

- Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;
- Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 e GOPs 2022/2026;
- Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Reestruturação da Estrutura Orgânica Interna dos Serviços Municipais e Conexos
Documentos: Organograma, Regulamento e Mapa de Pessoal;
- Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Designação de Júris para Abertura de Procedimentos Concursais com vista ao Provimento dos cargos de Direção Superior de 1ª Grau - Diretor Municipal de Gestão Integrada e de Direção Intermédia de 2º Grau - Chefe da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2021 - Lei 08/2012 de 21/02;
- Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Prestação de Serviços Postais – Autorização para abertura de novo procedimento, pedido de Autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes;
- Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara da sobre Aquisição de Serviços de Seguros – Autorização para abertura de novo procedimento, pedido de Autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes;
- Ponto 2.8. Apreciação do Relatório de Inspeção Tributária ao IVA do ano de 2020, ao abrigo do cumprimento da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação - Para conhecimento e tomada de posição da Assembleia Municipal;
- Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a minuta de Contratos Interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesia do concelho (delegação de competências nos domínios da educação e ação social escolar);
- Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o “Regulamento do Programa Municipal Ocupação de Tempos Livres Jovem – Pombal” – Aprovação;
- Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação;
- Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Definição da estratégia que sustentará um quadro de referência para a gestão do sistema de recolha de biorresíduos - Decisão/Aprovação do Cenário;
- Ponto 2.13. Apresentação da proposta da Câmara sobre a PMUGest - Relatório de Execução Orçamental - 3º trimestre 2021 - Para conhecimento;
- Ponto 2.14. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento;
- Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da moção do Partido Social Democrata “Pombal, cuidados de saúde primários para todos”;
- Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “1/GM-PS/2021”;
- Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “2/GM-PS/2021”;
- Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “3/GM-PS/2021”;
- Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “4/GM-PS/2021”;
- Ponto 2.20. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “5/GM-PS/2021”;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Ponto 2.21. Apresentação, discussão e votação da proposta do Partido Socialista “1/GM-PS/2021”;
- Ponto 2.22. Apresentação, discussão e votação da Petição contra Instalação de uma Unidade de Processamento de Produtos à base de Carne da empresa Lusiaves junto ao tecido urbano da Vila da Guia e a Defesa do Sistema Aquífero Leirosa – Monte Real;
- Ponto 2.23. Apresentação, discussão e votação da proposta do Partido Socialista “2/GM-PS/2021-2025”.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à chamada, não se tendo verificado qualquer falta.

De seguida, informou ter recebido um pedido de substituição do membro da Bancada do Partido Socialista, Carla Mariza Marques Pereira, tendo sido chamado o cidadão imediatamente a seguir na lista Pedro da Silva Moreira que também se encontrava impossibilitado de comparecer pelo que foi chamada a cidadã seguinte Carla Alexandra Leitão Rodrigues.

Informou ainda ter recebido os seguintes pedidos de substituição de membros do Partido Social Democrata:

- De Elisabete Gameiro João, tendo sido substituída por André Filipe Agostinho Tasqueiro, chamado por impossibilidade do cidadão imediatamente a seguir na lista, Nilton Leopoldo;
- De Nicolle Lourenço, tendo sido substituída pela cidadã imediatamente a seguir na lista do PSD, Isabel Encarnação Costa; e
- De Andreia Sofia Pinheiro Marques, substituída por António João Venâncio Carvalho, dada a impossibilidade de participação na sessão, por parte dos cidadãos imediatamente a seguir na respetiva lista, Marília Fernandes Serradio e Felismino Conceição Neves Carreira.

Mais informou que os Presidentes das Juntas de Freguesia de Meirinhas e de Vila Cã, comunicaram que iriam ser representados por Júlia Simões e por Maria José Rodrigues Marques, respetivamente.

De seguida o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Ponto 1. Período de antes da ordem do dia.

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 20/12/2021.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quanto à leitura, a ata é um documento extenso, com cento e dez páginas, que transcreve aquilo que se disse e o que se passou na última reunião. Vou dá-la como lida,



MUNICÍPIO DE POMBAL

na medida em que foi enviada e posta ao dispor – não tem de ser uma leitura presencial, aqui em voz alta.

Queria, já agora, dar nota do seguinte: como viram, não sei se a próxima Assembleia Municipal será já no Salão Nobre da Câmara, espero que possa ser, mas desta vez alterámos aqui um pouco a disposição e uma das coisas que fizemos foi que colocámos um púlpito para quem o quiser usar. Também temos um microfone ao dispor das pessoas que quiserem falar sentadas. Portanto, os membros da Assembleia Municipal podem escolher: podem vir aqui falar, ou podem falar sentados, se quiserem o microfone, só têm de o pedir; caso contrário, podem vir aqui.

Pergunto se há alguma intervenção na discussão sobre este ponto da ata, ou se podemos votá-la.

Temos uma intervenção de João Coelho. Por favor, pode usar da palavra.”

João Coelho (PS):

“Muito obrigado.

Boa tarde, os meus cumprimentos a todos os presentes, a todos os que nos acompanham em casa, ao Senhor Presidente da Assembleia, em nome de todos os Pombalenses, o Executivo.

A minha intervenção era só de justificar a minha abstenção em relação à ata, visto que não estive numa parte da reunião. E para fazer uma sugestão, a título individual – e peço que entendam, exclusivamente da responsabilidade da minha pessoa, João Coelho – uma sugestão que salvaguardado o vídeo e o áudio de toda a reunião, e que isso seja verificado depois de finda a reunião, eu entendo como suficiente, para memória futura do que aqui se passou, essa gravação. Dispensar, honestamente, ainda que reconheça o enorme trabalho valioso da parte dos serviços, mas dispensar a transcrição da ata. E portanto, entendo que é um trabalho redobrado para os serviços da Câmara, que pode ser dispensado, e faço a sugestão para o futuro.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado. Pergunto se há mais intervenções. Está justificado o voto.

Quanto à sugestão, tem de haver uma ata escrita. Há estilos mais resumidos, estilos mais extensos e, realmente, esta transcreve exaustivamente, mas, claro, a ata não pode ser só substituída pelo vídeo, tem de haver sempre uma ata escrita, pode é ser mais resumida, só com as deliberações, isso é verdade, mas isso é algo que veremos, depois também pode haver aí uma questão de critério, sobre o que é que fica, e o que é que não fica.

Mas, seja como for, neste momento, a que temos aqui é esta. Para o futuro, está registada a sugestão, e agradeço-a.

Pergunto se há mais intervenções. Não há? Então, vamos votar a ata.”

Colocada a ata a votação foi a mesma aprovada por maioria com oito (8) abstenções.

Ponto n.º 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quanto ao Ponto n.º 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais, as mensagens recebidas corresponderam a propostas, pedidos de inscrição na ordem de trabalhos, uma petição, foram inscritos, serão tratados no seu



MUNICÍPIO DE POMBAL

ponto. Não há mais pedidos de expediente recebido, nem há nada mais que a Mesa tenha aqui a trazer neste Ponto.”

Ponto n.º 1.3. Intervenções na generalidade.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“O primeiro ponto que tenho é um voto de pesar, que vai ser lido pelo Dr. João Coucelo, pelo falecimento de Luís Faria. Depois, vamos votar e aprovar o voto de pesar, e seguidamente passaremos às intervenções na generalidade dos membros da Assembleia Municipal e do público, se houver.”

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):

“Eu vou ler um voto de pesar pelo falecimento de Luís Faria, que me foi remetido pela Câmara Municipal, mas que eu penso que é subscrito pela generalidade dos presentes nesta Assembleia, que, depois, no final, se manifestarão. E vou lê-lo pelo facto de ter sido companheiro deste nosso concidadão durante muitos anos, quer na Fundação, quer na Direção do Clube de Ténis de Pombal, e em outras atividades que ele desenvolveu.

«Voto de Pesar

“Foi com profunda consternação que o Município de Pombal tomou conhecimento do falecimento de Luís Fernando Marques Faria, condecorado em 2014 com a medalha de valor desportivo – grau prata, como reconhecimento pelo seu elevado sentido de entrega ao serviço do próximo e da sua comunidade, e pela exemplar ação desenvolvida em prol do ténis a nível local, regional e nacional.

Natural de Pombal, onde nasceu há oitenta e dois anos, Luís Faria cumpriu o serviço militar em Lisboa, tendo ido depois para Moçambique, onde ficou a viver. Com formação de Comandos, o seu papel era essencialmente psicossocial e de ajuda à comunidade, tendo praticado vários desportos como a equitação e a vela, mas foi pelo ténis que se apaixonou.

De regresso a Portugal, ingressou na Caixa Geral de Depósitos, na Agência de Alcântara, em Lisboa, e em fevereiro de 1980 foi transferido para Pombal. Em 1989 foi destacado para abrir a Agência do Lourçal, onde esteve até à sua aposentação, em 1996. Ao constatar a inexistência da modalidade de ténis em Pombal, Luís Faria incentivou a prática daquele desporto junto dos jovens, vindo a dar aulas num recinto improvisado na zona desportiva, na década de oitenta do século passado. Alguns anos mais tarde fundou, em 1988, o Clube de Ténis de Pombal, tendo sido seu Presidente até 2013. Foi também o primeiro treinador do clube e, mais tarde, impulsionador do ténis em cadeira de rodas, tendo sido treinador do campeão nacional da modalidade, o Pombalense Carlos Leitão.

Algum tempo depois fundou, juntamente com mais cinco elementos de diferentes clubes do distrito, a Associação de Ténis de Leiria.

Nos finais da década de noventa foi cofundador da APRAP – Associação de Pensionistas Reformados e Aposentados de Pombal, concretizando mais um desejo antigo.

O Município de Pombal apresenta à família e aos amigos de Luís Fernando Marques Faria as suas sentidas e sinceras condolências neste momento de pesar.»

Colocado o Voto de Pesar a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, ato contínuo à aprovação, sugeriu que fosse observado um minuto de silêncio, que decorreu de imediato.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passamos agora às intervenções na generalidade. Pergunto primeiro aos membros da Assembleia Municipal se alguém quer intervir no período de antes da ordem do dia.

Queria chamar a atenção para a alteração aos tempos que foi aprovada na última Assembleia Municipal, uma adaptação do Regimento à nova composição.”

De seguida usaram da palavra os seguintes membros inscritos para o efeito:

Aníbal Cardona (PS):

“Muito boa tarde. Cumprimento todos, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia. A minha intervenção tem a ver com o facto de o subsídio de reintegração dos eleitos locais poder parecer um bocado obsceno, especialmente para os eleitos locais que estão reintegrados, e bem reintegrados. De qualquer forma, é um direito. A Lei foi efetivamente revogada, mas, num Estado de Direito, os direitos são para ser exercidos pelos cidadãos, e a magistratura tem que os proteger.

E aqui, estou a referir-me ao subsídio de reintegração que foi aprovado em reunião de Câmara para o ex-Presidente Diogo Mateus. Evidentemente, daquilo que eu li, daquilo que eu observei, foi-me dado a perceber que existe uma dívida substantiva, desde logo dos Vereadores do Partido Socialista, que pediram um pedido de esclarecimento, um pedido de parecer à CCDR, se bem que o pedido de parecer não tinha plasmada propriamente a dívida dos Vereadores do Partido Socialista, que, neste caso, era a prescrição.

A decisão do Senhor Presidente baseou-se no parecer do Gabinete Jurídico da Câmara, que eu respeito, mas até de intervenções que eu vi no espaço público, nomeadamente de um ex-membro da Assembleia Municipal do PSD, em que era perentório em dizer que a Câmara paga porque quer, porque o subsídio está prescrito e do meu estimado amigo Manuel Serra, que também tornou público – e subscrevo totalmente a sua posição – que há uma dívida objetiva, substantiva e que, efetivamente, poderá ser precipitado, face a essa dívida, fazer a atribuição.

Efetivamente, parece-me claro que não há aqui uma situação consensual. E devemos lembrar-nos do que estamos aqui a proteger, estamos a proteger o dinheiro de todos. Aliás, é fácil fazer um exercício, um exercício pessoal: se alguém chegar ao pé de cada um de nós e disser que temos uma dívida para com ele, e nós, como pessoas de bem, não queremos ficar a dever nada a ninguém, obviamente, perguntamos a quem é especialista, nomeadamente, aqui os Vereadores do Partido Socialista que são ilustres juristas e estão no mercado. E se um nos diz que sim, que temos essa dívida, outro diz que não, outro não diz “sim” nem “não”, a pergunta que eu dirijo ao Senhor Presidente é se, na dúvida – porque essa dívida existe, é objetiva, existe no nosso espírito, dos Vereadores do Partido Socialista, do meu amigo Manuel Serra, e existe, com certeza, no espírito dos Pombalenses – o Senhor Presidente resolveu tomar a atitude mais fácil, porventura a menos corajosa, e com certeza a menos favorável àqueles que o senhor solenemente, por sua honra, declarou proteger.

Outro assunto: este documento aqui é uma resposta a um requerimento, um pedido de esclarecimento enviado, sobre quais teriam sido as ocorrências que tivessem



MUNICÍPIO DE POMBAL

desencadeado descargas de águas residuais não tratadas das ETAR's municipais para a linha de água.

Em primeiro lugar, deixem-me que lhes diga que este e-mail foi enviado há quase quatro meses, específico e particularizo este requerimento porque é informação que devia ser dada em automático, isto devia ser carregar no print e fornecer a informação, eu acho perfeitamente inadmissível que uma informação que devia ser dada em automático demore quatro meses.

Mas, vamos centrar-nos na informação que aqui está e, no caso concreto, nos chegou na segunda-feira passada, que indica que aqui a ETAR de Pombal registou duas ocorrências, nomeadamente em maio de 2020 e, salvo erro, em outubro de 2021, e, ao que me recorde, estas duas ocorrências resultaram de queixas que foram feitas à GNR – uma até, salvo erro, feita por membros do CDS, e outra acho que foi pelos Amigos do Arunca.

A minha questão, muito objetiva, e tentando ser o mais sintético possível, é: este é que é um mecanismo de deteção destes eventos? Eu gostaria que o Senhor Presidente, ou algum dos Senhores Vereadores, me desse a explicação, se este processo – estamos a falar de um processo industrial – tem mecanismos de monitorização, de alarmística, que tipo de equipamentos é que são esses, quais são os indicadores que monitoriza, se é o PH, se é a temperatura, se são outros indicadores, se gera alarmes, e para onde são canalizados esses alarmes. Parece-me que será insuficiente uma ETAR municipal estar dependente da observação dos cidadãos, e não ter uma lógica de deteção, controlo e alarmística adequada à responsabilidade de uma instalação deste tipo.

Muito obrigado.”

Luís Couto dos Santos (OI):

“Boa tarde a todos.

Eu só vou fazer aqui dois pontos de intervenção – um, um bocadinho mais longo, outro mais curto.

Na última Assembleia Municipal referi a situação emergente da saúde mental. Como é do nosso conhecimento, a consideração de uma emergência significa que possamos agir rapidamente e alocar os recursos necessários. A forma como estamos a gerir este assunto, como país, exige uma resposta também local, e não só depender das estruturas nacionais.

Só alguns indicadores – todos os dias, ou quase todas as semanas, estão a surgir novos indicadores e novos indícios, nomeadamente a questão pública do INFARMED, sobre o aumento drástico da continuidade de cerca de quinze milhões e setecentas mil embalagens de ansiolíticos, sedativos, hipnóticos e antidepressivos, representando um encargo ao Serviço Nacional de Saúde de 46.000.000,00 €. Estamos a falar de cerca de 28.500 embalagens por dia.

Está a decorrer – e isto é uma boa novidade – um estudo nas escolas, a nível nacional, conduzido pelo Ministério da Educação, com base numa amostra sobre o impacto da pandemia nas nossas escolas que permitirá haver um diagnóstico, mas ainda estamos longe de poder encaminhar pessoas a um programa terapêutico urgente.

A questão que se continua a fazer é o que é que fazemos a partir daí? Os programas educacionais de apoio e preventivos às escolas estão concentrados, essencialmente, no pré-escolar e no 1.º ciclo. Para pré-adolescentes e adolescentes – ou seja, a partir do 2.º ciclo – a oferta começa a ser muito parca, para não dizer inexistente. Obviamente, não



MUNICÍPIO DE POMBAL

falamos dos docentes, que apresentam claros sinais de fadiga e de exaustão, pessoal não docente, e, naturalmente, o restante agregado familiar destes alunos – pais, principalmente.

Segundo o SICAD, em dezembro passado, um quarto dos jovens tem problemas aditivos, e os serviços de pedopsiquiatria, neste momento, registam números record de pedidos de ajuda. O isolamento dos jovens, segundo o SICAD, atinge níveis preocupantes, e apenas os pais mais atentos, a título particular, fazem esta ação.

Só dois exemplos muito concretos, toda a gente teve conhecimento do planeamento de um ataque terrorista por parte de um jovem, que está a ser acompanhado pelos serviços de psiquiatria, e muito mais recentemente, temos sabido também que os níveis de suicídio têm vindo a aumentar. E infelizmente, muito próximo de nós, tem acontecido – muito recentemente, aqui houve dois casos, pelo menos, na nossa zona Oeste. A prevenção do suicídio é um assunto que diz respeito a todos nós, é uma questão integrada de resposta, não é só simplesmente de apoio momentâneo.

Na última Assembleia, nós sugerimos a criação de um plano preventivo, através da avaliação psicológica clínica, com ênfase na ansiedade e depressão, principalmente com base nos indicadores das patologias do estudo do INEM, que poderiam ser implementados nas nossas escolas. Também sugerimos a disponibilização de psicólogos clínicos. Obviamente que a pergunta, hoje, desde a última Assembleia até hoje, é do conhecimento público o protocolo que foi assinado entre a Câmara Municipal e a Ordem dos Psicólogos, no sentido de fazer uma avaliação psicológica e de bem-estar dos colaboradores da Câmara – é um bom sinal, uma boa nota. No entanto, a questão aqui é para a população mais abrangente, se efetivamente existe algum plano de prevenção, essencialmente de prevenção, e depois, de ação.

Esta é a pergunta, se houve algum desenvolvimento com base na nossa sugestão.

No entanto, eu queria aqui acrescentar mais uma sugestão, que é: nas nossas Juntas, na Câmara e nos programas financiados pela Câmara Municipal, existem inúmeros psicólogos clínicos que normalmente são enquadrados noutras funções – ou seja, candidataram-se a outras funções, apesar de serem psicólogos clínicos. Alguns já alocam algum do seu tempo para a prática de psicologia clínica, apesar de essas funções não serem as suas, nomeadamente no apoio a colaboradores da Câmara Municipal, caso necessário. Existe também um exemplo na União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, com a criação do Gabinete de Apoio de Psicologia, que é uma funcionária contratada para outras funções, mas pelo facto de ter uma formação base de psicologia clínica, acompanha algumas pessoas. E também existem algumas pessoas que dão apoio psicossocial – ou seja, não podem fazer psicologia clínica, nem psicoterapia, no entanto, acontece principalmente quando são identificados, ou pelas Comissões Sociais de Freguesia, ou por outras entidades, isto já está a existir dentro dos nossos quadros.

A questão aqui que eu colocava era se, efetivamente, não poderia ser uma sugestão de identificar estes quadros, e automaticamente poder agir e utilizar estes recursos.

A última pergunta, para terminar, tem a ver com o Pombus. Se houve alguma ação com base nas nossas sugestões, se vai haver alterações de rotas, se sim, quando, se efetivamente tiveram o seu curso e se podemos ter alguma resposta, aos nossos cidadãos, de algo mais concreto.

Obrigado.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito boa tarde a todos, apresento os meus cumprimentos, começando pelo Senhor Presidente da Mesa, Presidente da Câmara, e a todos os restantes também.

Serviço Nacional de Saúde e proteção jurídica, falha no financiamento e alguns efeitos sobre utentes e profissionais, designadamente pombalenses. O Serviço Nacional de Saúde está sem saúde, está doente, por falta de financiamento e conseqüente dificuldade na prestação dos cuidados. E a culpa não pode ser do Passos.

Faltando financiamento, faltam médicos, enfermeiros e auxiliares, faltam equipamentos e produtos de diagnóstico e de tratamento ou convalescença. Por vezes são os doentes quem compram, a suas expensas, os produtos necessários. Falta igualmente organização e dignificação das carreiras e das condições de trabalho dos profissionais de saúde, sobretudo especialistas, o que os leva para fora do Serviço Nacional de Saúde, para instituições de saúde privadas, ou para o estrangeiro. E a culpa não pode ser do Passos. Os profissionais do Serviço Nacional de Saúde prestam quarenta horas de serviço semanal nos hospitais, quando nas urgências prestam turnos de doze horas, a que acresce mais uma hora grátis, na passagem do turno. Porém, a generalidade dos funcionários públicos presta trinta e cinco horas de trabalho semanal.

Para poder assegurar o funcionamento do serviço hospitalar, o Governo, ou os seus cartilheiros, lançou a discussão sobre a possibilidade de os médicos ficarem obrigados a prestar determinado período de trabalho – anos de trabalho – para o Serviço Nacional de Saúde, após obtenção da especialidade, com o argumento de que o Estado, pagando-lhes o curso e a especialidade, deve receber dos médicos contrapartidas, omitindo que o Estado paga igualmente os cursos a outros estudantes, que vários médicos fizeram o curso no estrangeiro, e que são os internos quem paga as ações de formação da sua especialidade, e que, além do serviço normal que prestam, chegam mesmo a entrar nas escalas de serviço como se fossem especialistas. O Governo está, pois, a financiar o Serviço Nacional de Saúde à custa dos profissionais de saúde, dizendo compensá-los com a final da Champions – imaginem se fosse o Passos.

Enquanto isso, os sindicatos e os media, leões ferozes em tempo de Governos do PSD, são gatinhos domesticados em tempo de Governo do PS, indo comer à mão do dono os apoios que são distribuídos a partir dos impostos dos contribuintes.

Quanto ao acesso ao direito a apoio jurídico, é a Ordem dos Advogados quem procede à nomeação dos advogados para os diversos atos, cujo funcionamento é pago pelas quotas dos advogados. O advogado nomeado pela Ordem dos Advogados para prestar o serviço de uma consulta terá de efetuar reuniões no seu escritório com o utente, entregar-lhe um parecer escrito e apresentar um relatório à Ordem dos Advogados e aguardar que lhe paguem € 25,50 de honorários.

Num processo-crime a correr em Leiria – ou pelo menos com a fase de instrução em Leiria, porque o Juízo de Instrução é em Leiria – se o processo passar pelas três fases, contando o inquérito como uma fase, o advogado nomeado poderá ter de intervir em seis diligências, e sendo de Pombal, terá de fazer seis deslocações a Leiria, por fase processual, e terá de fazer vários requerimentos, e aguardar que lhe paguem € 250,00 de honorários, mas terá de suportar os custos das deslocações. Se o advogado contar os custos da deslocação com viatura, do funcionamento do seu escritório, nomeadamente com renda ou amortização, condomínio, empregados, equipamentos, consumíveis, telecomunicações, literatura jurídica, água, eletricidade, quotas para a Ordem,



MUNICÍPIO DE POMBAL

Segurança Social e seguros, ainda paga ao Estado para prestar o serviço de apoio jurídico. Em contrapartida, um intérprete recebe € 102,00 por diligência.

Ou seja, são os advogados quem financia o acesso ao direito cuja prestação incumbe ao Estado. E o Passos já não pode ser o culpado.

Esta é uma reflexão que deixo a todos, incluindo os membros do PS desta Assembleia. Obrigado.”

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Cumprimento toda a Assembleia, na pessoa do Doutor Mota Pinto, Senhor Presidente do Município, colegas, Senhores Presidentes de Junta aqui presentes, comunicação social, e a todos os que nos estão a ouvir através da transmissão da Assembleia.

Ora bem, nós estamos a assistir a um envelhecimento da nossa comunidade, estamos a assistir a um envelhecimento da nossa população mundial e todos os países do mundo estão a assistir a um crescimento do número da população, e na proporção das pessoas idosas da sua população.

O envelhecimento populacional está prestes a tornar-se numa das transformações sociais mais significativas do séc. XXI, com implicações transversais a todos os setores da sociedade – no mercado laboral, no financeiro, na procura de bens, serviços, como na habitação, e também em transportes, proteção social e nas estruturas familiares e laços intergeracionais.

Foi com agrado que verificámos que a cidade de Pombal vai acolher, nos próximos dias 26, 27 e 28 de maio, a edição do Aging Congress de 2022, um evento internacional que se propõe ser uma referência no debate das questões em torno do envelhecimento.

Para mim, é um orgulho a escolha da cidade de Pombal, e é um reconhecimento meritório pelo trabalho desenvolvido em todo o concelho na promoção do envelhecimento ativo e saudável, em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as coletividades e as Juntas de Freguesia, nomeadamente – e com muito orgulho também – nas Comissões Sociais de Freguesia, que têm desenvolvido um trabalho extraordinário de proximidade à população.

Neste sentido, é com muito anseio que espero os resultados deste congresso, que com ele consigamos beber boas práticas e bons ensinamentos, para que possamos tratar em conjunto e desenvolver boas políticas no envelhecimento ativo do nosso Concelho de Pombal.”

Leandro Siopa (PS):

“Boa tarde, Senhor Presidente. Cumprimento, na sua pessoa, todos os presentes, e os demais que lá estão em casa. Também quero felicitá-lo, uma vez que foi eleito para a Assembleia da República. Cumprimento o Senhor Presidente, todos os Vereadores, e já agora, um cumprimento protocolar a um deputado da nação, o Joel Gomes, que está aqui entre nós.

Começo já por responder aqui, muito rapidamente, ao Dr. José Gomes Fernandes, que trouxe dois assuntos novos – pelo menos deviam ser novos – não lhe chega o tempo da moção acerca da saúde, ainda teve que colocar aqui mais uma achega. Fazemos notar isto, que ocupa o tempo do PAOD também com isso.

Em relação à cartilha, os membros do Partido Socialista desta Assembleia nada têm a dizer, não são cartilheiros absolutamente de ninguém. Aliás, esse termo da cartilha era do outro mandato passado, com certeza o Dr. José Gomes Fernandes recorda-se.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Vou ler, para ser rápido, duas intervenções, uma sobre um assunto que é premente e creio que une todas as pessoas aqui desta Assembleia, que tem a ver com a poupança de água.

Senhor Presidente da Câmara, neste momento o país vive uma das mais graves secas, mais de 90% do território encontra-se em seca severa ou extrema, e a nossa região já se encontra em seca moderada.

Atendendo às perspetivas de fraca ou inexistente pluviosidade para este mês, o Partido Socialista quer aproveitar esta Assembleia para apelar ao Município, aos Senhores Deputados, a todos os que nos veem e ouvem através das redes sociais, à população em geral, para que sejam todos agentes ativos na poupança de água.

Ainda ontem tivemos, em Pombal, vinte e três graus – e hoje, pelos vistos, vinte e três ou vinte e quatro – uma temperatura que não é nada habitual para a época e sim para maio ou junho. O impacto das alterações climáticas – ou como conhecíamos anteriormente, pelo aquecimento global – é inegável e merece ação imediata e conjunta. Entendemos, por isso, que o Município dê o exemplo e avance com medidas para diminuir o consumo de água nas regas dos espaços verdes públicos, quer na quantidade, quer na cadência, quer na lavagem das ruas, quer na lavagem e manutenção dos seus equipamentos.

Incitamos também que o Município adote formas de comunicar – uma vez que tem gente suficiente para o fazer – e influenciar a sociedade civil para a imediata diminuição dos consumos de água, naturalmente, nas atividades e circunstâncias possíveis.

O Partido Socialista voltará a este assunto para a próxima Assembleia Municipal, uma vez que, como alguns diziam, foram bombardeados com recomendações, agora damos aqui um tempo ao PSD e ao Executivo e, portanto, voltaremos às recomendações e às propostas.

Uma segunda nota, que tem a ver com nomeações e contratações.

Senhor Presidente da Câmara, na última reunião de Câmara creio eu que não teve oportunidade de responder à Senhora Vereadora Odete Alves, respondeu parcialmente, só na questão da Pombal Prof, e por isso, queríamos concretamente perguntar a V. Exa. quantas pessoas tem o Município a trabalhar na comunicação, quantos e quais são os colaboradores contratados pela ADILPOM, se são precisos esses para além daqueles que tem agora no Gabinete de Comunicação, atendendo a que criaram um Gabinete de Protocolo e vamos ter duas contratações, se entende que ficaria alguma coisa por comunicar com menos pessoas nestes departamentos, se será que nos lugares de confiança política não devia imperar um critério de resposta efetiva a uma necessidade coletiva.

E com tudo isto, o tempo vai passando, e com isto termino, para não me alongar no tempo, e para deixar alguns minutos ainda aos meus colegas.

Muito obrigado a todos.”

André Tasqueiro (PPD/PSD):

“Obrigado, Senhor Presidente.

Na sua pessoa, cumprimento a Mesa, a Câmara Municipal, os colegas deputados, os serviços, a comunicação social e o público.

Venho-vos falar hoje sobre um tema que, no meu entender, está a revolucionar a mobilidade na cidade. Estamos a falar de um sistema de bicicletas partilhado, intitulado PomBike, cujo regulamento já foi aprovado aqui, por esta mesma Assembleia. Esta nova alternativa de mobilidade é constituída por sete estações, por sessenta e seis docas, vinte



MUNICÍPIO DE POMBAL

e quatro bicicletas convencionais e onze bicicletas elétricas, frota essa que, no meu entender, está mais do que adequada para o momento do lançamento, que caracterizo de sustentável.

De acordo com os dados atuais presentes no website da plataforma, verifica-se ainda que o número de utilizadores é o adequado para o momento inicial, e que poderá aumentar mediante o aumento de bicicletas, de docas, de estações, da digitalização plena e imediata do processo de adesão ao sistema, permitindo assim, de facto, que a caução possa ser entregue através de meios digitais de pagamento, em vez da atual entrega presencial.

Uma outra questão que, no meu entender, poderá ter impacto, não só no número de utilizadores do sistema de bicicletas partilhado, mas também no número de utilizadores da mobilidade suave e ciclável na cidade, tem a ver com a relação de coexistência entre automóveis, meios de mobilidade suave, transportes públicos, e também os peões. Para que esta relação seja saudável, é necessário haver não só civismo e cumprimento da Lei por parte de todos os intervenientes, mas também uma adaptação das infraestruturas rodoviárias – e das restantes equiparadas, como ciclovias, entre outras – a estes modos de mobilidade, pelo que congratulo o Município pelo lançamento da implementação do PomBike, e questiono também ainda se o Município irá aplicar as normas e boas práticas presentes na Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2030, conhecida como ENMAC, nas intervenções futuras de requalificação das vias urbanas na cidade. Obrigado.”

Marlene Matias (PS):

“Boa tarde a todos. Cumprimento o Senhor Presidente, a Mesa e os restantes presentes. Bom, ficamos tão imbuídos do espírito desta Câmara Municipal que resolvemos também elaborar uma resenha dos primeiros cem dias deste Grupo Municipal, com a certeza de que a mesma irá certamente complementar a que foi apresentada por V. Exas.

O Grupo Municipal do PS elaborou cinco recomendações e uma proposta – estas serão apresentadas e discutidas hoje – fez igualmente chegar à Câmara Municipal quinze requerimentos, o primeiro datado de 18 de novembro e o último de 15 de dezembro. Continuamos pacientemente a aguardar a resposta ainda a alguns destes.

Senhor Presidente, consegue informar-nos, hoje, quando é que V. Exas. pretendem cumprir com o art.º 4.º do Estatuto da Oposição que nos confere o direito à informação? Como sabe, de entre outras atribuições e competências, à Assembleia Municipal e aos seus eleitos cabe-lhes acompanhar e fiscalizar a Câmara Municipal, como tal, dentro do espírito democrático e da Lei, não queremos colocar a dúvida de que haja uma tentativa de obstaculizar o trabalho da oposição, mas a verdade é que também, nestes primeiros 100 dias, observámos que o art.º 6.º, o direito à participação, explanado no Estatuto da Oposição, também está globalmente ferido, pois este Grupo Municipal não tem sido informado nem convidado para as várias iniciativas e atividades municipais, como sempre fora hábito nesta casa, impedindo assim a participação da Oposição nos mesmos – dou como exemplo a tomada de posse do Jovem Autarca, ou a Sessão “Pombal mais Atrativo”.

Registamos também, nestes primeiros 100 dias, que o requerimento por nós enviado a V. Exas. a solicitar um espaço físico, uma mera sala, para que possamos trabalhar e ainda reunir com os munícipes, foi recusado. Mas, a dar resposta ao requerimento foram muito ágeis. E também diz muito da cultura democrática dominante.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Para terminar, Senhor Presidente, consegue, hoje, responder a uma simples questão, como por exemplo, se o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxa de Exploração de Inertes, publicado no site – sim, nós fomos verificar no site – da Câmara Municipal, está em vigor e se há cobrança efetiva da mesma? Este era o nosso Requerimento n.º 2. Obrigada.”

Alexandre dos Santos (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, muito boa tarde. Na sua pessoa, permita-me cumprimentar todos os presentes.

Numa nota inicial, muito breve, permita-me reforçar a nota de pesar que a Assembleia acabou de aprovar, pelo falecimento do Senhor Luís Faria, porque vem de encontro com uma das minhas intervenções, porque graças ao seu entusiasmo pelo desporto, por ter sido fundador do Clube de Ténis de Pombal, ajudou a dinamizar em largas centenas de jovens Pombalenses, ao longo dos anos, que se apaixonaram pelo desporto, e que pelo seu sentido de entrega e sentido de serviço à comunidade, nos permite estarmos aqui hoje a reforçar essa nota de pesar.

Em seguida, gostaria de enaltecer e parabenizar a cooperação do Município na realização, no fim de semana passado, do Campeonato Nacional de Clubes de Atletismo, organizado pela Federação Portuguesa de Atletismo, que fez proveito da pista coberta instalada na ExpoCentro, mais uma prova de grande relevância nacional. Neste caso, em concreto, e uma nota à parte, numa competição de desportos individuais onde o espírito de uma comunhão de interesses individuais se eleva para o melhor de um grupo e de um clube. Estes atletas deixaram as suas equipas orgulhosas com o desempenho e com o esforço alcançado, sempre com o foco no grupo e na cooperação da equipa, uma valiosa lição que podemos ir aplicando ao longo da nossa vida.

Permita-me, então, felicitar o Sporting Clube de Portugal e o Sport Lisboa e Benfica pelos títulos alcançados em Pombal.

Aproveitar ainda para destacar a presença de figuras nacionais em Pombal nesse mesmo evento, o nosso campeão olímpico Pedro Pichardo, e a nossa vice-campeã olímpica Patrícia Mamona, que já este fim de semana voltará a estar em Pombal para mais um evento nacional.

Reforçar ainda que, também neste contexto desportivo, Pombal recebeu o Meeting “António Monteiro”, promovido pela ADAL – Associação Distrital de Atletismo de Leiria, que também escolheu Pombal para ser a casa deste evento. Estas escolhas sucessivas da pista coberta de atletismo da Expo Centro – o Meeting da Cidade de Pombal, o Campeonato Distrital Absoluto de Leiria / Coimbra, o Meeting “António Monteiro”, o Campeonato de Clubes, e agora o Campeonato Nacional – mostram bem o interesse, o valor e a importância que a pista e o equipamento devem ter, coloca-a como unidade de referência nacional para a prática de atletismo e para competições de alto rendimento, onde Pombal se pode afirmar e consolidar como uma das escolhas mais seguras para a realização destes eventos de alcance nacional e internacional.

Portanto, deixo uma nota ao Executivo sobre a importância da manutenção, conservação e melhoria, fruto do tempo e das inovações, claro, que este equipamento deve merecer, para que se possa continuar a destacar.

Quanto ao Concelho, permita-me dar uma grande nota de parabéns e de orgulho pelos atletas do NDAP – Núcleo de Desporto Amador de Pombal, que se sagraram campeões regionais do centro em basquetebol sub-14. O NDAP está de parabéns, não só por formar



MUNICÍPIO DE POMBAL

e desenvolver atletas de topo e de elevado rendimento, mas também porque sempre o fez com valores e princípios de companheirismo, civismo e urbanidade, formando não só atletas que carregam o nome de Pombal pelo país, como cidadãos interessados e preocupados na sua comunidade.

Esta, que deve ser uma bandeira do Município, a prática regular de desporto, seja amador, seja profissional, seja meramente recreativo, por lazer e diversão, continua a ser portadora de boas notícias para Pombal. Que assim se mantenha, e que o Executivo, em articulação com os parceiros, clubes e associações, possa continuar a desenvolver e a divulgar tais práticas.

Nesta primeira intervenção, permitam-me também mencionar um outro tema, ligado à juventude. Antes de mais, mencionar a cerimónia de tomada de posse da Jovem Autarca, Sara Gaspar, dos Vereadores e dos membros da Assembleia Jovem, este que é mais um passo – tal como referi na Assembleia Municipal passada – para a aproximação dos jovens ao Poder Local, fazer com que saiam da sua zona de conforto, que sintam o sentido de participação democrática e o respeito pela comunidade e participação cívica.

Mas, por último assunto, que já por várias vezes, em Conselho Municipal da Juventude, se tem aludido e destacado a importância de repensar a maneira de cativar os jovens para a participação cívica, e que é cada vez mais urgente a necessidade de criar e desenvolver projetos, mas principalmente, não só criá-los, mas apostar na sua divulgação e acompanhamento desses mesmos projetos junto dos mais jovens, falo, como aconteceu no projeto Jovem Autarca, que podemos classificar como um sucesso nesta primeira edição, tal como também já falámos com outras dinâmicas, na questão de reformular e rever o regulamento do Conselho Municipal da Juventude, para que permita uma abordagem mais ampla à sociedade e de funcionamento mais célere, para ir de encontro, lá está, ao Encontro Nacional dos Conselhos Municipais da Juventude, que se realizou em 2021, e onde Pombal esteve representado. E face também ao facto de 2022 ser o Ano Europeu da Juventude, as atividades e projetos nesse sentido devem ser exatamente valorizados, apoiados e colocados em prática, com o apoio e suporte de todos.

E como tal, é com uma grande alegria que vi recentemente o esforço do Município para a intenção de implantação de um projeto de Orçamento Participativo Jovem, promovido em cooperação com a Associação Coolpolitics, e pelo seu projeto “Programa Bem Comum”, que é financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

E portanto, umas palavras rápidas sobre estas iniciativas, que ajudam a aproximar os jovens à comunidade, promovem o diálogo entre os jovens, mas também promovem o Município e as instituições.

Portanto, deixo, então, umas palavras de esperança e de sucesso, para que o projeto siga os caminhos normais de desenvolvimento, e que, da minha parte, enquanto membro desta Assembleia Municipal e enquanto representante do Conselho Municipal da Juventude, tudo farei para ajudar este Município.”

Nuno Oliveira (PS):

“Boa tarde, Senhor Presidente, boa tarde a todos.

Então, o que me leva aqui a intervir é a questão da substituição do Diretor da Casa Varela, mais especificamente a cessação de funções do até agora Diretor, Filipe Eusébio. Dar nota aqui de que consideramos o seu trabalho um trabalho positivo, e que foi feito em condições bastante adversas, não apenas pelo sentido pioneiro que teve a sua função,



MUNICÍPIO DE POMBAL

como também pelo facto de ter decorrido em período de pandemia, e questionar quanto ao necessário processo de substituição para a função, dando aqui a tónica de que consideramos essencial que essa substituição seja feita com base em critérios estritamente técnicos – ou seja, é importante encontrar uma pessoa com reconhecida sensibilidade e um conhecimento transversal da cena artística, e que isso seja enquadrado numa verdadeira política cultural de médio e longo prazo, que seja coerente, que seja consequente, que seja estruturada, e que encare a cultura – como estou certo que será também intenção deste Executivo – como muito mais do que mero entretenimento.

Obrigado.”

Henrique Mota (PPD/PSD):

“Boa tarde, Senhor Presidente. Os meus respeitosos cumprimentos a V. Exa. e a toda a Mesa, ao Senhor Presidente de Câmara, a todos os restantes deputados municipais, e a todos os presentes.

A questão que hoje trago já não é uma questão nova, é uma questão que vem desde outubro de 2019, e que se prende com a falta, a tempo inteiro, de um Conservador do Registo Civil na Conservatória do Registo Civil de Pombal, ou seja, desde outubro de 2019 que a Conservadora que tem o cargo está em regime de diligências em Coimbra, o que faz com que a Conservatória tenha deixado de ter um Conservador a tempo inteiro. Embora não seja uma questão nova, houve um último desenvolvimento, que acho que não é benéfico para Pombal, não é benéfico para a nossa Conservatória, e daí ter trazido este facto, por esta mesma relevância.

Para além de todos os encargos, para além de todas as questões que tem trazido ao nível do funcionamento da Conservatória, quer para os funcionários que desde essa data estão sem uma chefia, quer para os utentes, pessoas singulares, pessoas coletivas, que veem um conjunto de serviços não ter a resposta adequada, quer para os profissionais do foro – advogados, solicitadores, e toda a restante comunidade jurídica, digamos assim, que vê a sua atividade entorpecida por esse facto, o que faz com que, atualmente, naqueles casos em que existe possibilidade, por competência, de que os processos deem entrada noutras Conservatórias, é aquilo que se tem feito.

Ora bem, a acrescentar a tudo isso, no passado mês de janeiro de 2022 – agora há coisa de dois meses – a Direção Geral dos Registos e Notariado, que tinha dado a competência dos processos de nacionalidade à Conservatória de Pombal, e estando em causa a paragem de processos, há mais de dois anos, que ascendem quase a um milhar de processos, em vez de resolver a questão humana com o facto de dar provimento ao lugar de Conservador, retirou a competência dos processos de nacionalidade à Conservatória de Pombal.

Daí, insto V. Exa. e o Município para junto da Direção Geral dos Registos e Notariado, proceda de uma vez por todas ao cabimento do lugar de Conservador do Registo Civil na Conservatória, para que essa ausência de Conservador não possa futuramente ser um pretexto para a retirada de mais competências a esta Conservatória.

Por último, e uma vez que fui eleito como representante desta Assembleia na Comissão de Crianças e Jovens, acho que me cabe o dever de prestar contas a esta Assembleia pelo exercício dessas mesmas funções. Portanto, no passado dia 27 de janeiro de 2022, realizou-se a reunião da Comissão Alargada da CPCJ, na qual eu marquei presença, para lá de outros membros desta Assembleia. Essa reunião foi a reunião onde se votaram



MUNICÍPIO DE POMBAL

os relatórios do último ano, e, só a título meramente informativo, dizer que transitaram do ano de 2020 para o ano de 2021 setenta processos, entraram setenta e nove processos, por transferência de outras comissões houve dois processos, e foram reabertos vinte e quatro, o que dá um total de cento e setenta e cinco processos que foram tratados no âmbito da CPCJ de Pombal, o que demonstra, por um lado, e por aquilo que foi possível identificar, que estão, neste momento, pendentes, sessenta e seis processos, o que trouxe uma diminuição acentuada do número de pendências nessa CPCJ, o que significa que o trabalho está a ser bem feito, está a ser feito de forma proveitosa, e acho que é uma comissão que terá que merecer todo o apoio por parte do Município.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, demais Vereadores, caros colegas, funcionários da Câmara, Exmo. Público, a todos os meus cumprimentos.

Eu vou fazer uma intervenção, tal como o Henrique Mota, dar aqui conhecimento à Assembleia da minha atividade junto da CIMRL. Enfim, na última sessão de 27 de janeiro, que aconteceu em Leiria, tomei lugar como membro indicado por esta Assembleia para a representar na primeira reunião da Assembleia Intermunicipal, no dia 27 de janeiro, da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria – eu vou ser um bocadinho extenso nesta parte, para que as pessoas fiquem a saber um bocadinho melhor o que é a Comunidade Intermunicipal – em conjunto com os representantes eleitos nas Assembleias Municipais dos dez Municípios da Região de Leiria – Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós.

Com uma extensa ordem de trabalhos, mereceram especial atenção da minha parte a informação escrita do Senhor Presidente, as GOP’s e o Orçamento, e a posição conjunta dos dez Municípios “Mais coesão e mais desenvolvimento”. É óbvio que tudo o que está vertido nos documentos é consensual e desejável, nomeadamente o comunicado conjunto, saído também da reunião das CIM’s de Leiria e Coimbra, realizada em 11 de janeiro último, em Ansião, onde se reafirma a necessidade do investimento público e privado no nosso espaço comum, e da afirmação da rede de cidades de média dimensão, que Pombal integra, não esquecendo a centralidade que Pombal tem na equidistância a Leiria e Coimbra, e as oportunidades e exigências que isso nos coloca.

Nos diversos documentos distribuídos, já acima referidos, para a sessão de 27 de janeiro, documentos de intenções e algumas pretensões desejáveis – umas mais fáceis de atingir do que outras – houve um assunto em particular que despertou a minha maior atenção e posterior intervenção na Assembleia, que aqui replico e alerto, como desiderato algo esquecido e mal amado pelo Governo Central, e que se trata dos quarenta mil hectares de deserto que há cinco anos desfrutamos na orla costeira, que vai do Concelho da Nazaré até ao Concelho da Figueira da Foz, afetando ainda os concelhos de Marinha Grande, Leiria e Pombal, sem qualquer intervenção que se veja e dê vislumbre de reposição daquela memória já distante, onde pensávamos que vivíamos num paraíso florestal, que num fim de semana desapareceu, em outubro de 2017. Verifiquei, então, que nas propostas da CIMRL há uma intenção de financiar sistemas de vigilância noturna contra incêndios, e não vi qualquer verba destinada a ações com vista à recuperação efetiva da floresta, o que estranhei, porque me deu a ideia de haver ali alguma preocupação com o telhado, e pouca com a casa, que não existe. E alertei para



MUNICÍPIO DE POMBAL

o facto, a minha estranheza de ver tantas preocupações com assuntos acessórios – vigilância, segurança, proteção, redução de emissões de carbono, ações contra as alterações climáticas – e sobre a floresta e a sua recuperação mais que urgente, que tarda há cinco anos, quase nada referido.

Há apenas no documento de intenções, na posição conjunta dos dez Municípios, na sua alínea h), Florestas, n.º 46, uma tímida “requalificar e revitalizar as matas nacionais e paisagens protegidas”, e só, como se o pulmão que há muito nos falta, que permite a penetração nociva da influência marítima para o interior, como há centenas de anos não acontecia, que requalifica e regula o carbono como poucos, e mais pode contribuir para haver alterações climáticas, toda essa menor atenção ali vertida me preocupou, e disso dei nota aos presentes, à qual recebi uma lacónica resposta do Senhor Presidente da Mesa, Presidente da Câmara de Leiria, Dr. Gonçalo Lopes, que o problema era da competência das Florestas e do Governo, resposta que, obviamente, não me satisfiz.

E por isso, aqui deixo mais uma vez o alerta, e peço a atenção e intervenção do Senhor Presidente da Câmara, porque tudo o que se passa no nosso território nos diz respeito, e mesmo que legalmente possa não dizer, politicamente diz sempre. E a nossa população conta connosco para fazermos bem esse trabalho.

Há cinco anos que nada lá acontece, e se há milhares de milhões para a TAP, para o BES, para outras iniciativas de mais duvidosa utilidade, certamente também se conseguirão dez ou vinte milhões para replantar convenientemente quarenta mil hectares, que os responsáveis diretos, infelizmente, pouca importância ligam, mas essencial para a nossa sobrevivência biológica.

E se o Município muito pode fazer pela promoção deste assunto, muito mais eficazmente o farão dez Municípios em conjunto. Mas, alguém tem que pegar essa bandeira com tenacidade e fazer as coisas acontecer como precisamos. E Pombal já deu bem evidência dessa preocupação recuperadora, ao ter programado uma plantação de vinte e cinco mil árvores num talhão, nas matas nacionais, num futuro próximo, tiro de partida para as mais de vinte e cinco milhões necessárias para todo o espaço. E se for Pombal o porta-estandarte da causa, só teremos de nos orgulhar de si, Senhor Presidente, de muito lhe agradecer e de o honrar. O assunto é grave, a necessidade é premente, e a intervenção urgente. Todos contamos consigo, sempre, e mais ainda neste caso, porque a felicidade sem a floresta real e viçosa no sítio dela, simplesmente não existe.

Muito obrigado.”

Fernando Matias (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa saúde a Mesa da Assembleia, o Executivo Municipal, todos os presentes, e também o público que assiste através das redes sociais.

A minha intervenção está relacionada com, sobretudo, saudar a abertura de concurso público por parte do Centro Hospitalar de Leiria para a empreitada de criação da Unidade de Internamento e Cuidados de Convalescença, a instalar no primeiro piso do Hospital Distrital de Leiria, não só porque isto representa um investimento de 620.000,00 €, mas pelo que essa unidade representa. O que ela representa é diminuir o efeito de porta giratória – ou seja, que as pessoas que saiam do internamento, tratadas, mas que ainda necessitem de algum apoio, regressem a casa e no dia seguinte entrem através do serviço de urgências. Isto é significativo e é importante. Também permitir que as camas disponíveis nos serviços possam estar livres o mais rápido possível, para não estarem a



MUNICÍPIO DE POMBAL

ser ocupadas, com utentes da comunidade a necessitarem de apoio. Também para capacitar, neste caso, os doentes, que após tratamento perderam e ficaram debilitados, permitir-lhes que eles regressem às suas comunidades capacitados, de forma a encontrar e a enfrentar as dificuldades da vida. Também, e por último, o apoio às famílias.

Mas, falando do Centro Hospitalar de Leiria e da sua Unidade de Pombal, também queria enaltecer – e é de enaltecer, apesar de haver lacunas também – de facto, a expansão progressiva das consultas externas. Tem-se verificado que temos progressivamente cada vez mais especialidades a serem dadas e trabalhadas aqui na nossa comunidade, e no Hospital Distrital de Pombal.

Também enaltecer o nosso serviço de medicina, com uma capacidade de trinta, ou trinta e duas camas, que tem dado uma resposta capaz e cabal à nossa comunidade.

Mas, não são só coisas boas no Hospital de Pombal, também existem lacunas, e a essas também lá tenho que ir, que é no caso do serviço de urgências – por exemplo, os médicos, em termos de medicina interna, até às vinte horas, e o laboratório fecha às dezasseis, o que, de facto, não se percebe. Nós sabemos que a medicina se exerce cada vez mais com apoio em meios complementares de diagnóstico, e a partir das quatro horas, efetivamente, as pessoas correm o risco de irem engrossar o número de macas no serviço de urgência geral do Hospital de Santo André, o que não é bom, porque, efetivamente, eu penso que um centro hospitalar constituído por três unidades – neste caso, o Centro Hospitalar de Santo André, Alcobaça e Pombal – devia apoiar-se nestas unidades periféricas para no seu serviço de urgência geral dar cada vez mais cuidados urgentes, de maior diferenciação.

E também, de facto, apontar o trabalho que é realizado, os profissionais de todas as áreas desenvolvem um trabalho meritório, mas o que verificamos no caso das urgências é que o trabalho é realizado cada vez mais por empresas, os recursos humanos são de empresas, porque, de facto, as pessoas deixam de vestir a camisola, vêm ali trabalhar umas horitas, e depois vão para casa, e pronto, não têm nada a ver com o assunto. É importante que em qualquer unidade, em qualquer empresa, e também no hospital, as pessoas vistam a camisola, e que se sintam parte integrante daquela comunidade. E muitas vezes, as empresas vêm retirar esse acréscimo, que é significativo.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado. Não tenho mais inscrições e, portanto, passo agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimentar o Senhor Presidente, os Senhores Membros da Mesa, todos os membros da Assembleia Municipal, e todas as pessoas que nos acompanham nesta sessão.

E permitam-me que, naturalmente, em nome da Câmara – nós já o fizemos na semana passada, na reunião, por unanimidade – nos associemos aqui ao voto de pesar do Luís Faria, que não deixa de ser uma pessoa muito especial, para quem teve o privilégio e a oportunidade de privar com o Luís Faria, e creio que todos os Pombalenses que usufruíram da zona desportiva, em alguma altura das suas vidas, lidaram com ele, porque diária e permanentemente era ele que abria e fechava o Clube de Ténis, era com ele que nós falávamos sempre que íamos à zona desportiva, e usufruíamos dos campos de ténis.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Isto para dizer aquilo que significa enquanto impulsionador e dinamizador de uma modalidade que hoje vingou, em Pombal, fruto de um conjunto de pessoas que fundaram o Clube de Ténis, mas que depois também o alimentaram, consolidaram o projeto, e no caso do ténis, está intrinsecamente ligado, e vai ficar, à memória do Luís Faria. E queria deixar aqui, em nome da Câmara Municipal, uma palavra também sentida à família do Luís Faria, que sempre esteve muito envolvida, como sabem, no fortalecimento e na dinamização do Clube de Ténis e da modalidade no nosso território. E acho que foi de inteira justiça, realmente, aqui esta singela homenagem que nós prestámos, e a que, naturalmente, a Câmara se associa.

Também queria deixar aqui uma nota, que também deixámos em reunião de Câmara, de agradecimento, neste caso, a todos os autarcas de freguesia, a todos os colaboradores de Junta de Freguesia e aos serviços da Câmara Municipal de Pombal, pela forma como decorreram as eleições legislativas, a forma responsável com que, mais uma vez, abordámos este processo, que era um processo muito delicado, como estamos todos recordados, e demonstra realmente o brio, o profissionalismo e a dedicação, quer dos funcionários da Câmara e das Juntas, quer dos Senhores Autarcas de Freguesia. E queria deixar essa nota, porque, realmente, mais uma vez, demos um grande exemplo de incentivo à participação dos cidadãos neste ato eleitoral, com segurança e respeitando todas as regras de saúde pública, num momento muitíssimo difícil que atravessámos. E por isso, deixar essa nota também.

E também, naturalmente, as minhas felicitações pessoais ao Professor Paulo Mota Pinto, pelo facto de ter sido eleito também como deputado da Assembleia da República.

Relativamente agora às questões que colocaram diretamente à Câmara, sem prejuízo, depois, de estarmos sempre disponíveis para reunir com cada um dos membros da Assembleia Municipal para debater qualquer assunto, para falarmos de qualquer temática, temos essa disponibilidade – e é real, porque já aconteceu com vários membros da Assembleia Municipal que solicitaram reuniões com os membros da Câmara Municipal, e nós falámos, discutimos os assuntos, e eu acho que é assim que deve funcionar. Ou seja, naturalmente, a Assembleia Municipal é o palco para os membros da Assembleia Municipal pedirem os esclarecimentos todos que entenderem necessários, claro, e estamos cá para prestar esses esclarecimentos, mas fora das sessões, temos também disponibilidade para acolher as sugestões e contributos.

Dizer que todas as cerimónias públicas, e naturalmente que em termos de convites formais, também foi colocada essa questão, os convites seguirão para todos os membros da Assembleia Municipal, mas para qualquer cerimónia pública organizada/promovida pelo Município de Pombal, os Senhores Membros da Assembleia Municipal estão sempre convidados – qualquer cerimónia pública, como foi o caso da sessão participativa, onde nós não enviámos convite formal a nenhuma entidade, a única coisa que fizemos foi tentar divulgar pelos agentes turísticos, naturalmente, tínhamos que ter o Turismo Centro de Portugal, fizemos isso em colaboração e eles disponibilizaram esses contactos, porque era o público-alvo daquela sessão.

Mas, qualquer membro da Assembleia Municipal, sintam-se sempre à vontade para participar em qualquer sessão, nomeadamente as que são abertas à população em geral e são quase todas, mas, mesmo que não sejam, e se tiverem interesse em participar em alguma destas sessões, ou outro evento qualquer promovido pelo Município de Pombal, se quiserem, podem entrar em contacto prévio connosco, no sentido de isso ser



MUNICÍPIO DE POMBAL

assegurado. Eu até acho que isso é muito positivo, acompanharem a dinâmica, participarem nas ações, darem os vossos contributos, e nós, se pudermos acolher, melhor.

Portanto, existe essa total disponibilidade para eventos culturais, ou outros eventos, desportivos, etc. – está sempre, aliás, no cartão do membro da Assembleia Municipal, previsto que tem acesso a todos os espaços públicos, a todos os eventos. Não existe o cartão, mas existe, naturalmente, aquilo que é o espírito da Lei para os Senhores Membros da Assembleia Municipal poderem, querendo, participar em todas as iniciativas promovidas pela Câmara Municipal de Pombal.

Relativamente às questões, e vou tentar responder a cada um dos Senhores Deputados, começando aqui pelo Anibal Cardona, em relação ao subsídio de reintegração.

Como sabem, foi amplamente discutido em reunião de Câmara – pelo menos em duas reuniões de Câmara – é um direito e é um direito legítimo. E aquilo que nós fizemos foi, perante um direito exercido pelo seu titular, pedir internamente informação aos serviços, se aquele direito, nos termos da Lei, devia ser atribuído. E o que é certo é que a informação que nós temos dos serviços, quer da área dos recursos humanos, quer da área jurídica, é no sentido de ter direito ao subsídio de reintegração. E portanto, creio que aí, nessas matérias, não há dúvidas nenhuma, analisado o processo individual.

Mesmo assim, chegado à reunião de Câmara, houve dúvidas levantadas por alguns dos Senhores Vereadores, relativamente ao momento e aos termos da atribuição deste subsídio de reintegração, e aquilo que nós fizemos foi: nós, Câmara, todos, enviámos para a CCDR um pedido para, ao momento, a este tempo – está lá escrito – nesta altura – ou seja, responde à questão colocada, em termos do prazo de prescrição – se nesta altura, a Câmara Municipal devia, ou não, atribuir o subsídio de reintegração a que, de acordo com os nossos serviços e a informação interna, técnica e jurídica, teria direito. E a CCDR responde-nos no parecer que sim, que tem direito. Cada um tem a sua interpretação, é o que está lá escrito no parecer, e eu acho que têm acesso a esse parecer – se não tiverem, também facilmente o fazemos chegar.

Para além disso, internamente, na questão do prazo prescricional, é entendimento que é o Regime Geral da Prescrição. E portanto, no caso concreto, não estava decorrido esse termo do prazo, para além do facto de que o próprio Código Civil estabelece – e é uma questão jurídica – que quando há reconhecimento desse direito – e esse reconhecimento existe expressamente e tacitamente – expressamente porque há informações internas e despachos onde é reconhecido esse direito, e tacitamente porque há pareceres de várias entidades a reconhecer esse direito, e que são interpretadas também como causas que podem interromper a prescrição. E portanto, relativamente a esse estatuto jurídico, creio que não se aplica, juridicamente.

Portanto, não se aplicando juridicamente, existe um direito, nós temos de fazer uma coisa: cumprir a Lei. E aí, não é falta de coragem; aí é coragem, coragem para cumprir a Lei. E eu, enquanto for Presidente de Câmara, é isso que farei, cumprir a Lei. E neste caso em concreto, eu e os Senhores Membros da Câmara Municipal de Pombal cumprimos a Lei, independentemente de outras nuances e, naturalmente, outras questões do foro político, que eu compreendo perfeitamente, mas onde eu não vou alinhar, porque a mim compete-me, enquanto Presidente da Câmara, cumprir a Lei, e foi isso que eu fiz. Relativamente às questões suscitadas, relacionadas com as descargas na ETAR, eu estive agora, outra vez, a confirmar aquilo que foi a resposta que foi dada também aos Senhores



MUNICÍPIO DE POMBAL

Membros da Assembleia Municipal, onde são descritas várias ocorrências, e depois, o encaminhamento que tiveram essas mesmas ocorrências, nomeadamente no contacto que tivemos com as entidades competentes nesta matéria, e, portanto, creio que a questão, nesses termos, teve o procedimento normal, e também o procedimento que deve ter, nos termos da Lei.

Agora, naturalmente, relativamente às questões relacionadas com a deteção e o controlo de ocorrências, etc., existem esses mecanismos, mas aquilo que eu sugeria – e eu creio que até é uma proposta que acho que já tínhamos falado, pelo menos noutra sede tínhamos falado dessa proposta – era irmos nós próprios à ETAR, os Senhores Membros da Assembleia Municipal, fazer uma visita com os técnicos, para que nos expliquem a todos, naturalmente, para ficarem todos conhecedores, do ponto de vista técnico, de quais é que são os procedimentos que são efetuados, e qual é que é o método de acompanhamento de todas estas situações. Estou disponível, já falei aqui com o Senhor Vereador para falarmos com o Diretor de Departamento e agendarmos uma visita de trabalho aberta a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal e aos Senhores Presidentes de Junta, naturalmente, para podermos também, in loco, perceber, do ponto de vista técnico – isto são questões técnicas, não são questões políticas, e são do interesse de todos, e naturalmente estas matérias relacionadas com o saneamento básico são merecedoras da nossa maior atenção, porque é uma responsabilidade enorme que temos sobre os ombros, e onde queremos que tudo corra pelo melhor, e quando as coisas eventualmente não correm bem, que tenham o melhor tratamento possível, para evitar que possam voltar a suceder. Se concordarem com esta proposta por parte da Câmara, e também, naturalmente, de todos os Senhores Vereadores, podemos, com os serviços, agendar, então, uma visita de trabalho à ETAR de Pombal – que foi a ETAR que destacou – no sentido também de percebermos, do ponto de vista técnico, o que é que é feito em cada uma das situações relatadas. E acho que é uma visita muitíssimo interessante, para todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal poderem conhecer também o funcionamento da própria ETAR, e de todos os mecanismos associados ao tratamento das águas residuais.

Relativamente às questões suscitadas pelo Luís Couto, dizer que esta área da saúde mental – e todos percebemos, por todos os casos que, infelizmente, se vão sucedendo – é uma área que é merecedora da maior atenção de todos. E, naturalmente, nós, enquanto Câmara Municipal, temos noção dessa mesma responsabilidade, e queremos fazê-lo de forma integrada.

Nós, a partir de abril, vamos assumir novas competências na área da saúde, e concomitantemente, o nosso objetivo é delinear um plano estratégico também nesta área da saúde, termos um Conselho Municipal de Saúde – que, aliás, é obrigatório, nos termos da Legislação de transferência de competências, nós acionarmos o Conselho Municipal de Saúde, que é um órgão totalmente novo no espetro municipal – e com o Conselho Municipal de Saúde, onde estarão presentes várias entidades relacionadas com a área da saúde e com este Plano Municipal de Saúde, cuja verba é hoje também reforçada na alteração ao Orçamento – porque queremos dar prioridade a estas temáticas, e ainda agora estava aqui a confidenciar com a Senhora Vereadora que era importante nós, dentro do prazo de elaboração do plano, podermos eventualmente constituir um grupo de trabalho específico, só para as matérias da saúde mental, que são matérias que são transversais à sociedade e a toda a comunidade Pombalense.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mas, também queria salientar esse facto, nós temos tido uma atenção muito particular a esta matéria, desde já porque temos responsabilidades para com os nossos colaboradores – com os cerca de quinhentos agora, e quase oitocentos daqui a dois meses. E portanto, esse protocolo, essa parceria com a Ordem dos Psicólogos, é precisamente para nós podermos ter competências técnicas exteriores ao Município para ajudarmos os nossos trabalhadores nesta área, que é uma área fundamental, que é na área da psicologia e do bem-estar dos nossos trabalhadores. E estamos muito empenhados nisso, em ajudar os nossos próprios trabalhadores a desempenharem melhor as suas funções, com este acompanhamento, que nós esperamos que seja frutífero. Mas, para além disso, no campo da escola, que é um campo onde nós temos de ter uma maior incidência, e dentro daquilo que é a responsabilidade do Município de Pombal – e que vocês sabem que é na área do 1.º ciclo e do pré-escolar – nós temos uma equipa multidisciplinar, que foi criada com o sentido de acompanhar os processos de aprendizagem, e sobretudo foi reforçado o acompanhamento a crianças e jovens sinalizados, também no período de pandemia, para que não deixassem de ter esse acompanhamento por parte dos nossos técnicos, onde também estão psicólogos, e precisamente fazemos esse trabalho, e também queria destacar isso de forma positiva, ou seja, no sentido de que estamos a responder a esta problemática também, que achamos que é uma problemática que merece a maior atenção.

Relativamente ao Pombus, a resposta que eu tenho para dar é a mesma resposta, porque em dois meses, ou um mês e pouco, aquilo que está a ser feito pelos serviços é a avaliação do alargamento da linha da rede de transportes urbanos, e também, paralelamente – e temos de ver, depois, qual é o melhor modelo – do transporte a pedido, que foi aquilo que está sinalizado pelos serviços de mobilidade do nosso Município.

Relativamente às questões colocadas pelo José Gomes Fernandes, dizer que, naturalmente, nos revemos nessa necessidade que todos nós sentimos, em termos de profissionais de saúde no território, e algo que é de uma dimensão superior – ou seja, que é também daquilo que são as políticas promovidas a nível nacional – de a função pública ser também atrativa para os médicos e para os profissionais de saúde. E a atratividade, hoje, da carreira de médico no setor público é algo que também tem influenciado essa diminuição de profissionais de saúde no território, e que nos preocupa, naturalmente, não só dos médicos, mas também de enfermeiros, e de outros profissionais de saúde, que deviam ser mais valorizados, que deviam ter um maior número de incentivos, realmente, para que tivéssemos um reforço dos profissionais de saúde, que todos sentimos a falta por todo o território.

Em relação às questões colocadas pela Carla Longo, dizer que sim, este ponto é um ponto que nós levamos muito a sério, porque nós, se estamos a assistir ao envelhecimento da nossa população, e todos os dados do ponto de vista demográfico que temos, nos próximos dez ou vinte anos, vão no sentido de nós termos uma população muito mais envelhecida, não há nada a fazer em relação a isso, o que há é encarar esse envelhecimento como também uma oportunidade e um desafio positivo. E eu encaro-o dessa forma. Eu acho que o facto de nós termos uma população que tem uma qualidade de vida, também nessa fase da sua vida, superior ao que existia anteriormente, é um desafio positivo, de desenvolvermos e termos aqui estratégias que promovam o envelhecimento ativo e saudável. E é nesse sentido, no âmbito dessa estratégia maior, que o facto de acolhermos aqui em Pombal o Congresso Internacional do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Envelhecimento Ativo, que é um dos maiores eventos a nível internacional de reflexão técnica e científica sobre a temática do envelhecimento, acho que é uma mais valia enorme. É uma mais valia, porque nós temos na área social uma dinâmica muitíssimo interessante, na resposta também à população idosa, e temos que evoluir, temos que evoluir para outro tipo de respostas, para outro tipo de definição de estratégias. E termos associado a Pombal – e esse é que é o elemento que eu acho mais relevante – ao nosso concelho, às nossas instituições, às nossas unidades de saúde, às nossas escolas, a tudo aquilo que é a nossa dinâmica coletiva, termos associado aqui a oportunidade de termos eventos que vão trazer investigadores nacionais e internacionais sobre esta temática, creio que é uma oportunidade única, e que eu considero muito positiva.

Paralelamente à realização deste congresso, temos outras boas ideias a serem preparadas, em parceria com instituições académicas, e que estão a ser amadurecidas, e assim que nós tivermos alguma novidade, naturalmente partilharemos, porque o nosso objetivo é fazer mais e melhor, também nesta área, e temos aqui algumas ideias interessantes, de algumas parcerias, que eu acho que vão ser muito úteis para o território, também para ajudar as instituições sociais, quem está no terreno e os profissionais, que também têm sido incansáveis em cada uma das nossas instituições, e que merecem também esse reforço positivo.

Vamos também definir uma estratégia para o envelhecimento ativo, saudável e feliz, porque entendemos que quanto mais agregadas estiverem as respostas que nós temos nesta área, e se tivermos aqui um objetivo de metas a médio e longo prazo, vamos mobilizar a nossa comunidade para esta temática. E por isso, já está também a ser preparado pelos serviços, o procedimento nesta matéria.

Relativamente às questões suscitadas pelo Leandro Siopa, dizer que a questão da seca nos preocupa imenso, como calculam. Nós fomos dos primeiros Municípios a desligar completamente os sistemas de rega. Ainda em novembro, nós desligámos todos os sistemas de rega pública, precisamente para ter uma atitude de imediato preventiva. E agora, estamos a monitorizar esses espaços, por parte dos nossos serviços, para que também os nossos espaços verdes não sequem, mas estamos a monitorizar para gastar o mínimo de água possível nos sistemas de rega públicos, onde vocês sabem que, normalmente, utilizamos sempre uma quantidade significativa de água, e que estamos a fazer uma poupança por esse intermédio.

Estamos, juntamente com a CIM, a analisar um conjunto de medidas, nomeadamente também numa estratégia maior de abordagem às alterações climáticas – ainda nesta sexta-feira vai haver uma reunião de trabalho, também relativamente a essa matéria, mas na última reunião da CIM já se começaram também a definir algumas medidas que sejam integradas, ou seja, que sejam assumidas pelos vários Municípios da nossa região – e por isso, também vamos reforçar aquilo que é a sensibilização para as pessoas, e nomeadamente na área da agricultura, que nós sentimos, pelos dados que temos, que é onde tem que haver uma maior racionalização do uso da água, fazer campanhas de sensibilização para que as pessoas se apercebam que este é um problema que vai durar, que vai ter consequências, e as consequências não são positivas, naturalmente, neste domínio, e nós vamos ajudar as pessoas, sensibilizar as pessoas para adotarem um conjunto de medidas, no sentido de poupar e terem uma melhor gestão do uso da água. Em relação às nomeações, nós já demos a informação toda aos Senhores Vereadores do Partido Socialista, creio que isso já está mais do que explicado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente ao André Tasqueiro, que falou no PomBike e na mobilidade ciclável em Pombal, vocês acompanharam, quando discutimos aqui o regulamento, é um processo burocrático, e tem que ter estes procedimentos todos até ver a luz do dia, mas é uma estratégia maior, naturalmente. Primeiro, porque visamos dinamizar a nossa comunidade, queremos mais pessoas a movimentar-se em Pombal, e naturalmente que, se usarem a bicicleta, estão a dar um contributo muito positivo a vários níveis – ao nível do trânsito, ao nível da sua própria saúde, e também ao nível ambiental. E portanto, há um conjunto de ganhos individuais e coletivos que merecem esse destaque positivo, e que nós agora temos de ir complementando no futuro, com o alargamento da rede, à medida que as pessoas se forem familiarizando com o uso da bicicleta partilhada, podermos começar a ter, se calhar, mais bicicletas disponíveis, mas isto agora vai depender um pouco da adesão. E nós estamos a fazer uma campanha forte – já perceberam – de sensibilização, de estímulo, incentivo, para que as pessoas adiram a este programa, e para que as pessoas andem cada vez mais de bicicleta, porque é, naturalmente, algo muito positivo. Também estamos disponíveis, naturalmente, para sugestões que nos queiram fazer chegar, relativamente a esta prioridade de incentivarmos a mobilidade suave no nosso território.

Relativamente às questões suscitadas pela Marlene Matias, nós respeitamos o direito à informação, entendemos que todos os membros da Assembleia Municipal devem ter toda a informação disponível. Dos dezassete requerimentos, apenas três ainda não foram respondidos, e vão ser respondidos, inclusive a questão que me colocou, já estão em fase de recolha de informação dos serviços para serem respondidos aos Senhores Membros da Assembleia Municipal.

Mas, em relação aos requerimentos, é lógico que fizeram dezassete requerimentos, e nós vamos respondê-los a todos, e sempre que fizerem requerimentos, nós vamos responder a todos, se calhar não no prazo que gostariam, no prazo que é possível, mas também nós recebemos requerimentos no dia a seguir à tomada de posse. Ainda nem sequer tinha reunido a Câmara, ainda nem sequer os pelouros estavam distribuídos, ainda nem sequer nos tínhamos sentado nas cadeiras, já estávamos a receber requerimentos a pedir informação aos serviços. Quer dizer, ainda nem os Vereadores conheciam os próprios serviços, nem sabiam quem eram os responsáveis, não sabiam nada e não vos estou a acusar de falta de educação, pelo contrário, aquilo que eu estou a dizer é que há informação, informação muito relevante, alguma com dezenas de páginas, informação dos serviços, informação que os serviços têm que recolher, que têm que tratar para depois enviar, e o que eu estou a salientar é que é humanamente impossível, e naquele prazo, naquele momento em que ainda nem sequer havia distribuição de pelouros, conhecimento dos serviços, etc., estarmos a dar a resposta que queriam em tempo, mas, naturalmente, que as informações chegarão todas aos Senhores Membros da Assembleia Municipal.

Então, muito rapidamente, em relação ao Alexandre Santos, estamos outra vez com uma dinâmica muito grande em termos desportivos, somos referência a nível nacional e internacional pelas nossas práticas, boas marcas internacionais. E realmente Pombal é destaque pela positiva no panorama desportivo, a ser reconhecido, temos atletas nossos a serem também medalhados – a Nádia Mendes, por exemplo, que participa até aqui nas provas de BTT, foi campeã nacional de ciclocrosse, para perceberem o impacto positivo



MUNICÍPIO DE POMBAL

dos nossos atletas lá fora – a Nádia é Pombalense, não está a viver em Pombal agora, mas é natural de cá.

Em relação ao Gabriel Oliveira, dizer que o balanço que eu faço, enquanto Presidente de Câmara, do trabalho do Filipe é, realmente, muito positivo, e amanhã de manhã teremos oportunidade de fazer esse mesmo balanço publicamente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Temos duas intervenções do público, os munícipes Beatriz Marques Branco e Telmo Lopes. Tem, cada um, cinco minutos.

Primeiro, Beatriz Marques Branco.”

Beatriz Branco (Munícipe):

“Muito boa tarde. Cumprimentar os membros desta Assembleia na pessoa do Senhor Presidente, cumprimentar o Executivo da Câmara, felicitar também o Professor pela eleição à Assembleia da República.

Agradecer por, finalmente, a petição apresentada pela AMAGO ter sido acolhida nesta Assembleia Municipal, embora não agendada conforme nós achamos que deveria ser. E portanto, apelamos aqui a todos os membros desta Assembleia Municipal que constituam uma comissão de acolhimento a este assunto, que deverá ser tratado com algum tempo e com olhos de ver, para que saia dessa mesma comissão um relatório com conclusões que nos possam esclarecer a todos.

Neste sentido, folgo em saber que a Câmara Municipal está preocupada com a seca que estamos a atravessar, que estamos todos muito preocupados com aquilo que é a racionalização da água, mas também deveríamos estar preocupados com a preservação dos nossos depósitos naturais de água, e onde, efetivamente, a vamos captar.

Nesse sentido, é urgente um reforço das medidas protetoras dos recursos hídricos no Concelho de Pombal, nomeadamente da captação, ou das captações que abastecem a população inteira do concelho – estou a falar do aquífero da Mata do Urso – tendo em conta precisamente também a atual situação de seca que vivemos hoje e que todos sentimos, e as futuras que estão previstas e que vão ser acontecimentos cada vez mais recorrentes e mais perto uns dos outros.

Como tal, acho que estes mil subscritores desta petição têm o direito de tentar ver preservado o seu direito à água, o seu direito à qualidade de vida, o seu direito ao ambiente. Portanto, espero sinceramente que esta Assembleia trabalhe para essa proteção, reforçando as medidas de proteção a este aquífero. Como se costuma dizer, um copo de água não se nega a ninguém e, infelizmente, vemo-nos obrigados, se calhar, daqui a uns tempos, a termos de negar, porque não há para todos.”

Telmo Lopes (Munícipe):

“Boa tarde, Senhor Presidente, restante Mesa, Executivo, Senhor Presidente, todos os deputados municipais, caríssimo público.

Começar esta minha intervenção por congratular o Executivo pela decisão de aquisição – ou, pelos vistos, vai ser até aluguer – dos desfibrilhadores que serão distribuídos pelo Município. Isto tinha sido uma sugestão de uma deputada municipal do CDS na anterior legislatura, mais concretamente em junho de 2021, que, na altura, recebeu o repúdio do então executivo. E congratulamo-nos por essa medida ser adotada.

Relativamente à aprovação do subsídio de reintegração do anterior Presidente da Câmara, uma breve nota – não vai ser uma análise legal, porque não temos capacidade para o fazer – apenas queremos dar nota da alteração de postura do Executivo em



MUNICÍPIO DE POMBAL

relação ao Executivo anterior. Ou seja, o Executivo anterior muitas vezes foi acusado de uma postura de litígio, em que em várias situações preferiu sempre o litígio ao acordo – nomeadamente, todos estamos recordados da situação dos terrenos da Escola de Vila Cã – e penso que a alteração dessa postura deste Executivo, na dúvida – o Dr. Pedro Pimpão disse que tinha a certeza que tinha que pagar – na dúvida, decidiram pagar, e acho muito bem. Se calhar daqui a oito ou dez anos estavam embrulhados em tribunal com a questão, e a pagar o dobro ou o triplo do que tinham pago agora.

Relativamente a coisas mais do interesse dos Pombalenses, nomeadamente da qualidade de vida dos Pombalenses, saber como é que está o processo de requalificação do IC2, não têm havido notícias. Sabemos que o Governo mudou, agora não há Orçamento de Estado, possivelmente daqui a cinco ou dez anos ainda teremos o IC2 no mesmo estado, não sei é se teremos condições para circular entre Pombal e Leiria daqui a alguns meses. Mas, isso é outra questão.

Também uma nota para a aparente paragem das obras no viaduto Eng.º Guilherme Santos, pelo menos parece que as obras pararam, não sei se a empresa se foi embora, ou o que é que aconteceu. O que é certo é que as obras começaram e agora estão paradas. Felizmente não tem chovido, pelo menos nesse aspeto, para aquelas pessoas, porque senão o estado daquelas ruas era capaz de estar um bocado catastrófico.

Perguntar também, neste enquadramento, como é que está a situação do projeto de requalificação da zona industrial da Formiga, que qualquer pessoa que lá circule, e os empresários que lá trabalham, eu acho que aquilo é uma vergonha para qualquer munícipe, ter uma zona industrial naquele estado.

Para terminar, mais duas questões. Sabemos, foi tornado público, que foi aprovada a aquisição de um terreno junto ao IC2 para fazer um jardim. É certo que fazem falta jardins em Pombal, mas penso que não é a localização mais adequada para um jardim, nem será o sítio em que nós perspetivamos ter mais jardins. Qual é que será o valor de aquisição desse terreno, ou da expropriação desse terreno, e qual o motivo, se é só uma questão de ter ali uma zona um bocadinho mais bonita junto ao IC2. Sinceramente, não conseguimos perceber a utilidade dessa aquisição.

Para terminar, em relação à pista de atletismo, dar nota, não sei se é do conhecimento do Executivo, de que existem neste momento dois Municípios da zona da grande Lisboa que estão preparados, ou a pensar construir um equipamento para o atletismo, pista coberta, de raiz. Os Municípios em causa são o Município de Loures e o Município de Sintra. Equipamento esse que, se surgir nos próximos anos na zona da grande Lisboa, vamos saber qual é que é o resultado final dessa situação. É que os grandes clubes da capital, se puderem fazer as provas à porta de casa, não vêm fazer cento e cinquenta quilómetros, pelos nossos bonitos olhos, para fazer as provas nas condições em que atualmente fazem, que muitos consideram ótimas, e nós, na nossa perspetiva, quer dizer, comparar aquilo com outras condições que os atletas de alto rendimento têm, acho que é uma pobreza.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“O nosso Regimento diz que a este período de intervenção do público se segue, depois de encerrado o período de antes da ordem do dia, não se trata agora de intervenções antes da ordem do dia, dos membros dos Grupos, para novos pedidos de esclarecimento. Diz-nos, no entanto, que o Presidente da Câmara, se for interpelado para o efeito, pode usar da palavra, bem como os membros da Assembleia, encontrando-se, neste caso, a



MUNICÍPIO DE POMBAL

sua intervenção limitada a um membro por Partido, coligação de Partidos ou grupos de cidadãos. Eu entendo isto como não sendo novos pedidos de esclarecimento. No entanto, poderão usar da palavra para o que entenderem.

Eu vou perguntar se alguém dos Grupos – um membro por cada Grupo – pretende usar da palavra, e perguntarei depois ao Senhor Presidente se pretende falar, uma vez que foi interpelado com perguntas também. Alguém pretende usar da palavra? O tempo aqui será também de cinco minutos.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Permita-me que tire a máscara e que esteja sentado, atendendo às condições de trabalho, em que não temos aqui uma mesa evidente, temos que improvisar com o que temos, e eventualmente estamos todos a fazer um esforço para cumprir com o período difícil em que vivemos.

Da intervenção do Senhor Presidente da Câmara restaram-me algumas dúvidas que eu gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente, e em primeiro lugar, em relação ao estatuto do deputado municipal, ou membro da Assembleia Municipal.

Parece-me que há alguma confusão, eventualmente à importância que é dada à figura do membro da Assembleia Municipal enquanto representante de um conjunto de eleitores no nosso concelho. E portanto, penso que protocolarmente seria exigível uma consideração diferente, e que houvesse um convite direto à participação nas atividades, e não um convite aberto à população, em que um membro da Assembleia Municipal fosse considerado com a mesma responsabilidade que qualquer outro cidadão, quando tem responsabilidade acrescida, porque representa um grupo de cidadãos. E penso que o Senhor Presidente da Câmara terá que fazer uma evolução nesse pensamento.

Depois, também gostava de alertar, ao contrário do que o Senhor Presidente da Câmara disse, não é um dado adquirido que exista um cartão de deputado municipal. Ele não existe, de facto. Apesar de ser regimental, nós não temos acesso a nenhum cartão de deputado municipal. Confesso, por falta de informação, também não sei que direitos acrescidos é que ele me confere, não estou preocupado com isso. Mas, se é algo regimental, e já vivemos aqui um episódio sobre a força do Regimento, sobre a força do bom senso, eu pergunto-me, sinceramente, onde é que está esse cartão de deputado municipal, gostava de o conhecer.

E agora, a pergunta seguinte: já agora, perguntar se ele me dá acesso ao tal espaço de trabalho, que também é regimental, o espaço de trabalho que é devido aos Grupos Municipais, e que nós não temos. Nós não temos um espaço de trabalho – nós, os restantes Grupos Municipais – não existe ainda. Foi dito muito rapidamente, ao contrário, na resposta a outros requerimentos da nossa parte, foi dito que esse espaço de trabalho não existe, mas eu admito que, não sendo nos Paços do Concelho, num espaço do nosso concelho, que pertença à Câmara Municipal de Pombal, ele certamente será encontrado rapidamente, assim haja essa vontade. E eu espero que ele esteja neste momento a ser encontrado, acredito que sim.

Depois, em relação à questão do subsídio de reintegração do Dr. Diogo Mateus, também me restou a dúvida se se trata de uma questão política ou jurídica, porque foi encurralado todo o pensamento sobre o tema para uma questão jurídica, como se de uma questão meramente jurídica se tratasse, quando, na verdade, estávamos num órgão político, onde impera a maioria, e houve um entendimento político em relação às dúvidas que juristas, de uma forma geral, levantaram sobre o tema. Eu reforço que o parecer da CCDR não



MUNICÍPIO DE POMBAL

determina a necessidade de pagamento, reforço que a indicação dos serviços jurídicos não determina a necessidade de pagamento, e também reforço – já agora, só para complemento – que também é opinião dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, não determinam nada, apenas indicam a sua visão...

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Deixe-me interrompê-lo. É o seguinte: esta fase é para intervenções do público, não se trata de prolongar o período de antes da ordem do dia, como eu disse claramente, com novas questões para as quais cada Grupo Municipal tem o seu tempo.

São novas questões, não são respostas a questões que foram dadas, é a réplica que está a querer dar a uma resposta que foi dada. Toda a gente está a ver isso, não vale a pena alterar a realidade e, portanto, aqui, esta disposição do Regimento permite que qualquer membro, de qualquer Grupo Municipal, se pronuncie sobre as questões levantadas pelo público. Ora, essas questões que está a levantar são respostas à resposta que foi dada, não dizem respeito a questões levantadas pelo público.

Portanto, se quiser continuar, eu vou ter que lhe tirar a palavra. Se quiser pronunciar-se sobre as questões do público, muito bem, pode usar da palavra como entender.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia, agradeço a oportunidade.

Então, terminando, só pedindo que haja um esclarecimento cabal, se há, ou não, neste momento, cobrança de uma taxa, ao abrigo do regulamento dos inertes, sim ou não. Isso é uma pergunta simples, que devia ter sido respondida, e não foi.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Quero cumprimentar os dois membros do público que intervieram, vieram enriquecer o debate da democracia. Por respeito a eles, apenas quis fazer esta pequena referência. Temos de ser nós também, deputados municipais, eleitos pelo público, eleitos pelos eleitores, que devemos também dar uma imagem e fazer o nosso trabalho de forma digna, respeitar esta Assembleia. E, de facto, há regras que são para todos cumprirmos, ninguém está acima da Lei, e vamos, então, cumprir a Lei.

Quero deixar este protesto, porque, de facto, esta atitude não tem nada de ético, de positivo. E tive que fazer esta intervenção, para que não volte a ocorrer, e para que não tenhamos aqui indisciplina e complicações no funcionamento da Assembleia, e das regras da Assembleia.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu pergunto agora se o Presidente quer responder às intervenções do público, e também, evidentemente, às perguntas que, entretanto, lhe foram feitas pelos membros dos Grupos Municipais nesta fase.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Então, respondendo aqui às questões suscitadas, naturalmente, à preocupação manifestada pela Beatriz Branco, dizer que, da nossa parte, o Município de Pombal tudo fará, em qualquer processo de licenciamento, para garantir que as medidas de salvaguarda do aquífero da Mata do Urso sejam garantidas, porque entendemos que, realmente, merece, do nosso ponto de vista, esse reconhecimento a uma das áreas que é estratégica para o nosso território, e portanto, naturalmente que obedecerá a todas as regras relacionadas com a preservação deste recurso natural riquíssimo que nós temos no nosso território, e que temos que preservar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, terão acesso a toda a informação, a toda a documentação, relativamente a este, como a outros processos, em termos de licenciamento, que entenderem que precisam de conhecer mais em pormenor. Creio que já tiveram uma reunião, inclusive com a Senhora Vice-presidente e com o Senhor Vereador, relativamente também a esta matéria, e mantemos sempre a nossa disponibilidade para irmos partilhando a informação que tenhamos sobre esta matéria.

Relativamente às questões suscitadas pelo Telmo Lopes, agradecer, naturalmente, esse reconhecimento do investimento que vamos fazer no programa dos desfibrilhadores automáticos externos, é um programa ambicioso e que merece destaque pela positiva, porque entendemos que, realmente, devíamos investir nesta matéria – e hoje mesmo reforçamos a dotação orçamental que tínhamos já prevista no nosso Orçamento, para ter aqui uma resposta cabal em termos daquilo que é a representatividade territorial desta mais valia para salvar vidas, que é esse o objetivo principal.

Registamos também esse reconhecimento a esta postura do Município e do órgão Câmara Municipal. Nós temos de trabalhar na via do diálogo, na via da concertação. Naturalmente que podemos ter opiniões divergentes, podemos não ter a mesma opinião sobre muitos assuntos, mas é no diálogo e é na concertação que nós podemos evoluir, porque é com o contributo de todos, mesmo daqueles que não concordem com algumas das decisões que nós tomamos – e nós respeitamos esses pontos de vista diferentes – que nós podemos evoluir, porque nós vivemos todos no território, somos todos pombalenses e o que nós queremos é o melhor para a nossa terra, independentemente dos Partidos pelos quais fomos eleitos. Queremos o melhor e estamos dedicados a fazer o melhor. Cada membro da Assembleia Municipal está dedicado a fazer o melhor, a dar os seus pontos de vista, as suas perspetivas. E quando erramos, reconhecemos o erro, eu sou o primeiro a assumir. Quando eu fizer erros – porque farei erros, de certeza, até porque só não erra quem nada faz – eu estarei cá para assumi-los, e para ser responsável por esses mesmos erros. É esse o nosso espírito, e tem que ser, porque podemos criar conflitos, podemos criar divisões, etc., e não é isso que melhora as instituições, não é isso que melhora as organizações, e não é isso que vai aumentar o desempenho da nossa Câmara e, portanto, não é esse o nosso espírito. Divergir quando temos de divergir, convergir no essencial. E a maioria das matérias que nós discutimos, que nós trabalhamos, é o essencial para melhorar a vida das pessoas, tal como foi salientado.

Em relação à requalificação do IC2, quero dar uma boa notícia: neste momento, todos os projetos de especialidade estão na posse da Infraestruturas de Portugal. Ainda ontem eu e o Senhor Vereador estivemos reunidos com o responsável, com o coordenador da Região de Leiria da Infraestruturas de Portugal, alertou-nos para alguns pormenores em alguns projetos de especialidade, mas ainda este semestre – espero eu, é a boa notícia – vai avançar o procedimento concursal para a execução da obra. E ao mesmo tempo – porque eu tenho feito essa pressão e vou continuar a fazer, porque eu só pararei quando o IC2 estiver todo requalificado, desde as Meirinhas até à Redinha, só pararei nesse momento, em relação a essa matéria, e foi assim ao longo dos anos, quando desempenhei outras funções, só pararei quando todo o IC2 estiver requalificado, no perímetro do nosso concelho – e neste momento, já terminou, ou está em fase de conclusão, um concurso para o projetista, desde Pombal até à Redinha, para depois se iniciar esse projeto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, são boas notícias, naturalmente, mas nós só ficaremos descansados quando a obra estiver concluída; não é quando os procedimentos estiverem terminados, eu e também os Senhores Presidentes de Junta, que têm estado, ao longo dos anos, muito empenhados nessa requalificação, porque é urgente, aquela estrada, no estado em que está, é verdadeiramente urgente.”

As obras no Viaduto Eng.º Guilherme Santos vão comprimidas no tempo, e vão desenrolar-se no mês de março, porque são obras que vão criar alguns condicionalismos, nomeadamente no trânsito e nós vamos ter também um plano de comunicação, de sensibilização, para os condicionalismos que vai ter – naturalmente que vai criar algumas mudanças de hábitos diários durante aquele mês, e nós queremos que seja no menor tempo possível.”

Ponto 2 - Período da ordem do dia.

Ponto n.º 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“A informação foi distribuída, é um documento extenso, de cento e cinquenta e cinco páginas, penso que todos tiveram acesso a ele.

Pergunto se há intervenções sobre este ponto.

Temos quatro intervenções. João Coelho, tem a palavra primeiro.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Câmara, tentei ler com a maior atenção a informação, por completo, e confesso que, eventualmente por cansaço, faltou-me o registo de uma reunião que penso que ocorreu – e, portanto, o meu pedido de esclarecimento é nesse sentido – que foi a do Conselho Municipal da Educação. Gostaria que confirmasse aquilo que me foi possível testemunhar através da comunicação da Câmara.

Gostaria de perceber, confirmada a reunião, se houve nessa reunião alguma indicação sobre os pedidos por parte dos intervenientes, mas também alguma comunicação por parte do Senhor Presidente da Câmara sobre aquilo que perspectiva ser a evolução da rede escolar no nosso concelho, nomeadamente no 3.º ciclo e secundário. E digo isto pela preocupação que tem sido comum a todos os Partidos, em relação à sobrelotação da Escola Secundária de Pombal, em contraponto com a sobrevivência difícil de algumas escolas com contrato de associação, sem contrato de associação em alguns anos, e outras escolas que, em complemento, vão compondo o conjunto da rede.

E por fim, se houve alguma promessa manifestada, nessa perspectiva de evolução da rede escolar, por parte do Senhor Presidente da Câmara – a confirmar-se, naturalmente – a dois níveis: primeiro, na próxima reunião de rede com as entidades do Ministério da Educação, ter uma intervenção num determinado sentido, e segundo, se houve alguma promessa por parte do Senhor Presidente da Câmara em relação ao investimento, nomeadamente na construção de novas escolas, criação de novas ofertas em escolas já existentes, e ponho de parte aquelas já anunciadas, se me permite, para não estarmos aqui em redundâncias, que já conhecemos, nomeadamente o investimento na Escola



MUNICÍPIO DE POMBAL

Marquês de Pombal. Eu sugeria que avançássemos e perspetivássemos apenas para o futuro, que é aquilo que nos interessa.

Era apenas este esclarecimento. Muito obrigado.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Muito boa tarde, caro Presidente da Assembleia Professor Paulo Mota Pinto e restantes membros da Mesa, caro Presidente Dr. Pedro Pimpão e restantes Vereadores, membros da Assembleia, colegas Presidentes de Junta, muito boa tarde.

Vou aqui identificar seis pontos da informação, que gostaria de salientar.

Na página 6, e relativamente ao natal nas escolas, e ao comboio de natal, apesar de já termos falado disto na Assembleia anterior, dar os parabéns à Câmara por ter feito esta iniciativa que espalhou o natal pelas freguesias. Mas, gostaria de dar uma sugestão, que no próximo ano houvesse eventos ao fim de semana. Isto porquê? O comboio foi muito interessante, mas como foi durante a semana, muita gente estava a trabalhar e não conseguiu usufruir. E acho que era bom descentralizar o Natal, e espalhá-lo pelas sedes de freguesia, pelo menos, com alguns eventos, acho que era de grande importância para todos.

Na página 8, onde fazem referência às refeições escolares, dar nota de que tem sido feito um trabalho muito interessante na avaliação da qualidade das refeições escolares, e este é um dos pontos em que os pais nos chamam bastante à atenção. Seria interessante que os relatórios que são feitos, e que são dados a conhecer aos Presidentes de Junta e aos membros da escola, fossem publicados, ou que fossem afixados na escola, para os pais saberem o bom e o mau das refeições das suas crianças. Acho que a informação é sempre bem-vinda e é sempre de louvar, e às vezes os pais questionam-se como é que está a decorrer a alimentação dos seus filhos.

Voltando um bocadinho à época de Natal – e isto está na página 14 – os Trenós de Natal, uma iniciativa de louvar, e sendo trenós, ou sendo outra atividade qualquer, é de louvar, e a participação tem sido bastante interessante, mas eu acho que isto também se podia espalhar às freguesias. Pode ser no pós-natal, no início do ano, correr estas exposições pelas freguesias, para levarmos as pessoas também às sedes das freguesias, a visitar aquilo que bem se faz no nosso concelho.

Agradecer – e isto vem na página 25 – o Festival de Teatro, que mais uma vez vai ser disseminado por todas as freguesias. Vermoil vai receber uma peça de teatro neste evento, dar os parabéns à Câmara por isso. E gostaria de convidar todos, obviamente, a virem assistir à peça do TAP, “O Banquete”, que vai ser no dia 6 de março, às quatro da tarde. Venham todos a Vermoil, que é muito bom.

Na página 31, Rotas e Percursos Pedestres, acho que era importante que todas as freguesias tivessem alguns percursos pedestres definidos, e que estes tivessem motivos culturais, ou motivos desportivos, e que isto fosse feito em conjugação com todas – para não haver umas que têm, outras que não têm, criar um roteiro destes passeios pedestres, registar estes passeios, estes percursos, na Federação de Campismo e Montanhismo, e criar um roteiro, para que quem quisesse vir conhecer Pombal tivesse este roteiro sempre disponível.

Nos ecopontos – página 82 – tenho visto que a Valorlis tem dito “não” a instalações de alguns ecopontos, principalmente nas zonas com menos densidade populacional e mais escondidas, digamos assim. Eu acho que era importante haver aqui alguma pressão perante a Valorlis para que isto deixe de acontecer. Apesar de haver menos pessoas, mas



MUNICÍPIO DE POMBAL

se essas pessoas não tiverem os ecopontos perto, deixam de fazer a separação e deixar aqui um pequeno desafio, que é: junto das entidades competentes, ver se conseguimos ter pelo menos um eletrão e um espaço para recuperar as lâmpadas em cada freguesia. Neste momento, eles só existem praticamente no centro de Pombal, ou na Freguesia de Pombal, e acho que isto devia ser esticado – já que estamos também com os ecocentros – os eletrões, às freguesias todas.

Relativamente ao IC2, era para questionar como é que está o projeto, já obtive a resposta. Gostaria só de deixar aqui a hipótese de se fazer uma apresentação pública do projeto, ou centralizada em Pombal, ou distribuída pelas freguesias pelas quais ele atravessa, mas acho que era importante para a população conhecer os desígnios do projeto, porque, para já, está tudo em papel, mas quando vier a instalação dele, são eles que vão sofrer e que vão beneficiar deste projeto.

Obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes aqui e nas redes sociais, que também nos acompanham a esta hora.

Também vou tentar ser breve, tenho aqui alguns pontos que fui ler das cento e cinquenta e cinco páginas que me enviaram, aqueles assuntos que nos dizem mais respeito, a nível da freguesia – e como é óbvio, não podia estar aqui a elencar todos.

E começo por este assunto, o Daniel trouxe-o aqui, a questão do ambiente. É de notar que no próprio documento, a seguir, a Câmara, e também esse louvar deste momento, de Eco-Freguesias – no fundo, o Município associa-se às freguesias e dá esse contributo para que nós possamos todos ser uma Eco-Freguesia. Mas, esse trabalho, aí está, começa na escola, e muito bem, temos muitas Eco-Escolas, começa lá em casa, mas depois tem que haver nas nossas aldeias – não digo em todas, mas temos que tentar que seja em todas, que é esse o pedido que todos os Presidentes de Junta estão a fazer – que haja essa resposta, porque senão estamos a ensinar as nossas crianças a fazer reciclagem, e depois não temos sítio para a fazer. É óbvio.

E o que eu tenho notado, houve aqui neste mesmo espaço uma sessão da Valorlis, com a entrega dos compostores – eu vim buscar o meu compostor aqui, e percebi que, realmente, a empresa Valorlis, a entidade responsável por esta gestão de resíduos, depois, na outra parte, falha. O Município é acionista dessa empresa, e aqui faço o meu apelo ao Executivo para que faça esse “forcing” junto da empresa, como entidade acionista, para que, no fundo, estes pedidos que vão fazendo chegar as Juntas de Freguesia, tenham uma resposta positiva.

Aqui na parte da ação social, e refiro-me aqui à página 46, na rede social, o que é que eu sinto como Presidente de Junta? Ou seja, neste momento, dá-nos muito conforto ter as Comissões Sociais de Freguesia a funcionar. Quem não as tinha – ou seja, o antes e o depois, dá para perceber perfeitamente as mais valias a todos os níveis que temos tido nas freguesias. Eu digo sinceramente, aqui na parte da habitação, no emprego, na saúde, as pessoas, o individuo tem essa resposta. A resposta muitas vezes é o encaminhamento. Eu fui procurar números – porque, muitas vezes, nós temos que nos cingir a números – e para terem uma ideia, em 2021, tivemos:

- *processos acompanhados a nível do concelho – 955;*
- *atendimentos – 4.219;*
- *visitas domiciliárias - 1533;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- encaminhamentos – 1012.

Portanto, isto é um trabalho conjunto, e eu posso dizer, a nível de técnicos superiores que temos espalhados pelas freguesias, temos oito técnicos nas treze freguesias.

E agora, a minha preocupação. Eu tenho sentido, nos últimos tempos, alguma preocupação desses técnicos, porque, como é óbvio, as situações de trabalho desses técnicos não são aquelas que nós entendemos – eu já o disse aqui, e já o disse noutra fórum – e não são aquelas que todos nós gostaríamos que fossem.

O apelo que eu faço também, neste momento, aqui ao Município, é que faça todos os esforços – e com as Juntas de Freguesia, como é óbvio – para que consigamos melhorar esta valência, porque é uma valência do concelho – ou seja, as respostas estão a ser dadas pessoa a pessoa, problema a problema, nós sentimo-lo porque o vivemos na pele, o problema da pessoa, e conseguirmos dar uma resposta é muito positivo. Como é óbvio, é um trabalho muito profissional e tenho que enaltecer todos estes técnicos que estão a fazer esse trabalho; agora, cabe-nos a nós, à parte política, também dar-lhes melhores condições – e não falo aqui por ninguém em especial, mas falo por todos, porque acho que nós aqui estamos todos a trabalhar em equipa, e queremos o melhor para o nosso concelho e para as nossas freguesias. É esse o meu apelo.

Depois, vou aqui para o tema da Proteção Civil, também fui ler aqui a página 47 e afins, aqui com algumas preocupações. E também agradecer o convite que foi feito à Junta para acompanhar a GNR, o próprio Gabinete de Proteção Civil, na visita aos pontos de água – no fundo, a preparação dos tais incêndios que não queremos ter aqui no concelho, nem nas nossas freguesias. E envolver as Juntas é muito positivo, e nós desde sempre estivemos ao lado do Município, e iremos continuar a estar, neste trabalho de proteção das nossas populações e dos nossos territórios. A GNR tem um novo comandante da unidade que está sedeadada ali no Centro de Meios Aéreos. E o que é que nós sentimos? Sentimos que esta força, à semelhança de outras instituições do Estado, precisa do nosso apoio como Município, para que lhe consigamos dar melhores condições. Já percebi, e também fui ler, em termos de Orçamento, que vamos conseguir dar melhores condições àquele Centro de Meios Aéreos.

Eu dou o exemplo, eu conheço o Centro de Meios Aéreos de Porto de Mós, foi o último a ser construído e é um exemplo a nível nacional. Posso dizer que quando há uma comitiva de pessoas importantes que visita o Distrito de Leiria, não é a Pombal que vêm, mas é a Porto de Mós que vão, e percebe-se porquê. Uma vez que a nossa Administração Central, neste caso, não está a dar uma resposta a nível de edifícios, a Câmara, na minha opinião – e pode haver outras – tem que investir naquele Centro de Meios Aéreos e dar-lhe condições, porque não tenham dúvidas, se tivermos lá condições físicas, a própria GNR terá muito mais valências, terá muito mais operacionais, e já foi dito aqui, na parte da pista, há muitos Municípios à volta que não se importariam nada de ter o helicóptero lá. Obrigado.”

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Querida dar uma nota muito positiva na nossa comunidade. Nova unidade móvel de rastreio do cancro da mama, que foi inaugurada em Pombal, no Dia Mundial da Luta contra o Cancro. Foi um equipamento importantíssimo para reforçar a resposta do Programa da Liga Portuguesa Contra o Cancro na Região Centro, num investimento de mais de 350.000,00 €, onde grande parte foi granjeado nas atividades e peditórios da Liga, na comunidade. E é muito importante que a comunidade tenha noção de que muito



MUNICÍPIO DE POMBAL

do dinheiro que angaria é direcionado, realmente, para estes meios de rastreio, que são importantíssimos na prevenção da saúde.

Este novo equipamento passa a integrar a rede, que já é constituída por oito unidades no Núcleo Regional do Centro, que foram adquiridas entre 2019 e 2020 e têm em vista o diagnóstico precoce do cancro da mama.

Não posso deixar de evidenciar o grupo de voluntários comunitário de Pombal, que se encontra sedado na Junta de Freguesia de Pombal, e que em estreita colaboração com um vasto grupo de voluntários da nossa comunidade continua a produzir materiais de apoio ao doente oncológico, que são entregues de forma regular à Liga Portuguesa Contra o Cancro. A vontade de ajudar desta comunidade, de unir e confortar, mantém-se forte, mesmo durante os tempos pandémicos conturbados que temos atravessado. O espírito destes voluntários mostra que todos podemos ser agentes de mudança e que a nossa comunidade tem uma capacidade extraordinária de mobilização e entreaajuda, que todos nós devemos vangloriar e não esquecer.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado. Passo, então, agora a palavra, sobre estas questões da informação, ao Presidente da Câmara. Senhor Presidente, tem a palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou tentar ser mais sucinto nas respostas.

Em relação à questão colocada pelo João Coelho, que disse que não tinha visto na informação se estaria lá menção à reunião. Está e não só uma vez, está duas vezes mencionado na informação, na página 18, nos serviços de educação - Reunião do Conselho Municipal da Educação; e, na página 158, na própria agenda do Presidente - terça-feira, dia 25 de janeiro, está até a ordem de trabalhos e os temas que foram abordados nessa mesma reunião. Também está descrito o processo que levou à constituição do Conselho Municipal da Educação – como sabem, têm que ser eleitos os professores, representantes dos professores, dos diversos níveis de ensino, representantes dos estudantes, ou seja, conseguimos, num curtíssimo espaço de tempo, instituir um órgão que é muito importante, e em janeiro reunir e agilizar procedimentos – reunir, nos termos legais, e decorridos os prazos de eleição dos representantes de cada um dos membros do Conselho Municipal da Educação.

Essa reunião foi uma reunião muito interessante – aliás, já tinha referido, creio que na última Assembleia Municipal, ou pelo menos em reunião de Câmara, nós também já constituímos a comissão de acompanhamento e monitorização da descentralização na área da educação, um órgão que é previsto, nos termos da Legislação, e que nós, em parceria com a Direção Regional de Educação que tem assento também nesse órgão, já reunimos pelos menos umas duas vezes com os Agrupamentos de Escolas, no sentido de monitorizarmos e acompanharmos aquilo que é a assunção de novas competências na área da educação.

Paralelamente, na reunião do Conselho Municipal da Educação, aquilo que nós abordámos, os vários temas de interesse e onde a descentralização assume aqui um foco central, e a preocupação de todos, porque queremos todos que corra tudo pelo melhor, mas os desafios são imensos, os encargos financeiros que nós vamos ter são imensos, encargos financeiros em que, muitos deles, não estão previstos na transferência de competências – ou seja, o facto de assumirmos essas responsabilidades vai-nos levar



MUNICÍPIO DE POMBAL

indiretamente a ter aqui – e nota-se no Orçamento, em que também reforçamos as verbas -, um acréscimo de responsabilidades também financeiras.

Quanto à reorganização da rede, que foi a pergunta direta que o João fez, foi abordado o assunto, e aquilo que nós fizemos foi dar instruções aos nossos serviços para solicitarem a cada responsável dos Agrupamentos de Escolas e dos estabelecimentos de ensino do nosso concelho quais é que eram as suas perspetivas de reorganização da rede escolar. Portanto, neste momento, não há promessas nenhuma, não há compromissos nenhuns; o que houve foi uma reunião do Conselho Municipal da Educação, onde entre vários assuntos, também se discutiu a reorganização da rede e da oferta educativa no nosso concelho, e eu sugeri que cada um pudesse indicar, do ponto de vista daquilo que é a estratégia que nós temos que ter, coletiva, aquilo que eram as sugestões de reorganização da rede escolar e da oferta educativa. Por isso, não há promessas nenhuma, não há compromissos nenhuns, há é a intenção da nossa parte, e uma intenção férrea, determinada, em fortalecer a educação no nosso concelho, e dar algumas respostas que, infelizmente, não estão a ser dadas – e eu sei que o João conhece bem essa matéria, relacionada com alguns estabelecimentos de ensino, que têm capacidade, têm competência, têm qualidade para fazerem mais do que aquilo que estão a fazer, mas que, infelizmente, não lhes é dada essa possibilidade, como foi dada no passado. E isso tem sido um desafio que nós temos que acompanhar – e já tivemos várias intervenções, em sede de Assembleia Municipal, relativamente a esta matéria – com a maior das atenções, e acompanhar de perto, porque também é aqui a coesão territorial e social do nosso concelho que está em causa, em todas estas matérias.

Mas, assim que tiver também alguma novidade, também informaremos os membros da Assembleia Municipal.

Relativamente à outra pergunta que também me fez, quanto a investimentos no parque escolar, em termos de edifícios: nós, neste momento, internamente, os projetos que temos é o projeto de requalificação da Conde de Castelo Melhor e estamos na fase final da conclusão do Centro Escolar da Pelariga e com essa conclusão vamos ter um dos polos escolares mais modernos da nossa região. Vamos terminar a requalificação de todos os polos escolares das freguesias do Concelho de Pombal, uma estratégia seguida há muitos anos, mas uma estratégia muito positiva. E nós agora, no roteiro que estamos a fazer pelas escolas, no roteiro da educação, nós estamos a visitar todas as escolas do nosso concelho – todas, do pré-escolar, 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclos, secundário, outros estabelecimentos de educação – e acho que é uma questão até de orgulho coletivo de todos, nós percebermos que estamos a dar boas condições de ensino e de aprendizagem aos profissionais de educação e às nossas crianças e jovens, pelo concelho todo, e isso é muito positivo.

E estava a dizer que terminando agora este ano, como nós esperamos terminar, o Polo Escolar da Pelariga, que todas as freguesias têm um polo escolar moderno, adequado às novas tendências, o que eu acho que é muitíssimo positivo, e é um investimento muito relevante.

A única escola, dentro desta rede do 1.º ciclo, destas dimensões, que não está ainda intervencionada, é a Escola Básica Conde de Castelo Melhor, já existe o projeto, é um projeto também ambicioso, no centro da cidade, com um conjunto também de implicações, mas que é um investimento significativo, na ordem dos 3.000.000,00 € e com o qual vamos avançar, na fase seguinte à Pelariga.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E depois, com a assunção de competências, vamos ter também duas intervenções – eu espero que nós tenhamos financiamento para estes investimentos todos, porque são investimentos volumosos do ponto de vista financeiro – a Escola Básica Marquês de Pombal e a Escola Básica Gualdim Pais, duas intervenções diagnosticadas, os projetos estão a ser elaborados, nomeadamente agora, por intermédio da Direção Geral de Educação. Mas, a partir de abril, quando nós vamos ter que assumir responsabilidades, vamos ter aqui um compromisso maior de requalificação destes espaços, também na medida em que pudermos ter financiamento para executar estas mesmas obras.

O outro projeto que temos é o Centro de Formação Automóvel, de expansão e requalificação da ETAP, que é outro projeto que temos em mãos, muitíssimo interessante e de beneficiação daquele estabelecimento de ensino profissional.

Portanto, não está previsto, na área da educação, mais nenhum investimento a estes níveis. O que está é o nosso centro de inovação, de conhecimento, de investigação, e nós queremos avançar com ele neste mandato, associando – e eu já falei disto várias vezes – o Politécnico de Leiria a novos mecanismos de inovação e conhecimento que nós queremos ter no nosso território. E, portanto, esse é outro projeto, mas é um projeto mais específico e mais amplo, não só na componente educativa.

O Daniel Ferreira fez várias considerações: continuarmos a dinamizar o natal nas escolas, o natal nas freguesias, concordo e, no próximo Natal, espero eu, vamos ter mais tempo para podermos organizar as iniciativas, para podermos acolher ideias, sugestões, contributos. Há várias coisas que se podem fazer, várias dinâmicas que não envolvem muita disponibilidade financeira e que podem ter um impacto positivo no território, numa altura muito especial, e que nós queremos continuar a valorizar também, no futuro. E portanto, se os Senhores Presidentes de Junta também tiverem alguma sugestão, alguma ideia, alguma dinâmica que possamos organizar nessa altura, é sempre muito bem-vinda. Relativamente ao Festival de Teatro, muitíssimo interessante, porque nós agora, no mês de março, vamos ter o Festival de Teatro mais uma vez descentralizado. A cultura é de todos e a cultura é para todos, é esse o nosso objetivo, é aumentar os públicos que participam e que alinham nas diversas dinâmicas culturais, a Casa Varela contribui também para esse objetivo. Mas, tem sido este Festival de Teatro, ao longo dos anos, que está consolidado, que fazemos em parceria com o Teatro Amador de Pombal e com as Juntas de Freguesia, e em que envolvemos a comunidade, que vai estimulando também novos públicos para a cultura. E este é um objetivo que queremos continuar a perseguir no futuro.

Relativamente à sugestão das visitas às freguesias -, para além de irmos sempre que solicitados, ou por iniciativa própria – de forma organizada, para conhecer os trabalhos que estão a ser desenvolvidos, e também fazer perspetivas de futuro, concordo com essa ideia, que está também dentro dos nossos objetivos.

Concordo com a rede de rotas de percursos pedestres devidamente sinalizada e homologada pelas entidades competentes, até porque cada vez vamos tendo mais percursos pedestres no nosso território, e é uma tendência que veio para ficar, e que eu quero que, no futuro, seja consolidada, e seja também assumida como uma estratégia de promoção turística do nosso concelho, termos essas condições, não só para o pedestrianismo, naturalmente, mas também para o BTT e para provas de trail, para outras iniciativas que possamos fazer, de fruição desportiva da natureza, que nós temos aqui um campo grande para evoluir nos próximos anos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação ao eletrão, a Senhora Vereadora já tomou nota, e vai diligenciar para que isso seja uma realidade.

Em relação ao IC2, naturalmente é um processo que, neste momento, está na gestão direta da Infraestruturas de Portugal, e naturalmente que estamos recetivos – e eu acho que isso é muito relevante – para articularmos com a Infraestruturas de Portugal e fazermos a apresentação do projeto, e percebermos também os timings, etc. E o Senhor Vereador Pedro Navega também vai agilizar essa diligência.

Em relação ao Humberto Lopes, a questão das Eco-Freguesias, mais uma vez estamos a assumir aqui uma responsabilidade de apoiar as freguesias nesta preocupação coletiva de aumentarmos a sensibilização ambiental e promover as boas práticas ambientais no nosso território. E não é só a cidade, tem que ser o concelho como um todo. Esta preocupação é de todos, o ambiente diz respeito a todos, e quanto mais conseguirmos, por intermédio de programas como as Eco-Freguesias, as Eco-Escolas, aumentar a sensibilidade da nossa comunidade para as boas práticas ambientais, estamos a melhorar a vida de todos. E por isso, o Município de Pombal continua empenhadíssimo em apoiar as freguesias, as escolas, e as instituições que quiserem ter ações de sensibilização ambiental, para realmente ter aqui projetos de intervenção comunitária que melhorem aquilo que são as práticas ambientais no nosso território.

Em relação às Comissões Sociais de Freguesia, subscrevo totalmente. Eu próprio, enquanto Presidente de Junta, reconheço que a Comissão Social de Freguesia é realmente um elemento distintivo e diferenciador do trabalho que fazemos em prol das pessoas, considerando cada um dos cidadãos, e não como um número, porque é esse trabalho de proximidade que as Comissões Sociais de Freguesia fazem com o vosso apoio, é uma grande mais valia termos uma rede de proximidade que ajuda a resolver os problemas das pessoas, e isso é extraordinário, e muitas vezes evita que esses problemas ganhem dimensão e se tornem mais graves, do ponto de vista da sua dimensão. Essa ação rápida e essa presença permanente no território, é realmente uma mais valia que nós temos no nosso concelho, e que nós queremos continuar a fortalecer, a dinamizar, a integrar cada vez mais com os serviços sociais do Município de Pombal.

A partir de abril vamos ter novas responsabilidades, ou vamos ter mais competências na descentralização na área social, e portanto, vamos ter muito trabalho pela frente, e num contexto em que as pessoas precisam cada vez mais da nossa intervenção, do nosso apoio, para resolverem situações que, do ponto de vista social, têm tendência a agravar-se neste período pós-pandémico.

Depois, em relação ao Centro de Meios Aéreos, também concordo com a importância estratégica para o nosso concelho. Um concelho como o nosso, que tem as acessibilidades que tem, nomeadamente rodoviárias e ferroviárias, um concelho que tem uma área tão grande como nós temos, um concelho que tem uma mancha florestal tão grande como nós temos, ter um Centro de Meios Aéreos moderno, bem equipado, bem estruturado, onde as entidades na área da Proteção Civil se sintam bem, é uma mais valia.

Foi das primeiras coisas que fizemos, foi reunir precisamente com os responsáveis do GIPS da GNR que estão instalados no Centro de Meios Aéreos, como vocês sabem, para perceber quais é que são as principais dificuldades, e sobretudo para melhorar as condições de trabalho dos profissionais que ali estão. E também, ainda hoje, na alteração ao Orçamento, reforçamos a verba para, a curto prazo, fazermos algumas intervenções



MUNICÍPIO DE POMBAL

– não ainda as intervenções que o Centro de Meios Aéreos precisa no futuro, mas para darmos mais e melhores condições aos profissionais que estão no Centro de Meios Aéreos. E este ano estamos a trabalhar também – ficam a saber – para continuarmos a ter aqui o helicóptero, no âmbito da época de combate aos incêndios – e vocês sabem que isso tem algumas exigências, alguns condicionalismos, mas estamos a trabalhar nesse sentido, e isso vai ser uma viabilidade.

Quero também dar-vos nota, nesse sentido, que ainda ontem fui informado pelo Comandante Distrital da Proteção Civil – e isto é uma grande notícia – que vamos ter mais uma viatura florestal de combate a incêndios, são dois para o Distrito de Leiria, um para Leiria e outro para Pombal, para os nossos Bombeiros Voluntários. É um reconhecimento, e estamos muito esperançados que a terceira EIP que nós vamos financiar no Município de Pombal seja também uma realidade.

Por último, Carla Longo, a unidade móvel de rastreio do cancro da mama. É extraordinário perceber que a Liga Portuguesa escolheu Pombal para sedear, numa fase inicial, esta unidade móvel. É um reconhecimento ao trabalho desta comunidade, desses voluntários que são enormes no trabalho que desenvolvem, sempre que há alguma campanha de angariação de fundos, ou sempre que há alguma iniciativa a reverter para a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a nossa comunidade mobiliza-se, é solidária, apoia, e depois tem este retorno positivo, com um investimento significativo por parte da Liga Portuguesa nesta unidade móvel, que vai criar condições para que todas as mulheres com mais de cinquenta e cinco anos, no nosso concelho, possam ser rastreadas de forma gratuita, e possam, por essa via, diagnosticar alguma situação que tenham, cuja intervenção, quanto mais rápida for, melhor, e mais impacto tem na possível resolução desse problema de saúde.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.

Pergunto se há mais intervenções sobre a discussão da informação do Presidente da Câmara. Há possibilidade de uma segunda intervenção, até três minutos.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Presidente.

Eu só vou falar, na minha continuação, sobre outro tema, que era a vespa asiática, muito rapidamente. É um problema que nos aflige a nível das freguesias. Eu só queria saber – pelo que eu percebi, a única entidade que financia este pseudo tratamento, ou pelo menos tenta fazer o aprovisionamento das vespas, é o Município. Ou seja, se o Município tem contabilizado o que é que já gastou em 2021, só nesta parte da vespa asiática, porque eu percebi que inscreveu 50.000,00 € para 2022. Portanto, parto do princípio de que mais nenhuma entidade, - o ICNF, por exemplo, comparticipa nesta matéria, ou tem qualquer ação nesta matéria. E fiquei preocupado por aí, porque percebi que só o Município é que está preocupado e que está a investir num problema que é nacional, e que nos irá afetar a todos. Falamos em ambiente, falamos noutras espécies – temos aqui alguns apicultores que melhor do que eu saberão falar sobre este assunto.

Era só isso, Presidente. Obrigado.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Ora, eu fico muito satisfeito por verificar que há aqui um grande acolhimento e vantagem nas Comissões Sociais de Freguesia. E era só para referir, e para relembrar, que as Comissões Sociais de Freguesia começaram na Freguesia da Guia, no mandato



MUNICÍPIO DE POMBAL

já longínquo de 2003, com o Manuel António, e que, de facto, tiveram um parto muito difícil.

O Manuel António, quando quis criar as Comissões Sociais de Freguesia, foi barrado, ou houve uma tentativa de o barrarem na própria Câmara Municipal.

Na altura, o Presidente Narciso Mota não queria, o Padre da freguesia não queria, porque a área social era dele, e foi uma luta muito grande para se conseguir criar a Comissão Social de Freguesia, já no meu mandato – e posteriormente, no mandato do Gonçalo Ramos – que teve e continua a ter a vantagem que tem, para o benefício social de todo o nosso concelho.

E no meu mandato ainda, nós fizemos um trabalho, com uma compilação do trabalho feito, e foi esse manual que me foi solicitado pelo Presidente Diogo Mateus, na altura, que serviu de base a uma intenção que a Câmara teve, e muito bem, de estender toda esta necessidade, e esta possibilidade desta estrutura, para beneficiar a área social do nosso concelho.

Eu só quero aqui relembrar mais uma vez que foi o Manuel António que fez isto, honra lhe seja feita, e julgo que já que isto é tão lembrado e tão meritório, que não se esqueçam de quem lutou por isto, e para perceber que, por vezes, há situações em que se luta em determinados momentos, que ninguém compreende, que a maior parte é contra, e passado uns anos, acabam por reconhecer um mérito que, na altura, ninguém lhe soube dar.

Era só isto. Muito obrigado.”

Pedro Silva (Presidente J.F. Carriço, PPD/PSD):

“Senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento toda a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, todos os Vereadores, os membros desta Assembleia e o público no geral.

Aqui é só no seguimento, e bem, da estrutura que a Câmara tem montada para o IC2, todos os Presidentes de Junta têm, ao longo dos anos, lutado por esta obra, pela segurança das pessoas, pelo bem-estar. E questionava o Senhor Presidente da Câmara do ponto de situação da 109, nomeadamente na Freguesia do Carriço, que há tanto ambiciona. O projeto está aprovado pela Infraestruturas de Portugal – eu percebo, e já temos tido reuniões nesse sentido, para verificar em que ponto de situação está a pavimentação, mas, Senhor Presidente da Câmara, perguntava para quando esta obra. O projeto é de 2018, as pessoas têm sede deste projeto, as empresas que estão fixadas nessas imediações carecem urgentemente desta obra, os serviços públicos que ainda existem, e bem, também carecem, nomeadamente a Junta de Freguesia.

Portanto, Senhor Presidente da Câmara, esta é uma obra muito ambicionada pela população, e agradecia que esta obra, além de o projeto estar aprovado, que de uma vez por todas fosse lançada e fosse executada.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Relativamente à questão lançada pelo Humberto Lopes – às outras, creio que respondi a todas, ou pelo menos abordei – em relação à vespa asiática, perguntou quanto dinheiro é que nós já investimos. Segundo aqui as informações que eu tenho, nós já investimos mais de 60.000,00 €, em 2020 e 2021, no combate à vespa asiática. E neste momento, temos este reforço também para o Orçamento para este ano, e também temos paralelamente uma candidatura da CIM, relativamente a esta matéria, que eu espero que, no futuro, possa compensar um bocado o investimento que temos feito. Mas, o que



MUNICÍPIO DE POMBAL

é certo é que estamos muito preocupados com o impacto que tem e em tentar minimizar ao máximo os seus efeitos.

Relativamente à intervenção do Manuel Serra, eu reconheço também esse trabalho meritório da Guia, na altura, que foi pioneiro e que merece esse reconhecimento aos promotores, porque, realmente, é daqueles projetos que têm um impacto muito positivo no território, e só a mais valia de fazer a integração e a conciliação entre os vários agentes, entre as várias instituições no terreno, é sem dúvida uma mais valia que merece também esse reconhecimento positivo aos promotores da Comissão Social de Freguesia da Guia, na altura presidida pelo Manuel António.

Em relação ao Pedro Silva, dizer que ainda ontem, também na reunião que tivemos, esse foi, naturalmente, um dos temas que merece a nossa maior atenção, a requalificação da Estrada Nacional 109, e que nós estamos neste momento a analisar o projeto e a perceber, com a Infraestruturas de Portugal, qual é a melhor forma, porque é um projeto que também vai ter ali um impacto significativo, em termos de mobilidade, naquela zona, até porque existe muito trânsito, felizmente, na 109, no circuito entre a Figueira e Leiria, e apanha ali o nosso território, numa área sensível.

O Senhor Vereador está a dar-me nota também que vai ser marcada uma reunião para articulação entre as várias entidades, no sentido de perceber de que forma é que, depois, se pode fazer a concretização desse investimento, porque é um investimento que tem parceiros associados, tem que ter a asfaltagem, tem um conjunto de obrigações partilhadas entre o Município e a Infraestruturas de Portugal.

Existe da parte da Infraestruturas de Portugal uma intenção de colaboração – aliás, a reunião que tivemos ontem com o coordenador da nossa região foi muito positiva, estamos a colaborar. O que é certo é que quando chega a parte séria, que é a parte de financiar e de pagar, temos de ser nós a chegar-nos à frente. E no caso desse investimento na 109, é também daqueles investimentos que é muitíssimo significativo – estamos a falar de vários milhões de euros de investimento. Mas, é um investimento que nós temos de concretizar, é muito importante. Considero que também do ponto de vista daquilo que é a mobilidade dentro do nosso território, e nomeadamente na zona oeste do nosso concelho, esse investimento é um investimento importante, não só por todas as razões de dinâmica populacional, em termos económicos também, mas também naquele caso em particular da sua freguesia, uma questão também de segurança rodoviária e de preservação também da vida das pessoas – como nós sabemos, infelizmente, muitos atropelamentos, muitos acidentes.

E portanto, estamos a acompanhar essa matéria, e eu quero que esse investimento seja uma realidade, e é daqueles que quanto mais rápido, melhor. Vai ter que ser de acordo também com a nossa disponibilidade de encontrarmos aqui algum financiamento para que essa obra seja uma realidade, de acordo com o que está projetado neste momento.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 e GOP's 2022/2026.

Foi presente à sessão a seguinte proposta da Câmara:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“2.7.1. 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 e GOPs 2022/2026.

Foi presente à reunião a informação n.º 5/DAFM/22, do Divisão de Administração e Finanças, datada de 14-02-2022, que a seguir se transcreve:

"ASSUNTO: 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 e GOPs 2022/2026

1 – Enquadramento

Nos termos da NCP 26 (Norma de Contabilidade Publica), anexa ao SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Publicas) aprovado pelo DL 92/2015 de 11 de setembro, conjugado com o ponto 8.3.1 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), o Orçamento pode ser objeto de aumento global da despesa dando lugar a uma Alteração Orçamental Modificativa (anterior revisão nos termos do POCAL), por contrapartida:

do saldo apurado na gerência anterior;

pelo excesso de cobrança em relação às receitas previstas no orçamento, ou;

outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar.

2 - Saldo da Gerência Anterior (SGA)

O Saldo da Gerência corresponde ao saldo de caixa à data de relato de 31 de dezembro de 2021, apurado no montante de Eur 7.051.196,32.

Nos termos do n.º 6 do Art.º 40 da Lei 73/2013 de 03 de setembro (Regime Financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais-RFALEI), e com a aprovação do Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental pelo Órgão Executivo, em 04/01/2021, parte do saldo de gerência da execução orçamental consignada, no montante de Eur. 727.600,00, já foi incorporado numa alteração orçamental.

Com a aprovação do mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental (Fluxos de Caixa nos termos do POCAL), propõe-se que o valor remanescente do SGA, no valor de Eur. 6.323.596,32, incorpore o Orçamento da Receita, antes da aprovação dos documentos de prestação das contas, desde que se recorra à figura da alteração orçamental modificativa, a aprovar pelo Órgão Deliberativo, como determina o Art.º 130º da Lei 75-B/2020 de 31 de dezembro (LOE 2021).

3. Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita

No Orçamento da Receita, além do SGA que se destaca nesta alteração pelo valor acima referenciado, foram consideradas novas receitas, que a seguir se demonstram, decorrentes da recente aprovação de candidaturas ao Quadro Comunitário, as decorrentes da transferência de delegação competências no âmbito da Educação, e do ajuste de receitas anteriormente aprovada que beneficiaram de um incremento adicional;

- Candidaturas aprovadas com a respetiva comparticipação financeira:

- Aquisição de autocarro elétrico e respetivo carregador, Eur. 191.990,00,

- Ampliação do Centro de Recolha Animal, Eur. 15.470,00

- Fundo de Solidariedade da União Europeia, para as despesas com Covid 19, Eur. 200.328,00

- CIMRL - Planos Integrados Inovadores Combate Insucesso Escolar, Eur. 209.069,00

- Projetos que tiveram um reforço de comparticipação financeira:

- Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais – Eur. 62.423,00

- Eficiência hídrica e energética – Eur. 94.000,00

- Cinebanda – Eur. 45.116,00

- Transferências de competências no âmbito da Educação:



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Com a transferência da gestão dos refeitórios escolares, com a devida despesa associada, prevê-se que do lado da receita, se venha a receber cerca de Eur. 93.000,00. Com o SGA e com o aumento da receita dos projetos atrás referenciados, que resultou no montante total de Eur. 911.396,00, o Orçamento da Receita é reforçado no montante de Eur. 7.234.992,32.

4. Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa

De igual montante, é reforçado o Orçamento Global da Despesa.

4.1. Despesa sem Plano

O orçamento da despesa corrente sem plano contempla, essencialmente, as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços essenciais para o regular funcionamento dos serviços municipais.

As transferências de competências do Estado, no âmbito da educação, saúde e ação social, com início previsto para 01 de abril do corrente ano, terá um acréscimo significativo na despesa com as remunerações do pessoal afeto a essas áreas, na manutenção dos imóveis e no funcionamento dos respetivos serviços, sendo a Educação, a área que mais despesa irá acarretar para o Município.

O orçamento inicial do Município, que já previa esse acréscimo de despesa, teve de ser revisto face a atualização da despesa comunicada, entretanto, pelas direções escolares. Esse reforço de dotação, que também inclui o reforço de algumas dotações inerentes a nova despesa a assumir pelo Município, cifra-se em Eur. 1.394.892,32, distribuído pelas rubricas identificadas no mapa, anexo à presente proposta.

5. Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano

5.1. PPI – Plano Plurianual de Investimentos

A proposta de alteração ao PPI contempla, em primeiro lugar, a atualização das estimativas de algumas empenhadas previstas para 2022 em sede de orçamento, fruto dos dados de mercado recolhidos até à data.

Em segundo lugar, o Município pretende lançar a concurso e antecipar para 2022, várias empenhadas previstas para os anos seguintes, das quais destacam-se:

Aquisição de autocarro elétrico e respetivo carregador elétrico, participado com fundos comunitários;

Reforço de investimento em habitação social e no âmbito da Estratégia Local de Habitação 1º direito;

Reforço de investimento nas zonas industriais, para requalificação da ZI da Formiga e aquisição de terrenos;

Início de investimento nos diversos parques verdes, nomeadamente na aquisição de terrenos;

Beneficiação do Centro de meios aéreos;

Criação de centro de estágios desportivo;

Beneficiação da pista de atletismo;

Reforço da sinalização das estradas;

Valorização das zonas urbanas.

A proposta de alteração ao PPI contempla o reforço de verba dessas empenhadas para o ano corrente, e caso sejam obras com uma execução plurianual, do reforço da verba para os anos seguintes, se tal for necessário. De igual modo, a alteração contempla também a redução de verba em empenhadas no ano corrente, cuja maturidade de alguns



MUNICÍPIO DE POMBAL

dos projetos, obriga a transferir, em parte ou na totalidade, a sua execução para os anos seguintes.

Entre reforços e anulações, a alteração ao PPI traduz-se num reforço global de Eur. 4.407.800,00, distribuído pelas rubricas identificadas em mapa, anexo à presente proposta.

5.2. PAM – Plano de Atividades Municipal

A proposta de alteração ao PAM contempla várias alterações às dotações dos projetos aí inscritos, criação de novos projetos e à redefinição da classificação funcional de vários outros projetos, alojando-os nos objetivos mais adequados. Entre reforços e anulações, a alteração ao PAM traduz-se num reforço do valor global em Eur. 1.432.300,00, distribuído pelas rubricas identificadas em mapa, anexo à presente proposta.

A grande maioria das alterações derivam do trabalho de estruturação e planificação das várias atividades e/ou da respetiva atualização das estimativas iniciais com base em valores de mercado.

De entre os novos projetos, destaca-se:

Programa plurianual de Desfibrilhação Automática Externa, que irá permitir a disponibilização de 20 de desfibriladores de acesso público a partir de 2022 e inclui formação;

Programa de combate à vespa velutina;

Contratação de consultoria para elaboração de Planos estratégicos na área da Saúde, Envelhecimento ativo, Juventude e o Plano Estratégico Pombal2030;

Contratação de consultoria para a definição da marca Pombal;

Reforço da programação cultural através da integração na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses;

Criação de orçamento participativo jovem no valor de 10.000,00€, a implementar através do programa Bem Comum.

Destaca-se ainda o reforço da verba do orçamento participativo, por forma a assegurar a realização de projetos aprovados em anos anteriores por executar, ou o aumento significativo da despesa com a transferências das competências da Educação, designadamente, “Refeições 2ª, 3º ciclos e Secundário” e “Transportes escolares especiais”.

A revisão às Grandes Opções do Plano (PPI+PAM) traduz-se no reforço global de Eur. 5.840.100,00.

6. Proposta

Para proceder de acordo com o que é exigido nos pontos anteriores impõe-se que proceda-se, em conformidade com a NCP 26 do SNC-AP conjugado com os ponto 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, à aprovação da:

Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento 2022, e

Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano 2022-2026.

6.1. A alteração modificativa consubstancia-se:

Do lado do Orçamento da Receita para 2022:

Em incorporar no Orçamento, o valor remanescente do SGA no valor de Eur. 6.323.596,32 a inscrever nas rubricas, 16.01.01 – “Saldo Orçamental \ Na Posse do Serviço” no montante de Eur. 3.936.726,14 e 16.01.03 – “Saldo Orçamental \ Na Posse do Serviço-Consignado”, no montante de Eur. 2.386.870,18”;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Do lado do Orçamento da Despesa para 2022:

Incorporar no orçamento, o reforço de despesa corrente não inscrita nas Grandes Opções do Plano, assente nas rubricas identificadas nos mapas em anexo, no valor total de Eur. 1.394.892,32.

c) Do lado das Grandes Opções do Plano 2022-2026:

Em incorporar no PAM, o reforço global de Eur. 1.432.300,00 para o ano de 2022, de acordo com o Relatório das Alterações Orçamentais, em anexo;

Em incorporar no PPI, o reforço global de Eur. 4.407.800,00 para o ano de 2022, de acordo com Relatório das Alterações Orçamentais, em anexo;

Em incorporar no PPI e PAM, as alterações para os anos seguintes, de acordo com os respetivos Relatórios das Alterações Orçamentais, em anexo, e;

Em inscrever novos projetos no PPI e PAM, identificados no ponto 5.1. e 5.2.

6.2. É da competência da Assembleia Municipal, autorizar:

a Alteração Modificativa (anterior revisão nos termos do POCAL) na moldura que define a alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

a inscrição de dotações para os anos seguintes, nos termos do n.º 1 conjugado com o n.º 6 do Art.º 22.º da Lei 197/99 de 8 de junho.

6.3. Termos por que se impõe, pondere o Órgão Executivo:

Deliberar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o Art.º 130.º da Lei 75-B/2020 de 31 de dezembro, submeter ao Órgão Deliberativo, a referida Alteração Modificativa, em conformidade com a competência prevista da alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da referida Lei 75/2013;

Solicitar à Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 1 conjugado com o n.º 6 do Art.º 22.º da Lei 197/99 de 8 de junho, a aprovação para dotar, no PPI e PAM, as rubricas propostas com verba para os anos seguintes, e;

Deliberar solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução."

A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter a Alteração Modificativa à Assembleia Municipal, em conformidade com a competência prevista da alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais deliberou, por unanimidade, solicitar ao Órgão Deliberativo a sua aprovação para dotar, no PPI e PAM, as rubricas propostas com verba para os anos seguintes, com o pedido de a deliberação a tomar ser em minuta, para efeitos de imediata execução."

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, Independente):

"Muito boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, o Senhor Presidente, o Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, caros colegas, público em geral, técnicos do Município.

Eu não poderia deixar de intervir neste ponto como é óbvio, uma vez que a União de Freguesias está diretamente implicada nesta alteração e nesta modificação.

E, de certa forma, queria começar por me referir às três grandes ações, que eu acho que caracterizam a ação de qualquer Presidente de Junta. A primeira é pedir, pedir, pedir e pedir, veementemente, porque as necessidades das populações são o nosso maior target; a segunda é, no fundo, reconhecer quando vemos que os nossos pedidos são acolhidos, e que há uma resposta por parte do Município, no sentido de satisfazer essas mesmas necessidades; e o terceiro é, naturalmente, voltar a pedir, pedir e pedir, porque as necessidades nunca vão acabar, e os nossos projetos são mais que muitos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, seguindo esta linha de pensamento, e na sequência dos pedidos que vimos fazendo, eu tinha que intervir para reconhecer a inscrição de verba em rubricas que para nós são importantes, e que, de certa forma, é não mais do que o concretizar de compromissos entretanto também assumidos connosco.

E portanto, não me ficará, com certeza, nada mal referi-lo, digo em específico para as rubricas referentes ao Parque de Recreio e Desporto da Ilha, e digo também para uma vontade assumida, e que se tornou real, com a inscrição de verba para a ampliação do Parque do Vale da Sobreira, projeto esse também tão reclamado por nós.

E portanto, feito o reconhecimento, cabe-me voltar a pedir, numa perspetiva de tentar fazer com que os outros projetos estruturantes que temos para a freguesia possam levar o mesmo caminho. Estamos a falar de projetos estruturantes como a praça fechada, estamos a falar de projetos como a requalificação da envolvente pública da Ermida da Nossa Senhora da Guia, assim como o apoio que eu entendo que o Município deverá dar também à própria Ermida, que tem necessidades estruturais preocupantes, um edifício que completou quatrocentos anos em 2020. Da mesma forma como também entendo que a Zona Industrial da Guia, nomeadamente a sua ampliação a norte, deve ser uma realidade, e deve ser uma luta, no sentido de continuar a ser um objetivo, para que a curto prazo possa ser uma realidade, em função da lotação atual que conhecemos.

E terminaria a reiterar um pedido também já antigo, que é um pedido que eu acho que ultrapassa a União de Freguesias, mas que, de certa forma, é extensível a todas as freguesias, que tem a ver com os investimentos de saneamento.

De facto, reconhecendo os investimentos que têm sido feitos até agora, e que estão a ser feitos, dizer à Câmara que eu acho que não só para a União, mas para todas as freguesias – e acho que todos os Presidentes aqui pactuarão dessa ideia – que continue a ser um objetivo da Câmara, porque se trata de uma necessidade básica das populações do Concelho de Pombal. E portanto, volto a pedir que zonas que tenham aglomerados populacionais significativos, que não tenham ainda projeto para a rede de saneamento, que possam ter esse trabalho feito de antemão – nós temos esse pedido já feito por diversas vezes, para aglomerados como Água Formosa, Helenos, Espinheiras, Grou, etc. – até porque se a realidade de hoje é que não há capacidade financeira, ou financiamentos comunitários que nos possam fazer avançar rapidamente com este tipo de investimentos, se calhar amanhã pode vir a haver uma realidade financeira diferente, pode vir a haver uma capacidade de apoios comunitários diferente, e nessa altura, acho que seria uma irresponsabilidade coletiva não termos esse trabalho de casa feito para todo o concelho.

E era este o pedido que eu queria deixar aqui também, para que se promova, com a celeridade possível, a criação desses projetos para os aglomerados que ainda deles não dispõem.

Muito obrigado.”

Nuno Oliveira (PS):

“Agora com um pouco mais de tempo, permita-me que cumprimente o Senhor Presidente da Assembleia, a restante Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal e público aqui presente.

E também acedendo ao convite do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, inaugurar este púlpito, porque tenho aqui algumas notas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação aqui a este ponto da alteração ao Orçamento e às GOP's, começar por notar um ponto que nos parece de alguma relevância, que isto resulta de uma alteração essencialmente pelo reconhecimento do saldo de gerência anterior, no valor de cerca de 7.000.000,00 €, e que tem como reverso, neste incremento de receitas, a aplicação do outro lado, das despesas, de cerca de 1.400.000,00 € na parte da despesa, e sobre o qual não irei versar, uma vez que é uma contrapartida que resulta da transferência de competências, não haverá muito a dizer. Mas, a restante verba, de 5.840.000,00 €, e que são distribuídos pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais, esse sim, merecem-nos aqui alguns comentários e algumas reservas – embora eu possa adiantar desde já que o sentido de votação por parte da Bancada do Partido Socialista será positivo, embora requeira algumas justificações e algumas reservas, que aqui farei nota.

No caso do PPI, nós mostramos alguma satisfação por investimentos que também achávamos necessários, que falámos de muitos deles, nomeadamente em dezembro, neste mesmo espaço, e na última Assembleia Municipal que aqui decorreu – congratulamo-nos, por exemplo, com a proposta de aquisição do autocarro elétrico e do respetivo carregador, o investimento que está ali anunciado na habitação social, e que era uma preocupação manifestada veementemente pelo Partido Socialista, a questão da beneficiação das zonas industriais, nomeadamente da Zona Industrial da Formiga, e portanto, também aqui foi um ponto que era muito forte para nós, e que justificou também o nosso voto contra em dezembro, ficamos contentes de o ver agora consagrado, já a partir de 2022, como era nossa intenção, ou a questão dos parques verdes, ou a questão do investimento nas áreas do desporto, com o centro de estágios e a pista de atletismo, ou com o investimento no Centro de Meios Aéreos, que já aqui foi destacado pelo nosso colega Humberto Lopes. E, portanto, são aspetos que nos parecem positivos, e que de alguma forma nos parece que corrigem insuficiências que nós já detetávamos em dezembro, e que justificaram, se bem se recordam, o nosso voto contra.

Obviamente que esta declaração não valida tudo, isto não é um cheque em branco, nós esperamos depois pela concretização dos investimentos em concreto, e por ver como é que eles vão ser depois transpostos para o terreno. No entanto, estamos em consonância com os objetivos e com as temáticas que estas alterações preconizadas nesta alteração indiciam.

No que respeita ao Plano de Atividades Municipais, destacamos também de forma positiva – e eu estou a justificar principalmente os aspetos positivos, porque os aspetos negativos já foram corroborados e justificados com o nosso voto contra em dezembro – a questão da aquisição e formação para a utilização dos desfibrilhadores, que o Telmo Lopes já aqui referiu como tendo sido também uma proposta de um deputado municipal do CDS, em junho de 2021, e que foi também uma proposta que os membros da Assembleia Municipal do PS apresentaram e enviaram ao Senhor Presidente, no dia 6 de dezembro de 2021. E, portanto, obviamente que nos congratulamos por ver agora plasmado nesta alteração ao Orçamento e GOP's.

Há algumas questões, obviamente, sobre as quais não nos podemos pronunciar muito, porque carecem de mais detalhes, que virão seguramente a seu tempo – e não é este o tempo, como as questões da consultadoria para os planos estratégicos na área da saúde, do envelhecimento ativo, da juventude, e do Plano Estratégico Pombal 2030.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Há aqui, no entanto, dois pontos que gostaria de frisar com um pouco mais de veemência. Por um lado, a questão da consultadoria para a definição da marca Pombal, já existiu no passado – e eu recorro a frase “O meu coração bate por Pombal” – compreendemos também a necessidade de reciclar, uma vez que é um assunto em permanente mudança. Contudo, esta definição da marca Pombal tem que estar obviamente integrada numa estratégia concertada para o turismo, que implica muitos outros investimentos – implica a obtenção de meios, implica a construção de produtos turísticos, de equipamentos, de acessibilidades. E portanto, esperamos que este seja um sinal para esse investimento efetivo na área do turismo.

De igual forma, a questão do reforço na programação cultural, é um aspeto positivo, mas que deve ser integrado numa política cultural, como já foi dito também no PAOD, a respeito de um outro ponto.

Concluindo, dizer que vamos votar favoravelmente, não porque concordamos em absoluto com este Orçamento – não é o nosso Orçamento, é o vosso Orçamento – mas porque concordamos, e porque vemos aqui plasmadas muitas das nossas preocupações, já manifestadas em dezembro.”

Luís Couto dos Santos (OI):

“Só aqui notar que nós solicitámos à Vereadora Isabel Marto para nos enviar os detalhes das alterações em documento editável, que respondeu de imediato, obrigado.

A questão desta primeira alteração, como nós referimos em dezembro, esta é uma ferramenta de trabalho, e, portanto, não será a última, é a primeira. Curiosamente, normalmente a questão dos saldos transitados seria historicamente em abril, desta vez é mais cedo, o que é bom, significa que em fevereiro já conseguimos plasmar um pouco a realidade do Orçamento, ou as vossas decisões políticas relativamente ao Orçamento para este ano.

Relativamente a estas questões, umas mudanças que eu noto relativamente ao vosso Executivo, relativamente ao passado, é que historicamente havia um reforço, quase na sua totalidade, para o PPI, coisa que neste Orçamento há um crescimento reforçado relativamente à questão do Plano de Atividades Municipais, e que está plasmado pelas várias atividades que vocês pretendem desenvolver, e programas. Isto é uma mudança de estilo que efetivamente é notada.

Como é óbvio, o Oeste Independente foi a eleições com sete prioridades. Sobre a situação específica do Orçamento e desta alteração, nós já aqui falámos que as nossas intervenções serão sempre sobre a base das prioridades, que não as verificámos ainda nesta alteração – temos a esperança de que possa ser verificada no futuro, obviamente que carece muito. E especificamente aqui ressaltar a questão das zonas industriais. Obviamente que uma das nossas prioridades é o crescimento da zona industrial da Guia até ao Carriço, o desenvolvimento do Oeste. E queria aqui só destacar alguns anúncios. Se nós estivermos atentos, relativamente ao dinamismo económico de investimento no nosso distrito, nós temos verificado, efetivamente – e ainda agora, esta semana, um anúncio de investimento de cerca de 100.000.000,00 € previstos na área do hidrogénio verde – destacámos também o crescimento das exportações do distrito para valores nunca antes atingidos – atingimos este ano passado, de 2021, records nas exportações da indústria do distrito. E a questão peca, obviamente, pelo facto de, neste momento, não ter os detalhes ainda do Concelho de Pombal. Mas, efetivamente notamos que há uma necessidade muito grande de investimentos de áreas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nós voltamos novamente às questões das zonas industriais. Eu sei que neste caso, do crescimento da zona norte da Zona Industrial da Guia, não avançou, não teve o parecer positivo, exatamente pela questão da aquisição dos terrenos, ou que os terrenos ainda não estavam todos em posse. A primeira pergunta que eu faço é como é que está essa situação, se já foi regularizado, se a aquisição ou os contratos-promessa de compra e venda já foram assinados para a totalidade do projeto em si.

A outra questão tem a ver com, e pegando neste exemplo particular, mesmo sem financiamento adicional para esta zona industrial, da zona norte, face aos custos previstos, quer para a parte da aquisição dos terrenos, mais infraestruturação desta área, à venda hipotética de 15,00€ por metro quadrado nesta região, nós teríamos uma receita, ou basicamente um resultado líquido de cerca de 13%, face ao investimento previsto. Carece novamente, acho que aqui não há nenhuma limitação, tendo em conta o ambiente económico em que nós estamos, ao facto de Portugal, e especificamente esta zona da região centro, o facto de neste momento os vistos Gold, a Legislação ter sido alterada em janeiro, em que a zona de Lisboa, Porto e Algarve já não são elegíveis para investimentos, nomeadamente para algum investimento, para algumas iniciativas de atração de investimento estrangeiro, por que razão é que nós não estamos a ser um bocadinho mais audazes nesta versão? Eu acho que, efetivamente, não só está vertida a requalificação da Zona Industrial da Formiga, está vertida alguma verba para as outras zonas industriais, mas carece claramente de possibilidade de crescimento. Acho que há aqui espaço para nós crescermos, para sermos mais ambiciosos (como vocês dizem), efetivamente para nós alavancarmos o máximo da área.

As empresas procuram-nos, há uma grande procura, Portugal está na mira dos investimentos, estão a ser concentrados regionalmente em algumas áreas, nomeadamente Ansião esteve a fazer um “focus group” na semana passada, sobre a alavancagem e a estratégia de atração de investimento – Ansião está a trinta quilómetros de Coimbra, estamos a falar de Leiria, e efetivamente é um aspeto que nos preocupa. Finalmente, para concretizar, era a questão de uma sugestão sobre a questão da classificação, se eventualmente haveria a possibilidade de classificação do lançamento na despesa, no momento contabilístico, por abertura de centro de custos, nomeadamente por freguesia e por outras variáveis, o que permitiria uma maior transparência da alocação dos custos, nomeadamente a entidades, que por vezes é necessário fazer perguntas adicionais e trabalho excessivo.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, caros colegas de Assembleia e Presidentes de Junta, estimado público e comunicação social, e todos quantos estão a assistir a esta Assembleia.

Com certeza que depois desta retificação ao Orçamento, me congratulo pelo facto de ver colocado um projeto que estaria concluído, pronto a arrancar, e que esperamos ser uma realidade a curto prazo, o Parque Verde da Vila do Louriçal. Eu queria aqui destacar a importância que este Parque Verde tem para a vila, e aquela aquisição – que no dia 25 esperamos que a escritura seja possível fazer, depois de todos os documentos, tem tido alguma burocracia – da família Henrique Sofia, que não só agora, como no passado, foi importante para a construção do Centro Escolar do Louriçal. E porquê? Porque havia vários anos que não seria possível construir o centro escolar, e foram eles que venderam



MUNICÍPIO DE POMBAL

o terreno do bosque, mas deixaram que os acessos às propriedades deles fossem ocupados pelo centro escolar – senão a cozinha não poderia ser construída. Portanto, eles tiveram essa boa vontade, e hoje cederam qualquer coisa como dezoito mil metros de terreno, que será o tal pulmão da vila, que fará a progressão do Parque Verde para toda aquela zona onde temos a intenção de criar o Parque Radical, que fica entre o centro escolar, o Centro Cultural e o Parque Verde, e que custará cerca de 50.000€ à Câmara Municipal de Pombal, uma área praticamente dentro do coração da vila, estamos a falar de quase vinte mil metros quadrados. É simplesmente, não só uma venda, mas sim uma boa vontade de colaborar também com o progresso da vila. E isso, tenho que agradecer, enquanto Presidente de Junta. Ainda agora, na recuperação da Igreja do Recolhimento, foram eles que deram toda a facilidade para que ela esteja a ser recuperada nos seus terrenos, ali junto.

Portanto, congratulo-me por esse facto, e agradecer à Câmara Municipal de Pombal que este projeto siga, para bem daquela vila e daquela freguesia.

Também dizer que com certeza que há necessidade de um projeto que está concluído, e que de alguma forma também se sente aqui alguma injustiça, porque o emissário que passa entre Carnide e Louriçal, passa pelas traseiras de Vale da Cabra e Casal do Queijo. Esse projeto existe, as populações abordam essa questão porque, na verdade, nunca puseram em causa a passagem por ali do emissário, o projeto existe, esperemos que seja uma realidade também a curto prazo, uma vez que temos o Casal da Rola a ficar concluído no seu saneamento, e que agora estão a proceder a alguns asfaltos, esperamos que depois aquelas ruas que estão mais danificadas tenham realmente uma conclusão correta para o futuro.

E dizer que é sempre uma mais valia sabermos que os investimentos que existem numa freguesia, como dizia o meu colega Gonçalo, um Presidente de Junta, seja aqui na Assembleia, seja noutra local, aquilo que faz é, realmente, democraticamente e educadamente, apresentar aquilo que são os projetos de desenvolvimento da freguesia, num respeito e também de igualdade de circunstâncias para o progresso do concelho. E foi isso que fiz, enquanto Presidente de Junta, durante estes oito anos, na certeza de que a riqueza distribuída pelo concelho fará um concelho mais forte – até porque nós estamos na ponta do concelho, e agregamos muito aquela dinâmica dos concelhos próximos, que são Figueira da Foz e Soure.

E nesta ligação, é importante, Senhor Presidente, dizer-lhe que em setembro enviei uma carta ao Senhor Diretor da Estradas de Portugal, reclamando a situação péssima – porque estamos aqui a falar de estradas nacionais, e a 342 é um péssimo exemplo para o nosso concelho. Posso dizer-lhe que há um ano, nada foi feito, nem foi feita a resposta – que lamento, nem resposta houve – ao pedido que fizemos. Há uma rotunda necessária, que temos de intervir, para a entrada do centro do Louriçal, na zona norte, que vários acidentes houve, mortes inclusive, e nada foi feito. Agora que fica o saneamento concluído, que ficou concluído na Ribeira de Santo Amaro, no Outeiro do Louriçal, e agora que fica no Casal da Rola, seria importante aquele pedido que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Pombal fizeram há muitos anos, e que até hoje nada foi feito, dos passeios que servem aquelas populações. É uma via rápida praticamente que ali está a atravessar as populações, e inclusive a Vila do Louriçal, e que, infelizmente, não há uma resposta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu não faço isto publicamente, habitualmente não o faço, mas como eu respondo às pessoas, e a Direção da Estradas de Portugal não respondeu, não responde, não faz, e portanto, Senhor Presidente, queria dizer-lhe que talvez tenha feito isto poucas vezes, mas como eu acho que democraticamente as coisas devem acontecer, queria aqui deixar este destaque, para também trabalharmos para o futuro, para esta via ser recuperada. Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Seguindo esta senda, também tinha que ser justo. Ou seja, se na última Assembleia elenquei aqui um conjunto de investimentos que queria ver vertidos na minha freguesia, tenho que dizer e agradecer ao Município – e neste caso, à Câmara Municipal – por ter vertido aqui a requalificação da zona envolvente à Igreja – é óbvio, é daquelas obras que não vale a pena justificar, basta lá ir para perceber a necessidade urgente de requalificar aquele espaço. Também o Parque Verde, é óbvio, nós estamos a fazer o Parque Verde aos bocadinhos, e vamos continuar, e vamos certamente investir estes 5.000,00€, e muito mais do que está aqui previsto. E a própria zona empresarial, já foi aqui falado, todos os territórios anseiam, e os próprios empresários, por espaços. E a nossa luta vai ser essa, ou seja, arranjar espaços, espaços lógicos, com acessibilidades, com quotas – ou seja, com a quota geométrica também definida, para que seja mais fácil as empresas se instalem nos nossos territórios e criarem riqueza.

Mas, depois, como é óbvio, temos que pensar no futuro – e quando eu digo “futuro”, é um futuro de há muitos anos atrás. Ou seja, quando falamos aqui do Louriçal, Guia e Almagreira, vai-se falar também do saneamento básico, já não faria grande sentido em 2022 estarmos aqui todos a falar em saneamento básico. Mas, eu tinha de lembrar – e é óbvio, sem projeto não vamos conseguir também ter fundos, que é esse o alerta. Ou seja, o meu pedido é já para o projeto, é aqui Vale de Nabal, Chãs, Carrascos, Barbas Novas, Pingarelos, Sazes, Meias Vides e Espinheiras, que ainda não têm projeto. É esse pedido, ou seja, que a Câmara, neste tempo, não havendo fundos comunitários, não havendo PRR, “bazucas” – porque quando ouvimos falar em muitos milhões, eu desconfio sempre; depois, daqui a algum tempo, vamos ver se vai ser verdade, ou não, se essa “bazuca” chega ao nosso território, como é que chega, para onde é que vão estes milhões de que toda a gente ouve falar, na televisão, todos os dias, e se esses milhões são aplicados nos nossos territórios, e de que forma serão aplicados.

Portanto, saneamento básico, a própria palavra já o diz, é básico, não estamos aqui a fazer nenhum pedido para nós próprios, mas para que as nossas populações tenham este serviço o mais rapidamente possível.”

João Varela Coelho (PS):

“Em relação àquilo que estamos a discutir, as alterações feitas aqui correspondem, como já foi dito pelo meu camarada Nuno Oliveira, a muitas das pretensões do Partido Socialista para o Orçamento de dezembro de 2021.

Na altura, foi invocada a impossibilidade de a Câmara Municipal assumir mais compromissos, para além daqueles que estavam ali cabimentados e orçamentados. Foi referido, foi chamado à atenção, por parte do Partido Socialista, que isso não era verdade. E era expectável este movimento financeiro que está aqui neste momento a ser vertido – na altura, pediram-nos para termos paciência e esperarmos pelo saldo de gerência, entendíamos que não havia necessidade de esperar pelo saldo de gerência, que era evidente que ia caminhar neste sentido, e até avançámos com a possibilidade de



MUNICÍPIO DE POMBAL

recorrer à capacidade de endividamento da Câmara Municipal, perante as saudáveis contas financeiras herdadas pelos mandatos anteriores, de explorar isso para avançar um conjunto de prioridades que aqui estão feitas. Já na altura tivemos aqui uma troca de argumentos simpática, com outros membros da Assembleia Municipal, do Partido Social Democrata, sobre a inevitabilidade, ou não, de nos restringirmos a esta falta de ambição, na altura demonstrada pelo Orçamento de dezembro, para 2022.

Feita esta ressalva, de que era possível começarmos esta conversa há mais tempo, é saudável estarmos a discutir neste momento o reforço de algumas verbas, como aqui foi dito, que correspondem às prioridades, tanto do Partido Socialista, como de outras forças políticas aqui representadas, nomeadamente – e aquelas que nos são mais caras já foram mencionadas – o reforço na parte habitacional, que era algo com que nós estávamos preocupados, porque o plano não correspondia a um investimento proporcional, e a questão da requalificação das zonas industriais por todo o concelho – não especificamente numa zona particular, mas por todo o concelho.

Em relação às infraestruturas desportivas, saúda-se neste momento o investimento, embora ainda continue a faltar o prometido pavilhão para a zona da Guia.

Esta insuficiência do Orçamento inicial, já reportada, neste momento não é vencida por este reforço, mas, ainda assim, reconhecemos que o caminho que apontámos é o correto. E, portanto, quando ele vem aqui para ser aprovado, merece a nossa aprovação, naturalmente.

Realmente, só temos aqui algumas preocupações, como foi referido pelo Nuno Oliveira, porque é que não tinham sido priorizados alguns dos pontos – e eu reforço aqui, por exemplo, porque é que nós só agora temos este reforço tão evidente em áreas como a Proteção Civil, e até para alguns eventos culturais apoiados por algumas associações, quando já era possível fazê-lo anteriormente.

E depois, também nos deixam algumas dúvidas algumas rubricas, como por exemplo, aqui um reforço de verbas para a ADILPOM, não conseguimos perceber o que é que se continua a pretender passar pela ADILPOM, gostaríamos de perceber o que é que não está a ser assumido pela Câmara Municipal, que tem que ser obrigatoriamente assumido por outras entidades, e o que é que se perspetiva com isto.

Também não conseguimos perceber o que é que se antecipa para este Plano Estratégico 2030, que tem um reforço de 50.000,00 €, quando, na verdade, isto corresponde a uma obrigação da parte deste Executivo, que é definir precisamente a estratégia de desenvolvimento do concelho, através da sua atividade e dos seus investimentos. E isto até corresponde, de alguma forma, à postura que este Executivo tem, que alguns poderão considerar positiva, e que nós entendemos preocupante, que é uma externalização da política, passar a responsabilidade que é política – e já aqui tivemos esta tentativa de o fazer, noutra tema, em que algo que é político estava a ser apelidado de meramente jurídico – e eu fico preocupado, quando tudo se empurra para planos da saúde, envelhecimento ativo, dos planos da juventude, o Plano Estratégico 2030, o plano da marca Pombal, em que nos embrenhamos na construção de projetos, esquecendo que podemos eventualmente assumir as nossas responsabilidades, definindo quais são estas prioridades em cada uma destas áreas e concretizando-as, não temos que estar permanentemente a recorrer a entidades externas, menos escrutináveis – faço essa chamada de atenção – que chegarão aqui e apresentarão um plano, com certeza, muito bem feito – como será exemplo noutros pontos mais à frente – em que, necessariamente,



MUNICÍPIO DE POMBAL

por uma questão de coerência, temos que aprovar, mas que depois carecem de materialização.

E, portanto, eu espero que isto não seja aquilo que me parece evidente já, é que isto é, realmente, uma externalização da responsabilidade dos Partidos Políticos que foram a eleições, apresentaram um projeto, o projeto determinava, neste caso, até quantificadamente, duzentas e trinta e seis prioridades, façam-nas, têm essa possibilidade, concretizem. Evitem prometer a construção de projetos; prometam aquilo que fizeram em eleições, prometam o vosso projeto político, que já está sufragado, e invistam nele.

Acho que é essa a responsabilidade que compete aos políticos, e a este Executivo em particular, e, portanto, essa diferença de postura para orçamentos futuros, eu gostava de a ver registada.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, estimados membros da Assembleia Municipal, funcionários do Município, e todo o público que nos acompanha, presencialmente e online.

Com a anuência de todos, falo sentado, atendendo às condições de trabalho, esperando que na próxima Assembleia já possamos retomar as Assembleias no Salão Nobre, para bem de todos, e certamente será um sinal de que as condições do país e do mundo estarão melhores, em termos pandémicos.

Eu confesso que não era para usar da palavra, porque fiquei bastante satisfeito com aquela que foi a intervenção do Nuno Gabriel, em nome do Partido Socialista, a intervenção que há pouco fez, em que, de forma sublime mas inteligente, deixou nas entrelinhas reconhecer que o PS se tinha precipitado, em dezembro, ao votar contra o Orçamento para este ano, porque veio agora congratular-se e reconhecer aquele que foi o esforço do Município para cabimentar alguns projetos que o Partido Socialista entende, e bem, que devem ser feitos, tal como o Executivo entende, e bem, que devem ser feitos, e tal como o PSD entende, e bem, que devem ser feitos.

Agora, fiquei um pouco confuso com a intervenção do seu camarada João Coelho, porque procurou aqui confundir tudo e todos, todos aqueles que nos estão a ouvir, numa ânsia desmesurada de procurar querer ter sempre razão. E o conselho – não sou ninguém para dar conselhos, mas o conselho que me arrisco a dar ao Partido Socialista de Pombal é que, às vezes, não fica mal reconhecer o erro, não fica mal reconhecer que nos enganámos, e não fica nada mal ter essa humildade de mostrar que da próxima vez, antes de votarem contra, vão pensar duas vezes.

Isto porquê? Porque o que o deputado municipal João Coelho esteve aqui a dizer foi que em dezembro entendiam que estes projetos deviam ser cabimentados, na altura, o Município, o Presidente de Câmara disse, e bem, que nesta Assembleia de fevereiro, com a transição do saldo da gerência anterior, que esses projetos iriam ser tidos em conta, e na altura, os membros do Partido Socialista não quiseram acreditar na palavra do Executivo e do Senhor Presidente de Câmara. E hoje, estão novamente a procurar confundir as pessoas, porque, efetivamente, qual é que era a alternativa? Era, como há pouco estava a sugerir, o Município endividar-se em dezembro para agora, efetivamente, ter este saldo da gerência anterior? E fazia o quê com esse endividamento? Retornava à banca? Ou então, queriam o quê? Na Assembleia de dezembro, já fazer a transição do



MUNICÍPIO DE POMBAL

saldo da gerência de 2021? Tanto uma coisa como a outra, para além de não serem possíveis legalmente, parecem-me dois verdadeiros disparates.

E portanto, perante isto obviamente, congratulo novamente o Nuno Gabriel pela intervenção que fez. Lamento que o deputado João Coelho tenha usado a palavra para procurar confundir as pessoas, e para procurar dar a ideia de que o Partido Socialista tinha razão, quando, na verdade, não tinha, quando, na verdade, estamos todos imbuídos – o Município, a Câmara e todos nós – em concretizar estes projetos que agora são cabimentados, e bem cabimentados, todos concordamos com eles, que devem ser feitos, para bem do futuro de Pombal e dos pombalenses.”

E, portanto, queria só deixar esta nota, desejando que os trabalhos decorram com a normalidade desejada.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Naturalmente que, enquanto Presidente de Câmara, e no órgão Câmara, nos congratulamos por este voto manifestado pelas diferentes forças político-partidárias. E se eu, em dezembro, quando foi submetido o Orçamento, manifestei, em órgão de Câmara Municipal e em órgão de Assembleia Municipal, a minha estranheza com o voto contra do Partido Socialista, foi porque eu disse que neste Orçamento fizemos um esforço enorme para acolher as sugestões e os contributos do Partido Socialista, do Movimento Independente do Oeste, dos Senhores Presidentes de Junta, mais de 70% das propostas apresentadas pelo Partido Socialista estão integradas no Orçamento. Na altura, eu tinha manifestado a minha estranheza, como é que o Partido Socialista tinha votado contra, com o único argumento de que achavam que o Orçamento devia ter mais verba para reforçar as rubricas. Na altura, eu disse que assim que tivéssemos o saldo de gerência transitado, iríamos reforçar as verbas que iam de encontro à nossa estratégia, coisa que estamos a fazer agora. E, portanto, estamos alinhados. Do ponto de vista da gestão autárquica, é assim que se faz, cabimentar aquilo que é possível cabimentar, e o dinheiro que temos disponível, na previsão de receitas e despesas que nós temos. E também disse que nos íamos esforçar, empenhar ao máximo, para termos novos mecanismos de financiamento, nomeadamente financiamento comunitário e é essa capacidade de atrairmos financiamento que vai determinar a evolução com que nós conseguimos concretizar os vários projetos e as várias rubricas orçamentais que nós temos previstas neste Orçamento. Naturalmente, se nós conseguirmos ter mais financiamentos comunitários, mais projetos aprovados, etc., vamos enriquecer, robustecer o nosso Orçamento. Mas, o Orçamento é o mesmo, o Orçamento de dezembro é o mesmo de fevereiro, o que nós fizemos foi reforçar algumas rubricas, e é isso que vamos fazer também no futuro. Nós queremos reforçar mais rubricas, nós queremos mais investimentos, é essa a ambição que referiram agora que faltou em dezembro, e que agora está fortalecida em fevereiro, que nós queremos continuar a ter.

E deixar também essa nota, que eu acho que é muito positiva, do reconhecimento por parte do Partido Socialista, que se for preciso nós pedirmos empréstimos para alavancar a nossa capacidade de fazer mais investimentos, vamos fazer, e eu não tenho medo de assumir as nossas responsabilidades. E, portanto, vamos fazer. Agora, vamos fazer as coisas a seu tempo, e para aqueles investimentos que são prioritários para o desenvolvimento sustentado do nosso concelho.

É bom perceber este alinhamento estratégico para o futuro do nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E queria deixar só outra nota, de um assunto em que o João Coelho continua a insistir, da decisão política e decisão jurídica. Eu sei o que é uma decisão política e uma decisão jurídica, a decisão é do órgão político, mas é sustentada numa informação técnica e jurídica, para que isso fique claro, porque ninguém se está aqui a eximir das suas responsabilidades. E eu já disse, e continuo a dizer, algumas pessoas não me conhecem tão bem, as que me conhecem há muito tempo sabem isso, que eu sou responsável pelas minhas decisões. Sempre que eu tomar alguma decisão que comprometa qualquer assunto, eu assumi-la-ei, assumirei as minhas responsabilidades todas e isso não é falta de coragem, eu acho que isso é precisamente o contrário, é assumir. Mas, também vos vou dizer uma coisa: assumirei as minhas decisões, e terei sempre o interesse público em primeiro lugar, nunca o meu interesse pessoal, nem o interesse partidário, estará sempre o interesse público em primeiro lugar, em qualquer decisão que eu tomarei – foi sempre assim a minha vida, e vai ser assim no futuro – e também as situações que sejam de acordo com a Lei. É esse o meu compromisso. E se algum dia eu cometer algum erro, serei o primeiro a reconhecer esse erro e a emendá-lo, seja em que matéria for. É assim a minha maneira de ser e de estar na vida, e também na gestão da Câmara Municipal de Pombal.”

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com 1 (um) voto contra do Oeste Independente, aprovar a dotação das rubricas propostas, em PPI e em PAM, com verba para os anos seguintes.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Reestruturação da Estrutura Orgânica Interna dos Serviços Municipais e Conexos.

Foi presente à sessão a seguinte proposta da Câmara:

“Ponto 2.9.1. Reestruturação da Estrutura Orgânica Interna dos Serviços Municipais e Conexos. Documentos: Organograma, Regulamento e Mapa de Pessoal

Foi presente à reunião uma proposta do Senhor da Câmara, cujo teor se transcreve:

"PROPOSTA

REESTRUTURAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E CONEXOS DOCUMENTOS: ORGANOGRAMA, REGULAMENTO E MAPA DE PESSOAL

I. Considerando:

a) A atual Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais, nos termos em que se encontra prevista:

i. Nos Despachos n.ºs 9612/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 197, de 12 de outubro, 2524/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro, 3802/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 72, de 14 de abril e 8104/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 158, de 16 de agosto;



MUNICÍPIO DE POMBAL

ii. No correspondente Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Pombal (ROSM), através do Despacho n.º 9661/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 198, de 15 de outubro;

b) O contacto com o correspondente e vasto acervo orgânico-funcional do integral conjunto dos serviços deste Município, proporcionado pelo decurso, ainda que curto, do atual mandato, todavia, suficiente para identificar alguns aspetos que se reputam, no imediato, serem de transformar, com o intuito de mitigar possíveis pontos fracos e eventuais ameaças,

promovendo, igualmente, potenciais pontos fortes e oportunidades em alavancagem de melhoria da performance organizacional;

c) O decorrente reconhecimento da necessidade de ajustamento da atual Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais para fazer face às exigências das atribuições e competências a prosseguir no quadro do complexo e amplo contexto deste Ente Autárquico e do correspondente reforço do patamar de competências ao nível dirigente, tendo em vista, nomeadamente, melhor alinhamento estratégico-funcional e maior e integrado robustecimento técnico dos propósitos municipais, em coerência, também, com o derivado compromisso eleitoral associado ao mandato 2021-2025, ainda que se reconheça que o, ora, proposto não acorre à integral premência de ajustamentos estruturais que, no curto prazo, terão, em acréscimo, de acontecer;

II. Considerando, também:

a) O disposto nos n.ºs 3 e 6 do artigo 3.º e artigo 6.º, ambos, do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, aplicado à administração autárquica pelo n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, conjugados com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação;

b) O que se encontra estatuído na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, que estabelece o «estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais», nomeadamente, a previsão da possibilidade de criação de unidades de direção municipal e inerente cargo de diretor municipal, que corresponde a cargo de direção superior de 1.º grau, conforme estabelecido, designadamente, na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º e no artigo 6.º, ambos, daquela Lei, “(...) desde que assegurada a correspondente cobertura orçamental e demonstrados critérios de racionalidade organizacional face às atribuições e competências detidas.”;

c) A comunicação da Divisão de Administração e Finanças (DAF) anexa, por meio da qual se assegura existência de cobertura orçamental, com associada proposta de cabimento sob o n.º 363/2022, para efeitos, nomeadamente, da criação de uma direção municipal e provimento do inerente cargo, nos termos ali mencionados; e

d) A necessidade de, através desse cargo de direção municipal, a criar na direta dependência da Presidência da Câmara Municipal e com o intuito de conferir maior racionalidade organizacional, se superintender, de forma integrada, a generalidade dos serviços municipais e associadas áreas funcionais, reforçando a capacidade de resposta orgânicofuncional, consubstanciada, nomeadamente, em:

i. Agregar, articular e alinhar, estratégica e transversalmente, as disseminadas dependências hierárquico-funcionais patentes no atual estado funcional dos serviços municipais, carecidos de robustecimento técnico e de chefia / direção, dando prossecução a objetivos de eficácia, eficiência e economia ao todo organizacional municipal;



MUNICÍPIO DE POMBAL

ii. *Atentar, proativamente, aos desafios associados, entre outros, à gestão inteligente, à governança pública e ao desenvolvimento sustentável; e*

iii. *Atender, ainda, prospetivamente, às oportunidades de financiamento, determinantes para a prossecução do interesse público, que cumpre, permanentemente, assegurar e continuar;*

III. *Considerando, igualmente, que:*

a) *Tem-se por crítico propor, e consumir, no momento atual, alterações à vigente estrutura orgânica que pudessem, no imediato e de forma transversal aos serviços, fomentar decorrente quadro de cessação de comissões de serviço de cargos dirigentes em exercício de funções e de potencial correspondente orfandade funcional que, sendo transitória, poderia ter efeitos de descontinuidade de prestação de serviços, cujo cenário não se pressagia em consonância com a necessária e contínua prossecução dos desígnios deste Município; e*

b) *Crê-se, não obstante, poder-se, ainda assim, propor, para além do referido no ponto II. supra, mais algumas alterações à Estrutura Orgânica que, não colocando em causa as atuais comissões de serviço dos cargos dirigentes providos, se consubstanciam, resumida e designadamente, em:*

i. *Separar funções distintas congregadas em serviços comuns, de que são exemplo as funções de proteção civil, florestas, gestão de riscos, controlo, auditoria e gestão de fundos de financiamento;*

ii. *Destacar as funções de apoio ao investidor e ao desenvolvimento económico, bem assim, à inovação e empreendedorismo; e*

iii. *Reorganizar os serviços associados à função recursos humanos;*

IV. *Considerando, ainda, a oportunidade de se poder (re)arrumar a disposição das funções na Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais em lógica de gestão – pessoas – território;*

V. *E, considerando, por último, a necessidade de associada conformação do Mapa de Pessoal deste Município, em razão da propositura de criação e de extinção de alguns postos de trabalho, decorrentes da presente proposta, bem assim, da oportunidade de se poder atualizar, ao momento presente, o estado de diversos postos de trabalho em virtude, nomeadamente, do início e ou da cessação de funções, entretanto ocorridas;*

A. *Proponho, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação, dos n.ºs 3 e 6 do artigo 3.º e do artigo 6.º, ambos, do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, aplicado à administração autárquica pelo n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de março, na atual redação, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a reestruturação da estrutura orgânica interna dos serviços municipais, nos termos infra elencados e graficamente representados no Organograma anexo (Anexo 1), (re)arrumado em lógica de gestão – pessoas – território:*

1. *Na direta dependência da Presidência da Câmara Municipal, manter:*

1.1. *O Gabinete de Apoio à Presidência (GAP);*

1.2. *O Gabinete de Apoio à Vereação (GAV);*

1.3. *O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), a criar na estrutura orgânica interna, por autonomização destas funções do atual Gabinete de Proteção Civil e*



MUNICÍPIO DE POMBAL

Florestas (GPCF), a extinguir, ante decorrência do estabelecido, designadamente, nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na atual redação, e correspondente cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil no mapa de pessoal, nos termos dos artigos 14.º-A e 15.º-A da referida Lei, a que acresce a conversão de associado posto de trabalho, ali previsto e a ocupar por Técnico Superior por tempo determinado, para tempo indeterminado;

1.4. O Gabinete Técnico Florestal (GTF), a criar na estrutura orgânica interna, em substituição, na parte funcional remanescente do atual GPCF, a extinguir;

2. Na direta dependência da Presidência da Câmara Municipal, criar:

2.1. O Gabinete de Apoio ao Investidor e ao Desenvolvimento Económico (GAIDE), a criar na estrutura orgânica interna, por autonomização de parte destas funções da atual Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico, Auditoria, Controlo e Investimento (EMPEACI);

2.2. O Gabinete de Apoio à Inovação e Empreendedorismo (GAIE), a criar na estrutura orgânica interna, por autonomização, também, de parte destas funções da atual EMPEACI, e correspondente posto de trabalho no mapa de pessoal, a ocupar por Técnico Superior por tempo indeterminado;

2.3. O Gabinete de Protocolo e Comunicação (GPC), a criar na estrutura orgânica interna, extinguindo-se a atual Unidade de Comunicação e Relações Externas (UCRE) e correspondente posto de trabalho a ocupar por titular de cargo dirigente, mantendo-se os demais postos de trabalho a ocupar;

3. Na direta dependência da Presidência da Câmara Municipal, criar, igualmente, uma unidade de Direção Municipal de Gestão Integrada (DMGI) e correspondente cargo de Diretor Municipal no mapa de pessoal, do qual passam a depender orgânica, funcional e hierarquicamente:

3.1. O Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA), previsto na estrutura orgânica interna;

3.2. O Gabinete de Gestão de Riscos, Controlo e Auditoria (GGRCA), a criar na estrutura orgânica interna, por autonomização destas funções da atual EMPEACI;

3.3. A Equipa Multidisciplinar de Gestão de Fundos de Financiamento (EMGFF), a criar na estrutura orgânica interna em substituição, na parte funcional remanescente, da atual EMPEACI;

3.4. A Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos (DGDRH), prevista na estrutura orgânica interna, extinguindo-se o Departamento Municipal de Recursos Humanos (DMRH), não provido, bem assim, a Unidade Técnica de RH's (UTRH) e a Unidade Administrativa de RH's (UARH), igualmente não providas, e correspondentes postos de trabalho a ocupar por titulares de cargos dirigentes, mantendo-se, na dependência daquela Divisão, a Secção Técnica de RH (STRH) e a Secção Administrativa de RH (SARH), criando-se dois postos de trabalho a ocupar por Assistentes Técnicos por tempo indeterminado, um na dependência da DGDRH e outro na dependência da STRH;

3.5. O Departamento Municipal de Gestão, Inovação, Modernização e Serviços Partilhados (DMGIMSI), previsto na estrutura orgânica interna e não provido, que integra:

3.5.1. A Divisão de Administração e Finanças (DAF), provida, da qual depende, nomeadamente, a Unidade de Contratação Pública (UCP), provida;



MUNICÍPIO DE POMBAL

3.5.2. A Divisão de Informática, Modernização e Sistemas Inteligentes (DIMSI), provida, da qual depende, designadamente, a Unidade de Sistemas Inteligentes (USI), não provida; e

3.5.3. A Unidade Jurídica (UJ), provida;

3.6. O Departamento Municipal de Educação e Desenvolvimento Social (DMEDS), previsto na estrutura orgânica interna e não provido, que integra:

3.6.1. A Divisão de Educação, Desporto e Juventude (DEDJ), não provida, da qual depende a Unidade de Projetos Educativos (UPE), provida, e a Unidade de Desporto, Juventude e Associativismo (UDJA), não provida;

3.6.2. A Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde (DDSS), provida, da qual depende a Unidade de Desenvolvimento Social (UDS), não provida;

3.6.3. A Divisão de Cultura e Turismo (DCT), não provida, da qual depende a Unidade de Cultura (UC), provida, e a Unidade de Turismo (UT), não provida;

3.7. O Departamento Municipal de Águas e Saneamento (DMAS), provido, que integra:

3.7.1. A Divisão de Águas e Saneamento (DAS), não provida, da qual dependem a Unidade de Águas (UA) e a Unidade de Saneamento (US), providas; e

3.7.2. A Divisão de Gestão Administrativa e Comercial (DGAC), provida;

3.8. O Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos (DMIOE), provido, que integra:

3.8.1. A Divisão de Obras Públicas (DOP), provida, da qual depende, nomeadamente, a Unidade de Vias Municipais (UVM), provida; e

3.8.2. A Divisão de Gestão e Conservação de Edifícios e Equipamentos Municipais (DGCEEM), provida, da qual dependem a Unidade de Gestão de Equipamentos (UGE) e a Unidade de Conservação de Edifícios e Espaço Público (UCEEP), não providas; e

3.9. O Departamento Municipal de Gestão do Território, Sustentabilidade e Ambiente (DMGTSA), previsto na estrutura orgânica interna e não provido, que integra:

3.9.1. A Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS), não provida, da qual depende a Unidade de Ambiente (UAmb), provida, desta dependendo o Serviço de Higiene e Limpeza Urbana (SHLU), provido, a Unidade de Espaços Verdes e Lazer (UEVL), não provida, e o Serviço de Veterinária e Saúde Pública (SVSP), provido;

3.9.2. A Divisão de Mobilidade e Trânsito (DMT), não provida, da qual depende a Unidade de Segurança Rodoviária (USR), não provida;

3.9.3. A Divisão de Obras Particulares (DOPA), provida; e

3.9.4. A Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana (DUPRU), provida, da qual depende, nomeadamente, o Serviço de Projetos e Topografia (SPT), não provido.

B. Mais proponho, por decorrência do proposto em A. supra, que, para efeitos das competências estatuídas no artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação, conjugada com a prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de março, na atual redação, a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos a constar, sendo aprovados, no Organograma e Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, em anexo à presente proposta (Anexos 1 e 2), o seguinte:

1. Que se mantenha o modelo estrutural misto, previsto no n.º 2 do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação, a que corresponde uma componente



MUNICÍPIO DE POMBAL

hierarquizada, constituída por unidades orgânicas nucleares e flexíveis, e uma componente matricial, constituída por equipa multidisciplinar;

2. Que a estrutura mantenha contempladas seis unidades orgânicas nucleares (igual número à atual estrutura orgânica nuclear), por criação, por esta via, de uma Direção Municipal, sendo os respetivos serviços assegurados por um dirigente superior de 1.º grau (Diretor Municipal) e pela extinção, igualmente por esta via, de um Departamento Municipal, fixando-se, ora, em cinco o número de Departamentos Municipais, sendo os respetivos serviços assegurados por um dirigente intermédio de 1.º grau (Diretor de Departamento);

3. Que, nestes termos, as referidas unidades orgânicas nucleares passem a ser as seguintes:

Direção Municipal de Gestão Integrada; Departamento Municipal de Gestão, Inovação, Modernização e Serviços Partilhados; Departamento Municipal de Educação e Desenvolvimento Social; Departamento Municipal de Águas e Saneamento; Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos e Departamento Municipal de Gestão do Território, Sustentabilidade e Ambiente;

4. Que se aprovem as competências associadas à Direção Municipal, por força da criação de inerente unidade orgânica, e se mantenham as competências associadas aos Departamentos Municipais, aprovadas pela Assembleia Municipal, em sessão de 25 de setembro de 2018, todas constantes no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, em anexo à presente proposta (Anexo 2), (re)arrumado em lógica de gestão –pessoas – território;

5. Que a missão da Direção Municipal de Gestão Integrada seja:

a) Superintender, de forma integrada, a generalidade dos serviços municipais e associadas áreas funcionais, reforçando a capacidade de resposta orgânico-funcional, consubstanciada, nomeadamente, em agregar, articular e alinhar, estratégica e transversalmente, as disseminadas dependências hierárquico-funcionais dos serviços municipais, efetuando o seu robustecimento técnico e chefia / direção, dando prossecução a objetivos de eficácia, eficiência e economia ao todo organizacional municipal;

b) Atentar, proativamente, aos desafios associados, entre outros, à gestão inteligente, à governança pública e ao desenvolvimento sustentável; e

c) Atender, ainda, prospetivamente, às oportunidades de financiamento, determinantes para a prossecução do interesse público, que cumpre, permanentemente, assegurar e continuar.

6. Que se mantenham as missões dos Departamentos Municipais;

7. Que seja fixado em trinta e três o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, correspondendo catorze a Divisões, sendo os respetivos serviços assegurados por um dirigente intermédio de 2.º grau – Chefe de Divisão, dezasseis Unidades (menos três do que na atual estrutura orgânica flexível), sendo os respetivos serviços assegurados por um dirigente intermédio de 3.º grau – Chefe de Unidade, e três Serviços, assegurados por um dirigente intermédio de 4.º grau – Chefe de Serviço;

8. Que se mantenha fixado em vinte e cinco o número máximo total de subunidades orgânicas, que assumem a designação de Secção e são chefiadas por trabalhadores titulares da categoria de Coordenador Técnico da carreira de Assistente Técnico, ou por



MUNICÍPIO DE POMBAL

trabalhadores titulares da categoria de Encarregado Operacional da carreira de Assistente Operacional;

9. Que se mantenha fixado em um o número máximo de Equipas Multidisciplinares e o estatuto remuneratório do Chefe de Equipa, equiparado ao estatuto remuneratório dos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão);

10. Que se mantenham as competências, a área e os requisitos do recrutamento, bem como o respetivo estatuto remuneratório dos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º e 4.º graus, a constar no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, em anexo à presente proposta (Anexo 2).

C. Proponho, também, em linha com a competência decorrente dos n.ºs 5 e 6 do artigo 14.º-A da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na atual redação, que a Câmara Municipal equipare o estatuto remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil, apenas para tal efeito, à remuneração do cargo de direção intermédia de 3.º grau – Chefe de Unidade.

D. Mais proponho, para efeitos do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, e em linha com a competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de março, na atual redação, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos a constar, sendo aprovado, no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, em anexo à presente proposta (Anexo 2), o abono de despesas de representação, para além das correspondentes remunerações, ao titular do cargo ora proposto criar – Diretor Municipal (cargo de direção superior de 1.º grau) –, bem assim, aos Diretores de Departamento (titulares de cargos de direção intermédia de 1.º

grau) e aos Chefes de Divisão (titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau), no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do Despacho Conjunto n.º 625/99, de 13 de julho, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais, conforme tabela insita no Portal da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), nos termos infra reproduzidos:

Tabela Remuneratória: € 3778,97 [1]

[1] - Valor atual de acordo com a atualização de 0.9% prevista no Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 07.12

Cargos	%	Remunerações	Despesas de Representação
<i>Direção superior de 1.º Grau (Diretor Municipal)</i>	<i>100</i>	<i>€ 3.778,97</i>	<i>€ 787,38</i>
<i>Direção intermédia de 1.º Grau (Diretor de Departamento)</i>	<i>80</i>	<i>€ 3.023,18</i>	<i>€ 314,95</i>
<i>Direção intermédia de 2.º Grau (Chefe de Divisão)</i>	<i>70</i>	<i>€ 2.645,28</i>	<i>€ 197,13</i>

Fonte: Adaptado de <https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=808A5D89-3270-4B92->

BFE1-A379C611B7C3#:~:text=A%20

remunera%C3%A7%C3%A3o%20do%20pessoal%20dirigente,o%20cargo%20de%20diretor%2Dgeral. Acedido em 27-01-2022.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E. Proponho, por último, por decorrência do proposto em A., B. e C. supra, e ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, conjugada com a prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de março, na atual redação, e com o artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos a constar, sendo aprovado, do correspondente Mapa de Pessoal deste Município, em anexo à presente proposta (Anexo 3), que contempla a extinção e a criação dos postos de trabalho acima referenciados, a atualização do estado de alguns postos de trabalho, à data atual, por força, nomeadamente, do início e ou da cessação de funções, entretanto ocorridas, bem assim a conformação da estrutura interna das unidades e subunidades orgânicas, gabinetes, serviços e da equipa multidisciplinar, através da afetação dos correspondentes dirigentes e trabalhadores, em linha com a competência decorrente do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação. "

A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Odete Alves e Luís Simões do Partido Socialista, aprovar a Reestruturação da Estrutura Orgânica Interna dos Serviços Municipais e Conexos - Organograma, Regulamento e Mapa de Pessoal, nos termos da informação supratranscrita, bem como submeter os documentos à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.”

João Varela Coelho (PS):

“Eventualmente, precisarei de voltar numa segunda intervenção, mas vou tentar ser sucinto, iniciando pelo processo que nos trouxe até aqui para discutir este ponto, que tenho que lamentar, que não foi feito da melhor forma, não foi conduzido da melhor forma, e aqui preocupa-me, antes de mais, a questão política.

Nós estamos a discutir uma alteração do Mapa de Pessoal, ou da estrutura orgânica mais em concreto, mas já a história vinha longa, nós é que não sabíamos, este órgão não sabia. Foi convocado para votar o Mapa de Pessoal, na altura nós fizemos uma pergunta sobre a evolução que a Câmara Municipal, em termos estratégicos, pretendia ter em relação à organização da Câmara, e não fomos esclarecidos. E inclusive, se se recordam, na última Assembleia Municipal, pedimos algum tempo de reflexão – trinta segundos, o que nos era possível – para ponderarmos se teríamos condições para confiar na decisão da Câmara Municipal, naquilo que estava vertido no Mapa de Pessoal, pela ligação que tem com esta reestruturação orgânica, evidentemente, e chegámos à conclusão que não tínhamos condições para o fazer, e portanto, abstivemo-nos – lamentavelmente, enfim, porque acho que aquilo que está em causa é o respeito pelo órgão.

E portanto, dois meses volvidos, nós temos estas novidades desta magnitude, que, infelizmente para nós, constituem um menor respeito pelo dever de informação em relação ao órgão que não podemos deixar de assinalar. Também constituem uma fragilidade em relação à confiança que podemos depositar nas decisões da Câmara, até porque, se formos um bocadinho mais atrás, nada disto foi sufragado em setembro, nas últimas eleições autárquicas, ninguém sabia, penso que não fez parte de nenhuma das promessas, das duzentas e trinta e seis que o Senhor Presidente da Câmara apresentou aos Pombalenses. E eu duvido que pelo menos não tivesse sido motivo de campanha esta



MUNICÍPIO DE POMBAL

reestruturação orgânica, em concreto a figura do Senhor Diretor Geral, como aqui é mencionado nesta reestruturação orgânica.

Em relação à reunião de Câmara, confesso que segui, com alguma atenção – a possível, tendo em conta que não podemos acompanhar em direto, não fazemos desta a nossa vida exclusiva – e não consigo deixar de registar, também com algum lamento, alguns dos episódios lá ocorridos, nomeadamente a dificuldade demonstrada para esclarecer os Vereadores do Partido Socialista sobre perguntas objetivas, não consigo compreender qual é que é o segredo que há a guardar sobre a determinação de pessoas que vão ocupar determinados lugares de nomeação – para muito espanto do Senhor Presidente da Câmara, naturalmente – tendo em conta que é evidente, até o Senhor Presidente da Câmara reforçou que, no caso do responsável da Proteção Civil, só temos uma pessoa com um determinado perfil curricular, com um determinado perfil de competências dentro dos quadros da Câmara, e portanto, estava quase respondido, era um ato natural, e eu até me questiono se as pessoas, efetivamente, não tinham sido já informadas dessa pretensão. E, portanto, deixo aqui esta dúvida, que caracteriza as reuniões de Câmara.

Depois, em relação a esta reestruturação em concreto, e à questão do Diretor Geral – que talvez seja a que mais alterações produz no destino da Câmara nos próximos quatro anos – é evidente que isto é uma desresponsabilização por parte do Senhor Presidente da Câmara e dos Vereadores das suas funções e das suas responsabilidades. Não quer dizer que não haja uma justificação na sua cabeça, para entender que isto trará alguma melhoria nos processos, eu não desconfio das suas boas intenções; o que eu estou a dizer é que isso, evidentemente, não produz efeitos positivos, como diz, mas efeitos negativos, de confusão dentro da Câmara, de existir um chefe dos chefes antes do verdadeiro chefe, que será o Presidente da Câmara, e dos Vereadores que têm responsabilidade política para definir a estratégia do concelho e a concretização dessa estratégia junto dos serviços, com os instrumentos que têm, tanto em termos financeiros, como de recursos humanos.

E depois, esta reestruturação também não representou propriamente um esforço de transparência acrescida em relação a algumas das contratações e algumas das nomeações que foram feitas, que continuam a verter algumas destas intenções de nomeações e contratações para outras entidades, nomeadamente a ADILPOM e a PMU. E portanto, eu registo que também esta reorganização não corresponde a um esforço acrescido de transparência, mas apenas de criação de uma figura de alguém que receberá funções que cabem ao Senhor Presidente da Câmara. E também considero estranho – permitam-me só esta observação – considero estranho que o Senhor Presidente da Câmara entenda isto como uma alteração de efeito nulo em termos financeiros, quando, na verdade, estamos a pedir a uma pessoa para fazer as funções que lhe pertencem. Não quer dizer que haja uma alteração na massa salarial da Câmara Municipal, não é isso que está em causa. As pessoas entendem, como é óbvio, que o Diretor Geral, representando funções que lhe pertencem, é algo que está redundante. Fazendo este enquadramento, tirarei as minhas conclusões na segunda intervenção.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Bem, relativamente a este ponto, e no seguimento também da intervenção aqui do deputado João Coelho, e também daquilo que foram as dúvidas pertinentes do Partido Socialista em sede de reunião de Câmara, dizer o seguinte: em primeiro lugar, eu reconheço e valorizo o papel que o Partido Socialista tem ao fazer Oposição em Pombal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Foi para isso que foram eleitos, são o principal Partido da Oposição, lideram a Oposição, e portanto, devo fazer este reconhecimento, porque obviamente dá trabalho preparar os dossiers, dá trabalho fazer propostas, e dá trabalho também fundamentar as opiniões – neste caso, sobre este tema em concreto – e reconheço isso com toda a humildade democrática.

Agora, obviamente que há matérias em que o argumentário pode ser melhor, ou pode ser pior, ou são argumentos – uns têm uns, outros têm outros. Aqui, neste caso em concreto, e focando aqui a discussão naquilo que também o deputado João Coelho sinalizou, na questão da criação da figura do Diretor Municipal, eu penso que o argumentário do Partido Socialista não peca por consubstanciar uma eventual má fé, não é isso que está em causa, ou seja, não estão aqui a dar argumentos que nos levem a crer que estão simplesmente a ser contra, e contra a criação deste cargo, por uma eventual má fé. Não é isso que está aqui em causa. Mas, acredito que seja por falta de conhecimento. E quando eu digo “falta de conhecimento”, há uma realidade no Município de Pombal, e na Câmara Municipal de Pombal, que é uma realidade que eventualmente não existe em mais nenhum concelho do país. E lanço este desafio ao Partido Socialista – possivelmente hoje não conseguirão dar a resposta, mas para que na próxima Assembleia Municipal a possam dar. Um Município como Pombal, que há uns anos a esta parte assumiu – e bem, a meu ver e se calhar, bem na opinião de todos nós – assumiu um conjunto de funções que a grande maioria dos Municípios aqui à volta, e Municípios equiparados, não assumem. Ou seja, o Município de Pombal há muitos anos que assumiu que não criaria um SMAS, um Serviço Municipal de Águas e Saneamento, como a grande maioria dos Municípios tem, que assumia os transportes urbanos, que assumia a habitação social, que assumia os resíduos sólidos urbanos. Ou seja, serão muito poucos os Municípios no país – ou eventualmente com a dimensão de Pombal, nenhum do Município do país – que assumam todas estas funções, e que, mesmo assim, tenha um quadro de pessoal como o nosso, com cerca de quatrocentos e oitenta funcionários, e que no último Anuário Financeiro fez com que o Município de Pombal ocupasse a décima nona posição – ou seja, é o décimo nono Município com menor peso de pagamento de despesas com pessoal na despesa global. Ou seja, nós temos conseguido efetivamente fazer um bom trabalho, com os recursos humanos abaixo daquilo que é a média nacional.

Agora, a questão que eu coloco – e faço esta reflexão da forma mais genuína possível – todos nós sabemos que o Município vai assumir um conjunto de funções que são delegadas do Estado Central. Com esse assumir de funções, o Município vai ver os seus recursos humanos aumentados em cerca de 40% - serão mais cerca de duzentos funcionários. E a questão que eu coloco é se numa qualquer estrutura, numa qualquer organização, seja ela privada ou pública, se é normal que a estrutura se mantenha quando entram mais duzentos trabalhadores. Parece-me óbvio que não é normal, é normal que tenha que haver algumas alterações e algumas adaptações à nova realidade. E podia dar aqui dados de outros Municípios, mas o tempo já não é muito, Municípios semelhantes que têm os serviços, como Alcobaça, Leiria, Figueira da Foz, Castelo Branco, Ourém, Tomar, nenhum destes Municípios tem as competências que o Município de Pombal tem, ou seja, todos eles têm as águas, o saneamento, os transportes urbanos e os RSU em empresas municipais ou subcontratados, e também podia dar aqui o exemplo de Viseu, que é um Município que tem o dobro da população de Pombal, efetivamente, mas tem três Diretores Municipais – ou seja, nós vamos votar hoje a criação do primeiro



MUNICÍPIO DE POMBAL

Diretor Municipal e Viseu tem três Diretores Municipais, ou seja, isto não tem nenhuma novidade. E a verdade é que isto é uma opção do Município, uma opção do Executivo, neste caso. A Lei permite, a Lei prevê, o que eu tenho a dizer aos membros do Partido Socialista é que, neste momento, até têm uma maioria reforçada, absoluta, na Assembleia da República, e portanto, se não concordam com a Legislação, solicitem aos vossos camaradas que alterem a Legislação em sede de Assembleia da República. Mas, a verdade é que a Lei permite, a Lei prevê, o Município, o Presidente de Câmara e o Executivo entendem que, tendo em conta aquilo que é a estratégia que têm para o mandato e para os próximos anos, isto deve ser uma prioridade. Estão a arrojar, estão a arriscar? Estão, obviamente que estão. Estão a ambicionar? Claro que estão a ambicionar. Mas, a verdade é que se é preso por ter cão, e preso por não ter, porque se o Município não é arrojado, não ousa, não arrisca, é porque não tem ambição; se tem ambição, é porque tem ambição.

E eu penso que, neste tema – e permitam-me terminar assim – o Município tem ambição, o Presidente de Câmara tem ambição, o Executivo tem ambição, e parece-me que o Partido Socialista em Pombal é que está com alguma falta de noção.

Muito obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Eu também aproveito este ponto para saudar o Município pela criação – e vejo aqui vertido – da unidade de sistemas inteligentes. Parece que é uma novidade, mas não é. Ou seja, nós, todos os dias – e infelizmente – temos visto montes de notícias – a Vodafone foi a última vítima de ciberataques. E eu falo aqui como Presidente de Junta, a minha Junta de Freguesia, no ano passado, foi vítima de um crime informático – e tinha que o dizer aqui, esse crime está em investigação, pela Polícia Judiciária, mas foi muito complicado, muito complicado mesmo, perceber todos estes procedimentos.

E aqui, tenho que agradecer todo o apoio da Divisão de Informática da Câmara, que com os recursos humanos que tem, tinha que dar aqui um louvor público, porque eles sabem o trabalho que fazem, todos os dias. Se vocês forem à informação do Presidente, naquelas cento e cinquenta e cinco páginas, estão lá duas em que descreve precisamente todas as tarefas que os informáticos da Câmara fazem todos os dias, dão apoio, e aqui também às Juntas de Freguesia.

E era o ponto que eu queria tocar, e era esse apelo que eu queria fazer. Ainda bem que está aqui vertida, que a Câmara de Pombal e este Executivo teve esta ambição de colocar aqui esta figura, e muito bem, porque está na ordem do dia, e infelizmente vai ser o futuro, estes crimes informáticos, e nós temos de ter as nossas redes protegidas, e eu sinto que não estão. Não tenho problema nenhum em dizer isto aqui, nas próprias Juntas de Freguesia temos esse problema, não temos dinheiro para o fazer. E todos já percebemos, se uma própria Vodafone, que tem o potencial que tem, é alvo de um crime desta natureza, nós temos as redes – para vos dar um exemplo, o computador em que entraram na Junta de Freguesia de Almagreira é o computador da AMA, o computador está ligado ao Espaço do Cidadão, foi fornecido pelo MAI, está ligado ao cartão de cidadão, às cartas de condução – portanto, todo o sistema mais seguro que o nosso Governo tem, não é isso que está em causa.

O que está em causa aqui, em termos de Juntas de Freguesia, e é esse apelo que eu faço, é que esta reestruturação também sirva pela parte positiva, que dote a Câmara destes recursos humanos, que depois nos ajudem – a nós todos, porque temos muito mais coisas



MUNICÍPIO DE POMBAL

para nos preocupar nas nossas freguesias – nesta parte informática. Esta pandemia veio mostrar-nos que muitos procedimentos – e temos dito aos nossos cidadãos, façam tudo online, façam os procedimentos, façam os pedidos, e os estados deles estão completamente expostos nas nossas parcas bases de dados. Temos que ter essa consciência, e temos que alertar para o uso.

E pela formação, também é esse apelo que eu faço, para que seja reforçada a formação dos nossos técnicos, dos nossos funcionários, dos nossos administrativos, que estão todos os dias a dar a cara nas nossas freguesias – e aqui também, nos balcões municipais – para que esta cultura de segurança passe cada vez mais, porque senão, infelizmente, há outras pessoas que têm outras intenções, e infelizmente vai ser o futuro.

Por isso, queria agradecer este facto, vi que estava aqui espelhado, e é um fator positivo que eu queria destacar.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara, naturalmente, um documento desta complexidade não se compadece com intervenções de oito minutos, como aquelas que nos são aqui disponibilizadas. E, portanto, não consigo ir ao mais ínfimo pormenor desta reorganização aqui proposta, dos serviços da Câmara Municipal.

No entanto, escolhendo em pormenor a criação da figura do Diretor Geral, tenho bastante dificuldade em classificar este movimento como o demonstrativo de ambição, ou de arrojo, ou de inovação. Tenho essa dificuldade, porque é nossa convicção, do Partido Socialista – e isto, se me permite, nem é propriamente uma diferença partidária, é apenas uma visão em relação àquilo que são modelos de gestão e de liderança. E efetivamente, nós entendemos que havia mais do que disponibilidade, em termos de membros eleitos do Executivo com pasta atribuída, com responsabilidade atribuída, para o desempenho cabal das funções que lhes foram atribuídas, até porque isso tem sido a perceção do Partido Social Democrata ao longo destes anos, que organizaram a Câmara nas mesmas condições, sem a existência do Diretor Geral, e com um número relativamente semelhante de Vereadores para a concretização da sua missão e das suas estratégias para o Concelho.

Portanto, eu fico realmente surpreendido, como é que se evolui deste lado, enquanto Presidente de Junta, quando aqui estava na Assembleia Municipal, para aí, enquanto Presidente da Câmara, na altura, a gestão que era feita era uma gestão capaz, e agora, de repente, passa-se para aí, e a visão em relação à organização da Câmara tem que ser alterada. Senhor Presidente da Câmara, fico surpreendido que haja essa evolução, até porque não há essa necessidade.

Em concreto, Senhor Presidente da Câmara, já lhe disse, eu não questiono a bondade das suas intenções, eu questiono é a ilusão das suas intenções. O senhor tem realmente a ideia de que trazendo mais um chefe para os seus diretores de serviço, libertará tempo para poder fazer a representação da Câmara – que é uma obsessão claramente que o Senhor Presidente da Câmara tem, como se ela já não estivesse representada em todas as atividades que são feitas – que o liberta para desenvolver pensamento estratégico, quando externaliza – como já aqui falámos – abundantemente para um conjunto de entidades externas, demonstrando incapacidade para definir um percurso objetivo para o concelho. É nossa convicção, do Partido Socialista, que isto gerará confusão interna, gerará inclusive dúvida na população em relação à sua capacidade de decisão e de



MUNICÍPIO DE POMBAL

assumir as rédeas do concelho, e gerará dúvidas também em relação à confiança nas decisões dos Partidos políticos, em concreto do Partido Social Democrata, no poder em Pombal, porque as pessoas não compreenderão esta necessidade de acrescentar mais este empecilho no processo de decisão dentro da Câmara Municipal.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito rapidamente, Senhor Presidente, em relação à primeira intervenção do João Coelho, não há desrespeito nenhum aqui pelos órgãos, há muito respeito, porque esta reorganização é feita nos prazos, nos termos da Lei, com informação técnica e jurídica dos serviços, para todos os membros da Assembleia Municipal, e nos termos certos, portanto, não há nenhum desrespeito, não há nenhuma fragilidade, muito pelo contrário. Podemos estar com essas considerações teóricas, genéricas, que não valorizam ninguém – nem valoriza a Assembleia Municipal, nem valoriza a Câmara, estar a dizer que houve desrespeito pelas entidades. Desrespeito porquê? Então, se isto foi feito nos termos e nos prazos definidos pela Lei, se os membros da Assembleia Municipal tiveram essa informação, não há desrespeito nenhum, pelo contrário, nem há sonegação de informação nenhuma, não há nada, há sim arrojo e há coragem. Eu assumo essa parte, eu assumo as decisões todas, já vos disse, não tenho problemas nenhuns, pelo contrário. E portanto, relativamente a esta reorganização, gostava também de pelo menos ter visto destacado o facto de criarmos aqui as unidades orgânicas para a inovação e empreendedorismo, e também para fortalecermos o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, que é uma estratégia principal da nossa atividade nos próximos anos. Esta reestruturação também integra essa estratégia principal, e isso devia ser destacado positivamente, porque também foi proposto pelos membros da Assembleia Municipal, e nomeadamente pelos membros do Partido Socialista. Está vertido na reorganização, estrategicamente, reporta a mim, enquanto Presidente de Câmara, e aos Senhores Vereadores, enquanto membros do órgão Câmara Municipal. É uma estratégia, que é uma estratégia que nós queremos, na parte económica, prioritária. E depois, relativamente às questões, dúvidas sobre nomeações? Então, nós viemos dizer – e dissemos isso na reunião de Câmara – que uma das alterações ao organigrama, das urgências que nós tínhamos em rever o organigrama – para, mais uma vez, perceberem que há respeito pelos órgãos – é porque nós tínhamos que separar a Proteção Civil das Florestas, porque estamos a incorrer, ainda hoje – e caso V. Exas. não votem a favor da reorganização, é nisso que vamos continuar a incorrer – numa ilegalidade, de nós não podermos nomear o Comandante Operacional da Proteção Civil porque tem que ter o serviço próprio na unidade orgânica, de acordo com a Lei, é uma exigência. Mas, só podemos nomear esse coordenador depois desta alteração estar feita, depois da Assembleia Municipal.

Portanto, não podemos dizer que vamos nomear o A, o B ou o C, antes da reorganização estar aprovada, que é hoje. E a partir de hoje, se for aprovada a reorganização, sim, já podemos nomear o Comandante Operacional da Proteção Civil. Portanto, não há segredo nenhum de quem é que será a pessoa, de como é que será, tem que ser alguém competente e responsável. Mas, essa nomeação só pode ocorrer depois. Portanto, não é sonegar informação, nem nada. Às vezes há questões em que nós alimentamos a discussão, e depois parece que fazemos um caso de uma coisa que não tem caso nenhum. Esta distinção entre a Proteção Civil e as Florestas tem que ser vertida, nos termos da



MUNICÍPIO DE POMBAL

Lei, no organigrama do Município, e por isso é que também estamos a rever, neste tempo, a estrutura orgânica. E a partir desse momento, será nomeado, e será do conhecimento de todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal, e de todos os Senhores Vereadores. E, portanto, não me parece haver nenhum caso, nem nada escondido, relativamente a esta matéria.

Relativamente à questão do Diretor Municipal, que vem substituir o Presidente de Câmara – a narrativa é que vai substituir o Presidente de Câmara – não vai substituir nenhum Presidente de Câmara. Eu fui eleito pelas pessoas, e estarei cá nestes quatro anos, como tenho estado desde o início do mandato, dia e noite a trabalhar em prol das pessoas – e vocês sabem que é assim, dia e noite, vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias por ano. Sinto-me muito motivado para ser Presidente de Câmara, entendendo-o como uma missão, não estou nem pela remuneração, como vocês sabem, nem pelo estatuto, porque não é isso que me mobiliza; mobiliza-me servir a minha comunidade, poder colocar aquilo que são os meus poucos conhecimentos, mas as mais valias da nossa comunidade, das várias instituições, ao serviço do desenvolvimento do nosso território, para que os nossos filhos e os nossos netos, daqui a uns anos, se tudo correr bem, possam ter condições para ficarem cá em Pombal. É esse o meu objetivo, e o objetivo da Câmara Municipal de Pombal.

E ao fazermos esta reestruturação, e ao termos a possibilidade de ter uma Direção Municipal, é termos também mais confiança, segurança e celeridade no processo de decisão. Eu não quero ninguém que me substitua, eu quero alguém que me apoie. Eu quero que as decisões que nós tomemos em sede de Câmara Municipal sejam as mais instruídas possível, e no menor espaço de tempo possível, porque a comunidade e a evolução das tecnologias e da sociedade, em termos gerais, não se compadece com o tempo da burocracia da Administração Pública do antigamente.

O séc. XXI obriga-nos a novas exigências, a ter técnicos qualificados, e sim, bem remunerados. Se eu pudesse subir todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Pombal, eu subia todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Pombal, não posso, nos termos da Lei. Um dos compromissos que nós assumimos, e está vertido naquilo que é o nosso compromisso eleitoral – sim, nós falámos disso – é valorizar os recursos humanos da Câmara, é dar-lhes mais competências, e nós, nos próximos anos, vamos ter o maior ciclo de financiamento comunitário da nossa história, desde que entrámos para a União Europeia. Quer o PRR, quer o Portugal 2030, mais a obrigatoriedade de executarmos ainda o Portugal 2020, o conjunto de projetos que temos, até ao primeiro semestre de 2022, vão obrigar-nos a uma exigência cada vez maior. E temos de estar mais preparados, temos de ter processos dentro da Câmara mais rápidos, mais céleres, maior partilha de saberes e de informação entre os serviços, maior interligação, e isso tem que ser feito do ponto de vista da organização, do processo instrumental. Nós cá estaremos para tomar as decisões estratégicas, na Assembleia Municipal, na Câmara Municipal, para definir as linhas de desenvolvimento. Estamos cá, não me demito, nem peço aos outros que façam por mim. Agora, nós precisamos é que, internamente, haja uma maior interligação dos serviços, haja maior fortalecimento, e sim, sermos uma Câmara atrativa, quero que sejamos uma Câmara moderna. Eu defendo que a Administração Pública local deve ser moderna, atrativa e independente, e isso é um ponto muito importante, porque se confundem as pessoas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Este Diretor Municipal, que vamos aprovar no ponto a seguir o concurso, será por concurso público e a pessoa que vier a ganhar há de ser a pessoa melhor capacitada para desempenhar estas funções. Não será nenhum político, não será nenhum eleito, não vai substituir Presidente de Câmara nenhum, vai fazer o trabalho de um técnico altamente qualificado, dentro de uma estrutura como a Câmara Municipal de Pombal, que vai passar de 400 trabalhadores para quase 800 trabalhadores, já no próximo mês de abril, que vai assumir as responsabilidades todas que temos, ao nível daquilo que é a intervenção pública, seja a nível cultural, desportivo, de educação, águas, saneamento básico, ambiente, etc., assumimos isso tudo, essa responsabilidade, e este Diretor Municipal vai ter a obrigação de ser ele que vai ser o player que vai fazer a interligação entre os vários serviços, e que vai fazer com que as estratégias que nós implementarmos sejam executadas no terreno da melhor forma, para que os pombalenses, os cidadãos e as empresas tenham processos de decisão na Câmara Municipal mais rápidos, mais expeditos. É isso que eu quero.

Uma coisa vos posso garantir, a vocês e a todos os pombalenses – que vocês falam por eles, a dizer que os pombalenses não vão compreender: os Pombalenses querem que corra bem, as pessoas querem que corra bem. Todas as semanas recebemos, na Câmara, os munícipes, todos os problemas que têm, situações, etc., e aquilo que eles me dizem é: “Senhor Presidente, eu quero que corra bem.” Não é por mim, é por Pombal. Eu quero que corra bem, eu quero que corra bem à Câmara Municipal, em todos os processos em que estivermos envolvidos. E não é por mim, nem pelo meu Partido, é pelo meu Concelho. Ao fazermos esta previsão, do ponto de vista da organização, ter um Diretor Municipal, um técnico independente, que seja responsabilizado do ponto de vista operacional, como qualquer entidade tem, qualquer organização com um volume de negócios como o nosso, que é superior aos 50.000.000,00 €, tem um Conselho de Administração, mas depois tem o Diretor Geral, o funcionário técnico dessa própria empresa. Em qualquer instituição, em qualquer organização isto acontece, e nós estamos a ser arrojados por termos isto. Se eu tivesse dois Diretores de Departamento, que temos já previstos, se avançasse com dois Diretores de Departamento, ia gastar mais dinheiro do que com este Diretor Municipal, porque a questão financeira não é a questão que se coloca. Agora, é uma prioridade, a Câmara precisa de interligação de serviços, partilha de informação, operações mais ágeis, respostas mais rápidas aos cidadãos, mais segurança e celeridade no apoio ao nosso processo de decisão, conheço muito bem a Câmara e sei que precisa e que isso vai ajudar e vai motivar os nossos colaboradores. Este é um ponto muito essencial. Ao termos um Diretor Municipal que assuma a responsabilidade do acompanhamento permanente de todas as unidades orgânicas, no terreno, em contacto com as unidades orgânicas e com esses profissionais, vai fazer com que seja rapidamente identificado um problema e apresentada uma proposta de solução ao Executivo. E depois, quem decide somos nós, quem decide sou eu e é o órgão Câmara Municipal de Pombal, ninguém vai decidir por mim.

E portanto, aquilo que nós queremos é que a Câmara Municipal de Pombal, a Administração Pública Local, seja mais transparente, mais exigente, mais eficaz, e seja independente, que é para não ficarmos dependentes dos políticos A ou B, em cada Executivo que a Câmara Municipal tiver, agora ou no futuro. Tem que ter autonomia própria de funcionamento e é isso que nós queremos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, não se preocupem – e eu disse que isto é uma expectativa que eu tenho que as coisas vão correr bem, e que isto vai ajudar nomeadamente na agilização dos processos e no aumento da capacidade de resposta do Município de Pombal, estou plenamente convicto disso, mas cá estaremos também para analisar, depois, os resultados desta estratégia, que é uma estratégia de valorização da Câmara Municipal, valorização dos colaboradores, tornar também a nossa Câmara cada vez mais atrativa, mobilizar os nossos colaboradores, as nossas unidades orgânicas, para a ambição que temos, e os investimentos que temos previstos para os próximos anos, para o desenvolvimento do nosso Concelho.”

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com 7 (sete) votos contra, 6 (seis) do Partido Socialista e 1 (um) do Oeste Independente, aprovar os documentos nos termos propostos pela Câmara.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Designação de Júris para Abertura de Procedimentos Concurrais com vista ao Provimento dos cargos de Direção Superior de 1.º Grau – Diretor Municipal de Gestão Integrada, e de Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Foi presente à sessão a seguinte proposta da Câmara:

“Ponto 2.9.2. Designação de Júris para Abertura de Procedimentos Concurrais com vista ao Provimento dos cargos de Direção Superior de 1ª Grau - Diretor Municipal de Gestão Integrada e de Direção Intermédia de 2º Grau - Chefe da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Foi presente à reunião a seguinte Proposta do Senhor Presidente da Câmara:

"PROPOSTA

**DESIGNAÇÃO DE JÚRIS PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS
COM VISTA AO PROVIMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º
GRAU – DIRETOR MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA E DE DIREÇÃO
INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

Considerando:

1. A proposta de reestruturação da estrutura orgânica interna dos serviços municipais, a submeter aos órgãos representativos deste Município, dentro das respetivas esferas de competências, gizada ao abrigo, designadamente, no disposto nos n.ºs 3 e 6 do artigo 3.º e no artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, aplicado à administração autárquica por força do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, conjugados com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na atual redação, com correspondente adequação dos



MUNICÍPIO DE POMBAL

documentos conexos, consubstanciados no Organograma, Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e Mapa de Pessoal deste Município,

2. Reestruturação Orgânica, aquela, que, para plena eficácia, carecerá, após aprovação, de publicação em Diário da República, em conformidade com o determinado no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;

Considerando, também, que:

1. À formulação daquela proposta de reestruturação orgânica, encontra-se subjacente, designadamente, o ajuizamento da necessidade do provimento, no imediato, (i) do cargo de Diretor Municipal de Gestão Integrada, cuja unidade, ora, foi proposta criar na estrutura orgânica nuclear destes serviços municipais, bem assim, (ii) do cargo de Chefe da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, unidade que se propôs manter na estrutura orgânica flexível destes mesmos, a efetivar por meio de procedimentos concursais, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, e do n.º 1 do artigo 12.º do mesmo diploma legal, conjugado com o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação;

2. Para prossecução de associados procedimentos concursais, por comando do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, é necessária a designação dos respetivos júris de recrutamento, a operar por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;

3. A necessidade invocada, compaginada com a periodicidade da realização das sessões da assembleia municipal, difere para momento suscetível de prejudicar a oportunidade da decisão da abertura dos correspondentes procedimentos concursais;

4. Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do referido artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o júri de recrutamento é composto por um presidente, designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, e por dois vogais, designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida, preferencialmente, na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica, e Considerando, ainda, que, não obstante o facto de na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, se verificar uma omissão no que respeita à previsão da figura da suplência, designadamente nos casos em que se verifique ausência, falta, e ou impedimento de qualquer dos membros que integram o júri de recrutamento, revela-se de toda a pertinência, com arrimo no preceituado no n.º 1 do artigo 42º do Código do Procedimento Administrativo, a designação de dois vogais suplentes, por forma a obviar à ocorrência de eventuais situações de falta de quórum, causando inevitáveis constrangimentos na prossecução dos procedimentos concursais, Termos em que se sugere, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação, que a Câmara Municipal delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal a designação dos júris de recrutamento reportados aos cargos de direção e com a composição infra enunciados, ficando a prossecução dos correspondentes procedimentos concursais condicionada à verificação da plena eficácia da reestruturação da estrutura orgânica interna, por meio de publicação em Diário da República, conforme estatuído no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro:

*Para o cargo de direção superior de 1.º grau – Diretor Municipal de Gestão Integrada:
Presidente do júri – Professora Coordenadora do ISCAC Coimbra Business School,
Senhora Professora Doutora Maria da Conceição da Costa Marques;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

Primeiro vogal efetivo – Diretor Municipal da Direção Municipal de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Económico do Município de Viseu, Senhor Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado;

Segundo vogal efetivo – Professor Coordenador da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Senhor Professor Doutor José Carlos Laranjo Marques;

Primeiro vogal suplente – Diretor Municipal da Direção Municipal de Administração Geral do Município de Viseu, Senhor Doutor Adelino Fernando Almeida Costa; e

Segundo vogal suplente – Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral do Município de Oeiras, Senhora Dra. Paula Cristina Magalhães Saraiva.

Para o cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos:

Presidente do júri – Diretora do Departamento de Recursos Humanos do Município de Coimbra, Senhora Dra. Elsa Catarina dos Santos Marques;

Primeiro vogal efetivo – Diretora do Departamento Financeiro e Jurídico do Município de Leiria, Senhora Dra. Sofia Pereira;

Segundo vogal efetivo – Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos do Município de Coimbra, Senhora Dra. Mafalda Maria Patrício Gomes Filipe;

Primeiro vogal suplente – Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa do Município de Porto de Mós, Senhor Dr. Rogério Paulo Fernandes Nunes; e

Segundo vogal suplente – Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Alvaiázere, Senhora Dra. Célia Fernanda da Costa Marques Ferreira."

A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Odete Alves e Luís Simões do Partido Socialista, propor à Assembleia Municipal a designação dos júris de recrutamento para Abertura de Procedimentos Concurrais com vista ao Provimento dos cargos de Direção Superior de 1ª Grau - Diretor Municipal de Gestão Integrada e de Direção Intermédia de 2º Grau - Chefe da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, nos termos da proposta supratranscrita”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém pretende intervir?”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Nós votaremos contra, apenas para dar o sinal político de que somos contra o processo inteiro, que originará a criação do Diretor Geral, dentro dos serviços da Câmara Municipal.

Como é óbvio, não temos nada contra todos os processos de contratação pública que são feitos de forma transparente, é apenas um sinal político – é isso que estamos aqui a fazer, política e, nesse sentido, votaremos contra tudo o que concretize aquilo que entendemos que é uma decisão errada, a de criação do Diretor Geral dentro do organigrama da Câmara Municipal de Pombal.

Muito obrigado.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Muito obrigado.

Eu só queria dar aqui algum conforto a esta decisão – não é que ela precise de conforto, mas transmitir a minha experiência, que também enquanto estive à frente de uma Junta de Freguesia, me apercebi que, por vezes, questões que acontecem nas freguesias, que



MUNICÍPIO DE POMBAL

deviam ser salvaguardadas pelos serviços da Câmara, por vezes quando não há ligação entre os serviços, as coisas ficam comprometidas, e depois acontecem coisas, como por exemplo, a necessidade de salvaguardar terrenos privados e zonas privadas para obras públicas, e por exemplo, as obras particulares passarem autorizações de construção, ou de instalação de quaisquer coisas privadas que depois dificultam muito mais as iniciativas públicas.

Portanto, eu acho que aqui, um Diretor Municipal que consiga agilizar toda esta situação, e fazer com que os serviços concordem uns com os outros naquilo que é importante, nas decisões gerais e fundamentais, acho que é uma coisa muito boa. E como dizia o Senhor Presidente, é uma novidade, é uma experiência, temos que ver como é que corre, mas obviamente que, à partida, será para correr bem.

Muito obrigado.”

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com 7 (sete) votos contra, 6 (seis) do Grupo Municipal do Partido Socialista e 1 (um) do Oeste Independente, aprovar a designação dos júris de recrutamento para Abertura de Procedimentos Concurrais com vista ao Provimento dos cargos de Direção Superior de 1ª Grau - Diretor Municipal de Gestão Integrada e de Direção Intermédia de 2º Grau - Chefe da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2021 – Lei 08/2012, de 21 de fevereiro.

Foi presente à sessão uma proposta da Câmara, do seguinte teor:

“Ponto 2.7.4. Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2021 - Lei 08/2012 de 21/02.

Foi presente à reunião a informação n.º 6/DAFM/22, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 14-02-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2021 - Lei 08/2012 de 21/02

Sr. Presidente

A Lei 22/2015 de 17 de Março que veio alterar e republicar a Lei 8/2012 de 22 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA) estabelece, no n.º 1 e n.º 2 do Art.º 15.º, que os dirigentes devem, até 31 de Janeiro de cada ano:

Declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de Dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, e;

Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro do ano anterior.

Essas declarações, nos termos da alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo, devem ser enviadas até ao limite do prazo referido acima, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

No caso concreto dos pagamentos e recebimentos em atraso, o DL 127/2012 de 21 de Junho (que regulamenta a LCPA), através do seu Art.º 17.º, estabeleceu as regras para a sua elaboração.

Assim dita o n.º 1 do referido artigo que, os pagamentos e recebimentos em atraso existentes em 31 Dezembro do ano anterior, podem ser declarados de forma agregada quando se verifique uma das seguintes situações: que os mesmos tenham uma mesma natureza e o seu valor individualmente considerado seja inferior a Eur. 5.000,00 ou o devedor ou credor seja uma pessoa individual.

O disposto, acima referido, não se aplica aos recebimentos e pagamentos existentes entre as entidades do sector público administrativo, segundo o n.º 2 do mesmo artigo.

Face ao exposto, proponho que sejam submetidos à Câmara Municipal, as declarações dos compromissos plurianuais e dos recebimentos e pagamentos em atraso, à data de 31 de Dezembro de 2021, no sentido de as aprovar e submeter as declarações dos compromissos plurianuais e dos recebimentos e pagamentos em atraso, à data de 31 de Dezembro de 2021 à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 15.º da Lei 08/2012 de 22 de Fevereiro, na sua atual redação."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter as declarações dos compromissos plurianuais e dos recebimentos e pagamentos em atraso, à data de 31 de Dezembro de 2021, à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos propostos na informação supratranscrita."

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar declarações dos compromissos plurianuais e dos recebimentos e pagamentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2021, nos termos propostos.

Ponto n.º 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Prestação de Serviços Postais – Autorização para abertura de novo procedimento, pedido de autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes.

Foi presente à sessão a seguinte proposta da Câmara:

"Ponto 2.10.1. Prestação de Serviços Postais

Foi presente à reunião a informação n.º 9/SAG/21, da Secção de Administração Geral, datada de 10-12-2021, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Prestação de Serviços Postais

Exm.º Senhor Presidente da Câmara,

A fim de garantir a continuidade do regular funcionamento dos serviços da Seção de Administração Geral, na componente correspondência, há necessidade de contratar os serviços postais que integrem as operações de aceitação, tratamento, transporte e distribuição de objetos postais, nomeadamente correspondências e encomendas postais.

- Considerando que se torna necessário iniciar um procedimento para esta finalidade, com início previsto a partir de janeiro de 2022, para um período de 3 anos;

- Considerando que esta despesa está prevista na rubrica 02/020209;

- Considerando que o valor estimado para a prestação de serviços é de 450.000,00€ (isento de IVA), distribuído pelos 3 anos;

- De modo a iniciar o procedimento, carece a respetiva despesa de autorização da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99,



MUNICÍPIO DE POMBAL

de 8 de junho, bem assim para efeitos de competente autorização de compromissos plurianuais na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação;

Sugere-se que o assunto seja submetido à reunião de Câmara, no sentido de ser solicitada à Assembleia Municipal a competente autorização de despesa e de assunção de compromissos para os anos económicos seguintes.

À consideração superior."

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal autorização para abertura do procedimento, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como autorização para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, de acordo com a informação supratranscrita."

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Aquisição de Serviços de Seguros – Autorização para abertura de novo procedimento, pedido de autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes.

A proposta da Câmara apresentada à Assembleia, é do seguinte teor:

“Ponto 2.7.2. Aquisição de Serviços de Seguros - Abertura de novo procedimento: Pedido de Autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes

Foi presente à reunião a informação n.º 2/EMPEACI/22, da Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico, Auditoria, Controlo e Investimento, datada de 14-02-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Aquisição de Serviços de Seguros - Abertura de novo procedimento: Pedido de Autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes

Sr. Presidente,

Relativamente ao processo acima referido, informa-se que se encontra ainda em vigor o procedimento de aquisição de serviços de seguros (Proc.º 002/CPI/SA/20), o qual irá terminar no próximo mês de Dezembro de 2022.

Considerando que se torna necessário iniciar novo procedimento para esta finalidade, com início previsto a partir de Dezembro de 2022 (inclusive), para um período de dois anos;

Considerando, que esta despesa tem adequado enquadramento para o ano 2022, em orçamento, nas rubricas Org. 02 e Económica 01030901 e Org.02 e Económica 020212, e que não se encontram ainda devidamente aprovados os orçamentos para os exercícios de 2023 e 2024; carecendo a despesa a assumir em exercícios seguintes de autorização do órgão deliberativo;

Considerando que, tomando como referência idêntica contratação de procedimentos anteriores, o valor dos prémios totais estimado dos seguros a adquirir para o período do



MUNICÍPIO DE POMBAL

contrato, tendo como base as taxas do contrato ainda em vigor, é de 637.100,00 €, a qual se prevê executar, de acordo com a seguinte distribuição:

- a) 62.700,00 € no ano de 2022,*
- b) 318.550,00 € no ano de 2023 e*
- c) 255.850,00 € no ano de 2024,*

prevendo-se adotar para o procedimento de aquisição, o concurso público internacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP (Código dos Contratos Públicos). De modo a iniciar o respetivo procedimento de aquisição, carece a respetiva despesa de autorização da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, bem assim, de competente autorização de compromissos plurianuais prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua atual redação.

Nestes termos, sugere-se que o assunto seja submetido à reunião de Câmara, no sentido de ser solicitada à Assembleia Municipal a competente autorização de despesa e de assunção de compromissos para os anos económicos seguintes.

À consideração de V.ª Ex.ª,"

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a competente autorização de despesa e de assunção, nos termos propostos na informação supratranscrita.”

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara sobre a Autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.8. Apreciação do Relatório de Inspeção Tributária ao IVA do ano de 2020, ao abrigo do cumprimento da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação – Para conhecimento e tomada de posição da Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“O relatório foi partilhado, para conhecimento e tomada de posição. Se não houver nenhuma proposta, quer dizer que a Assembleia não pretende tomar posição.

Pergunto se há intervenções ou propostas sobre este ponto.

Não se verificou qualquer inscrição ou proposta.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a minuta de Contratos Interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesia do concelho (delegação de competências nos domínios da educação e ação social escolar).

Foi presente à sessão a seguinte proposta da Câmara:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Ponto 2.10.4. Minuta de Contratos Interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesia do concelho (delegação de competências nos domínios da educação e ação social escolar)

Foi presente à reunião a informação n.º 10/UJ/22, da Unidade Jurídica, datada de 31-01-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Minuta de Contratos Interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesia do concelho (delegação de competências nos domínios da educação e ação social escolar)

Exm.º Senhor Presidente,

Em cumprimento do despacho exarado por V. Ex^a, a Unidade Jurídica procedeu à redação de propostas de minuta de “novos” Contratos Interadministrativos, a celebrar com as Juntas de Freguesia do Concelho, que, em suma, traduzem uma adequação dos instrumentos no que tange à concretização dos termos em que se deverá processar a delegação de competências, em matéria de educação e ação social escolar (cf. alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I)), designadamente no que respeita a transportes escolares, “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico”, “Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1ª Ciclo do Ensino Básico” e, ainda, “Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar — Atividades de Animação e de Apoio à Família”.

Na verdade, ante o quadro legal vigente, cabe aos órgãos municipais a competência para participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza uma transferência de competências consubstanciada num “(...) reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências e organizando num único diploma legal as competências das autarquias locais e entidades intermunicipais (...)” (cf. corpo preambular do diploma, c/ itálico n/)), afigurando-se, por isso, necessário operar alguns ajustes à redação dos Contratos Interadministrativos em vigor até ao presente, mormente em face do robustecimento da política social municipal, bem assim das alterações legislativas a que, entretanto, houve lugar.

Em face de tudo quanto se acaba de valorar, submete-se à análise de V. Ex^a as propostas de minuta que ora se anexam, sugerindo-se que, caso assim o entenda e concordando com o respetivo teor, submeta as mesmas à apreciação do órgão Câmara Municipal, para que delibere no sentido de requerer a competente autorização para a respetiva celebração ao órgão Assembleia Municipal, nos termos das disposições constantes na alínea k) do n.º 1 artigo 25º e na alínea l) do n.º 1 artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I).

À consideração superior,”

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as minutas dos Contratos Interadministrativos, nos termos da informação supratranscrita.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais deliberou, por unanimidade, remeter a presente informação à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação, nos termos propostos.”

Marlene Matias (PS):

“Relativamente a este ponto, apenas dizer que percebemos que é uma atualização dos contratos interadministrativos na área da educação e da ação social escolar. Queríamos aqui, aproveitando também para fazer um apelo a que os restantes contratos interadministrativos, nas restantes áreas, tenham o reforço da dotação financeira, porque defendemos, de facto, que é um pouco penoso ver as nossas Juntas de Freguesia a estarem – e peço desculpa pela terminologia – de mão estendida, a pedir, a pedir, a pedir, quando achamos que elas deviam ter maior autonomia financeira, para que possam prosseguir também com o trabalho que desenharam para os seus territórios, para as suas freguesias.

Acerca deste contrato interadministrativo, só queremos aqui fazer uma recomendação – ou uma reflexão até – nomeadamente, penso que é o art.º 7.º, de recursos humanos, que atribui, de facto, às Juntas de Freguesia a responsabilidade na seleção e na contratação de recursos, nomeadamente nas AEC’s, ou nas CAF’s e queríamos deixar aqui uma nota de reflexão: achamos que a modalidade de contrato de trabalho que é utilizado por norma é a da prestação de serviços, dos recibos verdes – não em todas as Juntas de Freguesia, mas em grande parte. E, portanto, nós, de facto, achamos que não é a modalidade mais digna de trabalho, tendo em conta que são pessoas que, de facto, e nomeadamente nas AEC’s, trabalham o ano inteiro. Se queremos fixar pessoas também nos nossos territórios, a questão do trabalho, do trabalho digno, com direitos, deve ser a prática corrente, e não a que é a mais utilizada.

Também queremos – aqui aproveitando, porque estamos a falar em matéria de recursos humanos, e já foi aqui falado pelo meu colega Humberto -, e nós normalmente estamos muito em sintonia em algumas questões – abordar a questão das Comissões Sociais de Freguesia. Eu penso que o Senhor Presidente não respondeu à questão que ele aqui colocou, que foi: nós sabemos que a maior parte destes profissionais, se não todos, continuam em prestação de serviços. Não basta fazermos aqui um grande regozijo ao trabalho dos técnicos que trabalham com populações vulneráveis e populações que vivem precariamente, quando eles próprios também são precários. Se no início da constituição das Comissões Sociais de Freguesia, isso até era por nós compreensível, numa primeira fase, decorridos estes anos todos, não entendemos que seja razoável.

E para mais, este próprio Executivo não deu um bom exemplo ao abrir, de facto, um concurso para a Comissão Social de Freguesia de Almagreira, Carriço e Louriçal, precisamente para substituir a Dra. Catarina, que conhece bem esta realidade, o que é trabalhar desta forma, passar recibos a duas e a três entidades, não é a forma mais digna. Sabemos que estes profissionais vão ser profissionais que são necessários – ainda hoje foi aqui tão amplamente falado da importância das Comissões Sociais de Freguesia – e portanto, renovo aqui o apelo, porque foi esse o apelo que o Humberto fez à Câmara, para que, de uma vez por todas, se resolva também esta situação.

Nomeadamente os da saúde, é a mesma situação, nós defendemos, de facto, que as pessoas tenham um contrato de trabalho, não precário, mas a prazo.

É isto. Obrigada.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Mais uma vez, boa tarde.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre este assunto, gostava de chamar a atenção – um bocadinho também no seguimento do que a Marlene estava a dizer – que é impossível nós termos pessoas que vão fazer vinte e duas horas de trabalho em um mês. Ou seja, é impossível – e eu acho que os meus colegas Presidentes de Junta devem estar com os mesmos problemas – termos alguém que consiga prestar um serviço de qualidade nas AEC's, a fazer uma hora por dia de trabalho.

Eu sei que isto não tem muito a ver com o Executivo propriamente dito, mas pedia que fosse aberta, perante os Agrupamentos, a possibilidade de haver outras horas para fazer as AEC's. Como é que é possível um professor se deslocar a uma escola, e num dia dar uma hora – um professor de inglês, um professor de educação física, um professor de música, é praticamente impossível, pelos valores que nós estamos a receber neste momento. Acho que todos os Presidentes de Junta têm o mesmo problema. Por isso, pedia que tentassem falar com quem de direito, para ver se estas verbas são aumentadas – porque isto não compete diretamente ao Município.

E gostaria também de chamar a atenção para os custos todos que estamos a ter neste momento com os transportes. Os combustíveis estão a subir todos os dias, e convinha que tivéssemos estas situações salvaguardadas, porque se retomarmos a normalidade no próximo ano letivo, vamos ter, com certeza, um aumento de custos significativo.

Das AEC's, e voltando à questão dos tempos, eu acho que é difícil a proposta que se estava aqui a propor, de os pôr a tempo inteiro, porque eu não consigo ninguém para trabalhar vinte e duas horas por dia, não tenho mais hipótese. São só vinte e duas horas por dia, as AEC's são todas à mesma hora, não conseguem fazer mais horas.

Era só isso. Obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Eu vou aqui primeiro pela parte positiva. No fundo, enaltecer o Município por continuar a apostar nas Juntas de Freguesia como parceiras também nesta área – e eu vejo aqui a educação como um dos desígnios do país, e neste caso, um desígnio municipal – por continuar a apostar nas Juntas de Freguesia.

Ao longo destes anos, Pombal foi pioneiro neste tipo de acordo, nestes acordos de colaboração com as Juntas de Freguesia a nível distrital e a nível nacional, antes de haver pensamento a nível de descentralização de competências. E está provado aqui hoje que todas as áreas políticas percebem que é uma aposta ganha, ou seja, as freguesias serem parceiras, a desenvolver o serviço de refeições, os transportes escolares, as AEC's, a Componente de Apoio à Família.

Como é óbvio, temos este problema dos recursos humanos, porque quando se começou este procedimento – e estão aqui colegas meus com muito mais anos e que se lembram perfeitamente como é que o processo começou, não foi um processo fácil. E hoje em dia, posso orgulhar-me de ter técnicos superiores nestas atividades, pessoas muito competentes. Como é óbvio, todos nós – e eu, principalmente – gostaríamos de lhes dar muito melhores condições de trabalho. E quem é que sairia a ganhar? As nossas crianças e as nossas famílias, claro, porque temos ali um profissional motivado e com uma perspetiva de futuro. Não tenho dúvida nenhuma de que os Agrupamentos têm de ser chamados para este processo, para nos ajudarem a ajudar as nossas crianças e as nossas famílias. Mas, uma primeira palavra positiva.

Aqui uma nota, que eu continuei a ver aqui no documento, a questão do transporte. Ou seja, há aqui uma alínea que, na minha opinião, é injusta, a questão dos dois quilómetros



MUNICÍPIO DE POMBAL

do desfasamento – ou seja, fazer aqui uma diferenciação entre crianças que vivem a dois quilómetros do estabelecimento de ensino. É muito diferente viver a dois quilómetros da cidade de Pombal, da escola, do que numa aldeia. Ou seja, a dois quilómetros numa aldeia, é de uma aldeia para outra aldeia. O Legislador, eu percebi, ou seja, quem fez esta Lei pensou: estou em Lisboa, dois quilómetros, tenho ali um transporte público. Mas, não, nas nossas aldeias, quem vive nas aldeias sabe perfeitamente que não é isto, nós temos aldeias de dois em dois quilómetros. E com esta alínea, eu considero que há aqui uma injustiça para aqueles pais e para aquelas crianças. É uma salvaguarda, ela continua aqui, a questão dos dois quilómetros – nós, em Almagreira, temos debatido com o Município por causa desta questão, e faço aqui esta nota para que continuemos a trabalhar construtivamente para que estas diferenças terminem.

Depois, também nas AEC's, outra questão importante: há freguesias que apostam – e na minha opinião, bem – na parte da natação, ou seja, no ensino da natação. E eu continuo a defender que todas as nossas crianças deviam saber nadar. Nós somos um país com uma costa atlântica brutal, e portanto, não temos razão nenhuma para não termos as nossas crianças a saber nadar. Temos de enquadrar esta questão da natação também nas AEC's. Porquê? Porque se não tiver este enquadramento aqui, o que é que nos acontece? Atualmente, só temos um equipamento municipal, temos uma piscina a funcionar – e eu peço aqui para que se abra rapidamente a do Louriçal, porque outra piscina municipal faz falta no concelho, ninguém tenha dúvidas de que é um investimento – o que for, acho que toda a gente subscreve esse investimento. Porquê? Porque nos aumenta aqui as horas livres das pistas. Só quem não tem filhos a nadar, ou quem não utiliza a Piscina Municipal, é que não percebe este dilema atual.

Portanto, o que é que a Junta consegue fazer aqui? E eu falo em Almagreira: consegue enquadrar as aulas de natação no período das AEC's, porque é o período em que nos dão pistas livres aqui na Piscina Municipal; de outra forma, não tínhamos maneira de aquelas crianças aprenderem a nadar.

Portanto, eu continuo a defender – e tem sido uma mais valia, ao falar com os pais – aqueles horários. Porquê? É um investimento da Junta, é óbvio que a Junta está a investir no transporte das crianças, investe no pagamento – ou seja, os pais também ajudam, e contribuem também com a sua parte, mas, aí está, é um investimento que, na minha opinião, faz todo o sentido, em que o próprio Município – uma vez que de cima vêm outros milhões, mas não será para aqui, certamente – em que nos cingimos a estes problemas concretos. E acho que as próprias Juntas – não estou a falar por todos, mas sei que muitos têm esta ambição, de ter aqui a natação incluída, e ter aqui uma forma de dar este miminho – que não é um miminho para mim, é uma mais valia para as nossas crianças. De resto, tenho de concordar.”

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar as minutas dos Contratos Interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesia do Concelho.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nesta altura o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, propôs um intervalo de quinze minutos, que foi aceite, pelo que os trabalhos foram interrompidos, prosseguindo com o ponto 2.10.

Ponto n.º 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o “Regulamento do Programa Municipal Ocupação de Tempos Livres Jovem – Pombal” – Aprovação.

Foi presente à sessão a Proposta da Câmara que a seguir se transcreve:

“Ponto 2.8.1. “Regulamento do Programa Municipal Ocupação de Tempos Livres Jovem – Pombal” - Aprovação

Foi presente à reunião a informação n.º 175/UJ/21, da Unidade Jurídica, datada de 23-12-2021, que a seguir se transcreve:

“Assunto: “Regulamento do Programa Municipal Ocupação de Tempos Livres Jovem – Pombal” - Aprovação

Exmº Senhor Presidente,

No contexto da promoção de uma política de juventude, alicerçada na ocupação dos tempos livres, como pilar de desenvolvimento da sociabilidade dos jovens, potenciando o desenvolvimento das suas capacidades e competências pessoais, profissionais e sociais, foi desencadeado o início de um procedimento, tendo por objetivo a elaboração de um regulamento que tivesse por objeto a definição da disciplina, organização e funcionamento do Programa Municipal Ocupação de Tempos Livres Jovem – Pombal, designadamente no que respeita às relações da autarquia com os jovens e, bem assim, com outras entidades e, em particular, com as entidades e ou serviços de acolhimento.

Nestes termos, cumprido o périplo procedimental associado, o projeto de “Regulamento do Programa Municipal Ocupação de Tempos Livres Jovem – Pombal” foi objeto de aprovação, por parte do órgão Câmara Municipal (cf. deliberação do órgão Câmara Municipal datada de 24 de setembro de 2021), e, bem assim, de subsequente submissão a consulta pública, nos termos do n.º 1 do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de trinta dias, a contar da data da respetiva publicação (no Diário da República, 2ª série, n.º 206 - Aviso nº 20037/2021, de 22 de outubro e na Internet, no sítio institucional – Comunicação nº 2337), para recolha de sugestões, por escrito.

Em face de tudo quanto antecede, não se tendo verificado a apresentação de quaisquer sugestões durante o período de consulta pública, propõe-se a V. Exª que, caso assim o entenda, determine a remessa da presente informação ao órgão Câmara Municipal, para que, ao abrigo do disposto nas alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), na sua atual redação, delibere no sentido de remeter ao órgão Assembleia Municipal o projeto, que ora se anexa, para necessária aprovação do “Regulamento do Programa Municipal Ocupação de Tempos Livres Jovem – Pombal” e consequente publicação em Diário da República, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 139º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

À consideração superior, "

Junto encontra-se o projeto do Regulamento supramencionado, o qual se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado nos serviços respetivos.

O Senhor Presidente da Câmara destacou a relevância deste regulamento, acrescentando que a Comissão Europeia anunciou, no dia anterior à presente reunião, que 2022 é o Ano Europeu da Juventude. Disse que Pombal dá aqui um passo muito importante no sentido de envolver os jovens naquilo que são as dinâmicas comunitárias do município e que, com base neste Programa, irão conseguir incentivar o voluntariado jovem e ter também um instrumento que permite remunerar algum trabalho desenvolvido por jovens na comunidade, seja em atividades recreativas, desportivas, culturais ou empresariais, no âmbito das interrupções letivas, pelo que há um estímulo em envolver os jovens em algumas atividades que a Câmara venha a definir no futuro, com o envolvimento do Conselho Municipal da Juventude, dando também oportunidade a empresas e outras entidades que queiram receber estes jovens nas suas férias, de poderem candidatar-se para o efeito.

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o projeto do Regulamento do Programa Municipal Ocupação de Tempos Livres Jovem – Pombal, ao órgão Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Não sei se alguém quer usar da palavra sobre este ponto. Pergunto se há inscrições.”

Alexandre Santos (PPD/PSD):

“Muito obrigado. Boa tarde novamente.

Antes de mais, em relação a tema da juventude e do associativismo, quero começar por agradecer aos técnicos do Município, principalmente da unidade de juventude, desporto e associativismo, o trabalho que têm desenvolvido, com as últimas iniciativas e projetos, que têm sido constantes, e que temos podido acompanhar nestas Assembleias Municipais e também no Conselho Municipal da Juventude.

Neste ponto da ordem de trabalhos, permitam-me começar por dizer o seguinte: as políticas de juventude são, como sempre foram, uma prioridade para os eleitos do PSD, principalmente para os mais jovens, que ainda pertencem à JSD. Consideramos de extrema importância a participação e intervenção em atividades de desenvolvimento pessoal, de desenvolvimento em comunidade local e com sentimento de comunidade. Consideramos de extrema importância atividades que fomentem um espírito de responsabilidade e que permitam desenvolver e explorar a vocação profissional de cada uma das escolhas alargadas nesta oferta.

Foi com base nestes pontos, com o enfoque nas políticas de juventude, que os eleitos do PSD têm pautado a sua intervenção política e os seus compromissos em programas eleitorais ao longo dos últimos anos, mas também em sucessivas intervenções em espaços públicos e em Assembleias Municipais. Digo isto porque foi também com a noção deste défice de atividades disponíveis no Concelho de Pombal que a JSD de Pombal, em 28 de junho de 2018, apresentou nesta mesma casa, em Assembleia Municipal, uma proposta política intitulada “Programa OTL Desenvolve-te”, proposta essa que apresentava uma consideração sobre a situação em Pombal, uma análise de opções de programas tomadas por outros Municípios – no caso em concreto, demos o foco no programa de Mafra – e que com um exemplo genérico de regulamento, pretendíamos lançar e estimular a



MUNICÍPIO DE POMBAL

discussão, para que uma ferramenta do género pudesse vir a estar disponível no nosso Município.

Considero como ponto-chave e fulcral a aprovação de mais uma ferramenta ao serviço dos jovens. Considero ainda com mais importância no contexto em que vivemos, volvidos dois anos de pandemia, onde a população jovem viu a sua vida e oportunidades de afirmação na sociedade condicionados por fatores incontrolláveis, onde muitas das oportunidades e possibilidades de contacto real com a sociedade e com o mundo profissional se viram esgotadas, canceladas e perdidas.

Com a noção das fragilidades criadas pela pandemia, a própria União Europeia designou 2022 como o Ano Europeu da Juventude, onde nas palavras do Presidente do Conselho Europeu, que disse: “Não podemos esquecer o impacto que a crise da Covid-19 teve nas gerações jovens. Admiro a vossa resiliência ao longo destes tempos difíceis.” Ora, então, temos aqui a possibilidade, com a aprovação deste regulamento, de criar mais uma ferramenta que permita capacitar da melhor forma os jovens, os jovens resilientes, entre os dezasseis e os vinte e cinco anos, interessados e investidos no Concelho de Pombal. Penso que o regulamento e o documento que foi apresentado, evidencia de forma clara as vantagens de uma ferramenta como esta, mas permitam-me destacar alguns pontos, sendo eles a capacidade para potenciar e desenvolver as capacidades e competências pessoais, profissionais e sociais, promover a participação jovem, promover essa participação com igualdade de oportunidades, independentemente dos contextos económicos ou sociais, a ocupação dos tempos livres dos jovens, evidentemente, e também a capacidade de transformar os jovens em agentes motores do desenvolvimento local.

Mas, uma das possíveis vantagens, a que já em 2018 fazíamos referência, é pela possibilidade de retenção destes jovens, desta nova geração cheia de talentos, no Concelho de Pombal, pelo seu contacto com as oportunidades existentes.

Por fim, apenas duas notas rápidas, na questão do regulamento, que do meu ponto de vista, estão bem explanadas no documento, mas que acredito que devo reforçar na mesma.

A primeira prende-se com a questão de estes jovens não irem fazer o trabalho, ou substituição de algum funcionário ou colaborador. Não, devem ter projetos e iniciativas adaptadas e adequadas, e claramente supervisionadas por um tutor, que não é uma chefia, mas uma fonte de ligação, de acompanhamento e de incentivo.

E a segunda nota prende-se com a compensação económica, que apesar de ser um valor ainda indefinido, pois terá que ser calculado pelos serviços em detrimento das funções e das horas, deve ser ajustada à realidade, e naturalmente digna do projeto.

Para concluir, alegro-me por ter percebido que, ao longo destes anos, desde 2018, em que este assunto começou a ser discutido, este assunto tem sempre revelado uma unanimidade nas votações favoráveis de todos os Vereadores, independentemente do Partido, nas reuniões de Câmara a que tem sido trazido, tanto no mandato passado, como neste mandato, e espero que possa merecer o mesmo tipo de votação nesta Assembleia.”

João Varela Coelho (PS):

“Senhor Presidente da Câmara, apenas algumas dúvidas, no seguimento da intervenção anterior, não sem antes louvar a iniciativa, apoiar a iniciativa, o Partido Socialista revê-se nos objetivos que estão na génese deste regulamento, na génese deste programa – é um programa que faz lembrar realidades antigas, que eventualmente nós teremos vivido



MUNICÍPIO DE POMBAL

quando eramos mais novos. E, portanto, saudamos que haja uma recuperação de iniciativas positivas do passado, aqui num suporte municipal, noutras tempos com um suporte nacional, e que eventualmente poderia ser replicado por mais sítios no país. E é importante frisar a concordância, numa iniciativa que deve servir de exemplo para mais sítios no país. E, portanto, nós não estamos necessariamente e consecutivamente contra tudo o que a Câmara faz, como aqui pode ficar demonstrado.

Ainda assim, gostaria só que esclarecesse a Bancada do Partido Socialista num ponto que me deixou algumas dúvidas, que é o da comparticipação que a Câmara pagará pelo trabalho desenvolvido por estes jovens. Não conseguimos perceber quais são as salvaguardas que os jovens terão de que, realmente, a remuneração seja estabelecida em níveis justos, até porque a própria determinação do que é justo é subjetiva em algum ponto. E, portanto, gostávamos de perceber qual será o referente, qual é que será o mecanismo que a Câmara prevê utilizar para a fixação deste valor.

E depois, também não conseguimos perceber – não consultámos nenhum documento de suporte na construção deste programa, eventualmente essa justificação já existe, mas não conseguimos perceber se há alguma compensação por parte das entidades aderentes à Câmara Municipal, pela comparticipação que é dada a estes jovens trabalhadores – se me permitem a expressão – a título remuneratório. A Câmara assumirá esses valores, um valor que fixará – já falámos sobre isso – mas, as entidades que aderem terão que suportar algum desse valor, terão que pagar na íntegra esse valor, participarão na fixação desse valor, para que possam também assumi-lo com consciência plena desde o início do que está em causa?

Essas dúvidas não nos aparecem esclarecidas neste regulamento, e gostávamos de ter pelo menos uma perspectiva, da parte do Executivo, sobre o que se prevê nesta parte, frisando que independentemente da idade do trabalhador, o trabalho tem que ser prestado em condições dignas – algo que já aqui frisámos para outro assunto – e portanto, entendemos que deve ser salvaguardado pelo menos aquilo que a Lei considera que é uma remuneração mínima para trabalho efetivamente prestado por conta de outrem.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito rapidamente, só para agradecer, naturalmente, esse reconhecimento da importância deste projeto e deste programa, que está organizado por vários turnos, o que permite que os nossos jovens, por intermédio deste programa, possam ter uma ocupação saudável dos seus tempos livres, nomeadamente períodos de interrupção letiva, e sobretudo possam, por intermédio deste programa, aumentar as suas competências cívicas. Eu acho que esta é, realmente, a grande mais valia. Agora, vamos ver como é que vai ser a dinâmica – e respondendo agora à pergunta colocada pelo João Coelho – a dinâmica do envolvimento das entidades parceiras – a adesão de empresas, IPSS’s, outras coletividades. E este é um processo que vamos começar agora, a partir desta Assembleia Municipal, é um processo que vamos iniciar agora, e é fruto também dessa dinâmica que depois vamos estabelecer – e no art.º 13.º está prevista haver essa compensação económica, é uma compensação económica, não é uma remuneração por um posto de trabalho, não é uma remuneração profissional, até porque também está previsto os turnos não serem os dias inteiros, é um período do dia, porque não é para as empresas e entidades substituírem mão de obra deles, é sobretudo para terem aqui um acréscimo, e também uma motivação para o envolvimento dos jovens nessas dinâmicas



MUNICÍPIO DE POMBAL

– e acho que esse é que é o ponto positivo. E depois, essa compensação será também calculada, e será submetida ao órgão Câmara Municipal, para definir. Mas, é lógico que tem que ser uma compensação no meio termo entre uma remuneração que não é profissional, mas que seja uma compensação digna para o exercício das funções, das que vierem a ser exercidas. E, portanto, naturalmente que nesse cálculo dessa compensação económica, também têm que ter em consideração aquilo que é o desempenho da atividade que vai ser desenvolvida.

Relativamente aos deveres da entidade parceira, não está neste regulamento previsto – no art.º 17.º tem os direitos e os deveres dessas entidades – não está previsto que também participem financeiramente. Agora, nada nos impede de nós articularmos outro tipo de compensação, para também essas entidades serem mais atrativas, para que os jovens queiram, neste período de tempo, utilizar este programa para desempenhar funções nessa entidade. E por isso, isso vai ser feito também agora, de acordo com a forma como levámos agora à Câmara Municipal.

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento, nos termos propostos pela Câmara.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.10.3. Proposta de Aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação

Foi presente à reunião a informação n.º 10/DDSS18/22, da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, datada de 10-02-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Proposta de Aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação

Exmo. Sr. Presidente,

Considerando as atribuições da Câmara Municipal de Pombal no que diz respeito ao “assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade” plasmado na alínea q) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a aprovação da candidatura n.º POISE-01-3422-FSE-000070 promovida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) no apoio a ações relativas ao desenvolvimento de diagnósticos, elaboração, implementação, divulgação e avaliação de planos para a igualdade, de âmbito municipal e;

Considerando que as autarquias locais, e os municípios em particular, pela especial proximidade que tem com os cidadãos, pela privilegiada visão integrada que detêm das condições de vida e das expectativas dos cidadãos que residem no seu território, têm um importante papel na desconstrução dos estereótipos de género e na implementação de medidas concretas que promovam a formação de cidadãos cientes de que são titulares dos mesmos direitos, independentemente do género, raça, religião, língua, território de



MUNICÍPIO DE POMBAL

origem, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual;

Foram recentemente encetadas um conjunto de ações locais de onde se destacam a elaboração do diagnóstico de género, a assinatura do Protocolo de Cooperação para a Igualdade e a Não Discriminação entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e o Município e, por conseguinte, a criação de uma equipa local para a igualdade, culminando tudo isto na definição do 1º Plano Municipal para a Igualdade e Não-Discriminação do Município de Pombal, embora reconhecendo a realização anterior de ações locais no âmbito da promoção da igualdade;

Este Plano representará um instrumento fundamental para a territorialização efetiva das políticas de igualdade e não discriminação, alinhado com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – “Portugal + Igual”, reforçando a necessidade de continuar a promover a igualdade ao nível local, desta feita com um planeamento concreto para um universo temporal de quatro anos, que servirá simultaneamente de mote para refletir estrategicamente sobre as ações que possam no futuro, e alinhadas com o diagnóstico, determinar mudanças estruturais locais nesta matéria;

É ainda de salientar que o presente plano será desenvolvido, estando sujeito às alterações necessárias por via de condicionalismos estruturais e/ou institucionais, financiamento das atividades e/ou avaliações de impacto efetuadas a cada uma das atividades que o compõem.

Neste sentido, propomos a V. Ex.^a que, caso assim o entenda, se digne colocar à aprovação do órgão Câmara o referido Plano para posterior remessa à Assembleia Municipal, firmando a convicção de que a igualdade é um princípio de organização social que pretende criar espaço para todas as diferenças.

À consideração superior,”

Junto encontra-se o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, que se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado nos respetivos serviços.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto nos termos da informação supratranscrita, bem como submeter os documentos à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.”

Nuno Oliveira (PS):

“Em primeiro lugar, eu quero avançar a nossa óbvia concordância com a temática principal que está aqui a ser tratada neste ponto, a questão da igualdade e da não discriminação, é uma bandeira também, até ideológica, do Partido Socialista, mas que eu estou certo de que é compartilhada por todos os presentes.

E portanto, em relação à questão da votação, não há aqui qualquer dúvida sobre o seu sentido, que é obviamente favorável.

E para justificar até o voto favorável, se me permitem, eu vou ler aqui uma frase que está expressa no documento, e que justifica, de facto, esse nosso voto: “O Município de Pombal assume, assim, um papel central na desconstrução de estereótipos de género enraizados na nossa sociedade, fruto de anos de uma visão demasiado centrada no papel do homem, relegando não raras vezes para um plano secundário o papel das mulheres nos vários domínios e setores da sociedade. Daí que esta estratégia possa contribuir para incentivar uma maior participação, dignificação e valorização das mulheres nos vários domínios das atividades no seio da nossa comunidade.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

O princípio é obviamente meritório, e daí também o nosso aplauso a este Executivo por essa preocupação. Contudo, temos aqui alguns contributos que queremos deixar também nesta temática.

Da leitura que fazemos do documento, parece-nos que o plano é, nesta fase – e eu posso até compreender que o seja nesta fase, e que venha a ser melhorado – insuficiente, parece-nos pouco claro, e parece-nos ainda pouco estruturado. Não entendam como uma crítica final, também entendemos que possa ser aceitável que ainda o seja assim, não seria aceitável era se ele não progredisse para um estágio mais evoluído e mais perfeito de concretização. Parece-nos também um plano, neste momento, pouco ambicioso – aliás, a ambição de plano parece-me apenas ao nível do nome, de lhe chamar já, neste momento, um plano municipal, porque não o consideramos ainda com essas características, talvez até pelo facto de haver aqui serviço externalizado, e provavelmente com menos conhecimento daquilo que é a nossa realidade.

O diagnóstico que é feito é bastante preocupante, relativo ao estatuto de desigualdade de géneros que ali é identificado – é, de facto, muito preocupante. Há atividades que são interessantes, e a sua existência é também um aspeto positivo, embora não se perceba muito bem também a sistematização destas atividades no seu todo.

No entanto – e isso é o mais importante – partilhamos a preocupação, aplaudimos a iniciativa, e contamos que o nosso voto favorável seja entendido por este Executivo, como disse há pouco, não como uma concordância final e concluída, mas como uma motivação para que este plano seja continuado, seja melhorado, e a nosso ver, que tenha uma maior participação das entidades locais, desenvolvendo, por exemplo, a ideia que lá está expressa, da criação da equipa para tratar o tema.

Obrigado.”

Isabel Costa (PPD/PSD):

“Senhor Presidente. Permita-me, nesta minha primeira intervenção nesta Assembleia, cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, a Senhora Secretária e o Senhor Secretário, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, as Senhoras Vereadoras e os Senhores Vereadores, cumprimentar também os colegas membros desta Assembleia, as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta, Senhores Funcionários da autarquia, comunicação social, estimado público aqui presente, e todos aqueles que nos acompanham nesta sessão online.

Quero felicitar o Executivo, na pessoa do Senhor Presidente e da Senhora Vereadora Catarina Silva, pela excelente iniciativa na elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. Fruto de um longo trabalho de equipa, assente naquilo que são as políticas municipais, é de reconhecer a realização anterior de ações locais, no âmbito da promoção da igualdade. De realçar a estrutura bem definida de ações do referido plano, a implementar nos próximos quatro anos, e que será, sem dúvida, uma mais valia para os cidadãos do nosso território.

Face à importância que o plano representa, e a necessidade de continuar a promover a igualdade ao nível local, sou da opinião de que devemos votar a favor desta proposta.

Tenho dito.”

Nuno Oliveira (PS):

“Eu queria só explicitar aqui um ponto, que me esqueci de referir – e foi mesmo um lapso – até para especificar melhor aquilo que são algumas das insuficiências que nós notamos no documento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Desde logo a questão da identificação clara dos objetivos do programa. Por outro lado, também questões de mensurabilidade dos resultados atingidos. Estas duas questões são questões que são para nós essenciais, e que nos parece fundamental definir o quanto antes, até para, num futuro próximo – daqui a seis meses, daqui a um ano, daqui a dois anos – podermos, de facto, fazer uma avaliação do sucesso ou insucesso das medidas. Todos queremos que sejam medidas com sucesso, mas precisamos de indicadores, depois, para aferir desse mesmo sucesso.

Muito obrigado.”

Colocado o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Definição da estratégia que sustentará um quadro de referência para a gestão do sistema de recolha de biorresíduos – Decisão / Aprovação do Cenário.

A Proposta da Câmara, é do seguinte teor:

“Ponto 210.4. Definição da estratégia que sustentará um quadro de referência para a gestão do sistema de recolha de biorresíduos - Decisão/Aprovação do Cenário

Foi presente à reunião a informação n.º 4/UA18/22, da Unidade de Ambiente, datada de 24-01-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Definição da estratégia que sustentará um quadro de referência para a gestão do sistema de recolha de biorresíduos - Decisão/Aprovação do Cenário (ficheiro de simulação)

Exmo. Senhor Presidente

No âmbito do despacho n.º 7262/2020, foi elaborado o “Estudo para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos no Concelho de Pombal”, por uma equipa técnica da ATTCEI – Associação de Transferência de Tecnologia e Conhecimento para Empresas e Instituições. Este estudo, financiado pelo Fundo Ambiental ao abrigo da candidatura n.º 89 – “Programa de apoio à elaboração de estudos municipais para o desenvolvimento de sistemas de recolha de biorresíduos”, teve como principal objetivo identificar a melhor estratégia a implementar para a gestão dos biorresíduos produzidos no concelho de Pombal, tendo em consideração as características demográficas e geográficas do mesmo.

Pretendeu-se, ainda, encontrar as melhores soluções com vista a assegurar que os biorresíduos são separados e reciclados na origem ou recolhidos seletivamente com a máxima eficiência, pelo Município de Pombal, e devidamente encaminhados para tratamento e valorização nas infraestruturas dedicadas do sistema em alta (Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.).

O estudo seguiu a metodologia e utilizou o simulador de cenários definidos pelo Fundo Ambiental, tendo sido concluído em julho de 2021, com a apresentação do relatório final,



MUNICÍPIO DE POMBAL

após a realização da discussão pública (ver, em anexo, a versão final do estudo e os ficheiros de simulação/cenários).

De acordo com a metodologia definida pelo Fundo Ambiental, o estudo avaliou e comparou dois cenários alternativos (duas estratégias alternativas), numa perspetiva moderada e numa perspetiva otimista, que permitem ao Município decidir e definir de forma fundamentada uma estratégia que sustentará um quadro de referência para a gestão do sistema de recolha de biorresíduos.

Em resultado de todo o estudo técnico efetuado e conforme fundamentação técnica, em anexo, elaborada pela equipa técnica da ATTCEI, o cenário mais favorável para o Município de Pombal é o Cenário B, na perspetiva moderada.

Face ao exposto e para efeitos de remessa ao Fundo Ambiental do ficheiro de simulação (ficheiro Excel) com o cenário escolhido, para a elaboração e apresentação dos dados, presentes na Versão Final do Estudo, e dando cumprimento ao estipulado nas disposições constantes na alínea h) do n.º 1 do artigo 25º e alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), junto se remetem o “Estudo para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos no Concelho de Pombal” – versão final, os ficheiros de simulação/cenários (ficheiros Excel) e a fundamentação técnica anexa, para a devida definição da estratégia a aprovar pelos órgãos competentes, nos termos acima referidos.

À consideração de V. Ex.ª.”

Junto encontram-se o “Estudo para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos no Concelho de Pombal” – versão final, os ficheiros de simulação/cenários (ficheiros Excel) e a fundamentação técnica, que se dão por integralmente reproduzidos e ficam arquivados nos respetivos serviços.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto nos termos da informação supratranscrita, bem como submeter os documentos à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.”

Aníbal Cardona (PS):

“Em primeiro lugar, o documento que nos foi submetido é um estudo, o parecer da Câmara Municipal é a subscrição da sugestão que é apontada no estudo, e também dizer que este tipo de estudos, aplicados a outros Municípios, vão no sentido da mesma sugestão.

Evidentemente que esse estudo, ao longo da sua construção, vai fazendo referência a muitas variáveis, a muitos fatores que no momento da sua elaboração são imponderáveis, o que exige que este plano, para além de rápido – deve ser feito com rapidez – deve ser acompanhado de um sistema de monitorização – até porque o sucesso, o resultado final deste estudo vai ter implicações ao nível da taxa de resíduos. E sabemos que se nós fizermos uma análise do território do Concelho de Pombal, nós vemos que, obviamente, há uma grande diferença entre o tecido mais urbano, o tecido mais rural, e muitas vezes quando se vai aplicar uma taxa num território que tem esta diversidade, eventualmente podem surgir condições de desigualdade.

Evidentemente que quando este estudo se transformar em plano – daí a minha insistência na monitorização e na definição clara dos elementos que são tangíveis – não há dúvida que está aqui implícita uma mudança de paradigma, temos uma situação em que, pelas



MUNICÍPIO DE POMBAL

características do próprio resíduo, a ambição que eventualmente está subjacente à opção que foi validada, claramente que exige algum nível de sofisticação nesta implementação. Eu também tenho sempre aquela tendência, e aquele entusiasmo, muitas vezes até pueril, de quando vejo uma coisa nova, ficar sempre com a ideia de que nos podemos destacar, é uma coisa que está a ser tratada agora, que tem objetivos que extrapolam em muito o paradigma do tratamento de resíduos que está implementado, até porque a Legislação é nova. E aqui, uma nota especial ao Executivo, que sublinhe o lema de campanha, aqui tem que estar subjacente, além da justiça, a ambição. Mas, não tenhamos dúvidas de que há aqui uma exigência em termos de sofisticação, os aspetos relativos à justiça da aplicação, depois, da taxa de resíduos devem ser vistos com muita atenção, e uma tônica grande relativamente à base de incerteza da implementação desse sistema, que deve ser para ser desenvolvido com qualidade e ir ao encontro dos objetivos, de estar em permanente avaliação.

Portanto, esta ambição tem que ser mesmo grande, e a exigência de sofisticação, é perfeitamente notória.

Portanto, apenas esta nota, e nós estaremos aqui na Assembleia Municipal, com certeza, para poder analisar e contribuir para que este processo decorra pelo melhor, face também ao seu nível de dificuldade.

Muito obrigado.”

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Este tema dos biorresíduos, da sustentabilidade, da economia circular, é um dos temas que é muito querido também à Freguesia de Pombal e ao Município, foi um dos motes da campanha, tornarmos o nosso concelho mais verde, mais sustentável.

Nós não nos podemos esquecer que os biorresíduos fazem parte do nosso dia a dia. Todos nós deitamos fora os restos de comida, da preparação dos alimentos, que compõem, em média, quase 40% do nosso caixote do lixo comum.

A recolha dos biorresíduos e a sua valorização é dos mais importantes e disruptivos passos em matéria de gestão de resíduos, desde o encerramento das lixeiras, no final do século passado. Quando os biorresíduos são recolhidos de forma seletiva e devidamente encaminhados para tratamento e valorização – ou tratamento na origem – podem ser geridos para aproveitar todo o seu potencial positivo, ambiental e económico.

O salto quantitativo e qualitativo exigido pela recolha seletiva de biorresíduos, valorização e uso dos produtos gerados, é um desafio substancial, com um prazo muito curto, mas com vários impactos positivos, diretos e indiretos. Um deles é a criação de empregos verdes, criação de novos postos de trabalho, a redução dos odores nos contentores e melhoria de qualidade de vida de quem trabalha nessa área, que é uma área que é muito intensa, em termos de exigência física e psicológica, melhoria da capacidade de recolha dos resíduos indiferenciados, redução de quantidade de resíduos depositados em aterro, produtos com alto valor acrescentado, composto, corretor orgânico, ou possibilidade, talvez um dia, de produzir gás, redução da importação de matérias-primas para a agricultura, melhoria da qualidade do solo, com a retenção da água, nutrientes e carbono, e acima de tudo, o envolvimento da comunidade, através da compostagem doméstica, comunitária, agricultura familiar. E aqui, poderão ser criadas sinergias com projetos das freguesias, tais como os das hortas comunitárias, como por exemplo também iremos desenvolver aqui na Freguesia de Pombal, na zona urbana.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A recolha, tratamento e valorização dos biorresíduos implica uma mudança de paradigma na gestão dos recursos urbanos, que inclui não só os Municípios e as empresas de gestão de resíduos, mas acima de tudo envolve toda a comunidade. E é aí que considero que deve ser o foco da gestão, o benefício dos munícipes que separem na origem os biorresíduos – que tal como diz este estudo, é a proposta mais vantajosa, segundo os pressupostos que eles elencaram – em quantidade e em qualidade. Estes benefícios e estímulos poderiam ser concretizados, ou por via fiscal, ou em coordenação com outras medidas, tangíveis ou intangíveis, que funcionem, no conjunto, como um estímulo para os comportamentos desejáveis, facilitando assim o cumprimento global das metas e a adesão ao projeto.

Não podemos esquecer que, realmente, isto é um projeto que vai valorizar imenso o nosso Município e as nossas freguesias, vai fazer com que nos destaquemos ainda mais como Eco-Freguesias, no seu conjunto, e um Município mais verde, mais sustentável, o que será um fator diferenciador, devidamente implementado, e que realmente terá que ser muito bem gerido, para que a comunidade adira e que não duvide que será um dos processos diferenciadores do nosso Município.”

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.13. Apresentação da proposta da Câmara sobre a PMUGest – Relatório de Execução Orçamental – 3.º trimestre 2021 – Para conhecimento.

Foi presente o Relatório de Execução Orçamental da PMUGest, relativo ao 3.º trimestre de 2021, o qual foi previamente disponibilizado a todos os membros da Assembleia, se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado nos serviços.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Esta proposta é apenas para conhecimento, e, portanto, não há aqui nenhuma votação a fazer. Eu pergunto se alguém quer pedir algum esclarecimento.”

Luís Couto dos Santos (OI):

“Relativamente à questão deste relatório, queria aqui fazer uma pequena análise, por parte do Oeste Independente. E primeiro, queria fazer uma introdução prévia, relativamente à questão, aqui há alguns anos, de uma decisão estratégica deste concelho, que foi a decisão de internalização do abastecimento de água, para dentro do próprio Município, para dentro da própria Câmara Municipal.

Em comparação com outras decisões estratégicas no passado, isto revelou ser uma boa decisão, principalmente pelo custo da água e do abastecimento à população em geral. A PMUGest, essencialmente tem a ver aqui com algumas particularidades. E eu gostaria aqui de analisar e chamar a atenção aqui a uma das questões, sobre as áreas de negócio. A 19 de julho do ano passado, 2021, num artigo do Pombal Jornal, declarações do próprio Presidente da Câmara Municipal, à altura, em que declarou que após a conclusão das obras de saneamento básico, estariam 90% das habitações cobertas. Tenho dúvidas sobre estes dados – aliás, temos estado a trabalhar aqui em cooperação



MUNICÍPIO DE POMBAL

com o Vereador Pedro Navega, no sentido de apurar a informação sobre a cobertura do Município, mas estimaremos, à vontade, que após esta conclusão, cerca de 75% da população, ou das habitações, estarão cobertas, e não 90%, como anteriormente foi referido.

Mas, um dos pontos aqui sobre a PMU era que 53% da receita da PMU, de acordo com os dados do relatório, efetivamente são da área dos serviços urbanos, onde está integrada também a recolha dos esgotos domésticos, faz parte desta receita. O que é que poderá significar? Ou seja, estas duas informações em conjunto, com esta abrangência, sendo que grande parte da receita da recolha é em áreas que neste momento estão em construção, e portanto, em termos de garantia de saneamento básico para estas populações, significa que é previsível que daqui a cerca de dois anos, quando estiverem concluídas estas obras, que, efetivamente, deixe de haver esta receita na principal contribuinte da receita da PMUGest.

Obviamente que isto aqui coloca em cima da mesa a saúde financeira e sustentabilidade desta empresa a longo prazo. Era uma das questões, e uma sugestão para a própria Câmara, antecipando este cenário, e com tempo – ou seja, não deixando que esta situação se achesse, pura e simplesmente, por uma questão de insolvência previsível daqui a dois anos – que se possa começar a encetar um plano de eventual reintrodução, sendo que as duas outras áreas de receita desta empresa são os serviços florestais, que é um serviço que concorre com o mercado, o estacionamento (12%), e depois, obviamente, são aqui as questões mais pequenas, que são o Café Concerto, publicidade, Castelo, Bodo – sendo que, neste momento, o próprio Café Concerto não está aberto ao público. E portanto, se calhar aqui fará algum sentido equacionar a reintrodução destes serviços para dentro da Câmara.

E portanto, queria só alertar este aspeto, em tempo, e não numa altura posterior, em que, efetivamente – ou seja, nós sabemos que se estiver três anos seguidos com prejuízo, será aberto o processo de insolvência; portanto, antecipar, talvez seria no melhor entendimento dos serviços, e integrar estas áreas, da área cultural, diretamente na área da cultura, dentro da própria Câmara Municipal.

Nuno Oliveira (PS):

“Em relação a este assunto, nós entendemos que é tempo de perceber, efetivamente, qual é que é a estratégia para a PMU, quais é que são as suas competências, por forma a não se ver sonogada à política aquilo que é, de facto, o campo da política. Os políticos são eleitos, enquanto os conselhos de administração são nomeados, e portanto, não devem exercer funções que são, por inerência, próprias e que carecem de legitimidade política, que é própria dos eleitos. Eu vou dar um exemplo disto que estou a dizer, na parte final da minha intervenção...”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

“Desculpe interromper, esta matéria vem cá para conhecimento, não vem para debate sobre a existência, ou sobre a viabilidade. Se quiser pedir um esclarecimento sobre o relatório, muito bem, porque é para conhecimento; agora, realizar um debate sobre a PMUGest – podem inscrever isso, se quiserem, na ordem do dia, é só fazerem um requerimento. Só para não desviar, porque nós não vamos votar nada sobre a PMUGest, é só para conhecimento.”

Nuno Oliveira (PS):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Sim, mas o relatório é sobre a atividade da PMUGest, e a nossa dúvida é efetivamente sobre a própria atividade.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito bem. Prossiga, mas, por favor, centre-se no relatório, se tiver questões ou dúvidas sobre o relatório, pedidos de esclarecimento. Já estive para dizer isso na intervenção anterior, só porque não vem aqui para votação nenhuma proposta sobre a PMUGest, é para conhecimento. E, portanto, nós não queremos sonegar a possibilidade de pedir esclarecimentos sobre o que é cá trazido para conhecimento, mas nada mais do que isso.”

Nuno Oliveira (PS):

“Eu julgo que a minha intervenção não seria muito mais divergente do que aquilo que foi a intervenção anterior, e que não foi interrompida.

Eu não tenho mais nada a dizer.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Efetivamente, tenho aqui um conjunto de questões em relação ao relatório. Ainda assim, gostava só de fazer aqui uma ressalva, que, efetivamente, o agendamento do ponto sobre a PMU nos iria permitir discutir a PMU, como foi feito na intervenção anterior, e bem, e nomeadamente sobre o destino que pode ser dado à atividade regular da PMU, decorrente dos resultados que aqui estão. Mas, enfim, parece que não há disponibilidade para nós discutirmos a política. E então, falemos só do que está escrito no papel.

Perante o que está escrito no papel, pergunto, efetivamente, qual é que é a perceção do Senhor Presidente da Câmara em relação àquilo que está escrito no relatório de gestão como a necessidade de o Café Concerto e de a Cafeteria do Castelo não concorrerem com a atividade local, não sei se isso obstaculiza com a visão de leitura estrita do documento.

Gostava de perceber também qual é que é a predominância na parte da publicidade, nas receitas da publicidade, qual é que é a predominância da contratação de serviços da parte da Câmara à PMU, a mesma situação em relação à recolha de resíduos, se inclusive há uma indicação preferencial da Câmara Municipal para que seja a PMU a fazer determinado tipo de serviços nesta área da recolha de resíduos domésticos.

Em relação às Festas do Bodo, faço só esta tentativa de perceber, tendo em conta o que está descrito, a inexistência das Festas do Bodo no passado representou uma situação financeira preocupante neste relatório de gestão, e portanto, se se prevê uma intervenção que reverta esta perceção do atual conselho de administração.

Para além desta preocupação em relação ao predomínio da Câmara na realidade da PMU, efetivamente também nos preocupa aquilo que nós não podemos discutir, que é a nova equipa mencionada para gerir a PMU e o seu destino estratégico. Houve um reforço – pareceu-me – um investimento, confiança em relação aos nomes indicados, que perspetivavam uma existência da PMU muito para além daquilo que é a sua capacidade de sobrevivência aparente, tendo em conta o que está aqui.

Eu gostava de perceber, em primeiro lugar, se realmente essa perspetiva de que a PMU veio para ficar, ou que está para continuar ao longo deste mandato e seguintes, e inclusive se V. Exa., Presidente da Câmara, entende que a nomeação da responsável para a PMU corresponde a um efetivo reconhecimento de competência da pessoa em causa para o desempenho dessas funções, visto que no passado ela foi mencionada como sendo



MUNICÍPIO DE POMBAL

incompetente para o desempenho das funções de Vereadora, inclusive em desafio da própria decisão do Senhor Presidente da Câmara num assunto em particular, e eu gostava de perceber em que é que tudo isso mudou, dentro do PSD, ao ponto de lhe ser atribuída uma confiança para gestão de uma empresa, que, a tentar concordar com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, pelos sinais que me são dados, estará para vigorar durante muito e muito tempo.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Em relação aos pedidos de esclarecimento, estamos a analisar um relatório do terceiro trimestre do ano passado, nos condicionalismos que todos conhecemos, numa gestão que era uma gestão feita por um conselho de administração diferente, como também já foi salientado. Tomámos boa nota das referências que fizeram, à estratégia que a PMU deve seguir – as três intervenções foram nesse sentido, de perceber qual é que é a estratégia. E é isso mesmo que está a ser feito agora. E total disponibilidade para reunirem com o Conselho de Administração da PMUGest, creio que eles próprios vão ter essa diligência e essa obrigatoriedade, essa recomendação, para reunir com os membros da Assembleia Municipal, com os diversos Partidos Políticos, com os diversos agentes económicos da nossa praça, para redefinir aquilo que é a estratégia da PMUGest.

E sim, vem para ficar. A administração é altamente competente, estamos a falar do Presidente do Conselho de Administração que é gerente bancário, com um percurso de vida e profissional reconhecido por todos, e uma grande ligação às empresas, que não vai ser remunerado; estamos a falar de uma administradora não executiva, que não vai ser remunerada, que é técnica superior na Associação de Desenvolvimento da Região de Aveiro, uma associação intermunicipal com responsabilidades diretas na gestão das águas e do saneamento básico, com conhecimentos técnicos altamente profundos, motivados e mobilizados para a gestão desta empresa municipal; e, e uma administradora executiva, sim, remunerada, nos termos da Lei, não mais do que isso, mas a quem todos reconhecem competência, rigor e exigência no desempenho das suas funções, e que tem uma coisa muito positiva: conhece como ninguém a empresa municipal, foi ela que liderou a fusão da Pombal VIVA com a PMU Manutenção Urbana. E sim, foram escolhidos por critérios de competências, e é isso que nós vamos exigir.

E agora, nós, eleitos locais – na Câmara e na Assembleia Municipal – estamos aqui para exigir resultados, para exigir proatividade, para exigir dinamismo. É nisso que nós estamos empenhados. E sim, a PMU pode, no futuro, deixar de fazer algumas coisas que hoje faz, e que, se calhar, o Município pode assumir, estamos nesse processo de reflexão e de decisão, relativamente a essas matérias, e sim, pode fazer outras coisas no futuro, em termos territoriais, que não fez no passado. Mas, isso são outras discussões, conversas e partilhas que vamos ter nos próximos meses. E desafio-vos, tal como fizeram aqui hoje, a participarem nessa decisão, centrados mais nas ideias e menos nas pessoas. Nós focamo-nos muito nos protagonistas e esquecemos aquilo que é essencial, o que é que nós queremos, qual é que é a estratégia, como é que nós vamos melhorar os resultados, para que é que serve uma empresa municipal no perímetro daquilo que é o objetivo macro, que nós queremos desenvolvimento no nosso concelho, queremos mais atividade económica, queremos mais fixação de pessoas, e queremos mais qualidade de vida para os cidadãos, para mais pessoas escolherem Pombal para viver ou trabalhar. Esse é o nosso foco, e de que forma é que estes instrumentos, que nós temos à nossa disposição neste nosso universo autárquico, podem concorrer para esse objetivo,



MUNICÍPIO DE POMBAL

centrando-nos menos nas pessoas, menos nos conflitos, no passado A, no passado B, não teve nada a ver.

As decisões, eu assumo-as, como já vos disse, assumo todas as decisões que eu tomar, e que este órgão, enquanto eu for Presidente de Câmara, tomar, e foram tomadas por critérios de rigor, de competência – e agora é a parte da expectativa que eu tenho, é uma expectativa que é fundada, de que estas pessoas vão desempenhar o melhor que sabem e podem estas funções, mas que vão também desempenhar estas funções com humildade, com espírito de serviço, com partilha, e agregando aquilo que são as potencialidades do nosso território. Não podem viver de forma isolada, têm de viver de forma articulada, com o Município, com os Senhores Membros da Assembleia Municipal, com os Senhores Vereadores e com os agentes económicos locais, porque acho que os desafios no futuro são imensos, e a PMU pode desempenhar aqui um papel muito importante nesses mesmos desafios.”

Nuno Oliveira (PS):

“Senhor Presidente, eu quero aqui notar que me sinto humilhado pela discriminação a que fui sujeito, por terem sido concedidos mais de quatro minutos ao Senhor Presidente da Câmara para responder àquilo que, a mim, não me foi permitido perguntar, e que queria perguntar e argumentar.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“O que acontece é que a Mesa aplicou aqui o critério de somar os tempos das perguntas. Neste ponto, como em todos os outros que vêm cá para conhecimento, a Mesa entende que deve facilitar o debate, não faz sentido que venha aqui um ponto para conhecimento e que os membros da Assembleia Municipal não possam pedir esclarecimentos. E é disso que se trata, não se trata de desviar o assunto para outro ponto, ou de iniciar um debate sobre propostas que não estão aqui em discussão.

E, portanto, é isso, este ponto está cumprido, foi aqui trazido para conhecimento, foram pedidos esclarecimentos, foram respondidos, satisfatoriamente ou não. Não houve intenção da Mesa de humilhar ninguém – e peço, evidentemente, aos membros da Assembleia Municipal que não se sintam de forma nenhuma humilhados, não há aqui nenhuma intenção disso. E, portanto, acho que isso é, enfim, pelo menos um exagero do efeito da intervenção e da forma de condução dos trabalhos da Mesa, que, por mim, espero que acreditem que tenho tentado fazer da forma mais razoável – até já várias vezes também interrompi o Presidente, no uso do tempo, e que uma vez até interpretei, a meu ver, de forma excessiva, dei-lhe o tempo apenas que cada membro tinha, e não da soma dos membros que intervieram.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.14. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias – Para Conhecimento.

Foi presente a listagem dos apoios em título, a qual se dá por reproduzida e fica arquivada nos serviços.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 2.15. Apresentação, discussão e votação da moção do Partido Social Democrata “Pombal, cuidados de saúde primários para todos”.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia apresentou a Moção distribuída, atempadamente, por todos os membros do órgão deliberativo, cujo teor se transcreve:

“MOÇÃO

POMBAL, CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS PARA TODOS

A Assembleia Municipal de Pombal, enquanto órgão representativo da Comunidade, assume o compromisso de procurar junto da tutela soluções para a prestação de cuidados de saúde no concelho de Pombal.

Deste modo, é objetivo da Assembleia Municipal defender a promoção de soluções de acesso equitativo de todos os pombalenses aos cuidados de saúde primários.

Os Cuidados de Saúde Primários são “um pilar fundamental dos cuidados de saúde à população, na Prevenção, no Tratamento e na Promoção da Saúde”. Representam a resposta de primeira linha em cuidados de saúde e, portanto, a aposta prioritária no sentido de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

No entanto, a Assembleia Municipal de Pombal observa que o concelho se debate com problemas no acesso e qualidade dos cuidados de saúde primários, cuja resolução é inadiável.

É neste contexto que a Assembleia Municipal de Pombal se propõe a assumir papel ativo junto dos órgãos da tutela, para que se encontrem as respostas rápidas e adequadas para os problemas:

- 1. De acessibilidade. Enquanto que os quadros de pessoal das Unidades de Saúde deveriam ser providos de médicos, enfermeiros, administrativos e assistentes operacionais, verifica-se que tal não acontece em várias Unidades de Saúde do concelho. Este problema afeta principalmente as Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados e impossibilita o real acesso da população a esses cuidados de saúde.*
- 2. De equidade. Verifica-se no território diferentes modelos de serviços de saúde, nomeadamente, assentes em Unidades de Saúde Familiar (USF), Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e ainda assentes em ficheiro sem médico. Este problema resulta no acesso desigual a cuidados de saúde, que se traduz num serviço de qualidade.*

A Assembleia Municipal de Pombal considera que as USF’s, apresentam vantagens na acessibilidade e cobertura em matéria de Cuidados de Saúde Primários. Em particular, a possibilidade de existência de horários alargados, de intersubstituição dos profissionais de saúde e melhoraria da eficiência no atendimento em matéria de saúde. Atualmente existem três USF’s no concelho: (i) USF do Marquês, (ii) USF São Martinho, (iii) USF Pombal Oeste; e duas UCSP’s: a do Sicó e a do Vale do Arunca.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Assembleia Municipal acredita que a aposta neste modelo nas restantes áreas do nosso concelho permitiria resolver os problemas do atendimento dos utentes, a falta de profissionais de saúde e a diminuição do recurso aos serviços de urgências, dos utentes não urgentes.

A Assembleia Municipal de Pombal também favorece o modelo de USF's, em detrimento dos restantes, por se observarem mais carências nesses outros modelos também em funcionamento no concelho de Pombal. A título de exemplo:

- *A UCSP do Sicó, constituída pela União de freguesias de Albergaria dos Doze – São Simão e Santiago de Litém e freguesias de Vila Cã, Abiul, Vermoil, Meirinhas e Carnide, onde cada uma das suas unidades de saúde apresenta constantemente problemas de carência de profissionais de saúde e administrativos.*
- *A UCSP Vale do Arunca, constituída pelas Freguesias do Louriçal, Almagreira, Freguesia da Pelariga e da Redinha, apresenta problemas recorrentes de pessoal.*

Sendo deveras inadmissível que em pleno sec. XXI existam populações sem médico de família e sem acesso a cuidados de saúde primários!

Dado o exposto, é imperioso que a tutela prossiga as reuniões com os parceiros, encetadas em maio de 2021 (antes das eleições Autárquicas). Reunião essa promovida pelo ACES Pinhal Litoral, com o coordenador da UCSP da Sicó, Presidentes de junta e representantes das forças políticas presentes na Assembleia Municipal.

Lamenta-se que nos últimos anos as entidades da tutela do setor da saúde e o Estado Central tenham sistematicamente falhado com as populações do concelho de Pombal, que permanentemente se têm visto prejudicadas no acesso elementar e constitucional à saúde.

É inaceitável que as constantes promessas de reposição de pessoal, seja ele médico ou administrativo, não tenham sido cumpridas, tendo cabido em muitas situações às autarquias locais colmatar alguns destes problemas, pese embora não tenham esta responsabilidade atribuída.

Desejamos soluções de compromisso, para todo o território para ultrapassar os constrangimentos e criar oportunidades, assim como, a reorganização dos Cuidados de Saúde Primários, assentes na criação de USF's com vários Polos, no território onde ainda não existem.

Pelos motivos expostos, a Assembleia Municipal de Pombal, vem propor:

1. *Às autoridades de saúde, de âmbito regional e nacional, que dotem, de imediato, as unidades de saúde do concelho de Pombal dos médicos e profissionais de saúde em falta neste importante serviço público prestado à população;*
2. *Ao ACES Pinhal/Litoral que continue o processo de reorganização da rede*



MUNICÍPIO DE POMBAL

de cuidados de saúde primários em estreita articulação com os profissionais de saúde e o envolvimento positivo dos autarcas de freguesia nas áreas das duas UCSP, modo a garantir a acessibilidade e equidade em matéria de Cuidados de Saúde Primários;

3. *Que a presente moção seja remetida ao ACES, à ARS, ao Ministério da Saúde e à Assembleia da República.”*

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto se alguém quer usar da palavra para apresentação da moção. Fernando Matias, tem a palavra.”

Fernando Matias (PPD/PSD):

“Obrigado, Senhor Presidente.

Esta moção denominada “Pombal, cuidados de saúde primários para todos” prende-se – e para fazer o enquadramento – com a intervenção e levantamento feito na última Assembleia, em termos de assimetrias a nível da qualidade da prestação dos cuidados, assentes uns sobre USF’s, outros sobre UCSP’s, outros inclusivamente sobre os utentes sem médico. E também que em maio de 2021, e muito bem, o ACES Pinhal Litoral promoveu reuniões, em que estavam presentes os Presidentes de Junta, os representantes das Bancadas eleitas aqui na Assembleia Municipal, e onde começámos a delinear e a analisar as carências – começámos pela UCSP de Sicó – e a forma como poderíamos evoluir para unidades diferentes, inclusivamente USF’s constituídas por vários polos. E tem esse propósito.

E no propósito que esta Assembleia, eleita pelo povo, representa a comunidade, penso que é inequívoco que todos nós nos preocupamos com esta matéria, inclusivamente os eleitos do Oeste Independente, do PS e do PSD. Por isso, penso que a Assembleia Municipal de Pombal, enquanto órgão representativo da comunidade, deve assumir o compromisso de procurar, junto da tutela, soluções para a prestação de cuidados de saúde no Concelho de Pombal.

A Assembleia Municipal, também penso que observa que o concelho se debate com problemas no acesso e qualidade de cuidados de saúde primários, cuja resolução é inadiável.

É neste contexto que a Assembleia Municipal de Pombal deve propor assumir um papel ativo junto dos órgãos da tutela para que se encontrem respostas rápidas e adequadas para os problemas de acessibilidade e de equidade.

A Assembleia Municipal deve considerar, e considera – nomeadamente eu, pessoalmente – que as USF’s representam vantagens na acessibilidade e cobertura em matéria de cuidados de saúde primários. Por isso, sendo deveras inadmissível que em pleno séc. XXI existam populações sem médico de família e sem acesso aos cuidados de saúde primários, é imperioso que a tutela prossiga as reuniões com os parceiros, encetadas em maio de 2021, antes das eleições autárquicas – e a partir daí quebrou-se, de facto, este elo, esta reflexão, que dado o empenho dos autarcas, dos representantes, dos eleitos com assento aqui na Assembleia, e as expetativas que criaram, que foram goradas.

Por isso, a própria moção -, e todos os elementos da Assembleia Municipal têm conhecimento, estou convencido de que a leram - o que, de facto, eu aqui proponho, em nome da Bancada do PSD, em nome dos pombalenses, e da representatividade neste órgão de todos os pombalenses, é que, de facto, subscrevamos este documento, e que se



MUNICÍPIO DE POMBAL

avance de forma célere em prosseguir essas reuniões – inclusivamente o Governo é do mesmo Partido, e agora com uma maioria absoluta – e com esses objetivos sempre em cima da mesa, que é dar médicos de família a todos os portugueses, e evoluir para um modelo de prestação de cuidados de saúde primários, assentes em Unidades de Saúde Familiar, porque isto, sim, nós sabemos que os cuidados de saúde primários têm implicações na qualidade de vida, vivida em saúde pelos cidadãos, e que o não acesso mata. E é nisso que devemos assentar.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto se alguém pretende usar da palavra na discussão desta moção.”

Marlene Matias (PS):

“O PS de Pombal, nos últimos anos, sempre esteve ao lado das populações, quer em matéria de saúde, quer noutras. Sempre defendemos publicamente, e junto das autoridades locais, regionais, e até da tutela, a nossa preocupação com os vários constrangimentos sentidos pela população, mas também dos profissionais de saúde. Aliás, tomámos posição pública disso mesmo, em setembro de 2020.

Concordamos que é necessário trabalhar na reorganização dos cuidados de saúde primários. Defendemos igualmente que o modelo das USF's é o que melhor serve as populações, mas também os profissionais.

É com satisfação que damos conta que o PSD finalmente concorde com o PS, defendendo a coexistência das USF's com polos, já que em 2016, aquando da abertura da USF do Oeste, o PS esteve sozinho ao lado da população contra o encerramento dos polos de saúde do Carriço, da Ilha, da Fontinha e da Mata Mourisca. Nós tínhamos a convicção que não só era possível, como era o melhor para as populações manter algum destes polos. O PSD, na altura, optou por nos acusar de aproveitamento político, e até nos acusou de usar a população para criar facto político, como se as populações não tivessem direito à indignação e ao protesto.

Queremos acreditar que o PSD tenha percebido que a situação do Oeste foi um erro, e que agora não o queira replicar nas outras UCSP's, o que registamos com satisfação.

Mas, esta Bancada também regista com estranheza o timing em que esta moção aqui vem. Primeiro, porque é endereçada ao Ministério da Saúde e à Assembleia da República. Todos conhecemos o momento político em que vivemos, uma Assembleia da República dissolvida e um Governo em gestão, sem conhecermos, portanto, a próxima equipa ministerial. Depois, porque este tema da saúde fora trazido na última sessão – e já percebemos o contexto em que surge esta moção – o que resultou em várias diligências desenvolvidas pelo Executivo Municipal, e que registamos positivamente, permitindo que o mesmo – o Executivo – tenha já tido reuniões com a ARS e com o ACES. Essas reuniões ocorreram no dia 7 e 15 de janeiro, segundo informações transmitidas em reunião de Câmara do dia 19 pela Vice-presidente, Isabel Marto. Pelas palavras da Senhora Vereadora, houve um compromisso das partes em reiniciar o trabalho da reorganização dos cuidados de saúde primários e da delegação de competências. Foi também dito pela Senhora Vereadora que a colocação de médicos não é derivada de uma má gestão central – aqui, a tutela – porque existe efetiva colocação dos médicos naquelas unidades de saúde, mas sim porque não existe atratividade daqueles territórios, que assegure a fixação dos médicos. São palavras da própria, que constam em ata.

Caros membros da Assembleia, chegamos, por isso, à conclusão de que as resoluções destas carências não se resolvem só com a abertura de lugares a concurso; a realidade



MUNICÍPIO DE POMBAL

é muito mais complexa. Por isso, achamos que, de uma vez por todas, devemos olhar para esta temática com seriedade, despidos da usual partidarite que normalmente grassa nestas moções. Nós estamos disponíveis, como sempre estivemos, para trabalhar nesta matéria. Concordamos em retomar as reuniões de trabalho, que já tinham sido constituídas no mandato passado. Somos da opinião de que pensar esta reorganização só faz sentido se todos os atores locais e políticos estejam presentes e disponíveis. Sugerimos também que as próprias populações sejam envolvidas neste processo. É preciso que as pessoas conheçam o modelo organizativo de uma USF, e que percebam os ganhos em saúde que podem obter, independentemente da sua localização. A pior coisa que poderia acontecer é que os factos consumados sejam impostos às populações, sem que as mesmas possam ter a oportunidade de perceber o porquê e o para quê.

Este Grupo Municipal irá subscrever esta moção, porque considera também uma oportunidade de retoma deste tema, que nos deve unir, e não criar factos políticos, que em nada defendem os interesses da população.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Lourçal, PPD/PSD):

“Bom, talvez toda a gente aqui nesta sala calculasse que seria a pessoa que podia ficar hoje calada, porque estaria imensamente satisfeito com a questão da saúde na minha freguesia. A verdade é que são oito anos enquanto Presidente, muito duros, de muita dificuldade. Quero, no entanto, aqui destacar o grande trabalho, enquanto autarquia, enquanto Poder Local, que tudo fizemos, e isso provámos ao Governo, à tutela da saúde, aquilo que foi feito, a capacidade de conseguir dizer aquilo que foi também dito em tempos: o Centro de Saúde do Lourçal não funciona porque não tem condições. Hoje, temos um Centro de Saúde novo; hoje, está quase a fazer um ano. E na presença do Senhor Secretário de Estado, disse e louvou a iniciativa, e que com certeza estaríamos ali perante os melhores cuidados de saúde para o futuro, porque havia condições. E para isso, a tutela teria que fazer a sua parte, que seria colocar profissionais de saúde. A verdade é que o modelo da Unidade de Cuidados Personalizados de Vale do Arunca não funciona, nunca funcionou – foi-lhe dado o nome, mas não funciona. E isso, eu tive oportunidade de dizer, no dia 18 de novembro, à Senhora Dra. Delfina Carvalho do ACES Pinhal Litoral, dizendo que nenhuma instituição funciona se a coordenação não estiver presente. E aquilo que é dito é que não há coordenadores que queiram assumir esta responsabilidade. Então, o que é que a tutela do Estado faz? Coloca uma coordenadora que faz, ao mesmo tempo, o serviço de saúde de um determinado Centro de Saúde, e a quinze quilómetros vem meio dia por semana coordenar um Centro de Saúde que tem cinco mil utentes, o que jamais pode ser correto. Por muito profissional que essa pessoa seja, não está presente, e depois deixam os profissionais de saúde à sua sorte, o que quer dizer que isso se reflete naquilo que é, por exemplo, a recusa do trabalho, mesmo a nível do Estado – ou seja, rescisão de contrato com o Estado, com uma médica e com uma enfermeira, que rescindiram há muito pouco tempo – e não foi ir para outro Centro de Saúde, foi rescisão – porque se opta por outra forma, porque a vida também é para ser vivida, e não pode ser feita desta forma. E eu, que acompanho isto todos os dias – louvo também a nossa iniciativa, de colocar ali um segurança para ajudar mutuamente o bom serviço, e agradecer ao Município de Pombal, mais uma vez, por poder dar esta ajuda por mais um semestre, para continuarmos a dizer que nós fazemos a nossa parte.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Queria aqui dizer que, se nada for feito, há populações e há pessoas que estão, quase que digo, a morrer, porque não têm socorro. E é muito triste, eu, que estou na Junta de Freguesia todos os dias, ver que as pessoas já não acreditam. Portanto, não podemos chutar para o canto, eu disse isto à Dra. Delfina Carvalho, na sua presença, e não se pode dizer que se mantém tudo na mesma.

E depois, é assim: os profissionais de saúde têm razão, porque esgotam, mas os utentes também têm, porque não têm acesso à saúde, porque tiveram de descontar uma vida e têm que ir à clínica ao lado, pagar, para ter os medicamentos através das receitas. Portanto, não é com uma médica que se consegue dar atendimento a cinco mil utentes. Hoje, o Lourical tem três mil e duzentos utentes sem médico de família. Portanto, algo temos que fazer, Senhor Presidente.

E deixo aqui um desafio, o nosso concelho está doente no que respeita à saúde. São cinco mil utentes, e três mil e duzentos hoje não têm direito à saúde, e isto é muito triste, porque uma população sem acesso à saúde é uma população doente e sem esperança. Portanto, eu queria aqui deixar um desafio, sem nenhuma crítica, porque fui sempre parte da solução, e sei que o Município, e que nós todos fizemos a nossa parte, e continuamos a fazer, e que a tutela da saúde não pode chutar para o canto. Portanto, aqui não se trata só dos profissionais, nem de acusar ninguém, mas, realmente, vê-se, quando os próprios profissionais de saúde rescindem com o Estado, é porque dizem que não estão para viver este tipo de vida.

Tenho dito, e esperamos que brevemente consigamos uma solução para a saúde no Concelho de Pombal, que realmente ela não existe.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Este é um assunto complicado, contrariamente ao tema que a saúde é aquilo que nós não temos, e que dizemos que é sempre a saúde o mais importante.

Dar aqui um bocadinho do panorama que acontece na minha freguesia. Neste momento, estamos sem médico de família desde o ano passado, desde praticamente o princípio do ano passado, temos um médico que vem das Meirinhas ou de Carnide, uma vez por semana, uma manhã ou uma tarde cada um, e temos na ordem das duzentas credenciais para passar – sim, duzentas – medicamentos que as pessoas precisam para terem qualidade de vida, e estão à espera. A culpa não é dos funcionários, não é dos médicos, os médicos estão lá, estão a fazer o trabalho deles, a Dra. Cristina, da UCSP de Sicó, tem-se esforçado para tentar chegar a todo o lado, mas não consegue. Nitidamente faltam médicos, nitidamente temos que os cativar para as nossas freguesias e para o nosso concelho, mas só com isso, também não vai lá; temos que reestruturar isto. E eu avoco que sou defensor acérrimo das USF’s, Unidades de Saúde Familiar, e acho que temos que passar para esse sistema.

Isto não depende só de nós, depende principalmente do Serviço Nacional de Saúde e dos médicos, que são eles que as têm que criar. Há bocado, estava aqui a dizer-se que uns concordam com polos, nós não temos quase que concordar com isso, eles é que têm que definir, eles é que têm que vir cá e fazer as coisas, porque são eles que vão desenvolver as USF’s, não somos nós. Nós podemos ajudar, criar os polos, mas eles, se não o quiserem fazer, não há hipótese.

Estas reuniões que aconteceram no mandato anterior têm que continuar, temos que mostrar à população, que é isso que elas vão precisar, e dar nota de que não há semana nenhuma em que o pessoal de Vermoil não me venha questionar sobre o médico de



MUNICÍPIO DE POMBAL

família, e este é o problema mais complicado que temos em Vermoil, e creio que na maior parte das freguesias. E acho que não serve de nada estarmos aqui a dizer se o PSD concordou com o PS, ou se o PS concorda com o PSD, temos é que resolver a saúde, e deixar isto para o fim, porque primeiro está a saúde das pessoas, e não quem é que tomou esta decisão.”

Maria José Rodrigues (Substituta legal do Presidente J.F. Vila Cã, PPD/PSD):

“Muito boa noite a todos. Permitam-me que na pessoa do Senhor Presidente, Doutor Paulo Mota Pinto, se sintam todos cumprimentados.

Esta minha primeira intervenção – e nem era sequer para a fazer, mas, realmente, a par aqui com os meus colegas das outras freguesias, isto é uma preocupação premente de toda a freguesia, porque também em Vila Cã estamos sem médico há mais de um ano, ou com médico intermitentemente, e os cuidados de saúde primários são, objetivamente, aquilo que mais preocupa as populações.

Contrariamente o que acontece, muitas vezes, até vão ao médico privado, isso não resolve o problema, porque não há credenciais, não há exames, não há receitas médicas. Eu acho lamentável e não consigo conceber que, aos dias de hoje, eu chegue ao edifício da Junta de Freguesia de Vila Cã, onde funciona também o Centro de Saúde, no rés-do-chão, e as pessoas estejam lá a mendigar por uma consulta, que cheguem lá às duas da tarde para terem consulta, sem saber sequer se vão ter consulta, às cinco da tarde, ou seis, a começarem, e depois até às oito. Muitas vezes, é a Dra. Cristina que lá vai, que vem de Santiago, e já das vezes que falei com ela, muito rapidamente, das conversas que temos tido – porque também não quero eu empatar ali e tirar a vez a outra pessoa que tem que ter uma consulta – ela própria diz que não sabe para onde se virar, e que isto, hoje em dia, é inconcebível, os profissionais de saúde estão esgotados. Efetivamente, nós não queremos saber se é a solução A, B ou C, nós queremos é uma solução para a saúde na Freguesia de Vila Cã e no concelho, e a nível nacional – porque isto não é um problema que se coloca só a nível local, mas sim a nível nacional.

Eu acho que o Poder Local efetivamente tem que pôr mão nisto, os profissionais de saúde têm que ser remunerados em conformidade com a atividade que desenvolvem, e se calhar só assim é que nós vamos conseguir ter os nossos profissionais de saúde, que formamos muitas vezes e que depois se deslocam para o exterior, porque não têm cá as condições que nos outros países têm, porque médicos formados, temos muitos, efetivamente, se calhar, falta dar-lhes condições para que eles queiram cá ficar, e para que assim possamos, na verdade, dar os cuidados primários de saúde a que todos nós temos direito, que todos nós descontamos, seja por impostos diretos ou indiretos, mas todos eles têm direito a estes cuidados. E é quase inadmissível, aos dias de hoje, estarmos aqui a discutir este assunto.

Claro que, em nome da minha freguesia e dos nossos fregueses, não nos podemos alhear desta moção, e obviamente que votaremos favoravelmente.

Tenho dito.”

Manuel Nogueira de Matos (Presidente J.U.F. Santiago, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, PPD/PSD):

“Eu quero dizer que estou quase inteiramente de acordo com esta moção, e só não estou inteiramente de acordo porque acho que é demasiada branda na descrição dos assuntos. E agora, depois destas intervenções, até fiquei um bocado baralhado, porque me dá a impressão que a culpa é toda dos médicos, a falta de transportes é dos médicos, o



MUNICÍPIO DE POMBAL

encerramento das Extensões de Saúde, o problema é dos médicos. Mas, afinal de contas, ninguém diz que é dos médicos. E eu, o que gostava de ver aqui era que alguém venha exigir que o ACES e a ARS que se pronunciem sobre esta falta de interesse em ter os cuidados de saúde nas freguesias, nomeadamente na freguesia da qual eu sou Presidente. Curiosamente, há seis anos a batalhar, já fecharam uma Extensão de Saúde, outras nem sabemos se estão encerradas, ou não, e nem os serviços sabiam que a Extensão de Saúde de S. Simão de Litém, que a encerraram, desconheciam que as instalações eram da Junta de Freguesia, até pensavam que as tinham encerrado porque eram do próprio Ministério da Saúde.

Portanto, para mim, a primeira responsabilidade que venho assacar às entidades responsáveis é uma informação correta do que está a acontecer. Se faltam médicos, arranjem forma de informar as populações, para que se organizem transportes para poder deslocar as pessoas aos Centros de Saúde que estão a funcionar.

E depois, não venham com “reuniõezinhas”, a dizer que não há médicos, todos sabemos que não há médicos; não venham com “reuniõezinhas” a dizer que não há enfermeiros, todos sabemos que não há enfermeiros, que não há pessoal, isso todos nós sabemos. Mas, só vêm quando veem o rabo apertado, porque antes disso, nunca informam.

Portanto, eu concordo quase inteiramente com a moção, vou votar favoravelmente, mas entendo que devia assacar mais responsabilidade aos organismos que tutelam a saúde.”

Nélson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):

“Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, todos os companheiros aqui da Assembleia.

Eu não era para intervir, mas este ponto deixa-me aqui uma questão em que tenho que intervir, é lógico que tenho que intervir, a questão da saúde. Eu não estou a discutir aqui se é uma questão política, se é PSD, se é PS, se é CDS, seja o que for, não me interessa; o que me interessa a mim é a população da minha freguesia.

Infelizmente, eu já falei nisto há sete anos atrás, mas fui um bocadinho ignorado pelos governantes anteriores que tivemos aqui; no fim, sete anos depois, deram-me razão naquilo que eu dizia. Fiquei um bocadinho satisfeito, mas foi pouco. Foi pouco porque a saúde está como nós todos sabemos. A Pelariga está como está, Almagreira está como está, a Redinha está como está, o Louriçal está como está – eu estou a falar da Unidade de Saúde Familiar Vale do Arunca, que é a minha Unidade de Saúde Familiar. Foi criado o nome na Pelariga, foi criado o logotipo na Pelariga, nós nunca quisemos aqui guerrilhas sobre isso. O José Manuel teve a sorte, que conseguiu ter um Centro de Saúde novo, parabéns para ele. Agora, a Pelariga, Almagreira a Redinha não precisam do Louriçal; precisam que alguém tome uma atitude, e que faça o mesmo que fez no Louriçal, que faça para os três.

E outra: a coordenadora está na Pelariga, e está muito bem, nós também não podemos querer ser egoístas, e querer ter tudo para uns, e nada para os outros. Temos que ver que o Centro de Saúde da Pelariga, graças a Deus, nunca precisou de segurança. Alguma coisa se passa. Ou em algumas terras há guerrilhas, e precisam de segurança, e graças a Deus, na Pelariga, não é preciso segurança. Quando é necessário, também chamam o Presidente da Junta.

Agora, é muito triste quando queremos tudo para nós, e nada para os outros. Não podemos ser assim. Eu já há sete anos falava que isto terá que passar pelo apoio das



MUNICÍPIO DE POMBAL

Juntas de Freguesia no transporte aos nossos utentes, e tem que ser, as pessoas têm que se convencer disso. Agora, temos de criar um sítio que seja bom para a Pelariga, Redinha e Almagreira, que é a luta que eu já tenho há oito anos, que eu falo nisto; fui ignorado, mas isto terá que passar por aqui, porque quando temos médico – e graças a Deus, temos – quando temos enfermeira, o Centro de Saúde da Pelariga até estava a trabalhar bem, mas teve que se ir embora para outro Centro de Saúde, porque tinha que ser para o outro Centro de Saúde. Isto está uma miséria – está uma miséria na Pelariga, está uma miséria em Almagreira, e está uma miséria na Redinha. Eu não sei onde é que isto vai ter, todos os dias tenho reclamações das pessoas lá na Junta de Freguesia, e ultimamente costumo dizer para perguntarem ao Governo, porque uns e outros, todos são iguais, porque a saúde está no estado em que está.

Agora, é de repensar seriamente e muito rápido a saúde aqui para a Pelariga, Redinha e Almagreira, porque se for necessário avançar para outros campos, eu tenho pessoas que se juntam a mim para nós avançarmos para outros campos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Tenho também aqui uma intervenção do Dr. João Coucelo, que pretende usar da palavra sobre esta matéria.”

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):

“Senhores Deputados Municipais, estão todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Assembleia.

Eu não podia deixar de fazer uma pequena intervenção. Eu acho que, de alguma forma, apesar de o Manuel Nogueira de Matos dizer que isto é uma moção muito branda, eu também achei que era um bocado soft, mas também, de alguma maneira, não iria ser uma moção agressiva.

O que daqui se pode concluir das intervenções – e eu fazia apenas um pequeno reparo à Marlene – é o seguinte: as USF’s são um modelo que foi sempre apoiado pela autarquia. Aliás, eu falei, ainda não se chamavam USF’s, há muitos anos atrás, na Assembleia Municipal, quando já se punham questões de falta de médicos nas Extensões de Saúde, eu disse: meus amigos, desiludam-se, porque o futuro vai ser a concentração de recursos em instalações devidamente equipadas, porque é a única forma de poder atrair médicos para estas zonas. Apesar de sermos uma zona litoral, é difícil, mesmo assim, atrair médicos.

E o problema, neste momento, está mais profundo, por uma razão: não há médicos de família disponíveis para abastecer todas as unidades de saúde e Centros de Saúde. Houve uma política errada ao longo destes últimos anos, na formação de médicos de medicina geral e familiar, que está a ser corrigida, qualquer Governo teria que a corrigir, mas que vai demorar os seus anos. E, portanto, não tenhamos grandes expectativas de que tudo se resolva rapidamente.

Mas, quem prometeu um médico de família para todos os portugueses no prazo de quatro a seis anos foi o atual Primeiro Ministro, não fomos nós. E portanto, era nesse sentido que eu queria dizer que por aí teríamos que começar nesta moção, não era dizer exatamente desta forma, mas há responsabilidades políticas sérias de quem nos governa há seis anos, e que, nesta matéria, só agora é que despertou.

Portanto, nós, no Concelho de Pombal, vamos ter essas dificuldades, com certeza que é preciso unir esforços entre todos os interlocutores nesta matéria, do ACES Pinhal Litoral à ARS Centro, e também aos responsáveis autárquicos, com certeza que essa concertação



MUNICÍPIO DE POMBAL

de esforços tem que existir. Não podemos esquecer e temos todo o direito de reivindicar, porque quem mais investimentos fez na área da saúde em Pombal, nos últimos dez anos, foi a autarquia. Não houve uma única construção que era da responsabilidade do Poder Central feita no Concelho de Pombal que não fosse a autarquia a fazer, quase 5.000.000,00 € investidos em instalações de saúde e, portanto, nós temos o direito de reclamar e de reclamar com força, agora só estamos a reclamar aquilo que é de direito. Compreendemos todos, e percebemos que não vai ser fácil colocar os médicos de família que estão em falta para milhares de pessoas do nosso concelho, e para cerca de oitocentos mil habitantes, quase um milhão, segundo algumas estatísticas, no país inteiro. Mas, também vos digo, como é que isto vai acontecer sem haver uma profunda reestruturação dos serviços de saúde, com alguma atratividade na remuneração aos profissionais de saúde, com incentivos à fixação nas zonas mais carenciadas, que já houve há quarenta anos atrás, quando se criaram as carreiras médicas, e que desapareceram. E se hoje em dia nem para Lisboa se conseguem colocar médicos, porque as remunerações são baixas, porque os custos de habitação são elevadíssimos, estes concelhos, penso eu, com a colaboração da autarquia, como houve há muitos anos atrás, com os preços da habitação mais em conta, e, naturalmente, com instalações de saúde de qualidade como estamos a ter – é o caso do Louriçal, da Guia, de Pombal, tudo isso foi feito com dinheiros da autarquia – eu penso que, enfim, unindo esforços, nós conseguiremos empurrar mais a solução, para que tenhamos resultados mais rapidamente.

Eu penso que aqui não há partidarite, mas aqui há uma reclamação legítima por parte da população de Pombal, ainda que possamos ter a noção de que não vai ser fácil. Mas, temos de pressionar, porque só assim é que vamos conseguir obter alguns resultados. ”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Eu só queria aqui esclarecer uma coisa. É assim, Pombal é uma cidade e tem PSP, porque é uma cidade, porque é a sede de concelho. Numa aldeia, não colocam PSP, não colocam GNR. As forças de segurança são colocadas mediante a dimensão da população. E mais uma vez reflito aqui, há uma coisa que devo dizer, há bocadinho refleti aqui, e bem, que sempre pautei por um concelho desenvolvido e forte, e normalmente destaco que se fica sempre muito satisfeito quando nós vivemos numa aldeia, e quem vive à nossa volta está bem, porque ninguém se sente bem estando muito bem, e à volta as pessoas estarem mal. E é isso que desejo para o concelho, dizendo que onde há muita gente, onde há muitos utentes, é preciso ajudar. E quando o Estado, ou a tutela do Estado não consegue pôr profissionais, é uma grande ajuda aquilo que foi feito através do Município, quando foi connosco, como na Guia. Portanto, é um trabalho que temos que agradecer, e realmente, para cinco mil utentes, tem sido um grande auxílio.

É isto que quero aqui deixar, não podemos confundir as coisas, e há aqui também que respeitar que as populações merecem ter as coisas consoante a sua dimensão.”

Marlene Matias (PS):

“É muito rápido. Eu só queria esclarecer o Dr. João Coucelo, se calhar eu não fui clara, mas eu não acusei a Câmara de ser contra as USF’s; apenas disse que, na altura, quando defendíamos USF’s com polos – foi isso que eu disse – nós não tivemos, nem o PSD, nem a Câmara, ao nosso lado – aliás, fomos acusados precisamente por esta nossa posição querer dizer que eramos contra as USF’s. Nós nunca fomos, aliás, nem poderíamos ser – se formos a ver quem é que “criou” as USF’s, foi num Governo do Partido Socialista.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Só para dizer também que nós estamos sensíveis a que as populações reclamem, eu acho que deviam reclamar mais. Antes de membro da Assembleia, eu sou utente. E, portanto, eu sei também das dificuldades que tenho ao não ter acessibilidade aos cuidados de saúde primários. E todos nós aqui somos utentes, antes das funções que aqui temos. Portanto, percebemos muito bem as reivindicações das populações, das nossas famílias e de nós próprios.”

Colocado este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar a Moção supratranscrita.

Ponto n.º 2.16. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “1/GM-PS/2021”.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Em relação ao seu conteúdo, pergunto se alguém quer usar da palavra para apresentar.”

Aníbal Cardona (PS):

“Esta nossa proposta prende-se com algumas situações que identificámos em algumas instituições que são apoiadas pela Câmara, da existência de materiais contendo amianto. Nós sabemos que o próprio Governo tem uma estratégia de retirada de material contendo amianto nos edifícios públicos. Julgo que todos temos a convicção de que são materiais de elevada perigosidade, são agentes cancerígenos poderosos, por isso é que a sua produção e comercialização foi proibida.

Este tipo de material era, efetivamente, na sua criação, muito atrativo, pelo seu peso, pela sua capacidade de isolamento, pela sua resistência ao fogo, e por isso proliferou.

É evidente que eu não vou falar em concreto – e aqui até estamos a falar de associações – para não criar, obviamente, alarme social, mas esta preocupação com o amianto – e por isso é que eu não utilizei o instrumento do requerimento, mas telefonei ao meu amigo e Vereador Pedro Navega, porque na génese também desta proposta está uma proposta que foi colocada em prática pela Câmara Municipal de Pombal, no mandato anterior, o que eu pedi em concreto foi uma circular relativamente à observação, nomeadamente nas associações, do cumprimento do regulamento de segurança contra incêndios em edifícios, eu pedi esta circular até para perceber se foi uma reação relativamente a uma tragédia que aconteceu, salvo erro, em Tondela, em que morreram várias pessoas num incêndio, mas eu penso que são propostas, efetivamente, que se complementam.

Se, por um lado, o efeito “espetacular” – entre aspas, obviamente – de um incêndio numa instalação frequentada por muitas pessoas pode ser logo um motivo de abertura de telejornal, e o lamentar de pessoas que naquele momento morrem, o caso dos materiais contendo amianto, quando friáveis, condenam devagarinho as pessoas à morte. O efeito nas pessoas da libertação das fibras de amianto, nós podemos ter períodos de incubação que vão a décadas. Mas, também sabemos que há doenças, nomeadamente o cancro da pleura, que é específico do efeito da fibra do amianto no organismo.

E eu penso que a formulação seguida pelo conteúdo da circular – que não recebi, mas irei receber, com certeza – essa formulação parece-me muito interessante, que era contactar as associações – e aqui, o que está colocado nesta proposta é as entidades que são apoiadas pela Câmara Municipal, e a Câmara Municipal mostrar-se disponível para



MUNICÍPIO DE POMBAL

fazer, numa primeira fase, a identificação deste tipo de materiais, eventualmente também analisar o seu estado de friabilidade – porque nós sabemos que basta um telefonema para criar um alerta, em que essas associações e esses organismos, eles têm que retirar aquele material, se se verificar que se verifica libertação, se é material friável.

Eu tenho uma opinião técnica sobre esse tipo de material, eu acho que amianto é amianto, preocupa-me, confesso, mais nos pavimentos do que propriamente nas coberturas, mas amianto é amianto, e seria uma forma muito interessante de também demonstrar a preocupação pela saúde e pela segurança das pessoas, sabendo nós que o efeito daquele material nas pessoas pode eventualmente não produzir – e não produz – um efeito imediato, mas, com o tempo, pode conduzir a doenças, nomeadamente do foro oncológico, que devem ser combatidas.

Eu penso que esta nossa proposta é perfeitamente compaginável com a disposição da Câmara relativamente a outra situação, que foi a questão dos incêndios, em que a Câmara inclusivamente pediu essa identificação e prontificou-se a disponibilizar meios financeiros. Pedi também essa proposta, essa informação, e ser-me-á dada, também para perceber qual foi aqui a taxa de adesão relativamente a essa situação. Não me foi dada, mas acredito – até porque o Vereador Pedro Navega me transmitiu que houve, efetivamente, adesão de algumas associações, no caso concreto.

Portanto, eu penso que esta proposta é compaginável com a postura da Câmara relativamente a estas situações. E depois, com certeza, os senhores votarão favoravelmente, obviamente.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Ora, relativamente a esta preocupação do Partido Socialista, eu julgo que ela já tem vindo a estar na ótica da Câmara, porque desde 2018, já no mandato anterior – aliás, como o Cardona há bocadinho disse – foram feitas vistorias às associações, no âmbito da autoproteção e prevenção de acidentes. E posteriormente, foram enviadas recomendações às mesmas entidades, no sentido de melhorarem essas condições.

Portanto, o trabalho de avaliação, não só das estruturas dotadas de amianto das coletividades que foram verificadas ao mesmo tempo, embora não com essa objetividade exclusiva, como ainda as restantes medidas de autoproteção, como a prevenção contra incêndios, foi já iniciado, e é um trabalho em contínuo, que tem vindo a ser feito e irá ser continuado indefinidamente, porque estes são assuntos que nunca podem ser definitivamente concluídos, pois derivam da própria atividade humana, que está sempre a criar outros desafios e problemas, que a Câmara, obviamente, continuará a monitorar. Ora, dado que o Município há muito teve a iniciativa nesse âmbito de segurança, por um lado, e que, por outro, este assunto específico do amianto, regulado pela Lei n.º 63, de 10 de outubro de 2018, foi identificado nos edifícios públicos, e neles tem vindo a ser resolvido, e ainda detetado naqueles casos nas associações cuja ação municipal não pode ir para além da simples recomendação e alerta, consideramos que esta proposta de recomendação do PS tem aspetos positivos apreciáveis, embora já estejam vertidos nas ações em curso do Município, atrás descritas.

Assim, e porque há alguma extemporaneidade do assunto, e algum enfoque restrito no amianto, a que crescem duas sugestões com as quais discordamos, e que são crescer relatórios dispensáveis para elencar o que já não precisa de o ser, dado os assuntos mais graves e atuais estarem 90% orientados ou solucionados, e por ainda recomendar a partilha de responsabilidades onde o Município não as tem, nem as deve assumir, retiram



MUNICÍPIO DE POMBAL

o mérito necessário à proposta para merecer a nossa aprovação, pelo que o PSD irá votar contra a mesma.”

Aníbal Cardona (PS):

“Falei em português, mas não me fiz entender. Ainda hoje falei ali fora na falta de informação do Senhor Vereador Pedro Navega, que houve essa proposta para as associações, para fazerem a identificação de uma obrigação legal, que é a observação do regulamento de segurança contra incêndios em edifícios, e uma das coisas que falámos foi que insistiram, porque isto são campanhas, isto são insistências. Se eu entender que há uma preocupação porque o Governo tem uma estratégia nacional para retirar este material, nós estamos a ser coniventes com uma situação de elevadíssima gravidade de saúde pública. É evidente que todos sabemos o que é o amianto, mas sabemos que essa proatividade da Câmara Municipal de Pombal é essencial – é essencial comunicar, é essencial lembrar, é necessária essa proatividade, e a Câmara Municipal corporizou isso.

E eu entendo esta intervenção do meu colega Manuel Serra única e simplesmente para olhar para a nossa proposta, tirar-lhe o mérito, única e simplesmente com o objetivo de votar contra uma proposta do Partido Socialista. Mas, é evidente que com este período de incubação – porque, se calhar, não se arriscavam se fosse um incêndio, em que o efeito é imediato – com os períodos de incubação, que podem ser de décadas, com certeza que não lhe vão ser, à Bancada do PSD, se votarem hoje contra, assacadas responsabilidades, porque, se calhar, já morremos todos.”

Nuno Oliveira (PS):

“Então, eu queria responder a três questões que aqui foram levantadas. Aliás, quero levantar quatro questões. A primeira, é falsa aquela argumentação de que este é um processo em contínuo e que vai existir sempre, é mentira, não há colocação de amianto novo, e portanto, o processo termina quando todo o amianto existente for removido. Portanto, é falso, Manuel Serra, isto termina, sim, basta haver vontade e haver ação. Em segundo lugar, um outro argumento que foi aqui invocado para o voto contra é o de que 90% das situações já estão identificadas. Pois, muito bem, nós queremos saber quais são os 90% que estão identificados, e quais são os 10% que não estão identificados. É simples.

Em terceiro lugar, é, de facto, difícil de perceber como é que, estando de acordo com os objetivos da iniciativa, anunciam o voto contra. Portanto, a questão da extemporaneidade não me parece sequer legítima, se calhar já poderia ter sido mais cedo, está a ser agora, é preferível ser agora do que ser mais tarde. E portanto, o que me parece é que são fracos os argumentos que justificam aquilo que, no fundo, tem apenas uma justificação, que é a do mero taticismo político, que pessoalmente me parece estar muito aquém da relevância da discussão que aqui está a ser levantada.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Eu só gostaria de dizer que, relativamente ao que eu informei, nós estávamos a falar de uma vistoria que houve, relativamente à prevenção contra incêndios, em que houve uma inclusão de vistoria do amianto, e que a vossa proposta se dedica exclusivamente à remoção do amianto.

Por outro lado, as coberturas de amianto, enquanto estão em boas condições, ninguém as obriga a retirar. Portanto, pode haver uma recomendação da Câmara, mas jamais



MUNICÍPIO DE POMBAL

pode haver, como os senhores propõem, uma responsabilização mútua da Câmara, que é o que está na vossa proposta.

E portanto, é por esse motivo, um dos mais fortes. De qualquer maneira, se pretendem alguma informação, eu julgo que a Câmara terá a informação disponível para vos fornecer, e libertando-a de fazer relatórios, enfim, como se isto fosse um assunto novo para resolver.

Relativamente aos 90% vs. 10%, eu estava a referir-me à totalidade dos trabalhos, e quando digo que as coisas estão sempre a acontecer, eu não estou a falar do amianto; estou a falar dos problemas contra incêndios, essencialmente. E portanto, obviamente que também não sou burro, e também sei que o amianto já não se aplica.”

João Varela Coelho (PS):

“Senhor Presidente da Assembleia, digníssimos e ilustríssimos membros deste órgão: Acho que a nossa proposta carece ainda de mais um esclarecimento, porque nós não pedimos uma responsabilização em exclusivo por parte da Câmara Municipal, mas apenas uma confirmação de algo que a Câmara Municipal já fez no passado, que foi a disponibilidade para colaborar com as associações no processo de remoção de amianto, que tem várias etapas: primeiro, a identificação – e aqui já foi dito que não está identificada em todas as associações a existência, ou não, desses materiais; depois, a avaliação da friabilidade dos materiais – e portanto, a concretização das prioridades de remoção do amianto, é nosso entendimento que ele deve ser todo removido, mas que tem que haver uma definição das prioridades desse processo; e por fim, uma definição da responsabilidade financeira repartida, por parte das associações, e das Câmaras, ainda para mais vivendo nós num concelho em que, e bem, com a aprovação do Partido Socialista, comparticipa em muito a vida regular das associações, e até os investimentos que muitas associações fazem nos seus equipamentos.

Portanto, não estamos a pedir nada mais do que aquilo que a Câmara já se disponibilizou para fazer no passado, em situações semelhantes, e alertando – e pensava que com alguma normalidade o Partido Social Democrata também partilharia desse alerta – para essa necessidade de concluirmos este processo o quanto antes. Aqui, o que está em causa é que nós entendemos – e penso que também o Partido Social Democrata e o Executivo entendem, que este processo é prioritário, mas se é prioritário, então temos de o concretizar com dados objetivos – o orçamento, o processo, a concretização, com medidas que nós entendemos que têm que ser objetivadas, e que ainda não estão – como foi o caso, só a título de exemplo, no caso dos desfibriladores.

Portanto, estaríamos de acordo, se não fosse este taticismo de ter de votar contra algo que não é nosso.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado. Pergunto se alguém da Câmara Municipal pretende usar da palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“A Senhora Vereadora Catarina Silva.”

Catarina Silva (Vereadora):

“Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, comunicação social e trabalhadores do Município, sintam-se todos cumprimentados.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Só aqui, então, prestar um esclarecimento: o Município de Pombal, tal como o Senhor Deputado Aníbal Cardona falou, e muito no seguimento daquilo que foi aquele incêndio no Norte, criou uma equipa, está inscrita até no organograma, que é a secção de apoio às freguesias e às coletividades, e para esta equipa foi contratado um arquiteto e um engenheiro civil. Em 2018 – eu aqui não sei, mas se pretenderem, eu depois posso fazer esse levantamento das datas corretas – durante o ano de 2018, e após esta contratação, foi feita uma vistoria a todas as coletividades do concelho, foram cerca de cinquenta e sete vistoriadas, a nível das medidas de autoproteção que, obviamente, também incluíam a deteção de amianto em situação de perigo, quando isso significava perigo para a coletividade.

Em 2019, foi feita a elaboração dos relatórios, foi enviado para todas as coletividades, com a indicação de tudo aquilo que seriam as obras de melhoria que foram identificadas no âmbito das medidas de autoproteção, foram dados, então, 365 dias para que as associações realizassem essas obras. Isto coincidiria, mais ou menos, com finais de 2020.

Em 2020, como todos sabemos, aconteceu a pandemia, esteve tudo muito parado.

Em julho de 2021, foi enviado novamente para todas as associações um ofício, para saber o ponto de situação das obras realizadas. A esse ofício de julho de 2021 – há cerca de seis meses – houve uma pequena taxa de associações que responderam, cerca de dez, algumas até a pediram alguns apoios, nomeadamente ao nível da legalização, bem como outro tipo de esclarecimentos.

E em 2022, estamos a iniciar um trabalho, tendo em conta que algumas, infelizmente, por questões pandémicas, acabaram também por fechar, vamos voltar a fazer esse trabalho de vistoria no terreno, para comprovar se, efetivamente, as medidas que foram identificadas no relatório de 2019 foram ou não foram implementadas para proteção e segurança dos utentes.”

João Varela Coelho (PS):

“Eu gostava só de perceber se aquilo que foi dito – porque eu confesso que não sendo especialista na área, posso incorrer em algum erro de análise, objetivamente – é que há uma perspetiva da Câmara, de identificação daquilo que é para remover e daquilo que não é para remover – ou seja, se há uma perspetiva de que nós conviveremos com materiais com amianto, que não seja dito perigoso – penso que a expressão foi essa, peço desculpa se estou a citar mal a Senhora Vereadora – e se isso é assumido.

Eu gostava de perceber, porque isso é o que subjaz, se calhar, à diferença que está aqui a ser tentada entre o PSD e o Partido Socialista nesta moção, que nós identificamos a necessidade de remover todo o material, num calendário que pudesse ser objetivado, e aquilo que eu percebi, - depreendo das palavras da Senhora Vereadora -, é que vai haver material que não vai ser removido, porque entendem que não é perigoso – penso que foi essa a expressão usada, e peço desculpa se falhei em alguma citação.”

Colocada esta proposta a votação foi a mesma rejeitada com 24 (vinte e quatro) votos contra, 7 (sete) votos a favor e 3 (três) abstenções.

Ponto n.º 2.17. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “2/GM-PS/2021”.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Esta recomendação diz respeito a teleassistência domiciliária. Alguém quer usar da palavra para apresentar.”

Marlene Matias (PS):

“Eu vou ser breve, porque, Senhor Presidente, vou dispensar os considerandos, penso que as pessoas têm, foi distribuído.

Apenas dizer que a nossa recomendação tem a ver com a teleassistência domiciliária, nós achamos que este é um programa que já existe no Município há bastantes anos, mas consideramos que ele, de facto, é um instrumento importante, não só porque é uma resposta imediata em casos de emergência, mas também da segurança, essencialmente da segurança.

O único artigo que nós propomos, ou recomendamos a substituição, é que seja retirado do regulamento, como condição de acesso, o rendimento per capita igual ou inferior a 60% da retribuição mínima mensal garantida, porque achamos e defendemos que esta medida deve ser universal – ou seja, qualquer pessoa com mais de sessenta e cinco anos possa ter acesso à teleassistência, independentemente da sua condição financeira.

Outros Municípios também já substituíram esta alínea. E, portanto, tendo em conta também que o grupo dos idosos é considerado um grupo vulnerável, um grupo com dificuldades económicas, achamos que seria justo, e em termos financeiros, de encargos financeiros para o Município, é muito pouco relevante, tendo em conta que, neste momento, e segundo o site da Câmara, do portal do Município, temos cerca de trinta e três pessoas a usufruir. E, portanto, é um valor muito baixo, também na nossa opinião.

Reforçamos também que deva ser divulgada a existência do mesmo, não só através das Juntas de Freguesia, que já é uma das entidades encaminhadoras, em termos das candidaturas à teleassistência, mas que devam também ser utilizadas as redes sociais, ou flyers, para divulgar esta resposta social.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Eu aqui só pedi a palavra porque quem ler esta moção vai entender, ou vai interpretar que o Município não tem feito nada nesta matéria. Eu peço a palavra porque é exatamente o contrário. Eu, como Presidente de Junta – e falei há bocadinho das Comissões Sociais de Freguesia, a Marlene também o falou há bocadinho – ou seja, este é um dos programas – e dou aqui o exemplo, atuais condições de acesso, para que também quem nos está a ouvir perceba do que é que estamos aqui a falar, da teleassistência, idade maior ou igual a sessenta e cinco anos, numa situação de isolamento social, limitações em termos de mobilidade, rendimento per capita, o tal rendimento inferior aos 60% do ordenado mínimo – neste caso, 423,00€.

Ou seja, qualquer pessoa que estivesse nestas condições poderia candidatar-se a este programa gratuitamente, ou seja, o Município teria este serviço com esta gratuitidade.

Onde é que eu discordo aqui da Marlene? É mesmo nesta questão, porque em termos de publicitação, divulgação, nós também já o discutimos, até na Assembleia de Freguesia de Almagreira, por termos, por exemplo, uma pessoa só em Almagreira a usar este serviço. Eu fui tentar perceber, em termos de volume de publicidade, como é que a Câmara está a divulgar, chega-nos nos flyers, chega-nos no Facebook, chega-nos no site do Município, é obvio que nunca chegará a toda a gente.

Ou seja, o apelo que eu faço aqui, e aproveitando também as redes sociais, e quem nos está a ouvir é que façam chegar esta informação a toda a gente, pessoas que nós muitas



MUNICÍPIO DE POMBAL

vezes nem pensamos que precisam deste serviço, mas que quem está nas comissões, e quem está nas freguesias vai conhecendo, e vamos sinalizando estas pessoas.

Qual é que é o meu ponto de discórdia? Se nós tirarmos, neste apoio único, a questão do critério – ou seja, do critério económico – vamos ter que ir aos outros apoios todos, porque a Câmara tem vários apoios – como o AMPARHA, o próprio RSI também tem critérios. Portanto, se estivermos a ir a um assunto concreto, tirar este critério, na minha opinião, como contribuinte, temos que ir a todos, e perceber se, de facto, faz sentido – concordemos ou não concordemos com ele, podem ser todos gratuitos, ou nem todos gratuitos, mas corremos esse risco.

Como a Marlene disse, e bem, não é pela questão do valor, ou seja, certamente não é por este valor que está em causa – eu também fui tentar perceber, em termos de dados, o Município de Pombal comprou, para este serviço, trinta e duas licenças, tem vinte e cinco utilizadores atualmente, e portanto, tem sete vagas – atualmente ainda há sete vagas, o que é estranho também, ou seja, havendo essa necessidade, ainda temos sete vagas no Município que podemos disponibilizar às pessoas que cumprem com aquele requisito. Se calhar, aqui a questão socioeconómica não será um grande fator, temos de continuar aqui todos a apostar na divulgação deste projeto.

Ao retirarmos o critério do valor, corremos esse risco de sermos acusados – e é essa a minha interpretação – de por que é que para os outros apoios continuamos a ter esse valor – que eu também posso discordar, e discordo em alguns. Ou seja, temos o Programa AMPARHA, podemos discuti-lo – como dizia o professor, há bocadinho, não estamos aqui a divagar sobre outros assuntos, e quando quisermos discutir estes apoios sociais, acho que temos que chegar aqui a um critério, todas as Bancadas, e somos todos livres de ter o nosso pensamento e a nossa opinião, para que quem nos ouve lá em casa e os nossos cidadãos percebam qual é o critério. Se apoio a apoio se for tirando um critério, não consigo concordar. De resto, concordo, sou um dos meios de divulgação e apelo a quem nos está a ouvir, para que também divulgue este programa, como outros programas que o Município disponibiliza aos nossos cidadãos.”

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Reforçar aqui um pouquinho a intervenção do Humberto, que está em linha com aquilo que eu queria dizer. Daquilo que me lembro, foi das primeiras grandes ações de divulgação do novo Executivo, foi mesmo este sistema de apoio, foi inclusivamente, daquilo que tenho conhecimento, divulgado nas missas, que é onde se faz chegar mais facilmente à comunidade que não tem acesso às redes sociais, o que não implica que não se volte a fazer e a reforçar. Mas, realmente, essa parte da divulgação foi feita massivamente, existem flyers nas Juntas de Freguesia, as Comissões Sociais de Freguesia foram inculcadas para fazer essa distribuição e o contacto às redes de idosos, ou de pessoas com isolamento, ou que não tivessem possibilidade de o fazer, que fossem eles a fazer a abordagem em proximidade, que é a função delas, e o nosso grande privilégio, que mais uma vez reforço, da questão das Comissões Sociais de Freguesia, que foram fazer essa abordagem casa a casa, pessoa a pessoa. Existem algumas pessoas que não querem aderir a esse sistema, também temos essa realidade, que não gostam das tecnologias, e que pura e simplesmente não o querem fazer.

A questão da divulgação, pode ser reforçada, sim, mas não podemos dizer que não foi feita, e massivamente.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

João Varela Coelho (PS):

“Eu vejo-me obrigado a fazer a defesa desta proposta, até num sentido mais amplo, fazer uma defesa das propostas do Partido Socialista, com um esclarecimento prévio: nós só estamos, proposta a proposta, a discutir aquilo que está incluído em cada uma delas. Efetivamente, não estamos a divagar sobre outros assuntos, citando o Presidente da Assembleia Municipal. Efetivamente, só estamos a discutir este programa, ao qual reconhecemos valor. E, portanto, queremos alargá-lo a todas as pessoas que têm mobilidade reduzida, situação de isolamento, têm mais de sessenta e cinco anos, independentemente da sua retribuição, da sua reforma.

E isso depois obrigaria, caso fosse aprovado, a dois passos: primeiro passo, o alargamento; segundo passo, uma nova divulgação desta nova realidade. Isto está escrito em português. Mais uma vez, o problema será nosso, eventualmente, não comunicamos da maneira correta, até – já para tranquilizar as hostes – não nos oferecemos para fazermos nós a campanha de divulgação, participaremos na divulgação, mas não criaremos o português inerente à campanha, para que não haja dúvidas, porque o que estamos a dizer é que há um novo facto, que é a remoção de uma condição de rendimento que estava inerente ao acesso ao programa, e depois uma nova divulgação, para um público, entretanto, mais alargado. Isso parece-me evidente, e portanto, novamente invocar isso como um mecanismo de alguma animosidade, para a proposta ser liminarmente votada contra, não me parece razoável.

Enfim, eu espero que esta não seja a norma na análise das propostas seguintes, e que sejam discutidas as propostas na sua essência, e não na sua suposta amplitude, porque não era isso que era pretendido.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Eu ouvi a palavra “taticismo”. E que poderei eu dizer de alguém que quando vê a procissão a passar, se coloca à frente? Foi assim na moção da saúde, foi assim quanto ao trabalho que a Câmara está a fazer no amianto e é assim quanto ao trabalho que a Câmara está a fazer na teleassistência. Ou seja, está a passar a procissão, vamos apanhar a onda, mas não nos vamos incorporar na procissão, vamos colocar-nos à frente, com a bandeira da religião desfraldada, para podermos mostrar que somos nós os líderes. Isto sim, isto é taticismo, ou seja, estamos a chover no molhado – já estava molhado, já tinha chovido, e, entretanto, mais chuva para o molhado.

É contra esta atitude de taticismo – porque foi assim que o Partido Socialista definiu – que nós vamos ter que votar contra.”

Nuno Oliveira (PS):

“Eu confesso-vos que isto é, de facto, frustrante, porque nós estamos aqui há muitas horas, eu confesso-vos que preferia estar neste momento, por exemplo, a ver o futebol, como está o irmão do Senhor Presidente e Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas, que deveria estar aqui e não está, era muito mais agradável, do que vir para aqui ver as nossas propostas serem chumbadas repetidamente por um argumento que, em uma palavra, eu posso resumir da seguinte forma: é por redundância.

Ou seja, o argumento dos meninos do PSD, numa expressão que foi legitimada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal na última sessão, de dezembro, os meninos do PSD entendem que por nós dizermos umas coisas em que eles já pensaram, ou que já começaram a fazer alguma coisa, que por isso devem chumbar a nossa proposta, numa



MUNICÍPIO DE POMBAL

contradição que eu não percebo. Açam que é de tal forma bom que até já tinham pensado nisso, mas, por sermos nós a apresentar, é para chumbar.

É, de facto, frustrante. Eu espero, ao menos, que o Benfica ganhe.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu vou passar a palavra à Marlene, mas queria só dizer duas coisas.

Eu não me recordo de ter legitimado nenhuma expressão, e parto do princípio de que para todos os membros da Assembleia Municipal é mais agradável estar aqui do que ver o futebol.”

Marlene Matias (PS):

“Eu só queria esclarecer o meu colega Humberto, porque, de facto, eu dispensei-me de ler os considerandos porque pensei que isto estivesse claro, mas só vou ler aqui o último parágrafo:

“Considerando que o Município de Pombal dispõe deste serviço, mas coloca no seu regulamento como requisito de acesso ter sessenta e cinco anos ou mais, encontrar-se em situação de isolamento social, apresentar limitações de mobilidade e ter um rendimento per capita igual ou inferior a 60%. Portanto, nada aqui diz que o Município nada tem feito, a única proposta que fazemos é que seja substituído o artigo. Para quê? Para isto ser gratuito a quem quiser aceder a esta resposta.

Mas, entendemos, de facto, o porquê de isto ser chumbado, porque o critério da despesa – encapotadamente foi isso que foi aqui dito – é precisamente o que nos distingue ideologicamente, é que nós vemos isto como investimento, e vocês veem-no como despesa. E foi por isso que no passado dia 30 nós ganhámos com maioria absoluta, porque os portugueses percebem essa diferença.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“No fundo, era isso que eu estava a dizer. Ou seja, eu falo por mim, falei só por mim, o que eu quis dizer, e na minha opinião – e para dar um exemplo, uma pessoa que tenha um rendimento de 300,00 €, comparada com uma pessoa que tenha um rendimento de 3.000,00 €. Aliás, eu disse o contrário, eu disse que não é uma questão financeira para o Município, é uma questão de princípio. É só fazer as contas ao programa e perguntar ao Município quanto é que o Município gasta neste programa. Não é isso que está em causa, não está em causa o valor; está em causa o critério, isto é a minha opinião, cada um terá a sua. Na minha opinião, estamos a falar num critério.

A Marlene, e bem, disse que a proposta do PS foi só mudar um critério; muito bem, é a opinião do PS e a opinião da Marlene. Na minha opinião, se mudar este critério neste apoio social, eu corro o risco de, amanhã, me estarem a pedir a mim para mudar outros critérios noutros apoios sociais. Foi só isso que eu disse, acho que é claro. Não falei em dinheiro, antes pelo contrário, eu até disse que, se formos discutir isto, há outros apoios que certamente terão que ser gratuitos para todos, ponto. Não há outra discussão.

Agora, estar aqui a falar neste apoio, e eliminar este critério – porque quem quiser ter o apoio, mesmo quem tem uma reforma de 3.000,00 €, poderá ter este serviço de teleassistência, claro que sim. Agora, não temos de ser nós todos, na minha opinião – e isto é a minha opinião – pagadores de impostos, a patrocinar esse equipamento para a essa pessoa, mas isto é a minha visão da sociedade. E, portanto, é isso que eu peço aqui, respeito pela minha opinião, que só é minha, mais nada.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Boa noite a todos. Prometo ser mesmo muito breve.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Só quero fazer um exercício de memória, porque me recordo, no mandato de 2013-17, era colega no Executivo da Câmara Municipal do membro do PS da Assembleia Municipal, Marlene Matias, e recordo-me especificamente de um caso onde o tema era mais ou menos este, a proporcionalidade da ajuda face à necessidade da pessoa que é ajudada. E no caso, tinha a ver com o passe Pombus, que era atribuído pela Câmara gratuitamente a determinadas pessoas, com determinada idade, e uma das pessoas que requeria tinha instruído no processo um rendimento de cerca de 2.000,00 € líquidos da sua reforma.

À época, a Vereadora Marlene Matias, o Vereador Jorge Claro, não me recordo se era o Aníbal, se era o Adelino, disseram, e bem – e, na altura, a observação foi, de facto, entendida pela Câmara – que não fazia muito sentido uma pessoa com aquele rendimento ter a ajuda do passe gratuito do Pombus.

E portanto, sete anos volvidos, estamos aqui, não é a fazer birra com a proposta, que é para chumbar, vamos ser objetivos, estamos a falar de uma pequena despesa, para que quem tenha algum rendimento a pague, é isso. Vocês têm a liberdade de fazer a proposta, nós temos a liberdade de achar que se vai utilizar um recurso, para não ser uma coisa gratuita só porque sim, até para quem não precisa. É só isso, a boa gestão da coisa pública, é uma coisa tão simples quanto isto. Não se trata de politiquice, não se trata de mais nada.

E chamo este exercício de memória porque acho pertinente, porque em situações similares as observações são diferentes. E devem lembrar-se disso, com certeza.”

Colocada a proposta de recomendação a votação, foi a mesma rejeitada com 27 (vinte sete) votos contra, 6 (seis) votos a favor e 1 (uma) abstenção.

Ponto n.º 2.18. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “3/GM-PS/2021”.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Esta proposta é também uma proposta de recomendação do Partido Socialista, sobre capacitação de desfibriladores nos espaços desportivos do concelho, equipamentos de desfibrilhação automática exterior.

Pergunto quem quer usar da palavra. Por favor, Carla Leitão.”

Carla Leitão (PS):

“Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e restantes membros presentes.

Nós apresentámos uma recomendação de capacitação de desfibriladores, foi enviada antes da última Assembleia Municipal – da anterior Assembleia Municipal – que não veio aqui à discussão, nem à apresentação.

Entretanto, o que acontece é que nós tivemos conhecimento e já analisámos um plano de alocação de desfibriladores no concelho, pela parte do PSD, e que já foi a reunião de Câmara, e que foi aprovado.

No entanto, não querendo dizer quem tem a paternidade desta situação – já houve mais pessoas aqui que falaram disto – eu considero que o importante, e nós, da Bancada do PS, e penso que todos consideramos que o importante é a possibilidade de salvar vidas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por isso, esta nossa recomendação, que ainda não tínhamos ouvido anteriormente, neste Executivo, nem noutros.

Consideramos também que poderá ter sido um bocadinho um catalisador do aparecimento deste plano, assim de uma forma, se calhar, mais rápida para esta Assembleia – não sei se terá sido, ou não, mas se foi, ficamos felizes com isso, porque poderá ser implementado o mais rapidamente possível, que isso é que é importante.

Portanto, ao ler o programa municipal que foi apresentado para a nossa cidade de Pombal e para as freguesias, vimos que são vinte os desfibrilhadores que vão ser alocados, foi a solução que ficou decidida em reunião de Câmara, em que dezassete são para as antigas freguesias – o que é muito importante – e três para a cidade de Pombal. Nós, no entanto, consideramos que sendo um para a zona do Cardal, outro para a zona de escolas, para a Escola Secundária, na zona da Escola Secundária Marquês de Pombal, e outro para a zona desportiva, que tem lá especificado o ringue – penso que já não existe um ringue, penso que será o sintético, o ringue já não existe há muitos anos, pelo menos que eu me lembre – pensamos que, mais uma vez, a cidade de Pombal não é o centro de Pombal e a zona desportiva.

E então, o PS gostaria de deixar aqui umas considerações, tendo em conta o número de desfibrilhadores que vão para Pombal, e gostaria de perguntar, e que pensassem um bocadinho, talvez, nestas situações, que também seria importante na Charneca, uma vez que não é uma freguesia, Escola Gualdim Pais, uma zona residencial a crescer, Flandes, que tem o Estádio Dr. Armindo Carolino, que passam por lá todos os dias centenas de jovens, até adultos, ao lado tem o Jardim de Infância de Flandes, e perto temos o açude. Penso que o desfibrilhador na zona do ringue, do sintético, está longe demais para chegarmos lá acima a tempo, uma vez que, a cada dez segundos, é menos uma possibilidade de poder salvar uma vida. E outras zonas que não são cidade. Penso que aqui ficaram as freguesias e a cidade; tudo o que é envolvente à cidade ficou esquecido neste plano.

Também gostaria de deixar isto à vossa consideração, e se acharem que é pertinente alterar, alterarem, uma vez que isto é um programa com uma duração de três anos. Portanto, penso que seria importante iniciar logo da melhor maneira.

Relativamente à bolsa de operadores, que é a vossa nota cinco, gostaria também de deixar aqui uma sugestão: além de bombeiros e de pessoas da saúde, médicos e enfermeiros, não sei se sabem, mas os professores de educação física também têm formação acreditada pelo INEM, e eu, no meu caso, gostaria imenso de fazer parte desses planos dos desfibrilhadores no nosso concelho, e penso que os meus colegas também gostariam de fazer parte desse plano, porque só quem está dentro do plano é que pode utilizá-los, não incorrendo em situações gravosas, como penso que vocês devem saber.

Outra situação que eu também gostaria de alertar é que os agentes desportivos também poderiam ser considerados, porque muitos deles também têm formação dentro desta área.

Sendo assim, e para vocês não votarem contra esta nossa recomendação, vamos retirá-la, uma vez que vocês têm um plano, em que nós gostaríamos que estas considerações fossem tidas em conta.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito bem. Foi pedida a inscrição, mas quem solicitou a inscrição na ordem de trabalhos pede a retirada. Pergunto se há intervenções sobre este ponto. Não há. Então, vamos passar à frente, uma vez que o Ponto n.º 2.18 foi retirado.”

Ponto n.º 2.19. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “4/GM-PS/2021”.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Esta recomendação é sobre o “IRS Compra Local.

Pergunto quem pretende usar da palavra sobre esta matéria.”

João Varela Coelho (PS):

“Nós fizemos esta proposta “IRS Compra Local”, e fizemo-lo a título de recomendação, sem considerar que este poderia ser o modelo final e fechado de algo que constituísse um apoio para o comércio local, ancorado naquilo que entendemos que é o resultado do trabalho dos Pombalenses, o resultado vertido nos seus rendimentos e nos seus impostos. Nesse sentido, apresentámos a proposta estruturada em torno do valor do IRS de 2021, que à data do Orçamento e à data da proposta – foi antes do Orçamento aprovado em dezembro – era previsto que a receita arrecadada seria de 1.150.000,00 €, sensivelmente. Não interviemos com esta proposta no valor que estava a ser discutido para 2022, na sua previsão, e também na taxa que depois veio a ser aprovada, e portanto, estávamos a falar sobre valores que podiam ser previstos e cabimentados em Orçamento, e também porque entendíamos, à data, que haveria folga orçamental para receber esta proposta e incluir esta proposta no Orçamento de 2022, sem que isso obstaculizasse a atividade normal da Câmara Municipal.

Já percebi que o Senhor Presidente da Câmara quer, de alguma forma, diminuir esta minha afirmação, mas isso é concreto, e tenho disponibilidade para o demonstrar, como já tentei fazê-lo, apesar da pouca disponibilidade em momentos anteriores.

Ainda assim, o modelo é indicativo, mas o objetivo está lá elencado. Efetivamente entendemos – e eu escuso-me a ler a proposta, porque ela realmente foi partilhada – que isto poderá ser um apoio efetivo ao comércio local, aumentando o interesse dos Pombalenses pelo seu comércio local, e também, em último ponto, com alguma reativação do comércio, depois de um período de pandemia, também seria uma possibilidade de reavivar os centros da cidade, vila, aldeias, que em muito dependem deste comércio para ter algumas pessoas a frequentar esses espaços, que estão cada vez mais desertificados.

E portanto, pela amplitude do que está aqui a ser mencionado, entendemos que é possível haver uma aprovação dentro deste órgão, com as devidas ressalvas, que entendo, e também estamos disponíveis, porque dois meses volveram em relação à apresentação da proposta, com as devidas ressalvas em relação à concretização das propostas que podem estruturar esta concretização deste objetivo.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Esta proposta, e como bem refere, o Executivo, aprovado aqui pela Assembleia Municipal, fixou a percentagem de participação variável do IRS Pombalense em 2,5% - variável entre zero e cinco, foi 2,5%, e o Partido Socialista ainda queria menos, queria reduzir a receita do Município. Hoje veio aqui para reduzir mais a receita do Município,



MUNICÍPIO DE POMBAL

propondo, para quem não necessita, serviços gratuitos. Claro que isto não é uma Cuba, onde presta serviços gratuitos a todos, não vamos transformar Portugal numa Cuba, obviamente.

Mas, aqui, para determinar a elegibilidade dos candidatos, o Partido Socialista nada diz, nada recomenda. Ou a Câmara Municipal quebrava o sigilo fiscal – e não consegue, não pode – ou quebrava o sigilo bancário – e também não consegue, também não pode – o sigilo fiscal para saber o que cada um pagou, e o sigilo bancário para saber das possibilidades económicas da pessoa. Podemos dizer que poderíamos aqui ter um regime semelhante à proteção jurídica, onde a pessoa tem que se documentar com todos os elementos referentes ao seu património, incluindo contas bancárias. Parece-me um bocadinho forçado, e até violento para as pessoas, ir por este caminho.

Por outro lado, esta redução de receitas iria ter consequências na alteração do Orçamento e na realização de despesa.

Posto isto, sem fazer grandes considerações, apenas poderemos dizer que não é viável, por razões legais e por razões práticas, não é viável. E não sendo viável, teremos de votar contra.”

Aníbal Cardona (PS):

“Muito obrigado.

Evidentemente que nós, até com a nossa dificuldade em fixar informação, temos menos informação privilegiada do que os senhores têm. Portanto, estas propostas são propostas para serem efetivamente trabalhadas e adaptadas a uma realidade. Se nós tivemos aqui um estudo sobre os biorresíduos que não consegue entrar em detalhe, provavelmente nós, quando elaboramos uma proposta, colocamos – e fazendo eco daquilo que o Senhor Presidente diz, que é “participem, participem”, é a nossa forma de efetivamente contribuir para a melhoria da nossa terra.

Nós já vimos aqui mil e um artifícios para chumbarem as nossas propostas, mas há aqui uma coisa que eu queria deixar muito claro: é que estes trinta anos de governança do PSD aniquilaram a identidade socioeconómica de Pombal, que era uma cidade – e aqui estamos a falar da cidade – comercial. E a troco de nada, instalaram-se no centro da cidade – no centro, especificamente, na cidade – as grandes superfícies, sem contrapartidas praticamente – não conheço nenhuma, pelo menos – que fizeram concorrência a todo o tipo de negócios, desde a parte alimentar à parte do vestuário, todo o tipo de negócios.

E aqui, chumbando esta proposta – e os senhores chumbam, chumbam as propostas todas, obviamente, mas eu deixo esta recomendação ao Executivo: olhem o que é que dá vida às cidades, vejam o que é que era a identidade socioeconómica de Pombal, e tem que haver, efetivamente, um plano estruturado para não vermos todos os dias portas a abrir e a fechar. Houve tentativas aqui em Pombal, houve projetos claramente desadequados com a própria realidade, e se não for este que nós apresentamos, já com esperança zero, até pelo nível de argumentação para votar contra – evidentemente que os senhores, estando em maioria, chumbam estas questões, mas eu sugiro ao Executivo que pense seriamente num plano de recuperação do comércio tradicional, que estude e enfoque os seus elementos de diferenciação positiva – e nós temos vários – reflita profundamente nisto, e, ao fim e ao cabo, não deixar andar. Ou então, como argumento mais extraordinário, nós já falámos nisto, nós queremos ações, e queremos resultados. E essas ações devem ser mensuráveis.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O comércio tradicional em Pombal foi aniquilado pelos trinta anos do PSD. Temos um novo Presidente, temos uma nova ambição, os senhores têm uma responsabilidade acrescida. E nós estaremos cá para fazer parte também dessa solução com ideias, desde que não nos transmitam a sensação de que as nossas propostas não contam, os nossos requerimentos – o Senhor Presidente não me respondeu, mas aquele requerimento de uma página, que se tirava em automático, demorou quatro meses – não, dê-nos um sinal claro de que conta connosco; dê-nos um sinal claro, senão não estamos aqui a fazer absolutamente nada.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“No seguimento da intervenção do Aníbal Cardona, eu penso que o Aníbal, sobretudo na primeira parte da sua intervenção, acabou por justificar que eventualmente tivessem a mesma atitude que tiveram com a proposta contrária, ou seja, que a retirassem. Por quê? Porque o Aníbal disse aqui, e assumiu, que esta proposta não era uma proposta definitiva, que não era uma proposta ainda viável, sustentada e passível de ser aplicada. E portanto, na prática, o que o PS aqui trouxe foi uma espécie de um ensaio, para ver se colava, e para tentar ver se passava aqui alguma coisa que, na prática – e eu valorizo, e volto a dizer, valorizo o esforço e o trabalho que está subjacente à apresentação e à elaboração destas propostas, mas este excesso de voluntarismo por vezes também redundava em coisas como esta, porque, desculpem-me a expressão, mas esta proposta não tem ponta por onde se pegue.

Primeiro, tem aqui uma premissa básica, como todas as propostas que o PS tem apresentado – e assim é fácil fazer Oposição – que é que todas as propostas que o PS apresenta, ou é para reduzir receita à Câmara, ou para aumentar despesa à Câmara. Ou seja, assim é fácil fazer Oposição, não há nenhuma proposta que seja responsável, que seja equilibrada; não, é sempre para a Câmara gastar mais dinheiro e para a Câmara prescindir de receita. Isto parece-me uma receita do PS “socrático”, mas pronto, se calhar ainda há aqui alguns delfins dentro desta sala.

Mas, dizer-vos também outra coisa: a nossa Legislação, e o IRS, em Portugal, é proporcional e progressivo, concorde-se ou não se concorde, é assim que a Lei o dita. E uma proposta destas, como a que aqui é apresentada, a ser implementada, obviamente que ia pôr em causa essa proporcionalidade e essa progressão, e ia criar aqui, obviamente, injustiça social. E a verdade é que se a Legislação prevê que parte do IRS deve ser adstrito aos Municípios – e no caso de Pombal, o Município de Pombal já está a ficar com o mínimo que a Lei permite – é porque o Legislador, é porque a Assembleia da República, é porque os Senhores Deputados entendem que, efetivamente, uma parte daquilo que são os impostos que as pessoas pagam deve ser investido nos seus territórios. E convenhamos – e já aqui foi falado nesta Assembleia e em várias Assembleias – não têm sido poucos os investimentos que o Município de Pombal tem feito, em substituição do Estado.

Portanto, o IRS que é entregue ao Município, por parte daquilo que os pombalenses pagam, tem sido muito bem investido, e tem sido muito bem aplicado. E obviamente, não discordando da parte final do Aníbal, no sentido em que devem ser pensadas e estudadas medidas de incentivo e de apoio ao comércio local, todos concordamos com isso, e já no mandato passado aqui também o sinalizei, e concordo e subscrevo esse aspeto, o Município não precisou desta medida também para já ter feito esse apoio, nomeadamente em tempos de pandemia, quando teve um conjunto de medidas de incentivo e de apoio ao



MUNICÍPIO DE POMBAL

comércio local – as possíveis, poucas eventualmente, mas de futuro deve haver margem e deve haver espaço para se trabalhar num plano de apoio e de incentivo ao comércio local.

Agora, esta medida em concreto, e esta proposta em concreto, por muito boa vontade que nós tivéssemos a aprová-la – e não é má vontade da nossa parte votar contra – por exemplo, na anterior, que vocês rejeitaram, vocês não sabiam qual é que ia ser o nosso sentido de voto, eventualmente poderíamos até votar a favor, mas, neste caso, nesta proposta, nesta recomendação que aqui fazem, é impossível, é irresponsável votarmos a favor, abstermo-nos ou deixar passar esta proposta, porque é tecnicamente impossível de implementar, com uma legalidade bastante duvidosa – como o Dr. José Fernandes já disse, e bem – e é completamente insensata.

E por isso, o que eu peço é que nas próximas recomendações, nas próximas propostas, se preparem melhor, tenham mais cuidado.”

Nuno Oliveira (PS):

Em primeiro lugar, explicar ao João Antunes que esta proposta não é impossível, e esta proposta está a ser implementada em outros Municípios – tenho todo o gosto, depois, em partilhar documentos com essa implementação.

Por outro lado, dizer também que não estamos aqui a divergir naquilo que o João disse. O João disse que o objetivo das receitas cobradas ao nível do IRS – e folgo em ver esta preocupação do PSD, repentina, na questão da redistribuição, faziam acusações em sentido contrário na Assembleia Municipal anterior, mas é um aparte – a questão que aqui se coloca é precisamente essa, João, é a de colocar essas verbas ao serviço de investimento no Concelho, numa questão que é reconhecidamente e flagrantemente deficitária. O nosso comércio local está a desaparecer, não goza das mesmas condições que têm outras tipologias de comércio – nós não temos parque de estacionamento, nós queremos ir ao mercado, ao sábado, e não conseguimos estacionar o carro porque temos um parque de estacionamento que está há tempos infindos para ser concluído, e aquilo não anda nem para trás, nem para a frente, nós temos que nos molhar, temos que pagar o estacionamento à Câmara, ou à PMUGest, para fazer uma compra no comércio local, enquanto que nas outras tipologias não temos que pagar estacionamento nenhum. Não temos nenhuma condição que favoreça o nosso comércio local e que o proteja.

E portanto, o que pretendíamos era, com um valor que nem sequer é assim tão significativo no Orçamento da Câmara, dar um sinal claro de que estamos com este comércio local, e que fazemos gosto em que as pessoas tenham uma opção mais tendente pela aquisição no comércio local de Pombal. Eu estou certo também de que os comerciantes deste concelho se recordarão deste sentido de voto do PSD, e que falarão por ele outra vez também no futuro.

Por outro lado, bem, a identificação das propostas na ordem de trabalhos, e aqui nisto, eu tinha alguma curiosidade em perceber por que é que, por exemplo, a proposta do PSD foi invocada na ordem de trabalhos pelo nome, e a nossa é invocada pela referência, sem nome algum. Agora já percebi: é que isto, de facto, para o PSD, é apenas um número para chumbar, e nada mais.

Espero, no entanto, Senhor Presidente – que se está a rir, ainda bem que acha graça às minhas palavras – que o resto das palavras que disse em campanha não sejam tão vãs, não sejam tão fogo fátuo, como aquela terminologia que muitas vezes apregoou, de



MUNICÍPIO DE POMBAL

“todos juntos”, “todos contamos”, “contamos com todos”, para colaborar para a construção de um Município melhor. Se forem, estamos, de facto, malgovernados.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.

Aproveito para esclarecer que as propostas do Partido Socialista têm esta designação, e depois têm um assunto, enquanto que a proposta do PSD se designava “Pombal, cuidados de saúde primários para todos”, e esta tem uma designação com um número e com uma referência, que deve ser uma referência interna do Grupo Municipal – penso que “GM” seja “Grupo Municipal”, do PS. Por isso mesmo é que eu, quando tenho anunciado as propostas, tenho sempre dito qual é o assunto a que dizem respeito, sem controlar se o conteúdo diz respeito a este assunto.

Portanto, para esclarecer isso, pareceu-me que era óbvio.

Carla Leitão (PS):

“Eu não era para falar agora, mas eu quero dizer ao Senhor João que estar desse lado é muito fácil, o senhor está na maioria, nunca o vi apresentar nenhuma proposta, está sempre com um ar de gozo e de joco para com as nossas propostas, é a sua atitude...”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Peço que desliguem o microfone à oradora, eu quero fazer uma intervenção.

É dever dos membros da Assembleia Municipal tratar-se com urbanidade. Eu não tenho nada contra que se tratem por “vocês”, em vez de por “Senhores Deputados” ou “senhores”. “Senhor” não é, em si, uma expressão depreciativa, mas eu peço que em vez dos ataques pessoais, se centre no conteúdo político das intervenções. E portanto, não passemos aos ataques pessoais, porque depois vai haver resposta e contrarresposta, e queremos evitar isso.

O meu apelo não é só para si, é para todos, para que não haja ataques pessoais, mas que nos centremos nas propostas e no conteúdo político, porque é para isso que aqui estamos, e é isso que os municípios querem.

Por favor, se puderem ligar o microfone e continuar, este tempo é descontado. Muito obrigado.”

Carla Leitão (PS):

“... então, reformulando, eu vou dirigir-me a todos os deputados da Bancada do PSD, e não tentando aqui atacar ninguém, dizer que é muito fácil estar daquele lado, e dizem-nos sempre que nós apresentamos propostas que não são viáveis, e que não são essenciais, e que não são fundamentais, e até ouvi dizer que tudo o que nós apresentamos é para aumentar despesa ou para diminuir receita.

Eu penso que nós apresentámos uma recomendação anterior, que foi retirada, e penso que não era, nem para aumentar despesa, nem para diminuir receita; era simplesmente para terem em atenção a possibilidade de salvar a vida de pessoas. E aqui, é um aumento de despesa muito justificável; se a vida não justifica, não sei o que é que poderá justificar. Portanto, só queria dizer que eu penso que se nós temos de ter atenção com as nossas intervenções, eu penso que as outras pessoas também têm que ter alguma atenção nas intervenções que fazem, e com aquilo que dizem, de uma forma global. Nós retirámos a recomendação, sim, retirámos porque ia ser reprovada, mais uma vez, não ia ser aceite. Porquê? Porque não estava fundamentada, como alguém disse há bocadinho, que nunca são bem fundamentadas. A nossa foi uma recomendação, não estaria fundamentada, tinha só uma base, do porquê da recomendação. Fizemos uns parêntesis em relação ao



MUNICÍPIO DE POMBAL

plano, e muito bem, que foi apresentado pelo Município, e esperemos que as nossas recomendações sejam tidas em conta, porque achamos que ainda há muito a melhorar neste plano que foi apresentado.”

João Varela Coelho (PS):

“Eu sinto-me compelido a participar neste debate rico, pelo menos de intensidade, porque, efetivamente, carece de algum esclarecimento – acho que isso seria evidente – as recomendações teriam respaldo jurídico, estou plenamente confiante nisso, por uma simples razão: qualquer interessado teria de fazer prova da sua declaração de IRS, para poder identificar junto dos serviços do Município que era merecedor de um cartão de consumo no comércio local de X valor. Portanto, isso é algo que nem está sequer aqui a ser discutido.

Eu admito que haja uma divergência política, mas invocar aqui dificuldades legais para se porem de parte da possibilidade de fazer um programa de investimento no comércio local é, enfim, no mínimo extemporâneo.

Depois, só pegar na parte bondosa da intervenção da Carla Leitão – toda ela é, mas uma parte que eu destaco – em relação à proposta anterior, que era a preocupação de salvar vidas. Aqui é a de salvar a vida das cidades, partindo do princípio de que isto corresponde a um investimento indireto da Câmara Municipal no comércio local, e por consequência na vida económica e social das cidades. Essa era a nossa expectativa, é a de que o investimento que é feito é entendido como investimento, como capacitador de desenvolvimento das cidades, e por consequência, também de, eventualmente, mais tarde, a Câmara ter mais receita. Pelo menos é assim que nós entendemos o desenvolvimento do concelho, e também da própria capacidade da Câmara, no futuro, de abarcar novos projetos.

Podem acreditar que enquanto permanecerem nesta visão reduzida daquilo que é o dispêndio da Câmara, como algo somente de despesa, pois com certeza, daqui a alguns anos – a agenda da década – daqui a dez anos, nós estaremos muito pior, com muito pior capacidade financeira, porque não gerámos o rendimento efetivo que nos podia abarcar novos projetos, e sem esperar pela indicação externa de financiamento comunitário, porque o financiamento comunitário não acredita no desenvolvimento do concelho assim – isso não acreditará, certamente.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“A intervenção que eu tenho para fazer neste assunto é muito breve, até porque o assunto foi já muito dirimido e discutido. Só há aqui uma parte que me está a corroer internamente, e que não me permite ficar calado, porque das intervenções que eu tenho ouvido, está a passar-se a imagem de que o PSD está aqui a fazer politiquice, e está a votar contra por votar contra, e por birra, e por tudo o mais.

Eu não vou entrar na discussão da proposta em si, acho que já foi sobejamente discutida, mas vou fazer um exercício de memória e vou perguntar a todos os deputados municipais se acham coerente. O exercício de memória: estávamos cá todos, ou a maioria de nós, na última Assembleia Municipal, aquela onde se falou da despesa do natal.

Eu tenho uma vaga ideia, da parte da Bancada do PS, relativamente à despesa que este Município incutiu na vida que quis dar à cidade no mês de dezembro, ter sido amplamente criticada pelo despesismo e não eram, nem nada que se pareça, estes valores de que aqui falamos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, eu não consigo aceitar que, no grupo em que me incluo, me digam que nós estamos a fazer politiquice, e votamos contra só porque sim, e não valorizamos o vosso trabalho, quando da parte do grupo que o propõe, essa coerência e essa memória não existe, porque se assim fosse, na última Assembleia Municipal, esse apontamento relativo ao despesismo excessivo, exatamente com a mesma finalidade, que é dar vida à cidade, dar vida ao comércio local. Ainda agora aqui diziam, que vamos ser os responsáveis pelo definhamento do comércio local, mas há dois meses atrás, ou há três meses atrás, não era assunto, era um despesismo, para o Senhor Presidente querer mostrar que brilha, e para a equipa da Câmara querer mostrar que brilha, e fazer festas é fácil.

E portanto, eu não aceito – e tinha que o dizer – que no grupo onde me incluo nos acusem de politiquice e só birra em votar contra, quando quem faz as propostas não é coerente nas várias sessões e não tem memória daquilo que afirma e daquilo que defende politicamente.”

Leandro Siopa (PS):

“Estamos aqui já muito cansados, e os pombalenses, provavelmente, em casa, mais cansados estarão, de vermos tantas coisas. As pessoas que estão lá em casa estão à espera de ver fazer-se política, e ver serem discutidas as propostas, e eu, até agora, ainda não vi nenhum membro da Bancada do PSD a discutir a proposta em si; o que fazem aqui é um circo. É um circo, o que estamos aqui a assistir é o velório da felicidade. Hoje começa o velório, algum dia se enterra a felicidade, porque V. Exas. só estão aqui a fazer exatamente aquilo que o Senhor Deputado Renato Guardado dizia que não fazia, que é fazer politiquice. V. Exas. tiveram três meses para se preparar para isto, e o que vocês têm feito até agora nestas propostas, e naquelas que vêm adiante, é desdenhar, porque propostas, o Senhor Deputado João Antunes, o Senhor Deputado José Gomes Fernandes, o Senhor Deputado Renato Guardado, o que os senhores têm feito é apenas chiqueiro político, mais nada. Mais nada, não têm discutido absolutamente nada, de factos, não têm trazido propostas, até nem sequer articulação têm, às vezes, dentro do Grupo do PSD. Bom, mas verdade seja dita, também não há alguma dentro do Grupo Municipal do Partido Socialista, fica aqui já o facto político assente.

Portanto, os Senhores Deputados venham aqui discutir propostas, apresentem propostas, ideias, e ideias que o Senhor Presidente curiosamente, muitas vezes, e alegremente, aceita. Os Senhores Deputados deviam ver o exemplo do Senhor Presidente nas reuniões de Câmara. Já viram a postura do Senhor Presidente? Uma postura positiva, apaziguadora, e os Senhores Deputados não têm feito isso. Os Senhores Deputados estão aqui a fazer barulho, a tornar esta Assembleia Municipal um circo. Estão aqui pessoas desde o princípio para apresentar uma petição – que, aliás, devia ser apresentada, numa alteração do Regimento, antes das nossas intervenções, mas os Senhores Deputados continuam a insistir em não querer mudar o Regimento – e os Senhores Deputados fazem o público estar aqui até às dez da noite, para fazerem só este barulho.

Quando quiser, na próxima, em abril, podem apresentar as vossas propostas, ou fazer os vossos elogios, velar pela felicidade.

Senhores Deputados, eu não tenho intervindo porque não quero arrastar o Partido Socialista, ou pelo menos na minha colaboração, para a lama. Senhores Deputados, fica aqui assente, quem trouxe a discussão para a lama foram V. Exas., porque não querem aprovar absolutamente proposta nenhuma do Partido Socialista. Não querem, e os senhores vão fazer isso até ao fim. Mas, nós estamos cá para zelar pelos interesses dos



MUNICÍPIO DE POMBAL

pombalenses; não é pelos nossos próprios interesses, é pelos interesses dos pombalenses e dos eleitores que votaram em nós.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quero só recordar que a Mesa não deixará nunca que os trabalhos desta Assembleia se transformem literalmente, pelo menos, num circo, isso é uma qualificação política sobre as posições dos adversários, podemos achar que isso é mais ou menos elegante, não interessa. Mas, em termos do decurso dos trabalhos, eles têm decorrido com toda a urbanidade – e alegro-me por isso.

Só quero explicar que o Ponto n.º 2.23 é o ponto sobre a proposta do Regimento, é o último ponto, justamente porque foi o último a entrar, foi já entregue, aliás, até depois de ter sido convocada a Assembleia, e eu não quis deixar, uma vez que vinha cumprindo, quer o prazo, quer as formalidades, dizendo que era uma proposta para ser agendada ao abrigo do art.º 33.º, n.º 3 do Regimento, direito potestativo de agendamento de qualquer membro da Assembleia, evidentemente que imediatamente agendei. Foi o último porque já estava até divulgada a ordem de trabalhos, e é a única razão para isso.

Agradeço também que continuemos num registo de alguma urbanidade.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Bem, sobre este assunto, primeiro que tudo, de forma muito simples: o facto de manifestar opinião discordante não significa que esteja a desclassificar. Não o fiz nesta Assembleia, eventualmente na última fui um bocadinho mais acintoso nesse assunto, mas não o fiz.

Segunda questão: eu acho que a intervenção do deputado Leandro Siopa se explica a ela própria. Reparem, o Grupo Parlamentar do PS tem uma proposta para alteração ao Regimento, é a última – portanto, proposta vossa, que conhecem. Já hoje, na sessão da Assembleia Municipal, houve o período de antes da ordem do dia, o público falou, e houve o período da ordem do dia.

Pois muito bem, na intervenção do deputado Leandro Siopa, o que ele nos diz é que o público está ali fora, atrás, à espera de falar, às dez da noite. Reparem, nesta Assembleia há uma proposta deste Grupo Parlamentar do PS para rever o Regimento, quando um deputado – no caso, o Leandro Siopa – demonstra cabal desconhecimento daquilo que é o Regimento.

E portanto, eu acho que com este sublinhado daquilo que acabou de se passar, nós vemos a evidência daquilo que é o cuidado, a preparação e o conhecimento. E portanto, por favor, quando eu testemunho isso, quando eu sublinho, foi o deputado que o fez neste preciso momento, não me digam que eu, por sublinhar isto, estou a fazer chicana política; não, estou a constatar uma evidência: o público falou a seguir ao período de antes da ordem do dia, não está aqui às dez da noite. Passou-se hoje, por amor de Deus.”

Henrique Mota (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, eu estava para não intervir, mas depois desta última intervenção do Senhor Deputado Leandro Siopa, não posso deixar de o fazer. Ou seja, eu sei que não há um “pombalómetro” que consiga medir quem é que gosta mais de Pombal, ou gosta menos; agora, a sensação que os Senhores Deputados do PS querem aqui transmitir, para já, é aquilo que eu chamaria de “coaço da minoria”, somos quase que obrigados a votar todas as propostas do PS, mesmo que as mesmas – e vou usar esta palavra – não tenham o mínimo de cabimento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E vamos analisar rapidamente, proposta a proposta. A única em que, efetivamente, poderia estar em causa uma questão mais objetiva, com toda a frontalidade, era a questão do amianto; todas as outras são extemporâneas, são ilegais e são completamente descabidas.

Senhor Deputado Leandro Siopa, o senhor, na primeira Assembleia, manda assim umas atoardas para o ar – manda, e eu terei ocasião de rever todas – tomando por base aquela proposta que foi retirada, mas quase que foi retirada só no sentido de virem dizer que nós iríamos votar contra. Senhor Deputado, como disse o Senhor Deputado João Coelho, o PSD tem condições para governar; então, como tem condições para governar, eu vou estar à espera, tal e qual os senhores fizeram para a questão dos DAI, que apresentem mais duzentas e trinta e cinco recomendações a esta Assembleia. Sabe por quê? Porque apresentaram uma recomendação a esta Assembleia, a dos DAI, que constava em primeiro lugar do compromisso com os pombalenses. Portanto, os outros duzentos e trinta e cinco que aqui estão...”

Então, vamos lá desmistificar, acho que o senhor esteve cá na última Assembleia, e votou o Orçamento.

Exatamente na página 4, relativamente à classificação das despesas, das dotações orçamentais, está um valor de 10.000,00 € para aquisição destes materiais. Portanto, primeiro mente quando diz que não está no Orçamento; está no Orçamento. Em segundo lugar, era uma proposta que já constava do nosso programa eleitoral, do nosso compromisso eleitoral.

Outra questão, a questão da teleassistência, é uma questão objetiva, foi justificada do ponto de vista objetivo e económico.

Eu acabo, porque nós já sabemos onde é que isto vai dar, vai dar a uma vitimização durante a próxima semana, de que o PSD não votou as propostas do PS, e não votou porque não votou. Não, não votou porque as mesmas não merecem o voto favorável do Grupo Parlamentar do PSD.”

Nuno Oliveira (PS):

“Se me permite, é só uma clarificação muito rápida, dizendo que não é verdade aquilo que foi dito, não é verdade, não estava cabimentado no Orçamento anterior.

Em relação ao sentido de voto, mais uma vez quero dizer que após toda esta troca de argumentos e de motivações, continuo sem perceber qual é a razão efetiva, em algum dado que seja para mim perceptível, que justifica este voto contra.

Volto a dizer também que foram feitas aqui acusações graves de ilegalidade da proposta, “ilegalidade” é uma palavra fortíssima, eu espero que, de facto, o Senhor Deputado esteja preparado para justificar o uso desse termo, porque uma coisa é a discordância política, outra coisa é catalogar uma proposta de ilegal, eu não vislumbro essa ilegalidade, não sou jurista como o senhor é, mas espero, de facto, que me possa esclarecer sobre qual é o ponto que, na sua leitura, é ilegal nesta proposta, porque, de facto, não estou a perceber a razão do voto contra.”

Leandro Siopa (PS):

“Senhor Deputado, é só para dizer que o Partido Socialista não entra mais no chiqueiro, é só isso.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado. Com certeza queria falar de “chicana”, e não de “chiqueiro”, porque “chiqueiro” é que já é uma palavra que ultrapassa os limites da urbanidade.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Henrique Mota (PPD/PSD):

“Ponto n.º 2, página 5 - Orçamento para o ano de 2022, referente às dotações iniciais - Ponto n.º 2.2.1, código 12, ano de 2022, tipo 1, n.º 14, Aquisição de Equipamento para Combate à Morte Súbita (outros) - 10.000,00 €.”

Colocada a proposta a votação, foi a mesma rejeitada com 26 (vinte seis) votos contra, 6 (seis) votos a favor e 2 (duas) abstenções.

Ponto n.º 2.20. Apresentação, discussão e votação da recomendação do Partido Socialista “5/GM-PS/2021”.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“O assunto é o Programa de recuperação de aprendizagens no ensino básico e secundário. Pergunto quem quer usar da palavra sobre esta proposta?”

João Varela Coelho (PS):

“Eu vejo-me obrigado a fazer um esclarecimento: a cabimentação orçamental, em tempos idos, na minha primeira passagem na Assembleia Municipal, foi explicada por um Senhor Vereador, na altura – o Senhor Presidente da Câmara não sabia explicar, pediu ao Senhor Vereador que estava ao seu lado que explicasse – que havia rubricas que estavam abertas, mas não com dinheiro suficiente para concretizar o objetivo, era apenas para a eventualidade de vir lá dinheiro, e depois concretizava-se.

Estou a dar esse esclarecimento porque acho que é importante, para que não haja aqui alguma confusão sobre o desempenho das funções, enquanto deputado municipal. É normal, estamos todos a chegar aqui em novo mandato, temos todos que aprender uns com os outros, e realmente já tentei aprender alguma coisa hoje, eu espero que também tentem aprender alguma coisa com aquilo que eu digo. Esta aprendi com um Vereador do Partido Social Democrata.

Dito isto, eu escuso-me a ler a proposta, porque ela foi amplamente partilhada, em devido tempo. Eu só faço a defesa dos objetivos que lhe estavam subjacentes.

Em primeiro lugar, apresentar uma proposta que respondesse a um problema, que é um problema nacional e um problema mundial.

Em segundo lugar, não é substituir-se a nenhuma escola, nem à função nobre dos professores que desempenham as suas funções junto dos alunos, diariamente, nem os profissionais de apoio aos alunos com dificuldades.

Em terceiro lugar, não pretendo, com esta proposta, fazer face aos problemas dos alunos que já estavam sinalizados e que estão a ser acompanhados pelos profissionais das escolas, os profissionais da Câmara em trabalho junto das escolas. Aquilo que pretendia era que a Câmara acrescentasse ao conjunto de apoios que tem dado às escolas para o desempenho das suas funções, ainda mais uma medida. E eu peço solenemente que não venham com o epíteto de que isto é exclusivamente despesa, até para enobrecer o debate e o objetivo daquilo que aqui está a ser feito, só é despesa se olharmos exclusivamente para o cheque que é pago ao professor que desempenha as suas funções, sem olhar para o resultado que daí possa advir, do trabalho desse profissional.

Portanto, passando isso à frente, o que está em causa é responder a um conjunto de alunos que, por dificuldade económica, não podem aceder a algo que objetivamente todos nós constatamos – não é só em Pombal, eu reforço isto, é no país inteiro, que todos



MUNICÍPIO DE POMBAL

nós constatamos que é algo que é usado por pessoas que têm mais rendimento, que são as vulgares “explicações” – explicações às disciplinas estruturais (português, matemática e inglês), outros poderão classificar outras disciplinas como estruturais.

Neste aspeto, reforço mais uma vez que isto é uma recomendação, não é uma proposta fechada, é uma indicação de um caminho que a Câmara poderá seguir, se entender que isto é um investimento merecedor da sua preocupação.

E, naturalmente, posso fazer propostas para redução de despesa noutros setores, em contrapartida, mas não é isso que estamos a discutir. Portanto, mais uma vez, eu não estou a discutir outros assuntos, estou a discutir este – e posso fazer esse exercício, até, se quiserem, posso gerir a Câmara, se entenderem que assim é preciso, se entenderem que é preciso mais ajuda para esclarecer, estamos cá para isso.

Mas, objetivamente, em concreto, nesta medida, só estamos a tentar mitigar uma dificuldade que advém de condição económica desfavorecida, de algumas pessoas que têm uma preocupação acrescida em relação à escola, mas têm dificuldade em acompanhar, de uma forma natural, ou então por causa do impacto da Covid, o fecho das escolas, a dificuldade dos professores em se relacionarem diretamente com os alunos, em acompanharem individualmente os alunos, e que, em complemento, os alunos podem encontrar um profissional da educação, fora da escola – ou dentro da escola, se a escola assim o entender, em articulação com a Câmara Municipal, mas financiado pela Câmara Municipal – para suprir uma dificuldade que é evidente, não só em Pombal, mas – último ponto, e com isto termino – que poderia ajudar a destacar os alunos desta geração enquanto futuros cidadãos, enquanto futuros trabalhadores, enquanto futuros empregadores, mais capacitados em relação a esta geração que, infelizmente, passa por um evento que marcará a todos nós, durante toda a nossa vida.

Portanto, eu espero, honestamente, que aquilo que se discuta depois da minha explanação seja exclusivamente a tentativa bondosa, e não a eventual fragilidade técnica ou jurídica – que não está aqui, mas que só por maldade a podem encontrar – porque, na verdade, não é disso que se trata; é político, é definir que os recursos da Câmara podem ser empregues também neste âmbito.

Gostava que pelo menos na quinta proposta fosse essa a luz que ilumina a leitura deste documento, e não qualquer outra, seja ela de que dimensão for.”

André Tasqueiro (PPD/PSD):

“Vamos tentar manter agora a urbanidade, se faz favor, acho que os Pombalenses lá em casa merecem.

O Município tem, de facto, desenvolvido desde 2014 um conjunto de medidas de prevenção e de atuação, com o envolvimento das famílias em todo o processo escolar, desde o pré-escolar até ao 2.º ciclo.

Adicionalmente, já se encontravam diagnosticadas questões que tinham impacto no desenvolvimento das aprendizagens – sendo elas, por exemplo, o contexto socioeconómico, a desigualdade de género, a residência, as questões culturais, entre muitas outras.

Como resposta a estes problemas, o Município, à data, em 2014, decidiu apostar em recursos humanos – e basta recordar a questão da equipa multidisciplinar, no âmbito do projeto municipal de promoção do sucesso escolar, integrado no Plano Inclusivo e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da CIM-RL – em recursos tecnológicos – e por falar em recursos tecnológicos, só no ano passado é que chegaram os computadores



MUNICÍPIO DE POMBAL

do Ministério da Educação – e ainda no trabalho colaborativo em rede, com os atores locais relevantes, como as Juntas de Freguesia, Comissões Sociais de Freguesia, IPSS's, entre outras entidades.

Após 2020, numa outra ótica de análise, em diversos estudos realizados no nosso país, quer seja pelo próprio Conselho Nacional de Educação, pelo IAVE, e ainda pela Direção Geral de Estatísticas para a Educação e Ciência, deram conta dos seguintes pontos:

- *O primeiro era de que eram necessários programas simultâneos de intervenção em outras áreas de formação, de forma a que seja possível desenvolver competências e qualificações diferentes daquelas aqui referenciadas;*
- *Em segundo, verificou-se, de facto, que houve um aumento das desigualdades educativas devido à pandemia – acho que isso todos nós reconhecemos;*
- *Em terceiro, pôde-se observar alterações no desenvolvimento socioemocional e na saúde mental dos alunos, com impacto na motivação, na concentração, nos níveis de stress, entre outros indicadores observados;*
- *Quarto, o orçamento é uma manta de retalhos, e verificou-se com a pandemia que houve uma suborçamentação da área da educação, o que, naturalmente, levou a que a resposta tivesse que ser menor.*

Ora, este diagnóstico, analisando, leva às seguintes conclusões:

- *primeiro, situações diferentes merecem respostas diferentes,*
- *segundo, o Município não se deve substituir ao Ministério da Educação, mas antes, primeiro, apoiar verdadeiramente os alunos e as respetivas famílias em todas as vertentes, não só na pedagógica, apostar na capacitação da comunidade escolar, para além desta parte pedagógica, e*
- *terceiro lugar, articular os seus esforços com o Plano Escola + 2021-23, que é um instrumento político – neste caso, um plano dedicado à recuperação das aprendizagens – aprovado pelo Conselho de Ministros do Governo Socialista, se não me engano, a 17 de junho de 2021, e que pretende promover o sucesso, a inclusão, a cidadania e a aposta num conjunto de competências extracurriculares, como as competências socioemocionais, de bem-estar, de inclusão, e ainda de envolvimento parental, devendo estas últimas, na minha modesta opinião, e na opinião do Partido Social Democrata, serem detentoras do foco de intervenção municipal, encontrando-se até plasmadas no Plano Estratégico Educativo Municipal.*

Termino esta minha análise acompanhando o Partido Socialista na congratulação ao Município pelo trabalho desempenhado na promoção do sucesso escolar, especialmente no pré-escolar e no 1.º ciclo, visto que esta moção só fala do 2.º ciclo e níveis de ensino seguintes, e aconselho, de facto, todos os deputados municipais a fazerem uma revisitação histórica ao trabalho desenvolvido pela autarquia na área da educação.

Desta forma, anuncio que votaremos contra, visto que não é razoável nos substituímos ao Ministério da Educação.”

Ilídio Mota (PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, através de V. Exa. cumprimento todos os presentes, e o Senhor Presidente da Câmara.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Este tema da educação e formação dos nossos filhos foi-me sempre muito querido. E portanto, acho que todas as propostas que venham neste sentido são bem-vindas, pese embora termos algumas discordâncias em relação à mesma.

No entanto, queria partilhar aqui um pouco da minha experiência, particularmente em casa, do que tenho vivido nos últimos tempos.

A minha filha anda no oitavo ano, na Escola Gualdim Pais, e no primeiro período teve quatro aulas de matemática, ela e a turma não foram avaliadas a matemática, por não terem tido professor. E igual situação lhe aconteceu em educação física. Estamos a meio do segundo período, continua sem professor de educação física.

Portanto, estamos num país onde não faltam só médicos, faltam também professores. E portanto, desde já, se calhar não será muito fácil arranjar professores explicadores, para essas explicações também. Realmente, o ensino público não funciona da melhor forma.

Esta turma que eu referi há pouco tem uma sala onde supostamente devia ter um projetor para os professores serem auxiliados pelos vídeos, para fazerem a parte de dar as suas aulas, e desde o início do ano, o projetor não funciona, porque falta uma lâmpada. Vão, por vezes, para outra sala, para tentarem ter essa aula com o projetor, para o professor ter esse apoio, e também não conseguem ter, porque o professor não consegue ligar o computador àquele projetor. Isto, portanto, é assim que tem funcionado.

Tive a sorte de conseguir pôr a minha filha mais velha no Externato Liceal de Albergaria dos Doze – que, na altura, as crianças de Vermoil poderiam frequentar – e teve lá uma formação bem diferente, com os horários todos preenchidos, sem furos, e hoje é estudante universitária, e com sucesso, e eu sei que é graças a esse ensino que ela teve.

E aqui, realmente, todos os apoios que possam vir a ser dados a mais, são sempre bem-vindos. E portanto, eu não vou conseguir votar contra esta proposta, por muitas deficiências que ela tenha, porque, realmente, os nossos jovens precisam de mais apoio.

E isto para não falar também nas crianças que têm necessidades especiais, ou que têm outros problemas, como dislexia, em que é reconhecido pela escola que eles precisam de ter aqueles apoios, que têm que ter ajudas, mas que a escola não tem meios para dar mais horas àquelas crianças. E aqui, lá está, não se pensa na igualdade, e não há justiça de dar mais a quem precisa.”

João Varela Coelho (PS):

“Eu não resisti, eu peço a devida paciência de todos os que nos estão a ouvir, e os que estão aqui a participar, para a minha incapacidade de resistir a pegar nas intervenções anteriores para prestar um esclarecimento final.

Primeiro ponto, eu comecei por elogiar o trabalho da Câmara Municipal na conjugação de esforços que é feita com o ensino público, e com o ensino público-privado, ou o ensino financiado por bens públicos. E, portanto, acho que nessa parte não me pode nunca ser imputada alguma falha.

Segundo, fui responsável de uma escola – e peço desculpa por invocar aqui a minha experiência pessoal – com contrato de associação, fui Diretor de uma escola com quinhentos e noventa alunos, do quinto ao nono ano, durante muitos anos. Tenho muito orgulho do trabalho que fiz, equiparável àquela que é a realidade da Escola de Albergaria dos Doze – na altura, penso eu, do calendário que me referiu o Senhor Deputado Ilídio da Mota. E é com essa consciência de que esses alunos, que não tiveram aulas durante algum tempo, como foi aqui invocado neste exemplo, vão fazer uma escolha efetiva com os seus pais, e de em reação a isso, recorrerem, ou não, a um explicador, há



MUNICÍPIO DE POMBAL

alguns alunos que objetivamente fazem essa escolha, dirigem-se ao seu pai, e o pai diz: “Peço desculpa, meu filho, mas eu não tenho dinheiro para pagar explicações.” Essa é que é a questão.

E quando aqui é dito que a Câmara Municipal não se pode substituir ao Ministério da Educação, concordo em absoluto. Quem me conhece, a título pessoal, saberá da minha fraca identificação com a política nacional em vários níveis, e esta é manifestamente uma delas.

Concordando com isso, entendo que a Câmara Municipal também não pode perder a sua noção de responsabilidade do bem público, do dinheiro que tem, para definir prioridades e, portanto, entendendo esta Bancada que isto é uma prioridade, podia ser merecedora de algum investimento.

Complementando, entendo que a Câmara Municipal – e já foi dito – tem feito um grande esforço nesse sentido. Neste momento, estamos a passar uma altura excecional. Eu não quero comparar desastres, mas, efetivamente, tivemos alguns desastres na história do nosso concelho, alguns presenciei-os enquanto eleito, e a Câmara Municipal fez a sua intervenção pronta para resolver, substituindo o Governo em muitos momentos.

Foi aqui dito pelo ilustre membro da Mesa da Assembleia Municipal que a Câmara Municipal se tem substituído ao Ministério da Saúde, e bem, na sua responsabilidade de investimento na área da saúde. E portanto, invocar aqui a possibilidade de a Câmara Municipal se demitir de investir nesta área, e mais, de perceber que ao investir nesta área podia estar aqui a atribuir – num carácter excecional, naturalmente – uma capacitação diferente dos nossos alunos, dos nossos meninos, em relação aos demais do país, logo dando um sinal de avanço, naquilo que podia ser um desenvolvimento diferente destes alunos para o seu futuro, acho que estamos esclarecidos em relação à minha intenção, daquilo que aqui foi dito.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Bem, das palavras do João Coelho, parece-me que a sua moção é uma censura à atuação do Governo Socialista – pelo menos é o que ele disse, que a sua moção era uma censura ao Governo Socialista. Nesse caso, deveria ter incluído aqui a recomendação para comunicar ao Governo, para cumprir as suas funções. Foi o que reconheceu; se reconheceu isso, obviamente deveria ter incluído essa parte.

Obviamente que a Câmara está a cumprir as suas funções, e obviamente que não lhe vou recomendar que faça o que é da competência do Governo. Era o que mais faltava, estarmos aqui a inverter os poderes. O Governo tem de fazer as suas funções. Esperava que o Partido Socialista fizesse essa recomendação para o Governo.

E portanto, não vamos inverter as coisas. Por uma questão de princípio e de honestidade intelectual também, e de verdade, eu não posso votar esta proposta, mesmo que tenha familiares que necessitam do apoio da Câmara, porque a Câmara o fará, a suas expensas, ou com os impostos dos contribuintes, da sua receita, irá fazê-lo. Agora, não lhe vou recomendar que faça o que não é das suas competências.”

Colocada a proposta a votação, foi a mesma rejeitada com 23 (vinte e três) votos contra, 6 (seis) votos a favor e 5 (cinco) abstenções.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passo a palavra ao membro da Assembleia Municipal, João Coucelo, para fazer uma declaração de voto.”

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Eu votei contra esta proposta, não porque não concorde com um programa de recuperação de aprendizagens, que é da exclusiva responsabilidade, também no 1.º ciclo do ensino básico, por parte da Câmara Municipal de Pombal. Quanto ao 2.º e 3.º ciclos, eu entendo que a Câmara pode dar uma ajuda, mas é exclusiva competência do Ministério da Educação. O seu a seu dono.

O que a Câmara tem feito em algumas situações, substituindo-se ao Poder Central, não tem que o fazer sempre, isso seria injusto.

E queria dizer-vos que se a inteligência e o bom senso nem sempre andam juntos, às vezes andam, eu diria que se tivessem feito uma proposta para que se gastasse X, em vez de uma proposta inviável do IRS Local, para a recuperação de aprendizagens, talvez as coisas tivessem sido diferentes.

Tenho dito.”

Ponto n.º 2.21. Apresentação, discussão e votação da proposta do Partido Socialista “1/GM-PS/2021”.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“O assunto diz respeito à constituição de norma para imposição de levantamento topográfico ou perimetral e respetiva avaliação imobiliária, em transações de património predial nas quais intervenha o Município.

Pergunto se alguém pretende usar da palavra.”

Leandro Siopa (PS):

“Obrigado, Senhor Presidente. Já que a probabilidade de ser chumbada é alta, ao menos terei o direito ao chumbo frontalmente.

Ora bem, Senhores Deputados, eu sei que a noite já vai longa, e aquele tom mais acintoso – para utilizar as palavras do amigo Renato Guardado, que ele, efetivamente, teve da outra vez, se assim considerou da minha parte, as minhas desculpas, não quero ser acintoso. Todavia, já não faço uma retificação à expressão “chiqueiro”, porque chiqueiro é um lugar muito sujo, e era onde estávamos, e eu fiz lá, de facto, também uma tangente.

Ora bem, eu vou ler – ainda tenho aqui algum tempo – eu vou ler, porque as pessoas que lá estão em casa não têm oportunidade, provavelmente, de conhecer a proposta.

Esta proposta tem, de facto, uma necessidade, ela surge de uma necessidade, e ao contrário do que foi dito aqui, esta proposta não tem qualquer custo para o Município, só traz benefícios para o Município e para os cidadãos.

«Considerando que o Município de Pombal procede com frequência, com os seus cidadãos e demais, à transação de prédios rústicos e urbanos, com o propósito de prosseguir as suas políticas de ordenamento do território, reconhecendo a importância de tais transações, e que as mesmas devem ser realizadas com total transparência e segurança para todas as partes envolvidas, nomeadamente quanto ao valor real de mercado dos imóveis e quanto à área real;

Considerando que esses imóveis integram, ou vão integrar, o domínio público, e por isso foram, ou são adquiridos com recursos públicos;

Considerando que algumas das aquisições do Município, num passado recente, não respeitam qualquer medida, norma ou regulamento interno, sendo fruto do livre-arbítrio e discricionariedade dos decisores; e,



MUNICÍPIO DE POMBAL

Considerando que essas transações são também raras vezes acompanhadas de um levantamento topográfico ou perimetral.

O Partido Socialista apresenta uma norma um pouco mais concreta, uma proposta de norma, uma ideia, uma medida, um regulamento, o que o Executivo vier a considerar por melhor, de forma a que toda e qualquer transação do Município, de prédios rústicos ou urbanos, seja precedida de um levantamento topográfico ou perimetral efetuado por técnico habilitado dos quadros do Município, ou recorrendo a entidade externa de outro com reconhecida competência;

Que o levantamento topográfico ou perimetral a realizar para a aquisição de imóveis seja realizado, sob sua responsabilidade, na presença do proprietário ou seu representante legal, e, no caso de alienação ou oneração do Município, acompanhada por um técnico do Município;

Que este levantamento deva ser apresentado em papel, a fornecer ao perito – isto é um preciosismo, mas a verdade é que os peritos, quando avaliam o património que o Município vai comprar, precisam de saber a área que lá está, para avaliar devidamente;

Que proceda à avaliação imobiliária a efetuar por peritos avaliadores imobiliários externos e inscritos nas várias listas de peritos avaliadores – uma medida também que o anterior Executivo aplicou, pelo menos na última tentativa de aquisição que fez, assim em último suspiro do mandato;

Que a referida avaliação possa ser feita por um técnico qualificado, em determinadas circunstâncias – não vou ser aqui redundante, mas fomos beber de alguma Legislação – um perito até mil vezes a remuneração mensal mínima garantida, e por um colégio de três peritos.»

Portanto, Senhores Deputados, é, de facto, uma proposta um pouco mais técnica, aceito isso, o Partido Socialista aceita isso, mas queremos com isto trazer benefício para os pombalenses, benefício para o Município, porque achamos importante que as aquisições e as vendas não sejam feitas sem rigor, porque senão cometem-se erros que se cometeram no passado – o caso mais flagrante, e já aqui foi trazido hoje, foi o do Centro Escolar de Vila Cã, que se deve dizer que o Senhor Presidente e o Senhor Vereador resolveram muito bem, inicialmente até pareciam insistir na ideia do anterior Executivo, mas vieram, na nossa opinião, resolver muito bem.

Estamos disponíveis para demais esclarecimentos.

Convidamos os deputados do PSD, os Senhores Presidentes de Junta, o Oeste Independente e o Gonçalo Ramos, a votarem a favor da criação desta norma, porque traz benefícios a todos, e não traz prejuízo absolutamente a ninguém.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Então, sobre esta proposta da constituição da norma para imposição de levantamento topográfico ou perimetral e respetiva avaliação imobiliária, tenho aqui algumas coisas a dizer sobre isto, e vou utilizar exemplos, para que seja mais perceptível o meu ponto de vista.

Em primeiro lugar, nestas questões, vai criar aqui um pouco de burocracia. Poder-me-ão responder que é para garantir que temos as coisas organizadamente feitas. A questão é que, relativamente à topografia, o Município já faz isso – ou seja, o terreno pode ser negociado com o proprietário, mas antes de ser concretizada ou formalizada a sua aquisição, a topografia é sempre realizada.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A título de curiosidade – e eu conheço isso – o terreno de que o Senhor Deputado falava, do Centro Escolar de Vila Cã, esse levantamento topográfico estava assinado pelos proprietários confinantes, tinha a carteira profissional do topógrafo, e como qualquer topógrafo – e o Senhor Deputado sabe disso – o que ele se limita a transpor para o papel é a realidade que lhe é comunicada pelos confinantes e pelos proprietários. E portanto, o facto de ter esse levantamento topográfico, ou carteira profissional, e com assinatura, não garante objetivamente nada – temos o exemplo desse levantamento do Centro Escolar de Vila Cã.

Sobre isto, dizer também que nesta proposta, não deixo de sentir um cheiro quase de uma defesa de uma ordem profissional, porque tem que ser o topógrafo devidamente habilitado, e com determinadas características – pronto, mas vou ultrapassar esse assunto, e vou exatamente àquilo que eu acho que é mais perceptível, para todos percebermos o porquê da burocracia e da proposta muito teórica que aqui tratamos.

Imaginemos que esta norma está em vigor, e que o Senhor Presidente de Câmara, ou qualquer um dos Senhores Vereadores, para um processo de negociação, tem que cumprir a norma dos três peritos avaliadores, e tem que ficar à espera dessa avaliação, das regras da avaliação, qual é o valor que dá.

O negócio que a Câmara fez no anterior mandato, ou há dois mandatos, relativamente aos terrenos do Casarelo, por exemplo, qualquer avaliador que lá o fosse fazer, dava um valor muitíssimo superior, mas retirava ao Município a oportunidade de comprar aqueles hectares de terreno por 300.000,00 € - ou seja, retirava ao Município a oportunidade de fazer um bom negócio, pela oportunidade, pela circunstância, pelo sigilo do próprio negócio.

Muitas vezes – e agora aqui vou dar um exemplo ao contrário: imaginemos – eu não conheço, não estava cá, mas vou especular – admitimos que o viaduto por baixo da Linha do Norte não está construído, temos a cidade de Pombal extremamente congestionada, temos de passar por cima da linha do comboio e imaginemos que o proprietário, a determinada altura, em negociações com o Senhor Presidente, diz: “Senhor Presidente, eu vendo-lhe este terreno para fazer aqui esta ligação por baixo da Linha do Norte, por 1.000.000,00 €.” Vai lá o avaliador, olha para o terreno, o terreno só vale 100.000,00 €. E agora, pergunto-vos eu: deve a Câmara ficar refém de uma avaliação de três peritos, que não conseguem avaliar o custo da oportunidade, do desenvolvimento, do desbloquear? Confesso que, ainda que consigo compreender o mérito da organização do procedimento – consigo compreendê-lo – acho que, sendo isto uma norma, obrigando a Câmara a cumprir essa circunstância, retira oportunidade de negócio, retira oportunidade de fazer as ações, porque muitas vezes o valor de algo é também o valor no tempo em que é preciso.

E portanto, sobre isto, eu acho claramente que esta norma, apesar de bem intencionada, compreendo, não traz uma mais valia para a Câmara.

E para finalizar, sublinho uma coisa: independentemente do negócio que se faça, já está regulamentado, já está legislado que há um valor sobre o qual a Câmara tem que se pronunciar, e tem que votar, e portanto, o valor terá que ser sempre a um órgão que é, no final, o órgão que dirige o Município, e esse órgão pode determinar que até X valor – julgo que são 150.000,00 €, nesta Câmara não me recordo qual é que foi o valor que atribuíram ao Presidente, mas até 150.000,00 € pode comprar a propriedade com o seu despacho. E, portanto, estamos salvaguardados relativamente ao valor.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E eu acho que aqui é uma proposta bem-intencionada, teórica, e que retira margem de manobra ao principal órgão do nosso Município, que é a Câmara Municipal.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Parece-me que há aqui uma transposição de uma guerra partidária do PS para a Assembleia Municipal.

A ânsia de protagonismo leva a que, por vezes, a imagem engula a sua sombra, e fique um pouco etérea, a vaguear no ar, sem pernas para andar. Mas, nós não temos que tratar aqui dos protagonismos e de lideranças do Partido Socialista, isso é lá para o meio deles; aqui tratamos apenas das questões da Assembleia Municipal.

Eu não sei se o Senhor Deputado do PS, o meu amigo Leandro Siopa, leu o art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e se estudou as competências da Assembleia Municipal. Não mencionou no seu requerimento, e portanto, não leu. Não leu, e não sabe, não sabe que não podemos aprovar uma norma como ele aqui trouxe à Assembleia Municipal, não temos competência para isso, entendo eu.

O n.º 1 do art.º 25.º confere à Assembleia Municipal, mas sob proposta da Câmara Municipal, aprovar determinadas questões. E depois, o n.º 2 dá-nos, então, a nossa competência, sem necessidade de proposta da Câmara Municipal de Pombal, e nada disso lá está. E depois, vamos também ao n.º 3 e 4, e verificamos que, de facto, seria ilegal e seria violar esta Legislação nós aprovarmos aqui uma norma.

O Partido Socialista não trouxe uma moção, uma recomendação; trouxe uma proposta de criação de uma norma. Nós hoje vamos ser legisladores, vamos legislar. Quando a Assembleia da República legisla, e legisla mal, tem o Tribunal Constitucional à perna. Ora, nós hoje íamos legislar.

Eu não queria entrar muito nas questões técnicas, mas também terei que ir um bocadinho às questões motivacionais. O Senhor Leandro Siopa, solicitador e também com curso de avaliação, está aqui a apresentar proposta com interesse próprio, e isso é que me surpreendeu, isso é que me fez disparar a curiosidade sobre a cultura socialista. Não hesitaram em trazer propostas que são ilegais, que não podemos, de facto, aprovar, nem devíamos votar, nem devia ter sido admitida – entendo eu, é o meu entendimento, se calhar tem de ser admitida, e depois logo se vê.

Mas, o Partido Socialista demonstrou agora, ou os membros do Partido Socialista, na sua luta, primeiro, com a sua Direção do Partido, que para aqui trazem, e agora no seu interesse pessoal, da sua atividade profissional, queria criar uma norma onde vai estabelecer regras sobre a realização dos levantamentos topográficos.

Existe Legislação que, de facto, dá competência, através dos estatutos das profissões, os estatutos profissionais das ordens profissionais regulam estas questões, são questões da competência da Assembleia da República, e, portanto, não podemos pactuar aqui com interesses privados, interesses próprios, que venham aqui a ser submetidos à Assembleia Municipal.

Por outro lado, tem também o Senhor Cardona, deputado do Partido Socialista, que também faz avaliações, ou peritagens, também tem a sua quota-parte do seu interesse nesta regulamentação. E vem aqui estabelecer regras que, de facto, são ilegais – são ilegais porque estamos a limitar a competência do Executivo Camarário, são ilegais porque não temos competência para as aprovar tampouco, e são despudoradamente e eticamente negativas, pela forma como transparecem aqui os conflitos de interesses.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E quero dizer mais uma, porque os membros do Partido Socialista hoje estavam a querer vitimizar-se, mas se contarem o tempo de intervenção que eles têm, apesar de serem menos, têm tido mais intervenção do que nós, para mostrar apenas a forma como eles se lamentavam de estarmos a alongar os trabalhos.

E quanto a ser arrastado para chiqueiro, eu não vou para o chiqueiro, nem aceito isso. Não aceito que estamos no chiqueiro, quem quiser ir para o chiqueiro, vai, eu não vou com eles. E portanto, não aceito.”

Aníbal Cardona (PS):

“Isto é defesa da honra.

Senhor Dr., não estava à espera disso, porque acusou o Leandro Siopa, atacou o carácter dele, e eu, efetivamente, fui avaliador do tribunal, e deixei de ser quando os Senhores Advogados entendiam que eu, de repente, tinha de começar a trabalhar para o tribunal quando me nomeavam.

A última avaliação que eu fiz foi há mais de vinte anos – há mais de vinte anos – nunca ganhei um tostão particular com avaliações, nunca. Eu não permito que me façam julgamentos de carácter, não permito. Eu nunca pedi para ser avaliador, era convidado pelo tribunal, e ia. A partir de uma determinada altura, deixei de o fazer, devido à minha vida profissional – e para receber meia dúzia de patacas, chegávamos a esperar anos.

Agora, o Senhor sugerir que eu tenho algum interesse nesta proposta, eu não posso permitir e espero o seu pedido de desculpas.”

Leandro Siopa (PS):

“Frontalmente, encararei o Dr. José Gomes Fernandes, que, de facto, desceu ao nível do chiqueiro que diz que não quer.

Mas, vamos a factos.

Primeiro, Senhor Deputado Renato Guardado, em relação ao levantamento topográfico feito no Centro Escolar de Vila Cã, está aqui, está, de facto, assinado pela técnica, está, de facto, curiosamente e singularmente assinado pelo proprietário, mas, na verdade, caiu com a decisão do Município. Portanto, o levantamento topográfico não quer dizer nada. Não quer dizer nada porque não basta ser assinado. Mas, veja, a proposta está cá pelo técnico da Câmara, o levantamento feito pelo Município, não é por entidade externa – e já lá vamos às entidades externas.

E mais, quem pagou este levantamento não foi o Município, e nós queremos trazer esta responsabilidade ao Município. Quem pagou foi a Junta de Freguesia de Vila Cã. Pode confirmar, Senhora Deputada Maria José, pode confirmar.

Mais, também não é verdade que, no passado, tenha sido sempre este o procedimento, porque o Município de Pombal, no anterior mandato, propôs-se a comprar os terrenos – também temos aqui as provas disso – e mais, em relação ao Centro de Vila Cã, o Município propôs-se a comprar seis mil quatrocentos e cinquenta metros, e só estava a comprar cinco mil, cento e vinte e seis e depois, verificou-se que só comprou dois mil e pouco. Portanto, alguma coisa não está bem. E não é aqui para interesses pessoais, mas já lá vamos, Senhor Deputado, já lá vamos.

Em relação a uma compra que o Município também esteve quase a fazer, no Parque Industrial Manuel da Mota, a aquisição era de 1.000.000,00 €, propunha-se a comprar cem mil metros quadrados e, na verdade, o polígono desenhado pelos peritos – veja, nós não inventamos nada – por um colégio de peritos, era de cerca de noventa e um mil



MUNICÍPIO DE POMBAL

metros. Logo aí, o benefício do Município eram oitenta e tal mil euros. O Município só ganhava com a medição do prédio, e não estava a comprar gato por lebre.

Em relação à burocracia, não é verdade, não traz aqui absolutamente burocracia nenhuma.

Quanto ao negócio do Casarelo, eu devo recordar uma coisa: de facto, o Senhor Presidente Diogo Mateus falou que o Casarelo tinha sido um bom negócio, comprava por 300.000,00 € e ele valia 3.000.000,00€. Não é isso que nós queremos, o Município não se presta à especulação imobiliária, o Município deve comprar pelo justo valor, porque são os cidadãos que ficam espoliados.

Em relação à associação profissional, eu devo dizer que uma coisa é certa: com certeza vamos concordar que não são os arquitetos que fazem levantamentos topográficos.

Em relação ao Senhor Deputado José Gomes Fernandes, não percebemos essa coisa da ânsia.

Em relação ao que fala, do artigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais, nós não precisamos de lá chegar, porque está no Regimento desta Assembleia Municipal.

A minha honra foi afetada, e não vou ser tão inflamado, porque eu já estava à espera dessa.

Senhor Deputado José Gomes Fernandes, só para dizer que nós não precisamos de ir a esse regime jurídico, nós vamos ao Regimento desta Assembleia Municipal e o art.º 28.º, n.º 2, alínea b), permite-nos apresentar moções, pareceres, requerimentos e propostas.

Quanto à defesa da honra, eu quero dizer ao Senhor Deputado uma coisa: nem o deputado Leandro Siopa, nem nenhum membro do Partido Socialista está aqui para tirar proveito e benefício pessoal das decisões deste órgão.

Mais, o Senhor Deputado devia reconsiderar duas vezes, pensar duas ou três vezes antes de dizer isso, porque temos aqui elementos que já estiveram em órgãos e estão na sua atividade profissional, legitimamente. É absolutamente desnecessário. E fique descansado, que se eu sou sócio de uma empresa que presta estes serviços, não vou prestar estes serviços, nunca, ao Município.

Fica aqui assente, escreva o que eu lhe estou a dizer, nunca ao Município, nem sequer vou deixar a sociedade, para poder prestar estes serviços, porque agora estou impedido – e o senhor também sabe, está no Regimento.

Muito obrigado, e tem uma última oportunidade para pedir desculpa a mim e ao Aníbal Cardona, porque V. Exa. esteve muito, muito mal, em fazer essas acusações. Não estamos aqui a tratar de assuntos pessoais.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, em política, o que parece, é. À mulher de César, não basta ser séria, tem de parecer sê-lo. São estas as frases que eu poderia dizer.

É evidente que se pode estabelecer uma ligação profissional, ou pelo menos a motivação profissional que aqui foi feita. Não tenho que retirar nada do que disse, porque foram exatamente as pessoas que estão ligadas à profissão que decidiram apresentar esta proposta. Eu não o faria – repito, eu não o faria, por uma questão de ética, por uma questão deontológica, não apresentaria uma proposta destas.

Até sairia da sala para não a discutir, e para não a defender.

Além de que o Senhor Deputado Leandro Siopa vai dizer-me que está previsto no Regimento; está previsto no Regimento, sim, o Regimento tem que respeitar a Lei das competências da autarquia local. Se não respeitar, o Regimento é ilegal. E, portanto, ele



MUNICÍPIO DE POMBAL

tem que ir, sim, ao Regime Jurídico das Autarquias Locais verificar se pode apresentar estas propostas. E não pode, nem vale a pena discutir direito.

Eu, sinceramente, até me sinto frustrado em estar a discutir direito com quem não quer, ou não sabe.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Nova defesa da honra? Já ficou clara a sua indignação, ficou claro o seu ponto de vista, a sua indignação, e não posso deixar de conceder a palavra a outros membros que queiram responder a isso. Eu lamento, não sou eu que profiro essas palavras, eu estou aqui apenas como árbitro, nesta reunião. Ficou clara perante todos a sua indignação, defendeu a sua honra de forma veemente. Houve uma pronúncia sobre esta matéria, cada um tem a sua posição, eu não posso repetir.”

Aníbal Cardona (PS):

“Senhor Presidente, eu só aceito esta posição do Dr. José Gomes Fernandes pelo adiantado da hora. Eu não tenho nenhuma atividade profissional que esteja minimamente ligada com esta situação. E quero dizer outra coisa: não é o facto de nós – porque eu nunca ganhei um tostão com a política, tirando aquelas senhas de presença, eu estou aqui por Pombal, tenho um percurso de vida, tenho um nome a defender. Já partilhei Assembleia Municipal, Câmara Municipal, no Executivo da Câmara Municipal, com o Senhor Presidente, o Arq.º Renato Guardado, etc., eu tenho um percurso de vida. Não é pelo facto de estar na política que posso estar sujeito a que alguém me ligue a algum benefício, porque o meu benefício vai ser amanhã, quando o despertador tocar, às seis menos um quarto da manhã, meter-me no carro e ir trabalhar. Eu não posso aceitar que pelo próprio facto de estar aqui numa Assembleia, alguém sinta que me pode ofender na minha dignidade.

Eu aproveito para perguntar aos membros do PSD se se reveem neste tipo de atitude. Eu exijo um pedido de desculpa, senão eu vou abandonar a sala neste momento. Eu não posso estar na mesma sala com alguém que me acusa daquilo que acusou, eu não permito isso. Eu não exerço uma atividade – cheguei a fazer avaliações para o tribunal quando era convocado para o tribunal, em muitas delas recebia dez anos depois, e não faço isso há vinte anos. Como é que é possível alguém pegar no meu nome – e depois, não pede desculpa porquê? A minha participação política é por Pombal, estou-me borrifando para o resto.

Agora, se esta casa for frequentada desta forma, e se algum dos senhores que aqui está subscrever aquilo que o Senhor Doutor disse, a Bancada do PSD, o Senhor Presidente, que me conhece, eu vou sair do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não quero saber mais nada de política, porque eu construí uma reputação, a minha família e eu somos conhecidos em Pombal, e eu não posso estar num sítio onde as pessoas se sintam no direito de falar no meu nome, ainda por cima a sugerir que eu tiro algum benefício disto. Eu não suporto este ambiente. O Senhor Dr. João Coucelo conhece-me, as pessoas conhecem-me aqui em Pombal, não posso permitir.

Portanto, está do vosso lado a saída ou não saída, e é a última vez que entro nesta casa, porque é mal frequentada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito bem. Vamos prosseguir o debate, peço que na medida do possível se centrem no conteúdo das propostas, que é isso que está em causa. Este incidente já teve aqui alguns desenvolvimentos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por favor, João Coelho, quer usar da palavra? É para discutir a proposta, com certeza.”

João Varela Coelho (PS):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, digníssimo Presidente da Câmara Municipal, ilustres membros deste órgão que pretende representar os interesses dos pombalenses.

A Bancada do Partido Socialista foi visada como um todo, o Partido Socialista foi visado como um todo, na sua honra.

Eu admito a divergência política; não posso sequer equacionar que a disponibilidade que todos nós apresentámos para sermos candidatos a este órgão possa ser questionada, e possa ser confundida com alguma tentativa de encontrar algum benefício pessoal. Nós não fizemos essa consideração em relação ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, nós não o fizemos em relação a qualquer um dos nomeados pelo Senhor Presidente da Câmara, para o exercício de funções de confiança política que esta Câmara tem, e eu peço encarecidamente que se há alguma justificação de carácter emocional, o desgaste físico inerente às horas em que estamos aqui, a pressão que está subjacente à responsabilidade do que estamos aqui a fazer, se isso esteve na construção deste juízo errado em relação à Bancada do Partido Socialista, ao Partido Socialista como um todo, aos eleitos e não eleitos que contribuem para o trabalho do que aqui é feito pela Bancada do Partido Socialista, se houve alguma influência negativa por estas condicionantes, que essa influência negativa das condicionantes seja invocada como eventualmente alguma razão suficiente para este erro que aqui aconteceu, até porque eu devo frisar que não foi isso que o Senhor Deputado José Gomes Fernandes teve da parte do Partido Socialista ao longo deste pouco tempo que já leva este mandato, e, inclusive, nas relações pessoais que fomos tendo, até de tentativa de construção, nomeadamente de uma alteração ao Regimento, em que o Senhor Deputado revelou um nível elevado de disponibilidade para ouvir as propostas do Partido Socialista.

Portanto, eu peço encarecidamente que haja um retratamento em relação àquilo que aqui foi dito, sob pena de, em solidariedade, naturalmente, com as pessoas visadas, mas como um todo, a Bancada do Partido Socialista ter que abandonar o órgão. E isso, penso que não dignifica ninguém. Devo dizê-lo que não o farei com nenhum orgulho, mas apenas com uma necessidade efetiva de salvaguardar o bom nome de todas as pessoas, não só que estão aqui, mas todas as pessoas que contribuem para o trabalho que aqui foi feito. Portanto, se houve algum erro, eu espero que acreditem que esse erro foi apenas provido de boa intenção, e que aquilo que aqui foi dito, a demonstração de que não há nenhum interesse privado a orientar estas propostas, seja suficiente para o Senhor Deputado Gomes Fernandes, e o conjunto da Bancada do Partido Social Democrata, fazer um retratamento, porque, realmente, houve um engano, houve um erro, erros todos nós estamos sujeitos a cometer, e podemos ultrapassá-lo com as devidas palavras e com as devidas ações.

Eu gostava que o órgão Assembleia Municipal não ficasse desprovido de um Grupo Municipal por algo que é manifestamente apenas o resultado das muitas horas que já estamos aqui, espero eu.”

Henrique Mota (PPD/PSD):

“Eu já pertenci, juntamente com o Aníbal Cardona, a um outro órgão. Também na Assembleia de Freguesia e numa determinada Assembleia eu tive um comportamento mais exaltado relativamente à pessoa do Aníbal Cardona, reconheci esse facto. Não é



MUNICÍPIO DE POMBAL

que ache que o devamos fazer, os termos foram diferentes, não é essa questão que está em causa.

Aquilo que eu pedia – ou seja, obviamente, nós, no calor da discussão, muitas vezes utilizamos termos que extravasam a intenção com que o queremos fazer. Portanto, obviamente, há momentos que não são precisos que sejam públicos para esse pedido de desculpas, para essa justificação, acho que em termos privados, as coisas poderão ser feitas, da mesma forma que eu o fiz, relativamente ao deputado Aníbal Cardona.

Acho que, – e aquilo que estamos a dignificar é o órgão – em termos da dignificação desse mesmo órgão, V. Exas. já manifestaram a vossa defesa da honra, deram o vosso ponto de vista relativamente a essa mesma defesa da honra.

Portanto, em termos de dignificação do órgão, aquilo que haja, qualquer desentendimento que possa existir, reiterado por uma utilização mais abusiva de alguma justificação, eu peço que esperem essa justificação para outra sede.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito bem. Há mais inscrições? Realmente, esgotou o tempo, mas uma vez que foi diretamente interpelado, vou dar-lhe dois minutos.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Deixe-me dizer, de facto, que não pretendo, e se ofendi, não pretendo ofender, nem pretendia, mas se ofendi, tenho de pedir desculpa. Eu apenas referi – deixe-me dar o enquadramento – eu apenas referi a característica profissional, um já foi perito e outro faz avaliação, é perito, e o facto de terem essa motivação profissional para o fazer.

Não digo que é motivação económica, longe de mim dizer isso, até porque nós sabemos que qualquer um que julga – Leandro, qualquer um que julga, julga segundo a sua cultura, a sua sensibilidade. E eu não vou dizer que tens interesses económicos, não disse isso. Nós, às vezes, julgamos, e qualquer juiz julga de acordo com os seus interesses culturais, sociais, e não é por interesses económicos, porque esses, sim, são maus.

Portanto, se vos ofendi, tenho de vos pedir desculpa.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Não temos mais intervenções. Podemos encerrar o debate e passar à votação.”

Colocada a proposta a votação, foi a mesma rejeitada com 26 (vinte seis) votos contra, 6 (seis) votos a favor e 2 (duas) abstenções.

Ponto n.º 2.22. Apresentação, discussão e votação da Petição contra Instalação de uma Unidade de Processamento de Produtos à base de Carne da empresa Lusiaves junto ao tecido urbano da Vila da Guia e a Defesa do Sistema Aquífero Leirosa – Monte Real.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia apresentou o ponto, dizendo que, imediatamente antes de dar início à sessão, as peticionárias solicitaram que, antes de ser apreciada e votada a petição “Diga não à instalação de uma unidade de processamento de produtos à base de carne da empresa Lusiaves, junto ao tecido urbano da Vila da Guia e a Defesa do Sistema Aquífero Leirosa – Monte Real”, fosse criada uma Comissão para acompanhamento da referida petição, a qual deverá apresentar um Relatório.



MUNICÍPIO DE POMBAL

De seguida colocou à consideração dos membros da Assembleia a constituição da referida Comissão, tendo sido apresentada, após concertação entre as bancadas, a seguinte proposta:

“PROPOSTA

Composição da Comissão – Integrarão a Comissão 9 (nove membros, cujos nomes terão de ser comunicados à Mesa da Assembleia até dia 2 de março de 2022), sendo 5 (cinco) a indicar pelo Grupo Municipal do PSD, 2 (dois) pelo Grupo Municipal do PS, 1 do Grupo Municipal do OI e o Presidente de Junta eleito pelo GRIND .

Objeto da Comissão - Acompanhamento da petição pública;

Competência – Elaborar um Relatório sobre a petição, podendo ouvir terceiros, se assim o entender.

Prazo do Mandato para apresentação do Relatório - Até à sessão da Assembleia Municipal de abril, prazo que poderá ser prorrogado, devendo a Comissão comunicar essa necessidade à Assembleia Municipal, até 10 dias antes da data da referida sessão, para que se possa agendar a “Prorrogação do mandato de duração da Comissão.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar a proposta supratranscrita.

Ponto n.º 2.23. Apresentação, discussão e votação da proposta do Partido Socialista “2/GM-PS/2021-2025”.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sobre este ponto, eu queria recordar o passado da questão da alteração do Regimento. Na primeira reunião informal que fiz com representantes dos diversos Grupos Municipais, apelei a que houvesse um entendimento – não propriamente a constituição de uma comissão formal, mas um entendimento, conversas – para que pudesse haver uma proposta comum, ou conjunta, de alteração do Regimento, isto porque entendo que isso é o mais conveniente para todos – quer para a maioria, quer para a minoria. Além disso, fui informado que as propostas, no passado, tinham sido aprovadas, em regra, por consenso também.

No entanto, a informação que me chegou – não formalmente, mas informalmente – foi a de que não tinha havido consenso, ou acordo – não sei por culpa de quem, não interessa – nesses diálogos, nessas conversas. O que eu disse foi que a Mesa não iria dar o pontapé de saída e tomar a iniciativa da revisão do Regimento, esperava uma iniciativa e aqui está ela, é uma das iniciativas, poderá haver outras também.

Esta proposta tem cinco alíneas. Não vou apresentá-la, mas evidentemente só queria recordar que em qualquer momento desta discussão, até à votação, está sempre aberta a possibilidade de recuperar o processo de diálogo, de tentativa de elaboração de um projeto em consenso, para alteração do Regimento, se isso for possível.

Se se entender que não é possível, que já foram esgotadas as vias, por culpa seja de quem for, então o melhor, realmente, é discutir e votar.

É assim que eu vejo a questão, e como estive na origem, de certa forma, dessas conversas, não queria deixar de transmitir isso à Assembleia Municipal e aos pombalenses.

Então, pergunto se alguém quer usar da palavra para apresentar esta proposta. João Coelho, por favor, tem a palavra.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

João Varela Coelho (PS):

“Talvez pelo cansaço, que também é confesso, vou tentar até abreviar, sendo objetivo em relação à proposta, mas também àquilo que é a expectativa que temos em relação à análise que foi feita pelo Partido Social Democrata – que nós respeitamos, atenção.

Nós compreendemos que, atendendo ao processo que levou à apresentação desta proposta, à necessidade que o Partido Socialista sentiu de apresentar esta proposta, entendemos que o Partido Social Democrata pode analisá-la como não sendo o tempo certo para trazer aqui uma proposta de alteração do Regimento, ainda que ela seja legítima – penso que a legitimidade, essa ninguém a questiona.

Na verdade, nós sentimos que há alguns pontos onde o nosso Regimento pode ser melhorado, e fizemos essa proposta com cinco alterações em concreto, que pedimos que fosse discutida e fosse votada ponto a ponto, porque – e essa era a nossa esperança, era que o facto de não ter gerado consenso numa reunião entre Líderes de Bancada (se é que posso usar esse termo), podia, pelo menos, dentro deste órgão, ser analisada individualmente, ponto a ponto, analisada também individualmente por cada um dos deputados municipais, apenas naquilo que pudesse trazer de melhoria para o funcionamento da Assembleia Municipal, e também de prestação de um serviço cívico melhor para os nossos eleitores.

Nesse sentido, fizemos uma primeira proposta de alteração do artigo que se refere à inclusão ou agendamento de propostas e de recomendações, para tentar obviar um incidente que ocorreu na última Assembleia Municipal, onde nós pretendemos fazer um esclarecimento sobre o carácter automático da inclusão das propostas e recomendações, para que não ficassem essas propostas e recomendações presas na forma, mas que fosse apenas avaliado o seu conteúdo, e se este respeita, ou não, a competências da Assembleia Municipal.

Portanto, acho que isto, de alguma forma, ajudaria a que os Partidos políticos vissem a sua legítima expectativa de apresentação de propostas aqui incluída na Assembleia Municipal, para serem discutidas.

O segundo ponto foi para a antecipação das intervenções dos cidadãos para o início do período de antes da ordem do dia, e não para o fim do período de antes da ordem do dia. Tentávamos com esta proposta que se um cidadão se dirigisse a este órgão com um assunto legítimo, que tanto envolvesse o Executivo, como potencialmente algum dos deputados municipais, nomeadamente Presidentes de Junta, o Presidente de Junta, ou o deputado municipal, ao longo do período de antes da ordem dia, também pudesse prestar algum esclarecimento que ajudasse o cidadão a ver respondida a sua pretensão de legitimamente encontrar aqui respaldo nas suas preocupações.

O terceiro ponto, a terceira proposta foi a de que houvesse uma clarificação em relação à possibilidade de réplica, em relação ao esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no final do período de antes da ordem do dia. Já tivemos de todo o género, já tivemos Presidentes que falavam um bocadinho mais, Presidentes que falavam um bocadinho menos, Presidentes que tentavam esclarecer, Presidentes que tentavam fazer um bocadinho de deambulação política – estava a tentar ser justo. E, portanto, perante isso, nós sentimos a necessidade, independentemente do perfil do Presidente da Câmara Municipal, de que aos deputados municipais fosse prestado um cabal esclarecimento em relação às suas perguntas – até pelo facto de termos aqui apenas três minutos mencionados – muito concretas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E isso, honra seja feita ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, até tem sido concedido com alguma elasticidade, aqui por parte do Senhor Presidente da Mesa, tem sido concedida a possibilidade de nós pedirmos alguns esclarecimentos. Mas, pensamos que aqui isto já teria uma honra regimental que até agora não tem tido.

Depois, nós tentámos também evitar – até a exemplo de hoje – que o período que é destinado à leitura e discussão da informação do Senhor Presidente não se tornasse um momento de discussão política genérica, e até eventualmente de alguma discussão política que não tem a ver com a atividade do Senhor Presidente da Câmara Municipal – e aqui, mea culpa, também fizemos uma participação eventualmente menos positiva nesse sentido.

E portanto, isto esclareceria que na leitura e discussão da informação do Senhor Presidente apenas caberiam pedidos de esclarecimento – e nós, até em sede de reunião entre responsáveis das Bancadas Municipais, fizemos a proposta para que isto fosse feito antes do dia da Assembleia Municipal, por escrito, para eventualmente impedir algumas dessas deambulações que já aqui referi, mas já não a trazemos aqui, para que houvesse alguma possibilidade de ela ser aqui aceite pelo Partido Social Democrata – e peço desculpa por não referir os restantes Grupos Municipais, mas na perspetiva de que o Partido Social Democrata representa aqui a maioria que ditará a concretização da proposta.

Por fim, e acho que aqui a transparência impera, confesso que este último ponto, esta última proposta, de direito de petição, foi impulsionada pela última convocatória, que incluía precisamente uma petição. Mas – e penso que me farão essa honra – na primeira reunião informal que foi tida entre responsáveis dos Grupos Municipais, liderada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, já tinha feito essa menção, de que era com alguma preocupação que olhava para o Regimento, vendo que não havia uma clarificação em relação ao direito de petição, do que é que a Assembleia Municipal deveria fazer caso fosse apresentada uma petição.

E portanto, nós tentámos que com este mecanismo que aqui está exposto, houvesse uma resposta imediata, e não esta hesitação que aqui vivemos no último ponto, que houvesse uma clarificação prévia para todos os cidadãos que se nos dirigissem com uma petição pudessem prever qual é que ia ser o destino em relação a essa petição.

Posto isto, estas são as nossas propostas, e eu espero encarecidamente que as olhem com o mesmo carácter bondoso com que apresentamos aqui. Não é nenhuma afronta, não é nenhum desafio, é apenas uma exposição pública de quais eram as pretensões do Partido Socialista na tal discussão que foi tida em privado, e assim isto fica mais claro, mais transparente, e todos os Pombalenses poderão perceber.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Coelho, é, de facto, real e verdade que nós reunimos, do PSD e do PS, e que discutimos, de facto, propostas de alteração.

Entre as propostas havia a inclusão no Regimento de uma Assembleia Extraordinária próxima das Festas do Bodo, que nós dissemos que, ao ser extraordinária, passava a ordinária ao ser incluída no Regimento, e portanto, essa parte, vejo que o Partido Socialista retirou. E havia, de facto, já a proposta do Partido Socialista quanto à intervenção do público, e quanto também à forma de questionar o Senhor Presidente da Câmara.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Porém, nós não tínhamos discutido a questão da petição. É verdade, não é? E portanto, nós não negociámos essa parte.

Quanto às outras, quanto à questão da intervenção do público, nós frisámos mais tarde, dissemos que não estaríamos ali também para nos opormos simplesmente à proposta do Partido Socialista, e queríamos avaliar. E depois, o Partido Socialista insistiu connosco, e depois de também conversar com outros membros da Assembleia Municipal, acabámos por dizer que não, que não se justificavam estas propostas, não quanto ao direito de petição, porque, quanto a isso, nunca tínhamos abordado a questão, para um consenso. Consenso, ou não, não tínhamos abordado mesmo.

E nós depois comunicámos, verbalmente, que estamos numa democracia representativa, a Assembleia é representativa, não é uma Assembleia popular, direta, não são os cidadãos que se representam a eles próprios, há uma eleição onde os cidadãos eleitos – no caso, os deputados – recebem um mandato para exercer as suas obrigações, os seus deveres que recebem por mandato. E por isso, não poderíamos inverter o espírito da Lei, ou o espírito que levou à democracia representativa, e passar a uma democracia popular. Ou seja, nós iríamos inverter o papel da Assembleia, iríamos nós desprestigiar propriamente o papel dos deputados municipais. E, de facto, o público já tem o seu lugar garantido, e quanto a isso, não podíamos alterar.

Quanto às maiores intervenções para questionar o Senhor Presidente, com réplica, tréplica e demais explicações, nós entendemos também que iria dificultar a disciplina do funcionamento e do desenrolar dos trabalhos na Assembleia, iria trazer complicações de funcionamento, e iria sobretudo levar as Assembleias a funcionar até ao dia seguinte – como estamos hoje a verificar. E mais, não temos ainda essa alteração do Regimento, porque se tivéssemos, certamente iríamos continuar até ao nascer do sol. A aurora iria raiar, e nós aqui ainda na Assembleia.

E por isso, nós dissemos que não podia, porque, de facto, está assegurada a intervenção do público, na primeira questão; na segunda, está assegurada a interpelação ao Senhor Presidente de Câmara, o direito de resposta, e como os membros da Assembleia podem intervir por duas vezes, nos outros pontos – e se não podem no período de antes da ordem do dia expor todas as suas questões, podem ir expondo até nas informações, quando questionam o Senhor Presidente da Câmara.

E posto isto, nós entendíamos, e entendemos comunicar depois – foi verbalmente, por telefone, embora nos tivessem colocado as tais questões que eu refiro por e-mail, enviado pelo João – posto isto, de facto, não podemos votar favoravelmente, temos de votar contra, porque iríamos complicar, e muito, tornando inviável o funcionamento da Assembleia, quando a representatividade está assegurada, o direito de intervenção está assegurado, o direito ao público está assegurado, e não podíamos, de facto, aceitar. E por isso, temos de votar contra.

Quanto ao direito de petição, o direito de petição, de facto, precisa de ser aclarado, só que da forma como está, e sendo uma proposta global, também não pode ser aceite, exatamente porque pressupõe que seja também alterado o período de intervenção do público. E portanto, já está com o vício anterior, e também não pode, aqui neste caso, ser aprovado. Da nossa parte, entendemos que não pode ser aprovado.

Daí nós irmos votar contra, embora aceitemos dialogar com o Partido Socialista, no sentido de encontrarmos uma proposta comum quanto aos pontos em que nós reconhecemos que o Regimento é frágil. E nesse aspeto, ficamos também a aguardar a



MUNICÍPIO DE POMBAL

posição do Partido Socialista, ou tomaremos também a iniciativa junto do Partido Socialista.”

Luís Couto dos Santos (OI):

“Só também aqui na sequência do Senhor Presidente da Assembleia, relativamente à questão do enquadramento do histórico da iniciativa, ou seja, este assunto foi iniciado na primeira reunião de preparação do mandato, com os vários Grupos Municipais, e efetivamente este assunto chegou até nós via PSD – ou seja, nós soubemos desta situação, sobre esta iniciativa de alteração do Regimento do PS via PSD, que teve também a hombridade, depois, de nos convidar para a primeira reunião telefónica, inclusivamente, em que, efetivamente, finalmente nós também pudemos ser ouvidos relativamente a, pelo menos, parte de algumas propostas que aqui estão, ou de algumas propostas do PS.

Obviamente que estamos abertos à discussão, fomos também eleitos, temos legitimidade deste Regimento. Rezam as boas práticas que o Regimento normalmente seja aprovado por unanimidade, ou pelo menos próximo disso. E portanto, o Oeste Independente considera-se também parte integrante desta Assembleia, representa também eleitores, foi a terceira força política mais votada para esta Assembleia, e naturalmente coloca-se à disposição do PS e do PSD também para discutir pontos de alterações regimentais, apesar de não concordarmos também com as propostas que são apresentadas.”

Nuno Oliveira (PS):

“Eu compreendo algumas das divergências, embora não concorde, mas também não é uma questão muito acalorada, são divergência de interpretação. Contudo, e tendo eu percebido que é reconhecido algum mérito eventualmente a alguns dos pontos, eu gostaria de reforçar aqui o convite que já foi feito anteriormente, e a proposta para que os pontos em discussão fossem votados individualmente, no sentido de encontrar aqui, de facto, alguma proximidade de posições.”

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):

“A proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal tem um ou dois pontos com os quais eu até posso concordar.

Quanto ao direito de petição, há aqui uma série de situações que merecem claramente uma alteração profunda do que aqui está escrito.

Eu não sei o que é uma comissão de moradores, neste momento não sei, nem quantas pessoas é que são necessárias para constituir uma comissão de moradores, já que são necessárias cento e cinquenta pessoas para uma petição. Portanto, não percebo uma determinada tramitação que aqui está. E como sabem, há um direito de petição que está inscrito no nosso atual Regimento, que tem as propostas de constituição de comissões, a proporcionalidade dos seus membros, define o objetivo, define a metodologia, a apresentação do relatório, etc. Isso já existe. Claro que pode ser melhorado, eu não tenho dúvida nenhuma.

Considero que, realmente, no final da intervenção do Presidente da Câmara, haver um pedido de esclarecimento sobre qualquer situação, não está atualmente vertido no Regimento, mas, enfim, é fácil discutir o assunto.

Intervenho por quê? Porque nos dois Regimentos últimos desta Assembleia Municipal em que eu participei, foi sempre sentado à mesa com os representantes dos Partidos, com o Presidente da Assembleia Municipal, inclusivamente, e foi decisão consensual. Não vieram nunca propostas “ad hoc” para a mesa, embora eu compreenda que isto tenha a sua explicação, mas acho que esta é a pior forma, neste momento, de estarmos a



MUNICÍPIO DE POMBAL

inviabilizar um ou outro ponto que até tem cabimento, porque a generalidade dos pontos em si não tem.

Pronto, esta é a intervenção que eu quero fazer, para clarificar. Se voto contra, é apenas por causa destas circunstâncias, e mais nenhuma.”

Luís Couto dos Santos (OI):

“No seguimento do que o Dr. Coucelo acabou de referir, eu recomendaria, naturalmente, que esta proposta fosse a votação em bloco – que acho que é o que faz sentido, até por uma questão de pragmatismo – e que, efetivamente, se resume novamente a uma possibilidade de negociação entre as várias forças partidárias para alteração do Regimento, se assim chegarmos à conclusão.”

João Varela Coelho (PS):

“Estamos todos numa fase de esclarecimento público de algo que algumas das pessoas presentes sabem que ocorreu em privado. E portanto, sinto-me algo constrangido até a partilhar pormenores de reuniões privados, mas devo fazê-lo, a título de esclarecimento, inclusive do próprio Dr. João Coucelo, a quem devo toda a estima, como sabe.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que esperava que os Grupos Municipais se encontrassem, e que encontrassem também um consenso, e não quis participar nesse esforço coletivo, acreditou que era possível que houvesse um consenso. Nesse sentido, eu também devolvo a sugestão que faz e eu também gostava que esse encontro entre Grupos Municipais fosse patrocinado mediado pelo próprio Presidente da Assembleia Municipal, mas não houve essa disponibilidade.

E portanto, aconteceu, não vou dizer que aquilo que entendo que era inevitável, mas era muito provável que não havendo um mediador com alguma equidistância – ainda que com a óbvia participação política – um mediador que fosse reconhecido como tal por toda a gente, que depois não se chegasse a um grande consenso. E, efetivamente, ele não aconteceu.

Coisa diferente é a necessidade que cada Grupo Municipal entende que deve presidir nas suas obrigações, de apresentar propostas, nomeadamente de melhoria do Regimento. E nós – eu reforço esta questão – nós fizemos a proposta com o pedido para que fosse votado ponto a ponto, porque já havia sido comunicada pelo grupo maioritário a sua discordância em relação a algumas das propostas, mas até pela surpresa que nós tivemos por nos vermos confrontados antes do tempo – honestamente, não previa que houvesse já uma petição tão cedo, mas uma preocupação que nós já tínhamos desde o início do mandato, e se nós não o fizéssemos agora, primeiro, não estaríamos a honrar a nossa consciência, em função de uma petição como aquela com que fomos confrontados no ponto anterior, e depois, estaríamos de alguma forma a falhar, com alguma perspetiva de que pode haver alguma divergência – e eu ousou esta sugestão porque acredito, até porque foi mencionado aqui por alguns membros do Partido Social Democrata, que houvesse alguma concordância em relação a algumas destas propostas, já. E portanto, o Regimento sairia daqui melhorado.

Portanto, eu tento encontrar um mecanismo para que haja uma melhoria efetiva, já, e depois nós voltaremos a uma segunda tentativa, de ainda melhorar mais, sobre aquilo que se conquistasse aqui hoje. Portanto, essa foi a tentativa, e enfim, vejo que não é possível, mas agradeço a oportunidade, de qualquer forma.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Nós não estamos perante uma comissão para votar na generalidade ou na especialidade; estamos aqui para votar em plenário uma proposta, votá-la de uma vez, porque vem como uma proposta, é um ponto da ordem de trabalhos, não podemos criar vários pontos na ordem de trabalhos. Tal como está apresentado, tal como veio, era essa proposta, e tem que ser votada assim – entendo eu que nem pode ser de outra forma.

Porém, se o Partido Socialista quiser, poderá retirar a proposta, que não é desonra para ninguém, alguns pontos, depois, iremos melhorar com eles, outros, obviamente que não.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ora bem, sobre a questão da forma de votação, realmente foi solicitada a votação ponto por ponto. No entanto, esse ponto não está previsto no Regimento. Normalmente, o que se faz é o seguinte: quando há um documento, ou uma proposta, em relação aos quais há votações diferenciadas dos membros, como uma proposta de alteração do Regimento, ou uma proposta de um regulamento, etc., vota-se diferenciadamente.

Mas, eu terei que perguntar isso. Se todos os membros da Assembleia Municipal votarem no mesmo sentido todos os pontos, não faz sentido estar a votar diferenciadamente, ou a votar ponto por ponto, por uma questão simples de economia.

Não sei se alguém pretende usar da palavra em relação a esta proposta, ou a este ponto, a este apelo do membro da Assembleia Municipal, José Gomes Fernandes. Ou se o Partido Socialista pretende manter, vamos passar à votação.

E nesse caso, eu pergunto, há aqui uma divergência, o PSD e o Oeste Independente pretendem a votação global, o PS pedia a votação ponto por ponto. Eu pergunto se algum membro da Assembleia Municipal pretende votar diferentemente em relação a algum ponto, ou pretende votar todos os pontos no mesmo sentido.

Uma declaração de voto é depois de votar, mas se quiser fazer uma intervenção a explicar antes por que é que vai votar, pode fazer a intervenção. Não é bem uma declaração, mas é um anúncio do seu sentido de voto posterior.”

Luís Couto dos Santos (OI):

“Irei votar contra, porque não concordo com todas as alterações. Relativamente ao direito de petição, acho que o mesmo deverá estar, efetivamente, regulado no Regimento, mas não concordo com o teor da proposta apresentada pelo PS.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu repito a pergunta: algum membro da Assembleia Municipal pretende votar diferentemente em relação a alguma destas alíneas, ou todos pretendem votar todas no mesmo sentido? Isto é, se a proposta é global, se só pode ser votada toda a favor, ou toda contra, ou se pode ser votada diferentemente em cada alínea.

Estas propostas de alterações normativas, em regra, podem ser desagregadas.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Muito rapidamente, como dizia o Henrique, há pouco, há partes que eu acompanho também, há partes do documento, nomeadamente o esclarecimento da alínea a), que concordo, e tivemos oportunidade de conversar sobre isso, mesmo a questão do direito de petição, que concordo com a necessidade de ser esclarecido – não concordo com os cento e cinquenta, acho que é muito pouco. Tudo bem, mas é o nosso regulamento.”

E há aqui depois outra questão, que era a razão pela qual intervinha, vamos aqui a um ponto prático: alínea c), aditar ao art.º 38.º, a questão de o Presidente de Câmara poder ser interpelado novamente. Do ponto de vista da contagem dos tempos, chegámos a falar



MUNICÍPIO DE POMBAL

sobre isto, como é que funciona. Os vinte e cinco minutos que o Presidente de Câmara tem são acrescentados em quantos? Ou tem que descontar ao tempo e o Presidente de Câmara tem que medir as respostas que dá, guardando tempo para responder posteriormente?

Eu julgo que, ainda que se votasse ponto a ponto, e ainda que pudesse achar interessante esta proposta, não me sentiria confortável a votá-la, porque não sei como é que ela, depois, se concretiza formalmente. E, portanto, aí, se calhar a votação é prejudicada pelo facto de estar a ser feita ponto a ponto, porque não tem a abrangência das várias questões que envolvem – por exemplo, estou a dar este exemplo, da possibilidade de interpelar o Presidente de Câmara, apesar de ser pertinente.

Acho que é preferível votar como um todo.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Se me permitem, vou manifestar também aqui, já agora, a minha posição. Eu tenho-me absterido sempre, mas analisando estas propostas, a alínea a) adita a expressão “... enviados sob a forma de recomendação ou proposta”, ao que já consta do art.º 33.º, n.º 1. Mas, tirando este aditamento, penso que não faz mais nada. Penso que o que resulta do n.º 1, já resulta atualmente, já hoje a Mesa entende que há um direito potestativo de agendamento de quaisquer propostas, sejam enviadas sob a forma de recomendação ou proposta, ou não – portanto, isto até é limitativo – o que tem é de ser cumprido o prazo. Realmente, aconteceu aqui um incidente anterior porque não foi cumprido o prazo, pelo menos no entendimento da Mesa e por isso é que não foi agendado.

Mas, portanto, a minha conclusão é que a proposta de alteração do n.º 1 do art.º 33.º pretende limitar, restringir o direito de agendamento potestativo só aos casos em que seja formulada uma recomendação ou proposta. Ora, pode acontecer que um grupo queira agendar potestativamente um assunto sem formular qualquer recomendação ou proposta. Pergunto se é isso que pretendem.

Alínea b), “O Presidente da Assembleia Municipal fixa um período de intervenção aberto ao público...” – querem, no fundo, passar o período de intervenção aberto ao público logo para o início, não para depois. É uma questão de organização dos trabalhos. Foi aqui explicado que a ideia era poder algum membro da Assembleia Municipal responder também às intervenções do público. Como vimos hoje, está prevista essa possibilidade, embora seja só um membro por Grupo Municipal. Até houve um incidente, porque se gerou a questão de saber se estavam a responder ao público, ou se estavam a comentar outras questões. Mas, é uma questão de opção, de organização dos trabalhos, se pretenderem.

Alínea c), é a famosa questão da réplica. Esta questão, como dizem, já vem de há muito tempo, saber se o último a falar nas perguntas ao Presidente da Câmara deve ser o Grupo Municipal, ou deve ser o Presidente da Câmara. Penso que é isso que está aqui em causa na alínea c), pelo menos é assim que eu entendo.

Depois, o que está na alínea d) é um esclarecimento em relação à prática – que, aliás, eu penso que já tenho vindo a seguir, ou seja, a ideia de que quando há perguntas sobre a informação ao Presidente, as perguntas se devem limitar aos esclarecimentos.

Quanto à alínea e), direito de petição, realmente o direito de petição não está, na sua tramitação, regulado; está regulado que pode haver petições e que a Assembleia tem que as apreciar – há um artigo, que é o 11.º, n.º 1, alínea e), que diz que é competência da Assembleia Municipal apreciar as petições, é a única vez que o Regimento fala em



MUNICÍPIO DE POMBAL

petições, e depois há a possibilidade de constituição de comissões de acompanhamento, embora não seja especificamente para petições. Podemos discutir se se justifica uma previsão específica – talvez se justifique, porque a Lei das Petições realmente obriga, ou recomenda, cria a obrigação de prever uma tramitação das petições, talvez se possa discutir se tem de ser esta tramitação, porque segundo esta tramitação, isto quer dizer que é feita uma petição de X cidadãos – penso que são cento e cinquenta – para alterar uma passadeira, e tem que se criar uma comissão. Será que é isso? Será que isso não é ir longe demais? Pode entender-se que se são cento e cinquenta, independentemente do assunto, se justifica que se crie sempre uma comissão. É possível isso, é um entendimento, porque são cento e cinquenta.

Outra alternativa é que a Assembleia deve manter a liberdade de apreciar se quer criar, ou não, a comissão, que é a atual situação. Eu concordo que deve haver um artigo a regular a tramitação do direito de petição, para não se dizer que o Município de Pombal não está a cumprir a Lei das Petições. Saber se é exatamente isto, ou não, não me vou estar a pronunciar sobre isso.

Peço desculpa, mas como jurista, não podia deixar também de dizer a minha opinião sobre as alterações.

E agora pergunto se realmente é para passar à votação, ou não.”

Nuno Oliveira (PS):

“Clarificar só, em relação à alínea a), porque creio que não terá ficado claro que a nossa intenção é simplesmente que, aquando da receção de um documento denominado de recomendação ou de proposta, que ele seja automaticamente apenso à ordem de trabalhos, e portanto, que seja deduzido imediatamente que se está a pretender a sua discussão na Assembleia Municipal seguinte.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sempre que é feita uma proposta ou recomendação, não seria preciso pedir o seu agendamento, seria agendada automaticamente.

Ora bem, vamos passar à votação. Se não há objeções, uma vez que há quem peça uma votação – realmente, há aqui um problema de saber se esta proposta é uma proposta única, mas eu não posso ignorar que as propostas dizem respeito a artigos diferentes do Regimento. Portanto, é certo que é uma proposta de alteração do Regimento, mas diz respeito a aspetos diferentes e a artigos diferentes. Alguns têm a ver com outros – como, aliás, disse – mas, por exemplo, a questão da réplica não tem necessariamente a ver com a petição. E pode haver membros que queiram votar diferenciadamente cada um dos pontos.

A minha tendência, confesso, seria para permitir fazer aqui cinco votações, e acho que era mais eficiente, e também não haveria queixas de que foi cortado o direito de estar a votar cada um dos pontos. Já foi discutido. Podemos fazer isso?

- a) Colocada a alínea a) a votação, relativamente à inclusão de todos os assuntos enviados, indicados sob a forma de recomendação ou proposta serem agendados imediatamente, foi a mesma rejeitada com 28 (vinte e oito) votos contra e 6 (seis) votos a favor.**

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):

“A minha declaração de voto vai só no sentido de uma recomendação, ou proposta -, ou moção, eventualmente, não está aqui mencionado – uma recomendação não tem que ser sujeita a votação em todas as circunstâncias. Numa recomendação, recomenda-se à



MUNICÍPIO DE POMBAL

Câmara que esteja atenta ao problema tal; a proposta é que é sujeita normalmente a uma votação.

Eu considero que um assunto destes deveria ser debatido mais profundamente. Portanto, eu não consigo votar isto favoravelmente.”

- b) Colocada votação a alínea b), referente à passagem do período de intervenção do público para o início, foi a mesma rejeitada com 28 (vinte e oito) votos contra e 6 (seis) votos a favor.**
- c) Colocada votação a alínea c), no sentido de, no PAOD, depois da intervenção do Presidente da Câmara, cada Grupo Municipal ainda pode inscrever-se para usar da palavra, foi a mesma rejeitada com 28 (vinte e oito) votos contra e 6 (seis) votos a favor.**
- d) Colocada votação a alínea d), no sentido de, no período da ordem do dia, no ponto referente à leitura e discussão da informação, as intervenções dos membros da Assembleia deverão limitar-se a pedidos de esclarecimentos, foi a mesma rejeitada com 27 (vinte sete) votos contra, 6 (seis) votos a favor e 1 (uma) abstenção.**
- e) Colocada votação a alínea e), sobre o direito de petição, foi a mesma rejeitada com 27 (vinte sete) votos contra, 6 (seis) votos a favor e 1 (uma) abstenção.**

Henrique Mota (PPD/PSD):

“Concordo com a inserção do direito de petição no Regimento, mas não concordo com os termos em que está proposto.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

“Tendo em conta o teor das intervenções do debate, a Mesa – embora não queira, realmente, estar envolvida – permite-se apelar aos Grupos Municipais para que dialoguem de novo, e, se possível, de forma a conseguir alterações consensuais, designadamente neste aspeto do direito de petição, da forma de tramitação, e também noutras, eventualmente, para se poder chegar a uma alteração do Regimento.”

Nada mais havendo a tratar o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu por finalizados os trabalhos, eram zero horas e quarenta e cinco minutos do dia 24 de fevereiro, tendo-se lavrado a presente ata, que eu João Manuel Carreira da Conceição Coucelo (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente da Mesa:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: